UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIA THEREZA DAVID JOÃO

Estado e elites locais no Egito do final do IIIº milênio a.C.

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Estado e elites locais no Egito do final do IIIº milênio a.C

Maria Thereza David João

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: História Antiga
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Aparecido Rede

São Paulo
2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Thereza David João

Estado e elites locais no Egito do final do IIIº milênio a.C.

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História Antiga.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A Ciro Flamarion Cardoso, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Certa vez um colega comentou a respeito de uma dica que o sociólogo Norbert Elias deixara para os jovens acadêmicos. Em meio às suas próprias angústias em relação ao trabalho de doutorado, Elias disse o que gostaria que tivessem dito a ele quando realizava sua pesquisa: «Essas dificuldades são absolutamente normais. Sabia que a sorte estava ao meu lado. O trabalho jamais foi totalmente fácil para mim, mas eu era perseverante e nunca o abandonei». Dizem por aí que um doutorado sem crise não é um doutorado e, comigo, não foi diferente. Foram muitas as inquietudes. Mas, se até Norbert Elias confessou a sua dificuldade nesse processo, isso me ajudou a perceber que, talvez, crise no doutorado fosse algo normal e que, portanto, eu não era exceção à regra. O resultado, como não poderia deixar de ser, veio na forma de amadurecimento intelectual e emocional, e isso só foi possível porque, ao longo desses quatro anos e meio, tive muitas pessoas ao meu lado que me ajudaram a superar todas as vicissitudes e a acreditar que conseguiria levar este trabalho até o fim. E são a essas pessoas que gostaria de agradecer.

Em primeiro lugar, agradeço minha família - meus pais, Silvio e Francisca, minha avó, Maria, minhas irmãs, Ana e Silvia, e meu cunhado, Diogo – que sempre estiveram ao meu lado dando todo o apoio necessário em todas as fases da minha vida. Agradeço a tolerância, a compreensão nos momentos em que precisava de silêncio para escrever, a generosidade por terem me deixado transformar a sala da casa em escritório (e a paciência em meio a vários livros e papéis que, por alguns meses, dividiram espaço com a mesa de jantar) e o incentivo para não desistir e sempre continuar.

Agradeço ao meu orientador, Marcelo Rede, que me acompanha desde o mestrado na UFF, pela grande confiança depositada no trabalho, pelos comentários precisos e, especialmente, por saber me guiar com a necessária tranquilidade nos caminhos cheios de meandros da pesquisa acadêmica.

À macacada do NIEP Marx PRé-K, sem os quais digo, sem exagero, esta tese não teria sido possível. Agradeço as discussões promovidas nas jornadas do grupo, em visitas a Niterói e ao Rio (viva a mureta da Urca) e mesmo em meio às centenas de mensagens trocadas diariamente pelo whatsapp, pois ajudaram a

expandir meus horizontes e me proporcionaram um novo e interessante olhar sobre o meu objeto de estudo, mais amadurecido. Agradeço a todos (Melo, Dudu, João, Paulo, Zé, Thiago, Deyverson, Renato) mas, em especial, gostaria de agradecer ao amigo Fábio Frizzo e ao professor Mário Jorge da Motta Bastos. A este último, cujo apoio foi fundamental, agradeço por sua solicitude e generosidade (e também pelos biscoitos da vaquinha). Ao Fábio, companheiro de aventuras egiptológicas, pela ajuda que extrapolou a área acadêmica, através do seu ombro amigo e da paciência que sempre teve para me ouvir. Obrigada por ter feito da sua casa um pouco minha e pela parceria nas manhãs, tardes e noites na Biblioteca Parque, essenciais para que eu pudesse adquirir novo fôlego no trabalho com a tese. Agradeço, também, ao Fábio Morales, colega da USP e do NIEP-Prék, pela ajuda com os trâmites uspianos.

À Liège Fonseca, que me acompanha desde o retorno do doutorado-sanduíche, por toda a dedicação e carinho. Sem ela, não teria concebido a importância da desconstrução para alcançar um novo equilíbrio, que hoje me auxilia a viver de forma mais leve.

E por falar em doutorado-sanduíche, não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que dividiram comigo essa que foi uma das mais intensas experiências da minha vida. Em primeiro lugar, agradeço à professora Dominique Valbelle, que me acolheu no Centre des Recherches Égyptologiques de la Sorbonne (CRES) e na Université Paris IV, onde tive a honra de tê-la como professora e como co-orientadora. Agradeço também à Raquel, amiga querida e professora de francês. À Natalie Lienhard, bibliotecária do CRES, sempre gentil e solícita. À Catherine Koczorowski, responsável pela biblioteca de Egiptologia do Collège de France, por ter me concedido acesso ao maravilhoso acervo dessa instituição. Ao professor Juan Carlos Moreno Garcia, referência primordial em meus estudos, com quem tive a imensa honra de cursar um seminário na Université Paris IV, pelo imenso aprendizado. Aos *maîtres de conference*, Claire Somaglino e Pierre Tallet, com quem cursei disciplinas durante a estadia em Paris. À Silvia Mosso, por me ter aberto as portas da biblioteca do Museu Egípcio de Turim, onde pude concluir parte da pesquisa. E, claro, não haveria como esquecer dos amigos incríveis que fiz em Paris que, reunidos em uma cozinha da Maison du Brésil, tornaram meus dias nessa cidade possíveis. Agradeço aos meus queridos do *cinquième* Geovana, Breno, Bárbara, Maurício, Paloma, Marcus, João Thiago, Mariana, Matias e Melina, a quem

sou enormemente grata por, um dia, nossos caminhos terem se cruzado. À Bianca, agradeço a cumplicidade e os momentos de reflexão em que tentava me ajudar a resolver os rumos da tese e da vida, e também pelo aprendizado proporcionado por sua imensa sensibilidade, conhecimento e respeito relativos a todas as questões que tocam o humano. Às minhas “maravesplêndidas” Jane, Ana Claudia, Carol, Monize, Lara e Raíssa, por terem me permitido infinitas gargalhadas, riso solto, leveza e a certeza do ombro amigo. Ao Rodrigo Cantu, pela parceria no necessário desbravamento de bares parisienses (mas sempre depois da biblioteca, claro).

Agradeço, igualmente, às minhas queridas “balzacas”, Ana Luiza, Ângela, Maria Fernanda, Tatiana, Cibele, Dayana, Silvana, Charlotte e Maria Flávia por estarem sempre na torcida e pelo elixir que são nossos sagrados encontros mensais.

Aos companheiros da Liga de Hathor (que já foi de Maat, Min e sabe-se lá o que será daqui pra frente) Rennan, Gisela e André, pelas libações e risadas proporcionadas através de caricaturas do mundo acadêmico.

À Lidiane e ao Flávio, pelo carinho com que sempre me acolheram na sua casa em São Paulo, fazendo do Hotel Nakatani o melhor da cidade.

À amiga Isabelle, sempre presente mesmo quando eu estava longe, pela certeza da amizade verdadeira, agora estendida em forma de Pietro.

À Ana Luiza, por tantos momentos compartilhados, à Daiane, por nunca esquecer de mim e à Erika, pela torcida e carinho em forma de cupcakes.

Aos professores Moacir Elias Santos e Maurício Schneider, sem os quais não teria trilhado os primeiros passos na Egiptologia.

Ao professor Ciro Flamarion Cardoso, que já não está mais entre nós, por ter sido o mestre que foi, mesmo que este julgasse bobagem agradecer a quem não poderia retribuir o agradecimento.

Ao professor Norberto Guarinello, com quem cursei disciplina no doutorado.

Aos professores Carlos Henrique Gonçalves e Carlos Augusto Machado, que participaram da banca de qualificação, pelas valiosas sugestões.

Aos meus alunos, pelo aprendizado diário, por me ajudarem a exercer a tão necessária empatia e por tornarem meus dias mais plenos e repletos de humanidade.

Ao CNPq, pela bolsa concedida para a realização do doutorado e também para a realização do doutorado sanduíche.

“Nesses manuscritos me fui limpando de mim”

Mia Couto.

RESUMO

JOÃO, Maria Thereza David. **Estado e elites locais no Egito final do IIIº milênio a.C.** 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Poucos estudos têm se dedicado a explorar de forma mais sistemática o processo que levou ao fim do Reino Antigo (2686 a 2160 a.C.) e ao advento do Primeiro Período Intermediário (2160-2055 a.C.) no Antigo Egito. A relativa escassez de fontes sempre foi um dos argumentos usados para rotular esse momento da história egípcia como uma “idade das trevas”, na qual a civilização do Nilo teria mergulhado em profundo caos decorrente do enfraquecimento da monarquia unificada articulada em torno do faraó e da elite menfita. Nesse entendimento períodos como esse, de retração da capacidade centralizadora do Estado, permanecem alijados da histórica política egípcia e são encarados como meros hiatos dentro de um curso supostamente natural de centralização política. Pretendendo rever essas interpretações, este estudo se debruça sobre a organização da administração estatal egípcia no período que cobre especialmente da Vª dinastia ao Primeiro Período Intermediário. A análise da documentação, que engloba decretos régios e autobiografias inscritas nas tumbas de alguns dos mais destacados funcionários dessa época, demonstra que a corrente percepção acerca do fim do Reino Antigo, na qual as reformas administrativas empreendidas entre a Vª e VIª dinastias teriam provocado excesso de poder das elites locais, levando-as a se autonomizar e a concorrer com o próprio Estado, é equivocada. Partindo de uma concepção materialista a respeito do que se entende por Estado foi possível notar que o poder das elites provinciais, no Reino Antigo, articulava-se em torno de pelo menos três eixos principais: através do exercício de funções burocráticas na administração estatal; como responsáveis por instalações régias nas províncias, a exemplo do *hwt*; e por intermédio da administração e sacerdócio tanto em templos de divindades locais quanto nas chamadas capelas do ka, destinadas ao culto dos monarcas egípcios. A conclusão é a de que a autonomia de certos grupos provinciais frente ao poder menfita se dá somente após o enfraquecimento deste último, não estabelecendo com ele uma relação causal. Tal autonomia não se configura, igualmente, como um processo de oposição ao Estado, uma vez que elites locais e Estado sei inseriam na lógica estatal por meio de laços de solidariedade e reciprocidade essenciais ao equilíbrio de ambos. Ao ofertar nova luz ao estudo da administração egípcia busca-se repensar as condições que levaram ao declínio do Reino Antigo, assim como reavaliar o lugar do Primeiro Período Intermediário na história egípcia através de uma perspectiva integradora, inserindo-o na dinâmica das relações de poder que marcaram a trajetória dessa sociedade como um momento fundamental no qual administração estatal, longe de entrar em colapso, reorganiza-se e se rearticula.

Palavras-chave: Elites locais; Primeiro Período Intermediário; Estado.

ABSTRACT

JOÃO, Maria Thereza David. **State and local elites in Egypt during the end of the third millenium B.C.** 2015. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Only a few studies have systematically explored the process that led to the ending of the Old Kingdom (2686-2160 B.C) and the arrival of the First Intermediate Period (2160-2055 B.C) in Ancient Egypt. The relative lack of sources has always been an argument to label this moment of the Egyptian history as a period of “dark ages”, when the Nile civilization supposedly dived into deep chaos due to the weakening of the unified monarchy that jointed around the pharaoh and the Memphite elite. To this understanding, periods like that one, in which the State’s centralizing capacity retracted, remain excluded from the Egyptian political history and are faced as mere hiatus in a supposedly natural course of political centralization. Aiming to revise such interpretations, the present study discusses the organization of the Egyptian State administration from the 5th dynasty to the First Intermediate Period. The analysis of documents like royal decrees and autobiographies written in the tombs of some of the more distinguished officers of the period, points out the misconception of the current comprehension about the ending of the Old Kingdom. From our point of view, the administrative reforms made between the 5th and the 6th dynasties did not necessarily provoke an excess of power among the local elites, and therefore did not necessarily lead them to become autonomous and then concur with the State. By having in mind a materialistic conception of State, we could notice that the provincial elites’ power during the Old Kingdom jointed around at least three main perspectives: the exercise of bureaucratic functions in the State administration; the responsibility for royal installations in the provinces, like the *hwt* for example; and the administration and priesthood in local divinities’ temples and ka chapels, destined to the cult of the Egyptian monarchs. We have concluded that certain provincial groups started to become autonomous and to face the Memphite power only after this one’s hegemony started to weaken; therefore, there is no causal relation. In the same way, such autonomy did not mean an opposition to the State, since the local elites and the State were bounded by solidarity and reciprocity laces which were essential to the balance of both. By offering a new perspective to the study of the Egyptian administration, we aim to rethink the conditions that led to the fall of the Old Kingdom and reevaluate the place of the First Intermediate Period in Egyptian history. We propose an integrating perspective that puts this period into the dynamics of power relations that marked the trajectory of that society as a fundamental moment in which the State administration, far from collapsing, reorganized and rearticulated itself.

Keywords: Local Elites; First Intermediate Period; State

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa dos nomos do Alto Egito	137
Mapa 2. Mapa dos nomos do Baixo Egito	138

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1. A administração egípcia entre Niuserra e Djekara	103
Organograma 2. A administração egípcia na VIª dinastia	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Governantes egípcios do Reino Antigo	29
Tabela 2. Nomos do Alto Egito	136
Tabela 3. Titulaturas mais comuns pertencentes a chefes locais no Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário	146
Tabela 4. Lista de pessoas a serviço do templo de Hathor, em Tehna	230

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Produtividades das terras do primeiro ao nono nomo do Alto Egito	150
Figura 2. Produtividade das terras do décimo ao vigésimo-segundo nomo do Alto Egito	150

LISTA DE SIGLAS

AEL	Ancient Egyptian Literature
LAE	The Literature of Ancient Egypt
LH	La littérature historique sous l'Ancien Empire Égyptien
TAP	Texts of the Pyramid Ages
TP	Textos das Pirâmides
TS	Textos dos Sarcófagos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 DISCUSSÕES SOBRE ESTADO	23
1.1 PROBLEMÁTICAS INICIAIS	25
1.1.1 UM BREVE CONTEXTO	26
1.1.2 A TRAJETÓRIA EGÍPTOLÓGICA	30
1.2 APLICABILIDADE DO CONCEITO DE ESTADO ÀS REALIDADES PRÉ-CAPITALISTAS	36
1.3 CONCEPÇÕES IDEALISTAS E CONCEPÇÕES MATERIALISTAS: O ESTADO COMO INSTITUIÇÃO E ESTADO COMO RELAÇÃO SOCIAL.	42
1.3.1 PERSPECTIVA IDEALISTA/ LIBERAL	44
1.3.2 CONCEPÇÃO MATERIALISTA	67
2 A ADMINISTRAÇÃO EGÍPCIA: ENTRE CENTRALIDADE E DESCENTRAMENTO	77
2.1 ELITES: REFLEXÕES SOBRE UM CONCEITO.	82
2.2 OS PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS	89
2.3 TRANSFORMAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL AO LONGO DO REINO ANTIGO	99
2.4 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL NO REINO ANTIGO: PRINCIPAIS TÍTULOS E SUAS ATRIBUIÇÕES.	112
2.4.1 O CHEFE DO TESOURO: <i>imy-r pr ḥd e imy-r prwy-ḥd.</i>	114
2.4.2 CHEFE DO CELEIRO: <i>imy-r šnwt e imy-r šnwtj</i>	117
2.4.3 CHEFE DAS SEIS GRANDES CASAS: <i>imy-r ḥwt wrt e imy-r ḥwt wrt 6.</i>	121
2.4.4 CHEFE DOS ESCRIBAS DOS DOCUMENTOS DO REI: <i>imy-r zš ꜥ nsw.t</i>	126
2.4.5 CHEFE DOS TRABALHOS DO REI: <i>im.y-r kꜣt nsw.t.</i>	128
3 A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL ATRAVÉS DAS AUTOBIOGRAFIAS: ARTICULAÇÕES ENTRE ESTADO E PROVÍNCIAS.	132
3.1 OS NOMOS: UNIDADES TERRITORIAIS OU ADMINISTRATIVAS?	134
3.2 A ORGANIZAÇÃO DAS PROVÍNCIAS DURANTE A Vª DINASTIA	147
3.3 AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DA VIª DINASTIA E O FIM DO REINO ANTIGO.	153
3.3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS NOMOS MERIDIONAIS DO ALTO EGITO	160
3.3.1.1 A autobiografia de Harkhuf	163
3.3.1.2 A autobiografia de Pepynakht (Heqaib)	169
3.3.1.3 A autobiografia de Sabni	173
3.3.1.4 Autobiografia de Izi e de Qar (Merynefer)	177
3.3.1.5 Autobiografia de Weni	182
3.4 O PRIMEIRO PERÍODO INTERMEDIÁRIO: TEBANOS E HERACLEOPOLITANOS.	186

4 OS TEMPLOS, OS HWWT E A INCORPORAÇÃO DAS ELITES PROVINCIAIS À LÓGICA ESTATAL	202
4.1 AGRICULTURA INSTITUCIONAL NO REINO ANTIGO: OS <i>hwwt</i> .	204
4.2 A ORGANIZAÇÃO DOS TEMPLOS NO REINO ANTIGO: UMA VISÃO A PARTIR DOS DECRETOS DE COPTOS E DOS PAPIROS DE ABUSIR.	216
4.3 OS TEXTOS DOS SARCÓFAGOS: LEGITIMIDADE IDEOLÓGICA	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	258

INTRODUÇÃO

Sydney Aufrère, ao analisar o Primeiro Período Intermediário (2160-2055 a.C.) como um período de guerra civil, fome e penúria, lamenta a “dissolução das instituições faraônicas” ocorrida no período e comemora o retorno de uma monarquia com larga capacidade centralizadora - marcada pela ascensão de Mentuhotep II ao trono - como um momento em que “o fio da história é retomado”¹. Essa ideia sintetiza a maneira como boa parte dos egiptólogos escolhe interpretar a história política do Egito Antigo: como uma sociedade que caminha em uma inquebrantável trilha de centralização política, na qual os períodos intermediários nada mais são que um desvio no curso natural dessa história.

Essa perspectiva teleológica acaba por atribuir aos períodos intermediários uma condição anômala em relação aos outros períodos da história egípcia, caracterizados como obstáculos que teriam colocado em risco a sobrevivência do Estado faraônico, somente possível através da existência de uma monarquia centralizada, fim último a ser alcançado. Os períodos intermediários permanecem, nesse entendimento, alijados da histórica política egípcia quando, na realidade, estão circunscritos, tanto quanto qualquer outro período, na dinâmica das relações de poder que marcaram a trajetória dessa sociedade e precisam, portanto, ser vistos sob uma perspectiva integradora que não os considere como meros hiatos dentro de um determinado processo histórico.

Comumente descrito como anárquico, turbulento e caótico, o Primeiro Período Intermediário é uma das grandes lacunas da história egípcia. Os registros da época que sobreviveram até os dias de hoje são poucos e esparsos, o que obriga muitas vezes o pesquisador a partir de conclusões presumidas sobre esse período, baseadas em documentação de épocas posteriores ou anteriores. Sabemos, por exemplo, que o Primeiro Período Intermediário difere do Reino Antigo, seu predecessor, e do Reino Médio, seu sucessor, em virtude da menor capacidade centralizadora das instituições egípcias nesse momento, tornando-se palco de disputas entre vários centros de poder cujo resultado foi o fim da hegemonia menfita

¹ AUFRÈRE, Sydney. Qu'est-ce que la Première Période Intermédiaire? *Égypte, Afrique & Orient*, n. 18, agosto de 2000.

² Essa divisão respeita a cronologia presente no manual de história egípcia elaborado por Ian Shaw

no controle do aparato institucional estatal, dos quais grupos pertencentes à elite de Tebas se apoderam, transformando a cidade em nova capital e entronando um governante dela oriundo. Como isso aconteceu e porque, contudo, são questões que continuam sem uma resposta conclusiva e são alvo de conjecturas diversas.

Se quisermos nos debruçar sobre as causas que levaram ao Primeiro Período Intermediário é necessário recuar para o Reino Antigo e olhar atentamente para os mecanismos que garantiam a sustentação da autoridade régia, avaliar quais os agentes envolvidos nesse processo, bem como investigar que tipo de relações davam suporte a isso a que chamamos Estado no Egito Antigo. Iremos, com isso, provar que a existência de poderes locais e seu ganho relativo de autonomia, ao que frequentemente se atribui como causa do advento do Primeiro Período Intermediário, não colocava em risco a existência da monarquia faraônica mas é, antes, uma expressão normal das relações de poder existentes nessa sociedade, resultante de práticas levadas a cabo desde o início do Reino Antigo. Nesta tese pretendemos demonstrar que a existência de alianças e de relações de reciprocidade com os mais diferentes núcleos de poder, como as elites provinciais, eram indispensáveis ao exercício da autoridade monárquica e faziam parte da dinâmica do próprio Estado, não podendo ser encaradas como algo exterior a ele. Ao mesmo tempo, a sobrevivência dessas elites também dependia em grande parte das relações que estabeleciam com o chamado “poder central”. Qualquer perspectiva que coloque os poderes locais em oposição à monarquia é uma inferência sem lastro em suportes concretos, visto que as relações entre essas diferentes esferas estavam articuladas de forma orgânica à dinâmica de funcionamento das estruturas estatais egípcias.

Tendo isso em mente, um dos objetivos desta tese é o de analisar as relações entre as elites provinciais e as elites menfitas, compreendendo a atuação dessas elites em torno de três eixos principais: 1) na burocracia, através da sua integração formal ao aparato estatal, verificando que tipo de vantagens o exercício dessas funções possibilitava a essas pessoas; 2) nas instalações régias, notadamente o templo e o *hwt*, que se constituíam, igualmente, em importantes bases de poder local; 3) e no aspecto ideológico, através da análise do processo de “democratização” da imortalidade. Lógicas complementares, como o parentesco e patronato, também serão alvo de atenção de nossa parte uma vez que constituem importantes mecanismos de integração dessas elites por parte do Estado, fortalecendo-o ao

mesmo tempo em que também reforçavam o poder desses grupos. Outro objetivo é o de desvincular a ideia de centralidade como eixo de atuação do Estado egípcio demonstrando que este funcionava, na realidade, de maneira descentralizada. Desta forma, pretendemos colocar em perspectiva a historiografia sobre o Primeiro Período Intermediário através um novo aporte teórico sobre a questão do funcionamento do Estado.

A hipótese que orienta este trabalho é a de que as reformas administrativas levadas a cabo no final do Reino Antigo, especialmente durante a Vª e VIª dinastias, e que ajudaram a reorganizar o Estado através da atribuição de funções estatais às elites locais, não geraram núcleos de poder paralelos que concorriam com o próprio Estado e ocasionaram, em última instância, a descentralização do poder com o advento do Primeiro Período Intermediário. A autonomia das elites provinciais frente ao Estado, conforme postulam as interpretações sobre o período, era na realidade impossível, uma vez que o poder dessas elites dependia da manutenção do Estado e vice-versa, por estarem ligados por laços de solidariedade e reciprocidade.

Não se trata de negar a existência de núcleos de poder regionais que conquistam, cada vez mais, influência supralocal, como é o caso de Tebas e Heracleópolis, mas sim de rever uma relação causal extremamente nociva à compreensão do Primeiro Período Intermediário: a de que as elites provinciais estavam contra o Estado e foram responsáveis por seu colapso. Para tanto é necessário, em primeiro lugar, rever a própria concepção que se tem sobre Estado, que não pode ser confundido com monarquia e, em última instância, com a figura do faraó. Essa discussão será realizada no primeiro capítulo desta tese no qual, com o auxílio de teorias sociológicas de cunho materialista, iremos reavaliar as tradicionais concepções sobre o Estado presentes na Egptologia, apontando de que forma tais interpretações, contaminadas em grande parte pelo discurso das fontes, acabam propiciando uma visão equivocada sobre o fim do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário.

Tendo em vista o próprio caráter das fontes, iremos nos deter no aspecto institucional do Estado egípcio mas buscando, tanto quanto possível, desvelar também a realidade das relações sociais que compunham a materialidade desse Estado. No segundo capítulo da tese, iremos compreender o funcionamento da chamada “administração central”, ou seja, daquele núcleo de poder localizado em

Mênfis e articulado em torno do faraó. Através da análise de alguns decretos régios e de autobiografias encontradas nas tumbas de alguns cortesãos importantes (nosso recorte cronológico será, basicamente, a V^a e a VI^a dinastias, - 2494-2345 a.C. e 2345-2181 a.C., respectivamente² - em virtude da escassez de registros para épocas anteriores), buscaremos provar que Estado egípcio funcionava, na prática, de forma bastante fragmentada e não seguia rígidos princípios de organização, desfazendo a ideia de “eficiência burocrática” que por muito tempo caracterizou a prática estatal nessa sociedade. Ainda no mencionado capítulo iremos verificar como não existia uma delimitação clara entre a administração central e a administração provincial, justamente em virtude da fluidez que caracterizava o funcionamento das instituições egípcias.

No terceiro capítulo nos debruçaremos sobre a documentação proveniente das províncias egípcias. O recorte privilegiado será o Alto Egito e especialmente as províncias mais meridionais, por algumas razões: em primeiro lugar, quase não há registros a respeito dos nomos do Baixo Egito, provavelmente em virtude do clima da região, cuja umidade acelerou o processo de deterioração de vários suportes materiais, como o papiro e a madeira; em segundo lugar, também por uma questão documental, iremos nos ater aos nomos do sul, de onde provém a maioria dos registros e onde é possível registrar um maior grau de autonomia de algumas importantes famílias locais. Será também realizado um estudo das reformas administrativas da V^a e VI^a dinastias como forma de compreender a cooptação das elites provinciais no quadro institucional, verificando que tipos de vantagens a atuação na burocracia egípcia trazia a essas pessoas e de forma a incorporação dessas elites era um elemento essencial para o fortalecimento e manutenção do equilíbrio do Estado.

O quarto capítulo da tese será dedicado à análise do impacto das instalações régias nas províncias (os *hwt*) e dos templos locais, compreendendo de que forma constituíam importantes fontes de poder local ao mesmo tempo em que expandiam a cultura palatina no território egípcio. O exercício de atividades templárias, segundo postulamos, está na base de um importante processo que começa a se desenrolar no fim do Reino Antigo e atravessa todo o Primeiro Período Intermediário: a

² Essa divisão respeita a cronologia presente no manual de história egípcia elaborado por Ian Shaw (SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000).

“democratização” da imortalidade. Dada sua relevância no contexto ideológico, este processo será também analisado no quarto capítulo da tese.

Em relação às fontes, poucos são os registros sobreviventes para o estudo do cotidiano da administração egípcia no Reino Antigo. Contamos com alguns arquivos importantes, como os Papiros de Abusir³, os Decretos de Coptos⁴, os Papiros de Gebelein⁵ e os documentos de Balat⁶, muito embora estes dois últimos ainda não tenham sido publicados na íntegra. Restam-nos, como o principal foco documental, as autobiografias presentes nas tumbas dos altos funcionários, encontradas tanto em cemitérios menfitas quanto em necrópoles provinciais.

Dito isso, pretendemos colocar em perspectiva a forma como a historiografia vem, tradicionalmente, tratando o Primeiro Período Intermediário. Nós, atualmente, sabemos que após o Primeiro Período Intermediário houve a chamada “volta do poder centralizado”⁷, mas não podemos analisar o período como se as ações políticas da época fossem todas orientadas para esse fim ou como se estivessem seguindo um curso pré-determinado de sua história. O retorno de uma monarquia influente no Reino Médio, nessa perspectiva, deve ser compreendido como uma variante possível dentro dessa conjuntura e não como o único destino para o qual a sociedade egípcia deveria inevitavelmente caminhar.

³ De caráter fragmentado, o conjunto de textos conhecido como Papiros (ou Arquivo) de Abusir data da Vª dinastia e oferta informações a respeito do cotidiano administrativo do complexo mortuário de Neferikara, terceiro rei da mencionada dinastia. Aparecem, igualmente, informações relativas a dois templos solares localizados na região de Abusir, que fica cerca de vinte quilômetros a sudeste do Cairo, além de cartas, inventários e listas de oferendas (cf. POSENER-KRIEGER, Paule; DE CENIVAL, Jean Louis. *Hieratic Papyri in the British Museum. Fifth Series. The Abu Sir Papyri*. Londres : British Museum Press, 1968).

⁴ Trata-se de dezoito decretos régios produzidos entre a VIª e a VIIIª dinastias e identificados alfabeticamente de A a R. Tais decretos tratam de diversas questões relativas ao templo de Min, principal deus da região, a exemplo de isenções de tributação e corveia concedidas ao seu corpo de sacerdotes. A maioria dos decretos vem endereçado a funcionários específicos pertencentes à elite local, como Shemai, nomarca de Coptos, e sua família. A tradução utilizada será a de Strudwick (STRUDWICK, Nigel. *Textes from the Pyramid Age*. Atlanta: Society of Biblical Studies, 2005).

⁵ Não publicados, datam provavelmente da IVª dinastia e contêm informações a respeito de dois domínios rurais localizados em uma área distante da região menfita.

⁶ Igualmente não publicados, têm sido exaustivamente analisados por Laure Pantalacci a fim de desvelar o cotidiano da região do oásis de Dakhla em fins do Reino Antigo, especialmente no que toca as relações entre elites locais e poder central. O que podemos extrair a respeito desses documentos são portanto, análises indiretas provenientes dos estudos de Pantalacci e que demonstram, especialmente no que diz respeito ao Primeiro Período Intermediário, ser esta uma região muito próspera, o que contradiz a visão desse período como um momento de caos generalizado em território egípcio (Cf. SOUKIASSIAN, Georges ; WUTTMANN, PANTALACCI, Laure. *Le palais des gouverneurs de l'époque de Pépy II. Les sanctuaires de ka et leurs dépendances. Balat IV. FIFAO 46*, 2002).

⁷ Um termo mais adequado seria, talvez, « aumento da capacidade centralizadora do Estado ».

Veremos como a visão dominante na Egiptologia parte, em primeiro lugar, de uma percepção liberal sobre o que é o Estado e como, estendendo a compreensão desse Estado para além do âmbito institucional, seremos capazes de oferecer um novo tratamento sobre esse período da história egípcia e compreender de forma mais adequada as relações entre “poder central” e “poderes locais” no Egito. De outro lado, apontaremos como muitos estudiosos tomam como real a visão que as fontes passam sobre esse período, contaminando suas análises com a perspectiva ideológica da monarquia como fonte batismal de toda autoridade, com a necessidade de combater todo poder exterior a ela. Ao adotar essa visão ignora-se que o conflito é parte integrante de todo o processo que envolve a atuação política do Estado e que, portanto, os fatos ocorridos no Primeiro Período Intermediário não representam nenhum tipo de ruptura, pois o Estado egípcio funciona através de mecanismos de reciprocidade, articulando-se com outros centros de poder.

« Não há nada mais perigoso, em cada campo da ciência, que a tentação de achar tudo natural ».

(Marc Bloch)

1 DISCUSSÕES SOBRE ESTADO

Neste capítulo será realizada uma discussão a respeito da natureza daquilo a que chamamos Estado no Egito Antigo. Uma vez que o ponto central da tese toca diretamente o tema do funcionamento desse Estado, não há como nos furtarmos a realizar reflexões a respeito da sua natureza. O que este capítulo pretende realizar é um arrazoadado das principais discussões envolvendo a problemática do Estado e demonstrar como a questão vem sendo trabalhada no contexto pré-capitalista para que se possa pensar em como a Egiptologia vem tratando o tema⁸.

Via de regra, os estudos sobre o funcionamento do Estado antigo partem da interpretação do Estado como instituição. Outra abordagem recorrente é a do despotismo oriental⁹, ou seja, a da crença na existência de um núcleo de poder altamente centralizador, personificado no faraó, cuja legitimação se fazia pela via da religião e que exercia o seu domínio de forma absoluta sobre uma vasta população.

⁸ Uma das maiores dificuldades em se estudar a política no Egito Antigo é o caráter fragmentado das fontes e a ausência de discussões, como existem para os casos grego e romano, destinadas a pensar as formas políticas nessa sociedade. Dessa forma, um trato mais sistemático do tema no que diz respeito ao Egito Antigo (especialmente durante o Reino Antigo, cuja documentação é bem menos abundante que em outros períodos) exige bastante do pesquisador, que sofre também com isolamento da Egiptologia em relação a outras ciências sociais, conforme trataremos adiante.

⁹ Existe uma grande necessidade de se rever o conceito de despotismo oriental porque este forja uma pretensa superioridade europeia como “mãe da liberdade”. Enquanto as sociedades orientais são vistas como despóticas, ao Ocidente coube seguir o curso “natural” rumo à liberdade, primeiramente a partir da experiência democrática grega. A democracia, nesse sentido, é desenhada como o único sistema através da qual é possível ser plenamente livre e, por esse motivo, deve ser o fim por excelência de todas as sociedades. Não é difícil perceber que o desenvolvimento desse tipo de ideia era propício à afirmação da ordem burguesa surgida após a queda dos regimes absolutistas na Europa que, sob os princípios iluministas de “liberdade, igualdade e fraternidade”, constitui o ideário dos Estados europeus da época contemporânea.

Boa parte dos trabalhos parte de uma narrativa pré-estabelecida que considera o Estado egípcio um grande modelo de centralidade e eficácia burocrática, causas de sua grande durabilidade e suposta imutabilidade ao longo de milênios de história. Tal visão obscurece o dinamismo das relações que faziam parte da prática estatal egípcia e induz à crença de que sua estrutura, nessa sociedade, pouco se alterou ao longo do tempo. Um olhar mais atento, contudo, nota que diversos obstáculos se colocavam frente ao exercício da autoridade régia, a qual não funcionava da forma mecânica e direta comumente reproduzida pela Egiptologia. O escopo de atuação das instituições estatais era, portanto, limitado, até mesmo por conta das condições geográficas do território egípcio, que dificultavam a comunicação entre as diversas regiões. Outro ponto a ser levado em consideração é o de que as análises centradas unicamente na monarquia faraônica e suas instituições deixam de fora de sua compreensão a contribuição de diversos outros agentes na dinâmica estatal como elementos importantes para seu equilíbrio e continuidade.

Tendo isso em vista, ao iniciar os estudos sobre a administração egípcia, pareceu-me, portanto, mais correto enveredar por caminhos diversos. A mola propulsora da discussão, neste capítulo da tese, é a necessidade de compilar algumas noções básicas que auxiliem, no momento do estudo do caso concreto, compreender como funcionava isso a que chamamos “Estado” no Egito Antigo.

Para tanto é mister que se faça, em primeiro lugar, uma discussão sobre a pertinência do uso do termo Estado no contexto pré-capitalista. Tal abordagem configura-se como essencial uma vez que, majoritariamente, as definições a respeito do que é Estado referem-se ao Estado Moderno, tal como surgido na Europa por volta do século XVI e que, quando aplicadas a realidades diversas desta, implicam em anacronismos. Diante disso, procurar-se-á identificar nos estudos sobre o Egito Antigo, qual o tratamento dado à questão do Estado e que concepções subjazem às interpretações dos egiptólogos. Para que tal estudo seja possível optamos por articular o debate em torno das principais correntes interpretativas sobre o Estado, aqui divididas em liberais/idealistas e materialista ¹⁰ que, por partirem de

¹⁰ Seguiremos a divisão proposta em TANTALEÁN, Henry. *Arqueología de la formación del Estado. El caso de la Cuenca norte del Titicaca*. Lima: AFINED, 2008.

pressupostos diametralmente opostos, permitem-nos pontuar diversas problemáticas relativas ao tratamento da questão.

Ao compreender o funcionamento do Estado egípcio, intui-se adquirir subsídios que ajudem a comprovar a hipótese de que as reformas administrativas levadas a cabo no final do Reino Antigo, especialmente durante a Vª e VIª dinastias, e que ajudaram a reorganizar o Estado através da atribuição de funções estatais às elites locais, não geraram núcleos de poder paralelos que concorriam com o próprio Estado e não ocasionaram, em última instância, a descentralização do poder com o advento do Primeiro Período Intermediário. O que se pretende demonstrar nesta tese é que essas elites estavam organicamente articuladas à dinâmica estatal e que sua autonomia frente ao Estado, conforme postulam algumas interpretações sobre o período, era na realidade impossível, uma vez que o poder dessas elites dependia da manutenção do Estado e vice-versa, uma vez que estavam ligados por laços de solidariedade e reciprocidade. Pretende-se, aqui, relativizar a ideia de centralidade como eixo de atuação do Estado egípcio, mostrando que esse Estado funcionava, na realidade, de maneira descentralizada.

A falta de exatidão a respeito do que é Estado (confundido com monarquia, governo, administração) e de como se desenrolam as relações de poder nessa sociedade tem levado os egiptólogos a uma série de equívocos que se traduzem em contradições e os induz a reproduzir uma visão sobre o Estado que, se confrontada com a materialidade, acaba por não se sustentar. Uma reflexão teórica que permita avaliar que a descentralização não é um fator de enfraquecimento do Estado, mas um instrumento necessário à sua expansão e continuidade é o que irá, junto à análise das fontes, dar solidez uma discussão sobre Estado e elites locais no Egito capaz de lançar novas luzes ao estudo do Primeiro Período Intermediário.

1.1 PROBLEMÁTICAS INICIAIS

A fim de ofertar alguns subsídios importantes à análise ora empreendida, iremos nos deter brevemente na exposição de um panorama geral a respeito do

contexto a ser trabalhado, qual seja, o Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário e, posteriormente, apresentaremos algumas considerações relativas à forma como a Egiptologia vem, tradicionalmente, abordando temas como o Estado e a história política.

1.1.1 UM BREVE CONTEXTO

O Reino Antigo foi o período da história egípcia que vai de 2686 a 2160 a.C. e compreende desde o reinado de Nebka, primeiro rei da III^a dinastia, até a VIII^a dinastia, na qual reinaram vários monarcas de nome Neferkara¹¹. Em termos gerais, o Reino Antigo é visto da forma como sumaria Málek:

Durante o Reino Antigo, o Egito experimentou um longo e ininterrupto período de prosperidade econômica e estabilidade política, como continuação do Período Pré-Dinástico. O país rapidamente cresceu em um Estado centralizado governado por um rei que se acreditava estar dotado com poderes sobrenaturais. Era administrado por uma elite letrada selecionada, ao menos em parte, por mérito. O Egito atingiu quase que uma completa autossuficiência e segurança em suas fronteiras naturais; nenhum rival externo ameaçou seu domínio no nordeste da África e nas áreas imediatamente adjacentes da Ásia Ocidental. Avanços nas ideias religiosas foram refletidos nas estupendas conquistas na arte e arquitetura¹².

Nesse período o Egito era governado a partir de Mênfis, anteriormente conhecida como Ineb-hedj ou “Muralha Branca”. Foi a partir da IV^a dinastia que começaram no Egito as grandes construções monumentais, sendo as mais conhecidas as grandes pirâmides de Gizé. Na dinastia precedente já são perceptíveis esforços para a realização de grandes construções, como as empreendidas pelo faraó Djoser, mas as pirâmides elevaram esses esforços a patamares completamente distintos. Para a realização de empreendimentos como estes, era necessário um grande esforço organizacional por parte do Estado, o qual

¹¹ Provavelmente em imitação a Pepi, cujo nome de trono era Neferikara.

¹² MÁLEK, Jaromír. The Old Kingdom (c.2686-2160 BC). In.: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 84.

deveria gerenciar desde o aspecto logístico até a obtenção de mão-de-obra e recursos, como alimentos, para a população.

Tendo isso em vista, observam-se ao longo do Reino Antigo diversas modalidades de expansão do Estado egípcio, que deixa de contar somente com membros da família real, alargando seu quadro administrativo ao absorver indivíduos de outras origens, assim como se verifica uma presença institucional cada vez maior nas províncias.

Os grandes responsáveis por essas transformações foram especialmente os monarcas da V^a e VI^a dinastia que, cercados de cortesãos poderosos, controlavam os mecanismos institucionais do Estado e afirmavam sua presença e autoridade em diversas partes do Egito tanto através de mecanismos formais quanto informais de poder. A aliança com importantes famílias de potentados rurais se torna evidente a partir da V^a dinastia, mas não devemos supor que fossem inexistentes antes disso. Laços como o parentesco uniam as elites menfitas a grupos locais muito antes destes serem incorporados a um quadro institucional como funcionários a serviço do Estado.

A longa prosperidade do Reino Antigo apontada por Málek começa a declinar a partir da segunda metade da VI^a dinastia e, ao fim do reinado de Pepi II, nota-se a perda de hegemonia política e econômica por parte da elite menfita. Com isso, o Estado permanece em disputa por parte de alguns outros grupos que, aproveitando-se do enfraquecimento da monarquia articulada em torno de Mênfis, buscam construir uma nova alternativa de poder. Começa, então, o chamado Primeiro Período Intermediário (2160-2055 a.C.), no qual o Egito fica dividido em norte e sul.

O nome “período intermediário” é utilizado pelos egiptólogos para se referir a períodos de enfraquecimento do poder centralizado em oposição aos “reinos”, que comportariam uma forte unidade política. Seriam, portanto, ínterims entre uma regularidade e outra, estas marcadas pela presença de um poder central unificado. Por esse motivo, tais períodos eram na maioria das vezes suprimidos das listas régias, uma vez que evocavam momentos de instabilidade política. Tal situação levou muitos pesquisadores a crerem erroneamente num longo e ininterrupto processo de centralização política que teria sido levado a cabo no Egito em seus

cerca de três mil anos de história. Segundo Vandier e Drioton, essa era a situação do Egito no final do Reino Antigo:

A invasão estrangeira e a guerra civil se abateram sobre o Egito (...) a situação do Egito, nessa época, era trágica. O povo aproveitava a anarquia existente para cumprir o que foi denominado de « revolução social ». Os nobres foram despojados pela plebe; o terror reinava em todas as partes, nenhuma pessoa ousava empreender iniciativas, os camponeses não cultivavam a terra e era inútil que houvesse as cheias do Nilo, pois ninguém trabalhava e a fome se agregava aos males precedentes¹³.

A perspectiva adotada por esses autores é, ainda, dominante nos estudos a respeito do fim do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário, na qual é inegável a influência do documento literário conhecido como Admoestações de Ipu-Ur¹⁴. Essa visão, contudo, deve ser revista, uma vez que a condição do Primeiro Período Intermediário como um momento de crise generalizada deve ser relativizada por passar a ideia de que fora de uma monarquia unificada não era possível existir nenhuma espécie de ordem ou de governo organizado. Prefere-se pensar, aqui, no Primeiro Período Intermediário como um importante momento de reorganização administrativa, através do qual o Estado encontra um novo equilíbrio e novos atores entram em cena.

Além disso, a situação do território egípcio ao longo do Primeiro Período Intermediário não era uniforme. Enquanto no sul a situação demandava maior preocupação, o Delta e algumas províncias do Médio Egito pareceram não sofrer da mesma forma com o fim da monarquia unificada e com os outros problemas que acometiam o Egito nesse período (um deles era a invasão de povos asiáticos). Nessa época, verifica-se a existência de dinastias simultâneas: uma dinastia menfita e uma heracleopolitana aparecem concomitantes (IX^a e X^a dinastias); a XI^a, por sua vez, contou com reis heracleopolitanos e tebanos governando ao mesmo tempo, até que o tebano Mentuhotep II subjuga os governantes de Heracleópolis, que

¹³ DRIOTON, E.; VANDIER, J. *Historia de Egipto*. Buenos Aires :Eudeba, 1964. p. 183.

¹⁴ Retomaremos, no momento oportuno, a análise desse documento que, em resumo, descreve uma supost revolta popular que teria ocorrido no Egito durante o Primeiro Período Intermediário e é usado pelos egiptólogos como um espelho da realidade de todo o território egípcio na época mencionada.

controlavam o Delta e, a partir do sul, reunifica o Alto e Baixo Egito, dando início à XIIª dinastia e ao que posteriormente se convencionou chamar de Reino Médio.

Reino Antigo	2686-2160 a.C.
<i>IIIª dinastia</i>	2686-2613
Nebka	2686-2667
Djoser (Netjerikhet)	2667-2648
Sekhemkhet	2648-2640
Khaba	2640-2637
Sanakht?	
Huni	2637-2613
<i>IVª dinastia</i>	2613-2494
Sneferu	2613-2589
Khufu (Quéops)	2589-2566
Djedefra (Radjedef)	2566-2558
Khafa (Quéfren)	2558-2532
Menkaura (Miquerinos)	2532-2503
Shepseskaf	2503-2498
<i>Vª dinastia</i>	2494-2345
Userkaf	2494-2487
Sahura	2487-2475
Neferirkara	2475-2455
Shepseskara	2455-2448
Raneferef	2448-2445
Nyuserra	2445-2421
Menkauhor	2421-2414
Djedkara	2414-2375
Unas	2375-2345
<i>VIª dinastia</i>	2345-2181
Teti	2345-2323
Userkara [usurpador]	2323-2321
Pepy I (Merira)	2321-2287
Merenra	2287-2278
Pepy II (Neferkara)	2278-2184
Nitiqret	2184-2181
<i>VII e VIIIª dinastias</i>	2181-2160
Vários reis de nome Neferkara, provavelmente em imitação a Pepi II.	

Tabela 1. Cronologia dos faraós do Reino Antigo, segundo Ian Shaw.¹⁵

¹⁵ SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

1.1.2 A TRAJETÓRIA EGÍPTOLÓGICA

Trazer um novo olhar para a historiografia do Primeiro Período Intermediário é, também, criticar uma análise uniforme e generalizante das relações políticas no Egito, que normalmente desconsidera particularidades regionais e, muitas vezes, cronológicas¹⁶. Isso leva à revisão de outro ponto importante, que é a ideia comumente aceita de que o Estado egípcio era uma espécie de bloco monolítico, que dependia exclusivamente do faraó e da rede administrativa institucional por ele controlada quando, na realidade, esse Estado era muito mais plural e fragmentado do que podemos imaginar. É o que postula, por exemplo, Kemp, quando afirma que:

Em última instância, os dogmas serviam para reforçar o processo histórico através do qual uma autoridade central apareceu para exercer seu controle sobre uma rede há muito estabelecida de política de comunidades, e era continuamente reforçada nas províncias pelo ritual e iconografia do ritual que fizeram, por exemplo, do rei o responsável pelas cerimônias nos templos provinciais¹⁷

Para o egiptólogo J.J. Janssen, a posição central atribuída ao faraó e à família real não era apenas uma questão de dogma, mas um fato, se levarmos em consideração especialmente o contexto anterior à VIª dinastia¹⁸. Atribuir ao faraó o papel de senhor absoluto parece ser o princípio apriorístico de quase todas as análises sobre Estado e monarquia e acaba por perpetuar a ideia de que “o faraó,

¹⁶ É comum encontramos enfatizada na literatura a ideia de estabilidade política no Egito, como se as estruturas sociais, políticas e econômicas não tivessem sofrido abalos ou alterações ao longo de milênios de história. As próprias listas dinásticas formuladas pelos egípcios, a exemplo do Papiro de Turim e das listas reais de Abidos (encontradas nos templos de Seti I e Ramsés II), contribuem para firmar essa impressão, visto que não mencionam os períodos intermediários. Por influência dessa distinção, os períodos denominados “reinos” (Antigo, Médio e Novo), nos quais havia a presença de uma monarquia centralizada, são vistos pela Egiptologia como períodos de estabilidade em oposição aos períodos intermediários, de fragmentação política, entendidos como momentos de caos. Vale a pena salientar que pensar os períodos intermediários em termos de centralização e descentralização política não contribui para a discussão que se pretende realizar aqui. Julga-se mais relevante pensar em termos de retração ou expansão da capacidade centralizadora do Estado.

¹⁷ KEMP, Barry. *Old Kingdom, Middle Kingdom and Second Intermediate Period c. 2686-1552 b.C.* In.: TRIGGER, Bruce ; KEMP, Barry ; O’CONNOR, David ; LLOYD, Allan. *Ancient Egypt : a social history*. Cambridge : Cambridge University Press, 2003. p. 73.

¹⁸ JANSSEN, J. J. *The early state in Ancient Egypt*. In.: CLAESSEN, H.J.M; SKALNIK, Peter. *The early state*. The Hage: Mouton Publishers, 1978. p. 223.

por meio de seu ofício divino, era a cabeça do Estado e o maior administrador do Egito, e agia como o garantidor universal da economia e da estrutural governamental da qual era encarregado”¹⁹. Uma tal posição deixa-se, sem dúvida, contaminar pelo discurso das fontes, que dotam o rei de um poder excepcional diante do qual se curvam, até mesmo, os deuses:

Levantai vossas faces, ó deuses que estão no outro mundo, porque o rei veio para vós possais vê-lo, ele se tornou o grande deus. O Rei é anunciado] com temor, o rei é vestido. Guardai-vos, todos, porque o rei governa os homens, o Rei julga os vivos no domínio de Rá, o Rei fala a sua região pura à qual fez sua morada com aquele que julgou entre os dois deuses. O rei tem poder em sua cabeça, o rei porta o seu cetro e Thot mostra respeito pelo rei. O Rei senta com aqueles que remam a barca de Rá, o rei ordena o que é bom e Rá o faz, porque o Rei é o grande deus²⁰.

Para Miroslav Bárta, a monarquia ocupa papel proeminente na pesquisa egiptológica desde o início da década de 20, quando da descoberta da tumba de Tutankhamon²¹. Na última década, contudo, alguns estudos começaram a se dedicar a contestar a ideia de centralidade monárquica e a visão de estabilidade do reino egípcio. No caso específico do Reino Antigo, vale destacar a produção do egiptólogo espanhol Juan Carlos Moreno Garcia, hoje pesquisador do CNRS²², em Paris, e responsável pela renovação de boa parte dos estudos referentes à administração do Estado²³. Outras interpretações, como a de Hratch Papazian, acreditam que « uniformidade, mais do que centralização rígida, representariam, talvez, uma designação mais apropriada do sistema prevalente, que proliferava os

¹⁹ PAPAZIAN, Hratch. The Central Administration of the Resources in the Old Kingdom: Departments, Treasuries, Granaries and Work Centers. In.: MORENO GARCIA, Juan Carlos. *Ancient Egyptian administration*. Leiden: Brill, 2013. p. 46.

²⁰ Encantamento 252 dos Textos das Pirâmides (cf. FAULKNER, Raymond. *The Ancient Egyptian Pyramid Texts*. Warminster: Aris & Phillips, 1969).

²¹ BÁRTA, Mirosláv. Egyptian Kingship during the Old Kingdom. In.: HILL, Jane A.; JONES, Philip; MORALES, Antonio J. *Experiencing power, generating authority*. Cosmos, politics and the ideology of kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia. Filadélfia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2013a. p. 258.

²² Centre National de la Recherche Scientifique.

²³ Vide, por exemplo: MORENO GARCIA, Juan Carlos (org.). *Ancient Egyptian administration*. Leiden: Brill, 2013.

métodos operacionais do governo central para os vários distritos do Egito”²⁴. Já Harco Willems, por exemplo, rejeita a ideia de uniformidade desse sistema e percebe diferenças na maneira de se conduzir a administração nas diversas províncias egípcias do Reino Antigo²⁵.

É necessário, portanto, combater não apenas a visão de centralidade no faraó e na instituição monárquica mas, também, a de uniformidade, que concebe a administração egípcia como um sistema homogêneo aplicado ao longo de todo o território de maneira única. Reconhecer, nessa sociedade, a existência de diversos núcleos de poder dotados de legitimidade e que não passam, necessariamente, pelo âmbito institucional ou são formalmente conectados ao que se chama de administração central também é de fundamental importância para que se possa ampliar a nossa compreensão a respeito da dinâmica de funcionamento do Estado egípcio.

Essa reflexão ampliada, contudo, não pode ser feita sem que antes se discuta a própria concepção daquilo que concebemos como Estado. Na Egiptologia, o termo vem sendo utilizado sem que haja muitas ponderações a respeito de seu uso e de sua pertinência, aparecendo na forma de uma categoria abstrata dada *a priori* que, como tal, naturaliza sua própria existência e contornos, como se estes fossem únicos e válidos para toda as sociedades ao longo do tempo. É necessário perceber, contudo, que o Estado não é uma condição dada, e que precisa ser historicizado, o que implica em desnaturalizar o uso de categorias contemporâneas²⁶.

Não se pretende, aqui, escrever um tratado geral do Estado, muito menos apresentar uma definição única a respeito do que seja o Estado no pré-capitalismo, mas compreender como uma ideia cristalizada a respeito do que é o Estado (da qual a Egiptologia é caudatária), aliada à falta de precisão conceitual leva os egiptólogos a caírem em simplificações e em muitas contradições, o que influi diretamente na compreensão da dinâmica do poder nessa sociedade, a qual fica reduzida muitas vezes a certas imprecisões.

²⁴ PAPAIZIAN, *op. cit.*, 2013, p. 50. É a perspectiva de que, de um núcleo de poder, derivariam todos outros.

²⁵ WILLEMS, *op. cit.*, 2008.

²⁶ Saliente-se, apenas, que o intuito não é abandonar o uso de categorias modernas e contemporâneas no estudo da Antiguidade nem desconsiderá-las como ferramentas heurísticas.

Nesse sentido, vale a pena apontar que a Egiptologia parece bastante resistente a perceber a importância de abordagens mais teóricas e se constitui como um campo de discussões essencialmente empíricas. Recentemente Moreno García publicou um excelente e esclarecedor artigo acerca dos principais desafios envolvendo a Egiptologia²⁷. Um dos pontos para o qual o autor chama mais atenção é, justamente, seu isolamento e atraso em relação a outras ciências sociais no que diz respeito a métodos e teorias envolvendo discussões de temas complexos como economia e sociedade. Moreno García aponta que essa situação pode ser percebida desde os primórdios do desenvolvimento da Egiptologia (o marco inicial da ciência egiptológica é a decifração dos hieróglifos da Pedra de Rosetta por François Champollion, em 1822), quando a « caça ao tesouro » e a atenção seletiva para certos temas considerados « mais importantes », (a exemplo da arte, religião e construção monumental) contribuíram decisivamente para os rumos posteriores dos estudos sobre o Antigo Egito.

Os métodos obsoletos usados pelos egiptólogos, calcados na ideia de que a Filologia e a Arqueologia eram as únicas razões de ser da Egiptologia, levaram à necessidade de se abrir uma discussão com o intuito de renovar esse campo, inserindo novos temas de estudo e abordagens mais interdisciplinares, a exemplo de um congresso no Cairo no ano de 1975. Ainda hoje, contudo, persiste a necessidade de se abrir cada vez mais ao debate com outros campos²⁸. Moreno García observa o que talvez, hoje, seja um dos maiores problemas da Egiptologia: mesmo quando realizam estudos sobre temas não tradicionais, como história econômica, por exemplo, o trabalho de boa parte dos egiptólogos consiste em longas e exaustivas traduções de documentos, recheados de comentários filológicos e a interpretação do conteúdo propriamente dito, como ferramenta para a compreensão da realidade egípcia, fica por conta de algumas notas esparsas que reproduzem acriticamente o senso comum e não demonstram nenhuma

²⁷ MORENO GARCIA, Juan Carlos. Recent developments in the social and economic history of Ancient Egypt. *Journal of Near Eastern Studies* (JANEH), n.1, 2014.

²⁸ No contexto de ampliação do campo de estudo da Egiptologia, Ciro Cardoso observa a existência de debates sobre economia egípcia, ocorridos na década de 70, articulados entre três perspectivas: a marxista, a formalista e a substantivista. Nesse contexto entram as contribuições de Liverani e Zaccagnini, como expoentes da primeira corrente; Jacob Janssen, dentro da segunda perspectiva, influenciado pelas ideias de Polanyi; e, finalmente, Barry Kemp, que Cardoso enxerga como sendo formalista. (CARDOSO, Ciro Flamarion. A economia e as concepções econômicas no Egito faraônico: síntese de alguns debates. *História econômica & história de empresas*. v. 1, 2003. pp. 151-178).

preocupação metodológica ou com a construção de um debate teórico. Nesse aspecto, « coletar, catalogar e estudar objetos individualmente no quadro da história da arte e da filologia tem sido a preferência em detrimento de interpretações históricas »²⁹, e a pesquisa direcionada a objetos se faz, normalmente, sob perspectivas defasadas, transformando a Egiptologia « (...) numa disciplina cujas práticas, conceitos e preocupações intelectuais estão simplesmente alienadas dos atuais debates em História Antiga e Arqueologia »³⁰.

A perspectiva adotada nesse trabalho parte do pressuposto de que uma história teoricamente bem informada é fundamental, assim como uma teoria historicizada e, por isso, insiste em certas discussões conceituais uma vez que

(...) a “teoria” é objetificada e abordada em introduções, em artigos especializados, ou segregada como objeto de estudo dos profissionais específicos da história intelectual. Não se espera que historiadores perguntem questões acerca das condições que possibilitam o conhecimento histórico que eles produzem - sobre a genealogia de suas categorias e seu enraizamento nos mundos sociais que eles mesmos pretendem explicar, sobre a sua própria relação com seus objetos de estudo, e sobre a relação entre esses passados e o presente do historiador. Ainda que historiadores frequentemente critiquem a teoria por ser exageradamente abstrata, eles tendem a abstrair a teoria de suas conexões com o mundo, como se ela estivesse em um ponto fora da história, como algo a ser usado e aplicado. Como resultado, pesquisadores são geralmente recompensados por fornecerem uma assessoria especializada sobre métodos de arquivo a serviço de conclusões que já estão dadas de antemão (por exemplo, fenômenos históricos são mais complexos do que as abstrações teóricas os tornam; eventos contingentes têm um papel importante em processos históricos; a mudança histórica é resultado de diversos determinantes e não apenas uma causa; a ideologia nunca é totalmente convincente para todos; o poder do Estado nunca é absoluto; projetos nunca são implementados integralmente; discursos e práticas nem sempre se alinham, ações frequentemente tem consequências inesperadas; atores nem sempre

²⁹ MORENO GARCIA, Juan Carlos. The cursed discipline ? The peculiarities of Egyptology at the turn of the Twentieth First Century. In : CARRUTHERS, W. *Histories of Egyptology* : Interdisciplinary Measures. London : Routledge, 2014. p. 53.

³⁰ *Ibid*, p. 53. Uma exceção pode ser atribuída a David Warburton que, ao tratar de aspectos relativos à economia e ao Estado no Reino Novo, oferece uma discussão preliminar a respeito de vários modelos interpretativos referentes a essas duas categorias. Mais especificamente sobre o Estado, Warburton adota o conceito de que este « (...) pode ser definido genericamente como uma unidade geográfica com uma população e com uma autoridade legal reconhecida », apontando a necessidade de um governo legítimo ou de um corpo de leis como requisitos mínimos para a sua existência (cf. WARBURTON, David A. *State and Economy in Ancient Egypt*. Fiscal Vocabulary of the New Kingdom. OBO 151, Friburgo. p. 36). O autor rejeita as teorias que só vêem o Estado Moderno como exemplo de formação estatal e atribui ao Egito a condição de um Estado-nação territorial. Muito embora sua percepção de Estado seja diversa daquela à qual se vincula esse trabalho, o esforço realizado pelo autor de inserir as discussões sobre o Egito no seio de debates mais abrangentes envolvendo as ciências sociais é digno de nota.

sabem o que estão fazendo, fenômenos históricos e processos são frequentemente contraditórios). Um empiricismo descritivo aparece, portanto, como uma inovação teórica³¹.

Por mais que faltem na Egiptologia estudos que se dediquem a uma reflexão mais teórica e conceitual, a maneira como a maioria dos egiptólogos trata o Estado traz embutida uma visão específica a respeito de seu funcionamento, a qual é por eles reproduzida (mesmo que inconscientemente). Perpetua-se a ideia de que o Estado egípcio é o exemplo por excelência de uma eficiente estrutura burocrática e altamente centralizadora que coloca, de um lado, o faraó e seu entorno de dignitários e, de outro, a grande massa por ele controlada³². Como se verá ao longo deste trabalho, a adoção de uma perspectiva rígida como essa a respeito do Estado egípcio não deixa entrever a enorme complexidade envolvendo esse tipo de organização que dependia não só de mecanismos institucionais e legais, mas também de redes locais e informais de poder para a manutenção da sua existência.

Objetiva-se, portanto, trazer à Egiptologia novas possibilidades de se pensar aquilo que entendemos por Estado e, com isso, embasar uma reflexão crítica que permita um novo olhar sobre a monarquia faraônica e sobre a própria questão da organização e distribuição do poder nessa sociedade. Para começar a discussão é possível dizer, *grosso modo*, que o Estado egípcio pode ser compreendido a partir de dois eixos interpretativos: é possível analisá-lo através do viés institucional; ou, então, pode-se advogar que o Estado, mais do que instituição, é relação social.

Ambas as interpretações serão desenvolvidas de maneira mais acurada no decorrer desse capítulo. Antes, contudo, iniciaremos por uma discussão mais genérica a respeito da aplicabilidade do conceito de Estado fora do contexto das monarquias nacionais europeias e, posteriormente, far-se-á um arrazoado das principais correntes interpretativas dedicadas ao estudo do Estado, inserindo-as no contexto dos debates egiptológicos.

³¹ WILDER, Gary. From Optic to Topic: The Foreclosure Effect of Historiographic Turns. *The American Historical Review*, vol. 117, no. 3 (junho 2012), pp. 723-745.

³² Esse posicionamento é claramente o adotado por Janssen ao falar sobre o Reino Antigo: “o quadro usual da sociedade egípcia durante o Reino Antigo é de uma massa amorfa de camponeses governada por um Estado centralizado representado por uma relativamente pequena classe de altos funcionários, a maioria de sangue real, e um grupo de funcionários de escalão mais baixo, ligeiramente, mais amplo. No geral, essa visão parece correta.” (JANSSEN., *op. cit.*, p. 227).

1.2 APLICABILIDADE DO CONCEITO DE ESTADO ÀS REALIDADES PRÉ-CAPITALISTAS

Os estudos a respeito do surgimento do Estado vêm, há muito, chamando a atenção de historiadores e cientistas políticos. Desde o início, a maioria preocupou-se em definir a gênese do chamado Estado Moderno, debruçando-se sobre a história da Europa feudal a fim de precisar onde e como se deu a ruptura que permitiu o nascimento do Estado capitalista. Esta abordagem traz consigo a ideia de que Estado é apenas aquela forma de organização política surgida no continente europeu no século XVI – o Estado-nação, portanto. Esse é, talvez, o maior dos problemas nos estudos relativos ao Estado pois, embora possa ser definido de diversas formas (De Quiroga fala, por exemplo, em 140 definições³³), existe a impressão de que é um conceito universal, aplicável a todas as formações estatais. O Estado, tal qual definido por Weber – concepção que será recuperada em outro momento desse capítulo – acabou por se consolidar como esse modelo universal quando, na realidade, apresenta apenas uma forma de interpretar esse Estado³⁴.

No tocante à aplicabilidade do conceito de Estado, Dell’Elicine, Francisco, Morin e Miceli verificam a existência de duas polarizações extremas, quais sejam: o paradigma evolucionista, que distingue o Estado de uma forma anterior, “primitiva”, sendo ele, portanto, um estágio “civilizatório” e “superior”; e o antiestatalista, para o

³³ DE QUIROGA, Pedro López Barja. La ciudad antigua no era un Estado. In.: DELL’ELICINE, Eleonora; FRANCISCO, Héctor; MICELI, Paola; MORIN, Alejandro. *Pensar el Estado en las sociedades precapitalistas*. Pertinencia, limites e condiciones del concepto de Estado. Universidad Nacional de General Sarmiento: Buenos Aires, 2012. p. 79.

³⁴ Apesar de não haver consenso entre os especialistas para uma definição única do que seja o Estado, usualmente este é definido a partir de três eixos principais (cf.: CLAESSEN, Henri J. M.; SKALNIK, Peter. *The Early State*. The Hage: Mouton Publishers, 1978): existência de um território delimitado (cabe a pergunta: como definir esse limite territorial?), no qual habita um certo número de pessoas (novamente questiono: qual é o mínimo de população para que se possa ter um Estado?) e que possui um tipo específico de governo, o qual comporta um núcleo centralizado no qual estão um soberano e seu entorno (fica outra pergunta: Estado se confunde com governo centralizado?). Esse Estado seria, então, o responsável pela manutenção da ordem e a da lei, uma vez que possui o monopólio da coerção. Veremos ao longo desse capítulo como essa interpretação sobre o Estado é fruto de uma visão específica (a qual chamaremos de liberal) e outros vieses, essencialmente de cunho materialista, serão apresentados como contrapontos.

qual o Estado nasce apenas como resultado do surgimento da sociedade capitalista, não reconhecendo formações estatais anteriores a ela³⁵.

Disso resultam as discussões a respeito da pertinência ou não do uso do termo Estado para se referir a organizações políticas anteriores ao advento do Estado Nacional Moderno, tais como aquelas presentes na antiguidade e no medievo e em contextos exteriores à Europa. Muitos estudiosos, a exemplo de Tantaléan³⁶ e do egiptólogo Juan Carlos Moreno García, advogam que a defesa desta ou daquela visão sobre o Estado está intimamente associada a interesses políticos. Para Moreno Garcia, os estudos sobre os Estados europeus visam, historicamente, reforçar a hegemonia ocidental através da identificação, no Ocidente, de um modelo de desenvolvimento particular, que seria “superior”. O autor enxerga, ainda, que o resgate do estudo dos estados antigos visa justamente oferecer uma contrapartida e tirar essa centralidade ocidental, combatendo uma perspectiva linear que coloca a Europa sempre à frente. Isso se deve ao enfraquecimento de sua hegemonia nos dias atuais, nos quais o passado e o desenvolvimento de regiões atualmente em pleno crescimento econômico³⁷, como é o caso da Índia e da China, passam a ser valorizados e a ganhar foco. Trata-se, portanto, de repensar o estudo das sociedades antigas em outras bases que não tomando por referência sua aproximação ou distanciamento em relação ao desenvolvimento europeu.

Entender o Estado restringindo-o ao Estado Moderno é partir, portanto, de uma perspectiva eurocêntrica, dominante nos estudos históricos. Lucien Febvre adota claramente essa perspectiva, uma vez que, para ele,

Falar do problema das origens do Estado quando se trata de imaginar o que na mais remota das sociedades humanas puderam ser os primórdios de um poder que nem sequer podemos denominar político (...) é dar ensejo a uma intolerável confusão de ideias. As origens do Estado devem ser

³⁵ DELL'ELICINE, Eleonora ; FRANCISCO, Héctor ; MICELI, Paola ; MORIN, Alejandro . Pensando en situación: el concepto de Estado en el estudio de las sociedades precapitalistas. In. : _____, *op. cit.*, 2012. p. 128 .

³⁶ TANTALEÁN, Henry. Arqueología de la formación del Estado. El caso de la Cuenca norte del Titicaca. Lima: AFINED, 2008.

³⁷ MORENO GARCIA, Juan Carlos. Introduction. Élités et états tributaires : le cas de l'Égypte pharaonique. In. : _____ (org.). Élités et pouvoir en Égypte ancienne. *CRIPEL* 28 (2009-2010). Université Charles de Gaulle, Lille 3. pp. 11-50. Outra consideração que não pode deixar de ser feita é a de perceber, como já dizia Marc Bloch, que o historiador é homem de seu tempo, e a pretensa objetividade na análise documental não existe, visto que o estudo de determinado objeto está sempre condicionado ao olhar subjetivo do pesquisador que, por sua vez, não tem como descolar essa visão de questões colocadas por sua própria época e que influenciam em sua percepção sobre o passado.

consideradas somente quando começa a existir um organismo que, aos homens do século XVI, mostrou-se bastante novo para que eles sentissem a necessidade de dotá-lo de um nome: um nome que os povos, na mesma época, passaram de um para outro³⁸.

A percepção do Estado Nacional Moderno como única forma de organização política existente na Europa, tornando-o uma espécie de modelo de referência, tem sido bastante debatida nos estudos medievais. Frequentemente tenta-se estabelecer uma conexão forçada entre as monarquias feudais e o tipo de Estado surgido na Idade Moderna, como se estas gestassem uma espécie de proto-Estado capitalista. Ou é assim, ou o feudalismo é considerado uma espécie de “*gap*” histórico, postura que está bastante atrelada a uma visão teleológica dos acontecimentos³⁹. Essa interpretação parte de pressupostos evolucionistas que compreendem a história como uma sucessão de estágios que culminariam no amadurecimento da “sociedade comercial”, capitalista, cujas sementes já estariam dadas desde o início da história humana⁴⁰. O feudalismo e a retração das atividades comerciais representariam, portanto, uma interrupção nesse desenvolvimento, freado com a queda do Império Romano do Ocidente e recuperado com o renascimento urbano da Baixa Idade Média⁴¹. O mesmo pressuposto evolucionista é postulado para o

³⁸ FEBVRE, Lucien *apud* (Jr) SOUZA, Almir Marques de. O Estado como um conceito viável para estudar a Idade Média. *Atas do X Encontro Internacional de Estudos Medievais* (EIEM) da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) – Diálogos Ibero-americanos. Brasília: ABREM/PEM-UnB, 2013. p. 57.

³⁹ Dada a ausência de discussões similares sobre Estado no contexto da antiguidade oriental, mais especificamente para o caso egípcio, os estudos medievais foram importantes referências no que diz respeito ao desenvolvimento deste trabalho.

⁴⁰ Cf. WOODS, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011. p.130. Bourdieu chamaria essa perspectiva de “ilusão retrospectiva”, a qual culminaria numa “ilusão teleológica”. (Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 81)

⁴¹ É interessante pensar que a referência de Estado para esses autores está, desde os primórdios, atrelada ao Ocidente, uma vez que a continuidade é pensada em termos de Império Romano Ocidental. Não fazem parte desse desenvolvimento os antigos estados do Oriente, como o egípcio que, ao serem incorporados ao mundo romano, teriam ficado sujeitos às mesmas regras de desenvolvimento das instituições ocidentais. Em momento algum se pensa no Oriente como tendo desenvolvido um modelo particular de Estado, mas simplesmente como emuladores de um modelo « vencedor », capitalista, cujas bases não poderiam ter surgido noutra parte que não fosse a Europa, como nunca cansam de tentar demonstrar. O que não se encaixa nessa perspectiva é fato de que, enquanto boa parte da Europa estava isolada em feudos e sua economia era basicamente de subsistência, o comércio de longa distância, no Oriente, estava a todo vapor. Como, portanto, atribuir à Europa o surgimento de algo do qual ela era, nesse momento, apenas uma sombra perto do dinamismo e vitalidade econômicos de um Império Bizantino ou de uma Índia, por exemplo?

surgimento do Estado, visto como uma tendência “natural” de todas as sociedades e que gestariam, de diferentes formas, os fundamentos do Estado Moderno, seu ápice. Cerineu alerta que

Caracterizar pejorativamente aquilo que não se enquadraria em um conceito posterior de Estado como “retrocesso de natureza feudal” acaba por cindir a Baixa Idade Média da Modernidade, pressupondo rupturas que, na prática, não existiram; além de proceder a um julgamento de valor no qual o medieval é apresentado necessariamente de forma negativa⁴²

A rejeição do feudalismo como um período no qual imperava certo caos é corolária de uma percepção acerca do que é o Estado e que deve ser revista. Genêt diz, por exemplo, que “o Estado Moderno não é (...) a única estrutura sócio-política viva no Ocidente cristão. Ele é tanto em concorrência (interna e externa), tanto em simbiose, coexistente com outras estruturas de poder (...)”⁴³.

Isso significa dizer, por exemplo, que as disputas entre as elites nobiliárquicas da Idade Média e a aparente fragmentação do poder ocorrida em seus séculos iniciais é vista, normalmente, como um entrave ao “inexorável” desenvolvimento das instituições estatais. O “poder central”, compreendido nesse momento como o poder de comando sobre um território, monopolizado por um soberano, aparece como incompatível com a existência de lógicas senhoriais. Se mudarmos a perspectiva e considerarmos que, na prática, forças políticas de naturezas diversas coexistiam paralelamente aos organismos institucionais, alteramos também a própria percepção acerca do que seria essa fragmentação, uma vez que isso implica reconhecer que a atuação dessas elites é parte integrante dessa teia de relações a que chamamos Estado e que a ideia de que o governo central detém a autoridade absoluta não é compatível com a realidade. Dessa forma, se nos voltarmos à materialidade do Estado, veremos que não é possível rejeitar a atuação de poderes regionais como exteriores à lógica estatal, uma vez que ambos se completam mutuamente e a

⁴² CERINEU, João. *Domínio e exploração sociais na emergência do Estado Moderno Português* (D. Pedro e D. Afonso V - 1438-1481). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2013, p.18.

⁴³ GENÊT, Jean-Philippe. La genèse de l'État moderne (les enjeux d'un programme de recherche). *Actes de la recherche en sciences sociales*. 1997, vol. 118, n. 118. p 8.

existência de um depende da existência do outro. Não existe tal coisa como “poder centralizado”, usada como sinônimo para “Estado” – este é, na realidade, resultado de relações múltiplas e fragmentadas e a ideia de “Estado centralizado”, que tudo controla, não passa de uma abstração. Há, é claro, alternância de períodos em que se verifica uma maior ou menor capacidade centralizadora das elites no comando das instituições estatais. Nos momentos de retração dessa capacidade, abre-se espaço para que outros grupos disputem esse aparato institucional, mas cujos interesses são, na realidade, pouco diferentes daqueles das elites dominantes, os quais podem ser brevemente definidos como o desejo de exploração de boa parte da população⁴⁴.

Essa noção é de importância fundamental para o estudo do caso egípcio, mais especificamente aquele que toca o tema desta tese. Ao trabalharmos com as relações entre poder central e as elites locais durante o Reino Antigo, visa-se justamente rever a percepção de que essas duas esferas representam pólos antagônicos e que o Primeiro Período Intermediário, assim como o feudalismo, foi um período obscuro no qual a sobrevivência do próprio Estado restou ameaçada. Uma das hipóteses desse trabalho, conforme já apresentado, é a de que o Estado egípcio funcionava de maneira descentralizada⁴⁵ e que as chamadas elites locais eram um dos principais pilares que sustentavam a monarquia faraônica, dependendo também desta para a sua própria sobrevivência e ligadas entre si por diversos laços que não eram apenas formais⁴⁶. Em vez de agentes exteriores, eram na realidade agentes colaboradores do Estado e, para tanto, deve-se partir da revisão da noção de que estudar o Estado é se deter no estudo de seu aspecto institucional e que a centralidade é a sua marca registrada.

A postura aqui adotada considera a ampliação do conceito de Estado e, com isso, leva à possibilidade de aplicação do conceito a realidades fora do contexto

⁴⁴ Posteriormente far-se-á uma discussão a respeito do conceito do Estado ao qual se vincula esse trabalho e que, adiantando, o compreende no pré-capitalismo como relação destinada à exploração e controle dos excedentes produzidos em determinado território.

⁴⁵ Essa ideia vai ao encontro do conceito de “Estado Segmentário” desenvolvido por Aidan Southall (cf. SOUTHALL, Aidan. The Segmentary State in Africa And Asia. *Comparative Studies in Society and History*. v. 30, n. 1, janeiro de 2008. pp. 52-82).

⁴⁶ Como exemplo dessas relações, pegue-se a autobiografia de Ankhtifi de Mo’alla (Primeiro Período Intermediário), que comenta a respeito de membros da elite provincial realizarem seus estudos na Corte. Essa era uma das muitas estratégias utilizadas pelas elites que controlavam o Estado de cooptar novos aliados nas províncias.

capitalista, uma vez que postula a existência de diferentes formas estatais. Disso decorre uma dificuldade, que é a de fechar um único modelo de Estado que se encaixe a todas as sociedades pré-capitalistas, visto que

O estudo da aparição do Estado deve levar em consideração o estudo das condições precisas de organização e distribuição do poder nas primeiras organizações políticas e processos de formação e reprodução da autoridade⁴⁷.

Marcella Frangipane, por exemplo, entende que a existência de diferentes sistemas econômicos depende da combinação e da relação dialética entre dois fatores: meio ambiente e estruturas sociais, o que levaria ao surgimento de diferentes formas de governos centralizados (urbanos e não-urbanos, por exemplo)⁴⁸.

Tais condições, contudo, são variáveis de sociedade para sociedade e é preciso derrubar o mito de que os Estados antigos eram todos “grandes sistemas territoriais governados por déspotas totalitários que controlavam o fluxo de bens, serviços, informações e impunham a lei e ordem a seus súditos”⁴⁹. Tendo em vista, portanto, o amplo espectro das formações estatais, parece válido recuperar aquilo que diz Haldon a respeito da noção de Estado, quando pontua que esta “deve ser usada como ferramenta heurística, em vez de uma camisa de força conceitual que ignora a fundamental dinâmica e dialética da natureza social”⁵⁰.

⁴⁷ MORENO GARCIA, *op. cit.*, 2009. p. 13.

⁴⁸ FRANGIPANE, Marcella. Different models of power structuring at the rise of hierarchical societies in the Near East : primary economy versus luxury and defence management. In. : BOLGER, Diane ; MAGUIRE, Louise. *Development of pre-state communities in the Ancient Near East*. Oxbow Books, 2010.

⁴⁹ YOFFEE, Norman. *Mitos do Estado Arcaico*. São Paulo : EDUSP, 2013. p. 28.

⁵⁰ HALDON, John. Pre-industrial states and the distribution of resources: the nature of the problem. In.: CAMERON, Averil (ed). *The Byzantine and Early Islamic Near East*, vol. III, States, Resources and Armies (Papers of the Third Workshop on Late Antiquity and Early Islam), Nova Jersey: The Darwin Press, 1993. Cabe apenas salientar que esse debate acompanha também as discussões presentes na história econômica entre as correntes substantivista e formalista – a primeira rejeita a aplicação de padrões caracteristicamente capitalistas na análise das sociedades pré-modernas enquanto a segunda pressupõe que o estudo das economias pré-capitalistas pode ser feito à luz de teorias pensadas para o mundo moderno e contemporâneo e da aplicação de conceitos que seriam supostamente universais, como lucro, capital e mercado (para essa discussão Cf. JOÃO, Maria Thereza David. A economia no Antigo Oriente Próximo. In. : _____. *Tópicos de História Antiga Oriental*. Curitiba : IBPEX, 2010. pp. 46-74). O debate entre formalistas e substantivista, contudo, surge de um debate anterior, existente já no século XIX, entre primitivistas e modernistas (a chamada « contenda Bücher-Meyer »). A renovação desses estudos, no século XX, deu-se a partir da crítica

1.3 CONCEPÇÕES IDEALISTAS E CONCEPÇÕES MATERIALISTAS: O ESTADO COMO INSTITUIÇÃO E ESTADO COMO RELAÇÃO SOCIAL.

As reflexões apresentadas anteriormente nos levam a uma outra discussão, que parte de um questionamento essencial e sem o qual o debate torna-se estéril: o que é, afinal de contas, o Estado, e o que define uma prática como estatal? Esta não é pergunta fácil de ser respondida e adianto, aqui, que não darei respostas conclusivas, mas apontarei caminhos possíveis de interpretação. Julga-se, contudo, importante compreender essas definições para que se possa vislumbrar, igualmente, como a Egiptologia tem percebido a questão da organização e distribuição do poder nessa sociedade, uma vez que o enfoque é colocado na instituição monárquica, personificada no faraó. Este enfoque fica claro se levarmos em consideração, por exemplo, o que diz Toby Wilkinson a respeito do Estado egípcio:

O Egito Antigo foi o primeiro Estado-nação do mundo, e a ideologia do Estado – suas forças, fraquezas, funções e estruturas – encontra-se no coração da história e civilização egípcia. O Estado egípcio era uma criação complexa e multifacetada, construída pelos primeiros governantes egípcios desde o pré-dinástico, período de fragmentação política, depois desenvolvido por gerações subsequentes de reis de acordo com circunstâncias particulares de seus tempos⁵¹.

É possível criticar a perspectiva de Wilkinson por, primeiro, ser estadocêntrica e, segundo, por desconsiderar a existência de atores intermediários que atuavam na organização de diversas atividades políticas e econômicas em nome da visão de que “os governantes construíram o Estado”. Ao partir dessa afirmação, o egiptólogo incorre nos perigos de uma história reificada ao confundir o Estado com a figura de

feita por Karl Polanyi. Para uma síntese desses debates no âmbito da Egiptologia cf. FRIZZO, Fábio. História, atualizações do passado e estilhaços messiânicos de uma revolta popular no III milênio a.C. *História & Luta de Classes*, n.14, setembro de 2012. pp. 11-17.

⁵¹ WILKINSON, Toby. State. In.: REDFORD, Donald. *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2001. v.3. p. 314.

seus soberanos, nos quais se personifica. É necessário, portanto, não só repensar o papel central atribuído à monarquia na organização das estruturas sociais, políticas e econômicas do Egito como também deixar de lado concepções que restringem o Estado e seus efeitos sociais à mera vontade de certos indivíduos "poderosos". Forças de diversas naturezas, ora complementares, ora antagônicas e organicamente articuladas entre si, é que dão o tom à dinâmica política presente nessa sociedade. É preciso ir fundo na análise dessas relações e de suas resultantes históricas caso se queira compreender de forma mais aprofundada o desenvolvimento das estruturas políticas existentes no Antigo Egito.

A título de exemplo, pegue-se o caso de Pepi I (2321-2287 a.C.), rei da VIª dinastia, que assumiu o trono uma geração após o assassinato do rei Teti pelo usurpador Userkare. Essa sucessão, conforme atestam as fontes, foi bastante conturbada (a autobiografia de Weni, governante do nomo de Elefantina, evidencia a existência de uma rainha que foi levada a julgamento⁵²) e, mesmo durante o seu reinado, Pepi I teve que ser hábil em cooptar a seu favor o apoio de alguns grupos poderosos da elite, como é o caso dos sacerdotes ligados ao culto solar. Essa aliança pode ser inferida através da mudança de seu nome de coroação de Nefersahor para Merire, que significa « o amado de Rá »⁵³, que acaba por se tornar um deus dinástico. Tendo em vista casos como esse é que Naguib Kanawati afirma que a impressão de que o sistema monárquico egípcio era estável é provavelmente irreal. Essa estabilidade, longe de ser natural, era na verdade fruto de astutas manobras políticas que envolviam habilidades como a cooptação de novos aliados, acordos com grupos rivais, posicionamento de aliados em postos estratégicos que permitissem a expansão da presença da autoridade régia no âmbito local e assim por diante.

Uma percepção de que as redes de poder são mais difusas e complexas do que a simples "instituição faraônica" abre, igualmente, uma nova perspectiva acerca da história política egípcia. Dito isso, note-se que há basicamente duas maneiras polares de se interpretar o que é o Estado: a idealista e a materialista.

⁵² « (...) quando houve um caso legal em segredo no Harém Real contra a esposa real ; a « grande em afeição », Sua Majestade cuidou para que eu ouvisse por mim mesmo » (STRUDWICK, Nigel. *Textes from the Pyramid Ages*. Biographical Texts from the Provinces. Inscription of Weni. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2005. p. 353).

⁵³ KANAWATI, Naguib. *Conspiracies in the Egyptian Palace*. Unis to Pepy I. Londres : Routledge, 2003. p. 4.

A perspectiva materialista, identificada sobretudo com as teorias marxianas, compreende o aparecimento de um poder central como forma de proteger e institucionalizar uma ordem socioeconômica estratificada, já presente na chamada “sociedade civil”. Por outro lado, o viés idealista, de cunho liberal, enxerga o Estado como algo que representa o consenso e objetiva garantir a ordem social, a vida e a propriedade privada, tendo o Direito como um de seus mecanismos principais.

Ambas as perspectivas possuem a ideia de diferenciação socioeconômica em sua base dado que “estas formas de governo refletem a já socialmente circunscrita natureza das relações de poder”⁵⁴. A diferença, contudo, reside no fato de que, para os defensores da primeira teoria, o Estado atua como um reproduzidor dos conflitos sociais através da imposição dos interesses da classe dominante via controle dos meios de produção e de instrumentos ideológicos; enquanto que, para os adeptos do segundo modelo, o Estado seria produtor da integração, apaziguando os conflitos existentes na sociedade civil pela via do consenso e aplicação as leis. Surgidas no contexto de crise dos Estados absolutistas na Europa e influenciadas pelas questões impostas pelo surgimento do capitalismo, tais percepções fundamentaram o debate entre duas correntes diversas acerca da origem do Estado: a teoria do conflito e a teoria da integração⁵⁵.

1.3.1 PERSPECTIVA IDEALISTA/ LIBERAL

Os séculos XVII e XVIII foram marcados, na Europa, por uma série de revoluções burguesas que culminaram na consolidação dos Estados capitalistas, doravante referidos como Estados liberais. É nesse contexto que surge, no século XIX, uma chamada historiografia do Direito na qual os juristas

⁵⁴ HALDON, *op. cit.* passim.

⁵⁵ Cf. BENDER, Barbara ; GLEDHILL, John ; LARSEN, Mogens Trolle. *State and Society*. The emergence and development of social hierarchy and political centralization. Londres, Nova York : Routledge, 1995. Gledhill observa uma “terceira via” em relação às outras duas mencionadas, que seria a de Spencer, que compreende o Estado como a imposição de uma organização regulatória em unidades locais autônomas pré-existentes, integrando-as em uma organização maior e para a qual perdem suas funções prévias. Já Tantaleán prefere enquadrá-lo dentro de um modelo idealista, visto que a postura desse estudioso é a de compreender o Estado por matizes evolucionistas – a sociedade, enquanto um agrupamento de indivíduos, mudaria somente quando houvesse a transformação e evolução desses indivíduos, o que seria regido por “leis naturais” (TANTALEÁN, *op. cit.* p. 88)

(...) elaboraram a partir da vitória do Estado liberal uma teoria do Estado que condensava sua estrutura e os historiadores converteram essa teoria em uma forma de organização política distinta de qualquer sociedade civilizada mediante sua projeção no passado.⁵⁶

Isso significa dizer que, a partir dos estudos jurídicos, especialmente influenciados pelo jusnaturalismo⁵⁷, formulou-se uma noção de Estado que acabou por compreendê-lo a partir das estruturas e relações próprias do Estado capitalista, projetando essa mesma perspectiva para as sociedades do passado, naturalizando-a como se fosse uma ordem existente desde sempre e desconsiderando o estudo das condições materiais específicas de cada formação estatal.

Nesse sentido, procurou-se estabelecer uma espécie de “genealogia” do Estado, associando-o, por exemplo, às monarquias absolutistas da época moderna e atribuindo ao rei o papel de protagonista de funções que a ideologia liberal atribui como sendo estatais. A questão da manutenção da ordem (caracterizada como ordem coercitiva) aparece como um dos pilares dessa ideologia. Isso significa dizer que o poder político, nessa concepção, existiria para manter uma ordenação natural, previamente constituída, universalmente válida e fundamentada em bases religiosas, postulado que encontra ecos, por exemplo, na filosofia de Rousseau (“a ordem social é um direito sagrado, que serve de base a todos os outros”⁵⁸).

⁵⁶ CARZOLIO, Maria Inês. Estado, Estado Moderno, cultura jurisdiccional e cultura constitucional. In. : DELL'ELICINE; FRANCISCO; MICELI; MORIN (orgs.). *op. cit.*, 2012. p. 128 .

⁵⁷ A noção de direito natural aparece já em Platão e Aristóteles, considerados, portanto, os pais do de uma espécie de jusnaturalismo. Segundo a « República », o « bem » - valor inerente ao ser humano - seria a ordem reinante a qual, para Platão, determinaria o Estado. A ideia de bem maior também pode ser encontrada na « Política » de Aristóteles. O objetivo do Estado, para este filósofo, seria o « bem viver ». Durante a Idade Média é possível notar o desenvolvimento do conceito de direito natural na filosofia de São Tomás de Aquino, para o qual as monarquias eram vistas como expressão natural do desenvolvimento humano. Maquiavel é o primeiro a usar, em « O Príncipe », o termo Estado como sinônimo de governo civil. O jusnaturalismo moderno tem Thomas Hobbes como principal expoente, fundador do chamado positivismo jurídico. No século XX, Norberto Bobbio configura-se com um dos principais teóricos dessa tradição. (Para mais elementos sobre essa discussão, cf. DELL'ELICINE, FRANCISCO, MICELI, MORIN. *op. cit.*; MORALES, *op. cit.*; TANTALEÁN, *op. cit.*; BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.)

⁵⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 55.

Outra interpretação sugere que o poder político, em última instância, seria “a eficácia da ordem coercitiva reconhecida como Direito”⁵⁹, fruto de uma concepção extremamente legalista a respeito o que é o Estado, definido em termos de um sistema de normas. De acordo com essa perspectiva, “o Estado é uma sociedade politicamente organizada porque é uma comunidade constituída por uma ordem coercitiva, e essa ordem coercitiva é o Direito”⁶⁰. Na Egptologia, muitos estudiosos abraçaram essa concepção em virtude da importância ideológica atribuída pelos egípcios ao conceito de *maat*, compreendido como uma rede de forças que mantinha o mundo funcionando de forma ordenada, cujo equilíbrio dependia do faraó⁶¹. Para Miroslav Barta, “o conceito de ordem engloba as características básicas da ideologia do Estado e sua estrutura e serve como uma **definição autoexplicativa** do conjunto de regras e normas subjacentes a todos os aspectos da sociedade”⁶². *Maat*, assim como a ordem nos Estados Modernos, representaria o bem comum, o qual caberia ao Estado assegurar através das leis. O desrespeito às leis implicaria na desordem (ou, para os egípcios, *isfet*, o caos), e é através da inabilidade do Estado em fazer valer as normas que o mesmo Barta, citado anteriormente, entende a chamada crise do Reino Antigo no Egito⁶³.

Creio que o papel do Direito enquanto expressão da ordem e do bem comum deva ser vivamente criticado, tendo como argumento as ideias sintetizadas por Marilena Chauí e transcritas no extrato a seguir:

O grande instrumento do Estado é o Direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de direito”. O papel do Direito ou das leis é o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita. A lei é direito para o dominante e dever para o dominado. Ora, se o Estado e o Direito fossem percebidos nessa sua realidade real, isto é, como instrumentos para o exercício consentido da violência,

⁵⁹ KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo : Martins Fontes, 2000. p.275.

⁶⁰ KELSEN, *ibid*, p. 273

⁶¹ Inúmeras cenas de tumbas egípcias mostram o faraó realizando uma oferenda de *maat* aos deuses. *Maat* também era um conceito personificado na forma de uma deusa homônima e as oferendas de *maat* eram realizadas na forma de pequenas estátuas representando a deusa.

⁶² BARTA, Miroslav. Kings, viziers and courtiers: executive power in the third millenium B.C. In.: MORENO GARCIA, Juan Carlos. *Ancient Egyptian administration*. Leiden: Brill, 2013. p. 154. (grifo meu)

⁶³ *ibid*, p. 175.

evidentemente ambos não seriam respeitados e os dominados se revoltariam. A função da ideologia consiste em impedir essa revolta fazendo com que o *legal apareça para os homens como legítimo*, isto é, como justo e bom. Assim, a ideologia substitui a realidade do Estado pela *ideia* do Estado – ou seja, a dominação de uma classe é substituída pela ideia de interesse geral encarnado pelo Estado. E substitui a realidade do Direito pela *ideia do Direito* – ou seja, a dominação de uma classe por meio das leis é substituída pela representação ou ideias dessas leis como legítimas, justas, boas e válidas para todos⁶⁴.

Partindo, ainda, da distinção entre teorias de integração e teorias de conflito, pode-se dizer que a perspectiva liberal tende à primeira visto que, ao atribuir ao Estado o caráter de mantenedor da ordem, apresenta uma falsa visão homogeneizante da sociedade.

John Baines, em artigo escrito em parceria com Norman Yoffee, onde este se ocupa das reflexões sobre Mesopotâmia e aquele das referentes ao Antigo Egito, sustenta que os Estados antigos se articulavam em torno de três bases: ordem, legitimidade e riqueza⁶⁵. A ideia de ordem (a *maat* egípcia), surge segundo esses autores como um elemento fundamental no contexto final do Neolítico, marcado por forte instabilidade. Como estratégia frente a essa instabilidade é que o conceito de equilíbrio através da ordem torna-se medular. O que é interessante na perspectiva desses autores é que, longe de compreender o conceito de ordem como expressão do bem comum, levam em consideração o fato de que o conceito de *maat*, uma vez apropriado pelos grupos dominantes, serve como máscara que esconde a enorme desigualdade social presente no Egito e, dessa forma, a legitima e perpetua.

É importante, portanto, novamente reforçar a necessidade de sermos críticos antes de comprarmos a ideia presente nas fontes egípcias de que *maat* corresponde ao bem-estar universal pois, na verdade, essa ordem é conservadora e dá conta de atender as necessidades apenas do grupo ou grupos dominantes⁶⁶ – uma vez que preza pela manutenção do *status quo*, implicitamente contribui para a manutenção das relações de exploração, classificando, portanto, qualquer conflito como um expediente do caos que ameaçaria o equilíbrio dessa sociedade. Além disso, apesar

⁶⁴ CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo : Brasiliense, 1980. pp. 27-28.

⁶⁵ YOFFEE, Norman; BAINES, John. Order, Legitimacy and Wealth in Ancient Egypt and Mesopotamia. In. : FEINMAN, Gary ; MARCUS, Joyce. *Archaic States*. Santa Fe : School of American Research Press, 1998. pp. 199-260.

⁶⁶ Marx diria que, onde há propriedade privada, não há como existir um interesse social comum.

de ideologicamente importante para conferir legitimidade à manutenção das relações de dominação, não é possível pensar que o Egito fosse regido unicamente pela força de um princípio abstrato cuja inobservância iria, em última instância, diretamente levar ao declínio dessa civilização, da maneira como simplifica Barta ao dizer que “o desaparecimento da civilização egípcia antiga começou quando as elites pararam de ter a manutenção de *maat* como um dos seus primeiros objetivos”⁶⁷.

Como principal elemento legitimador da ordem Baines e Yoffee colocam a religião, que é uma das principais bases de sustentação do Estado egípcio. Se compreendermos a religião enquanto ideologia, apropriando-nos da definição marxista desta, iremos verificar que as referências simbólicas produzidas nessa esfera e que atravessam a sociedade egípcia encontram seu ponto nodal no conceito de *maat*, o qual, conforme dito, escamoteia o conflito entre os grupos sociais e dissimula a dominação através da aparência do universal, e não como interesse particular dos grupos dominantes. As ideias da classe dominante, segundo Marx e Engels,

(...) são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam. Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época⁶⁸.

Em Bourdieu, o processo de aceitação da ideologia da classe dominante se dá através da *adesão dóxica*, ou seja, “um ponto de vista particular, o ponto de vista

⁶⁷ BARTA, *op. cit.*, 2013b, p. 156.

⁶⁸ MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 47.

dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado e que constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado”⁶⁹.

O último elemento de sustentação do Estado, em Baines e Yoffee, é a riqueza, uma vez que é isso que promove a distinção entre a elite e os outros grupos sociais. Vejamos o que os autores comentam a respeito:

A divisão e a administração da sociedade encobrem enormemente o potencial da riqueza a ser produzida, diferenciada, armazenada e negociada, enquanto as capacidades organizacionais das novas formas sociais permitem grandes distâncias a serem exploradas com o objetivo de mover bens e pessoas para gerar a mobilizar riqueza. Tudo isso é administrado pela elite ou seus empregados; até onde as fontes permitem entrever, essas atividades parecem beneficiar principalmente a elite⁷⁰.

O que se pode concluir da leitura desse trecho é que, para Baines e Yoffee, o aparato administrativo do Estado, que é controlado pelas elites, serve, em última instância, como instrumento de dominação voltado ao controle da produção e da distribuição dos recursos em benefício dos interesses dessa elite. Essa percepção conecta-se perfeitamente com os elementos do pensamento marxista apresentados anteriormente, que implica reconhecer que o controle dos meios de produção é o que garante a supremacia de um ou mais grupos numa dada sociedade. Disso deriva a importância de se compreender o papel que cada grupo social ocupa nas relações sociais de produção como elemento fundamental para se compreender a dinâmica de funcionamento do Estado. Do contrário, o risco é o de produzirmos uma visão invertida do real, na qual a experiência dos habitantes do Nilo aparece como algo determinado pela ação de entidades autônomas, alheias e superiores à vida social, ignorando que as condições reais da existência social são, em verdade, produzidas pelos próprios homens⁷¹.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 7a. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 120.

⁷⁰ YOFFEE, BAINES. *op. cit.* p. 213.

⁷¹ Para a filósofa Marilena Chauí, « na medida em que as forças reais, que explicam o processo de surgimento de um acontecimento, permanecem ignoradas ou escondidas, o historiador-ideólogo inventa causas e finalidades que acabam convertendo a história numa entidade autônoma que possui seu próprio sentido e caminha por sua própria conta, usando os homens como seus instrumentos

É exatamente essa ideia reificada de Estado que aparece nas interpretações que aqui chamamos de liberais. A concepção idealista parte, portanto, de pressupostos baseados em princípios abstratos como elementos formadores do Estado. Kelsen, por exemplo, afirma que o Estado não é “uma ação ou quantidade de ações”⁷², e o iguala a uma ordem jurídica centralizada, a qual seria existente desde sempre, como se os princípios constitucionais fossem exteriores à sua matriz social. O autor vai além e ainda questiona a própria possibilidade de um conceito sociológico a respeito do que venha a ser o Estado. Da mesma maneira pensa Skinner, ao entender o Estado como um “locus de poder distinto tanto do governo quanto do conjunto de pessoas”⁷³.

A Egiptologia encontra em Barry Kemp uma referência da influência desse tipo de teoria. Ao estudar a administração egípcia, especialmente no período do Reino Médio (que seria definido, por ele, através de uma “mentalidade burocrática”), afirma que é uma “faceta concreta dos humanos” a “profunda satisfação que sente ao programar pautas de trabalho para calcular, inspecionar, comprovar e, de forma definitiva, controlar ao máximo as atividades dos demais”⁷⁴. A organização da burocracia estatal está, dessa forma, posta no domínio da naturalização das relações sociais.

Disso fica clara a influência de um tipo de pensamento que atribui às “essências do homem” o motor da história, que deve muito à fenomenologia hegeliana. De acordo com essa linha de pensamento seriam essas essências as responsáveis por levar as pessoas a se comprometerem em sociedade civil. Mudanças nessas mesmas essências explicariam, por sua vez, mudanças nas formas de governo⁷⁵. É como se o Estado fosse uma manifestação natural do desenvolvimento da humanidade, da mesma maneira como compreendia Rousseau ao opor “estado de natureza” à noção de contrato social:

ocasionais. Estamos, aqui, longe da realidade histórica e diante da idéia da história » (CHAUÍ, Marilena. *op. cit.* pp. 32-33).

⁷² KELSEN, *op. cit.*, p. 272.

⁷³ SKINNER, Quentin. *Apud.* HARDING, Alan. *Medieval Law and the foundations of the State*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 2.

⁷⁴ KEMP, Barry. *Ancient Egypt*. Anatomy of a civilisation. Londres : Routledge, 2005. p. 163.

⁷⁵ TANTALEÁN, *op. cit.*, p. 36.

Essa passagem do estado de natureza ao estado civil produz no homem uma mudança notável, ao substituir em sua conduta o instinto pela justiça e ao dar às suas ações a moralidade que antes lhe faltava (...). O que o homem perde pelo contrato social é a sua liberdade natural e um direito ilimitado a tudo o que tenta e que ele pode alcançar. O que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui⁷⁶.

Pela perspectiva liberal, a segurança social só é provida mediante a produção de leis baseadas no direito natural e que acabariam por gerar um Estado defensor da propriedade privada. O grande problema das ideias de Rousseau e de outros iluministas como Hobbes, Locke e Jean Bodin, que também desenvolveram essas ideias, é que elas parte da teorização de um passado presumido, baseada em poucas evidências.

Em meados da década de 20, Henri Frankfort trouxe um estudo comparativo a respeito das monarquias na Mesopotâmia e no Egito, a qual não poderia deixar entrever, de forma mais clara, a influência dos preceitos liberais, notadamente a do contrato social, na compreensão de seu objeto de estudo:

O Antigo Oriente Próximo considerava a monarquia a base da civilização. Somente os selvagens poderiam viver sem um rei. Segurança, paz e justiça não poderiam prevalecer sem um governante para garanti-las. Se em algum momento uma instituição política funcionou com o consentimento dos governados, foi a monarquia que construiu as pirâmides com trabalho forçado e drenou os camponeses assírios através de guerras incessantes⁷⁷.

O maior problema desse tipo de interpretação sobre o Estado é, conforme dito, a reificação que promove. Isso deriva justamente da mencionada oposição entre “estado de natureza” e “estado civil”, sendo o primeiro uma condição que impediria a própria sociabilidade em virtude da predominância dos interesses, instintos e desejos individuais, que conduziriam à eterna barbárie (a ideia de que “o homem é o lobo do próprio homem”). A fim de impedir que interesses individuais prevalecessem sobre o bem-estar coletivo aparece a sociedade civil, na qual todos abririam mão de suas prerrogativas particulares em nome da lei oriunda de um governante,

⁷⁶ ROUSSEAU, *op. cit.*, p. 70.

⁷⁷ FRANKFORT, Henri. *Kingship and the gods*. A Study of Ancient Near Eastern Religion as the Integration of Society & Nature. Chicago, Londres : The University of Chicago Press, 1942. p.3.

supostamente imparcial. Nessa perspectiva o Estado, coisificado, se encarnaria na figura do governante, levando ao entendimento de que governo e Estado são, portanto, sinônimos. Além disso, encarar o Estado como mero somatório de direitos individuais é transformá-lo em um agente que pairaria sobre a sociedade, dotado de vontade própria, sem relação com os indivíduos que o criaram⁷⁸.

Todas essas noções influenciaram a elaboração de diversos modelos a respeito do funcionamento do Estado, como o evolucionismo social⁷⁹. Analisar as sociedades antigas de acordo com essa perspectiva é crer em seu desenvolvimento segundo etapas sucessivas, verificáveis em qualquer época histórica e espaços geográficos, que vão de formas mais simples a outras mais complexas de organização social (tribo – chefatura – Estado – Império), mas sem que a sucessão de uma para outra seja explicada de forma satisfatória. Moreno García apresenta uma boa crítica a esse tipo de modelo quando aponta que as pesquisas relativas ao surgimento do Estado fazem, constantemente, a figura de *deus ex machina*⁸⁰.

O Direito e o jusnaturalismo, dos quais deriva essa concepção sobre Estado, colocam as leis no âmbito na natureza, o que talvez seja o maior problema da perspectiva idealista, pois reduz o Estado a uma agência burocrática que, muitas vezes, paira acima da própria sociedade (e não como tendo sido construída por ela), perdendo-se de vista a compreensão de sua dinâmica e tornando-o uma entidade a-histórica sujeita a regras universalmente válidas a todas as épocas e espaços geográficos. Essa percepção legalista, que restringe boa parte dos estudos sobre Estado ao problema da ordem, é visível na Egiptologia nas reflexões da francesa Bernadette Menu, o que é compreensível tendo em vista a sua trajetória no campo do Direito. Para esta egiptóloga, o “fundamento do sistema institucional faraônico” é

⁷⁸ Marx chamaria isso de « fetiche de Estado ».

⁷⁹ Um trabalho de referência contra essa perspectiva evolucionista é o do francês Pierre Clastres. Em seus estudos, Clastres desmonta a hipótese de que as sociedades caminham rumo à estatização ao analisar sociedades indígenas cujos mecanismos impediriam, literalmente, o estabelecimento de grupos dirigentes. « A questão posta por Clastres a esse discurso é a seguinte : até que ponto restringir a reflexão à problemática da manutenção da ordem, da coesão e dos mecanismos de controle não manifestaria a adoção do ponto de vista do Estado pela própria Antropologia ? Esta não estaria assim condenada a encarar como necessidade antecipadamente dada o que talvez só exista como modo de operação do próprio Estado ? » (CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo : Cosac Naify, 2003. p. 17)

⁸⁰ MORENO GARCIA, *op. cit.*, 2009. p. 13.

“unicamente a capacidade de fazer reinar a *maat*”⁸¹, reduzindo o Estado a uma entidade cuja existência se resume na capacidade que tem de elaborar e executar normas. Resultado disso é que grande parte dos estudos sobre o Estado egípcio trata com muita rigidez o papel das instituições, como se fossem essenciais e os únicos mecanismos de funcionamento do Estado egípcio, sem os quais tudo iria colapsar⁸². É, precisamente, para distanciarmo-nos desse tipo de perspectiva que julgamos necessário realizar a discussão ora apresentada.

Dentro dessa perspectiva legalista e institucional podemos compreender o conceito weberiano de Estado, que merece ser explicitado mais detalhadamente em virtude da grande influência que exerce no contexto dos estudos sobre o Estado. Para o sociólogo alemão, o Estado pode ser definido como “aquela comunidade humana que, dentro de determinado território (...) reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima”⁸³. A esse caráter específico do Estado, Weber acrescenta outros dois traços: a racionalização do Direito e a existência de uma administração que ele chama de “racional”⁸⁴. O Estado é, portanto, visto em termos estritamente técnicos e institucionais e sua perspectiva é um tanto quanto teleológica, uma vez que encara o surgimento do Estado (no caso, as formações políticas de tipo capitalista surgidas no Ocidente europeu, as quais define como “Estados racionais”) como sendo um estágio maduro de um processo de racionalização ao qual as sociedades estariam sujeitas, afinando-se com a perspectiva burguesa (liberal) que crê na existência de uma evolução histórica que

⁸¹ MENU, Bernadette. La notion de *mâat* dans l'idéologie pharaonique et dans le droit égyptien. In.: CANAS-ANAGNOSTOU, Barbara (et all). *Dire le droit: normes, juges, jurisconsultes*. Paris: Panthéon Assas, 2006.

⁸² Tal premissa parte de pressupostos insustentáveis frente a um escrutínio atento, conforme demonstraremos ao longo desse trabalho. Em primeiro lugar, trataremos de demonstrar que essa estrutura não era uniforme e aplicada indistintamente em todo o território egípcio – mesmo com o desaparecimento de algumas instituições, nos momentos em que o Estado retrai a sua capacidade centralizadora, como é o caso dos períodos intermediários, muitas vezes não há consequências imediatas no âmbito local. Embora houvesse uma estrutura institucional mais ou menos comum que orientava a atuação do Estado, as relações estabelecidas nas regiões específicas acabavam por dar contornos muito precisos à realidade de cada uma, que variavam de acordo com as necessidades e os interesses dos grupos locais. Por isso a necessidade de não se compreender o Estado apenas enquanto um sistema de normas e as instituições como a única forma de interação entre Estado e sociedade. Havia diversos níveis de integração social e é justamente a heterogeneidade dessas relações que configurava o desenvolvimento das regiões egípcias de formas muito diversas umas das outras, sendo necessário levá-las em consideração para um melhor entendimento da dinâmica social.

⁸³ WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. v.2. Brasília: UNB, 2012. P. 525.

⁸⁴ FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 159. Para uma discussão a respeito do conceito de “burocracia” em Weber e sua aplicabilidade no mundo antigo cf. JOÃO, *op. cit.* (2008).pp.26-33.

conduz invariavelmente ao avanço da razão e liberdade, como defendiam os filósofos do Iluminismo⁸⁵.

Seguindo na explanação do pensamento de Weber, trataremos de compreender de que forma este sociólogo pensava o caso das sociedades orientais, dentre as quais se enquadra a egípcia antiga, a partir das reflexões de dois egiptólogos - Miroslav Barta e Hrach Papazian - sobre a organização administrativa existente nessa sociedade durante o Reino Antigo.

Os mencionados autores compreendem o desenvolvimento da organização estatal egípcia como derivados de um núcleo central⁸⁶, identificado à Casa Real (*royal household*), que podemos genericamente definir como a “unidade doméstica do rei”. Essa estrutura era designada, no Egito, por pelo menos cinco termos distintos: *pr-ny-sw.t*, *hnmw*, *ꜥh*, *stp-sʿ* e *pr-ꜥ*. O termo *pr-ny-sw.t*, inicialmente usado, segundo Papazian, para designar o domínio pessoal do rei, passou já no Reino Antigo a designar toda a administração régia⁸⁷, argumento que é usado para justificar a ideia de que o modelo administrativo egípcio seria baseado no modelo da Casa Real⁸⁸.

O *pr-ny-sw.t*, uma entidade atestada desde os primórdios do Estado egípcio unificado, veio a representar o sistema administrativo nacional; em resumo, era o governo do Estado. Ele provia representação burocrática régia e fiscalização em áreas fora de Mênfis, assegurando que as contribuições não tangíveis, como o trabalho de corveia, fossem cumpridas adequadamente.

⁸⁵ Nesse ponto, Ellen Wood nota uma certa ambivalência na atitude de Weber. Para a autora, ao mesmo tempo em que critica a ideia de progresso, Weber continua a acreditar nas ideias de avanço da razão e da liberdade, reduzindo os valores iluministas à “teleologia do triunfalismo”, abrindo mão de seu aspecto crítico e emancipador. (Cf. WOOD, Ellen. História ou teleologia? Marx versus Weber. In.: _____. *op. cit.*, 2011).

⁸⁶ Começo já por questionar a ideia desses autores por não acreditar que, no Egito, havia um único núcleo irradiador de poder do qual todos os outros são mera derivação. Obviamente não há como desconsiderar que o núcleo menfita atingiu, no Reino Antigo, grande influência supralocal e passou a exercer sua hegemonia sobre praticamente todo o território egípcio – reconhecer, contudo, a existência de outros núcleos de poder e a autonomia de certas regiões também é importante para uma compreensão mais adequada dessa dinâmica.

⁸⁷ Por administração o autor compreende o conjunto das instituições egípcias que formam aquilo a que chama de Estado. Mais tarde, quando analisa a VI dinastia egípcia, Papazian faz uma associação direta entre administração e governo ao colocá-los como sinônimos, o que nos permite concluir a adoção de uma perspectiva legalista a respeito do Estado, baseada no estudo de um aparato formal que desconsidera a importância de outras práticas sociais na dinâmica estatal (Cf. PAPAŽIAN, *op. cit.*, 2013)

⁸⁸ *Ibid*, p. 52. O autor crê na probabilidade de que a residência dos primeiros reis tenha acolhido uma organização burocrática que cuidava tanto de assuntos pessoais dos reis quanto de assuntos mais gerais, de onde teria derivado o sistema administrativo estatal.

Parece também ter mantido uma presença física pelo Egito através de suas agências ou anexos (o *gs-pr*)⁸⁹.

De forma resumida, o que esse autor diz é que, nas primeiras dinastias egípcias, os assuntos estatais eram resolvidos dentro do quadro da administração da unidade doméstica do rei – mais tarde, questões relativas ao Estado teriam se autonomizado dessa esfera (o *pr-ny-sw.t*), muito embora pudessem ser identificados em sua estrutura resquícios do modelo administrativo no qual foi inspirado.

Barta, em uma linha de raciocínio parecida, argumenta que o surgimento da administração egípcia se deve a um “aumento das despesas do Estado”, idêntico às despesas da família real e do rei, e à proliferação de elites na Corte. O aumento do seu poder político e econômico permitiu ao rei manter sua posição simbólica e *status* divino, assim como promover e financiar sua família, a corte e os funcionários mais leais. Compreende, dessa forma, o advento da administração no Egito como sendo um mecanismo a favor dos interesses pessoais do rei.

A influência de Weber no pensamento de ambos os autores relaciona-se ao conceito de “burocracia patrimonial” formulado pelo sociólogo, no qual encaixa o funcionamento das burocracias antigas e, mais especificamente, o exemplo do Antigo Egito⁹⁰. Barta chega, inclusive, a explicitamente declarar seu alinhamento às ideias do sociólogo, no trecho em que afirma que “Max Weber cunhou o termo *patrimonial household*, que é o que ainda encaixa melhor naquilo que entendemos como Estado no Reino Antigo »⁹¹. Em *Economia e Sociedade*, o sociólogo defende que, em sociedades orientadas pela tradição, a dominação era exercida em virtude do direito pessoal, e a administração era pautada na obediência à pessoa do senhor

⁸⁹ *Ibid*, p.83. Quando falamos anteriormente a respeito de uma reificação do Estado, é a posturas como a de Papazian que nos referíamos. Para esse egiptólogo, o *pr-ny-sw.t* era uma entidade que pairava acima da sociedade egípcia e que **poderia** ter uma forma física (eu me pergunto: como haveria de **não** ter?) e não explica de forma adequada que tipos de práticas eram necessárias para o seu funcionamento nem que grupos e interesses contribuíam para o seu exercício. Sobre o *gs-pr*, seu significado é impreciso, mas pode ser compreendido como uma entidade física relacionada à organização de algum tipo de trabalho, como por exemplo a criação de gado.

⁹⁰ Uma vez que o termo burocracia irá aparecer repetidas vezes nesse trabalho, julgou-se importante fornecer uma breve descrição do significado do termo que, grosso modo, pode ser entendido como o “tipo de administração no qual o poder de tomar decisões está concentrado em um gabinete ou função, mais do que em um indivíduo em particular”. (HEGEDÜS, András. Burocracia. In.: BOTTOMORE, Tom; OUTWHAITE, William (eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996).

⁹¹ BARTA, *op. cit.*, 2013, p. 154.

e seu livre arbítrio, e não no « exercício de tarefas objetivas pelo funcionário, cuja extensão e conteúdo estão delimitadas por regras pré-estabelecidas, de conteúdo abstrato, passíveis de serem apreendidas racionalmente »⁹²

No sistema patrimonialista proposto por Weber, toda a estrutura administrativa egípcia estaria baseada no *oikos* régio, ou seja, na unidade doméstica do rei⁹³, perspectiva muito semelhante daquela desenvolvida nas considerações de Barta e Papazian. Inspirados nos ensinamentos de Weber, alguns pesquisadores formularam modelos como o *patrimonial household model* (PHM) de David Schloen. Segundo esse autor, no Egito « toda a ordem social é vista como uma extensão da unidade doméstica do governante – e, em última instância, da unidade doméstica do deus »⁹⁴. Ideologicamente, é bem verdade que podemos encontrar a ideia de que tudo pertencia ao rei – ele era, por exemplo, dono de todas as terras do Egito. Ao descermos do degrau da construção ideológica para a verificação da realidade empírica, contudo, algumas divergências entre teoria e prática aparecem⁹⁵.

Na Egiptologia, o paradigma weberiano também é verificável nos estudos realizados por Marcelo Campagno. O argentino realiza um esforço de pensar o Estado egípcio definindo-o como uma lógica de organização social, de onde emanam os princípios formadores da sociedade, proporcionando “os parâmetros a

⁹² JOÃO, *op. cit.* (2008). p. 27.

⁹³ Uma discussão a respeito do conceito de unidade doméstica e suas interpretações está apresentada em CARDOSO, Ciro Flamarion. Na base da pirâmide social: unidades domésticas e comunidades aldeãs. In.: _____. *Economia e Trabalho*. Niterói, 2008 (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq e cedido pelo autor).

⁹⁴ SCHLOEN, J. David. *The house of the father as fact and symbol*. Patrimonialism in Ugarit and the Ancient Near East. Studies in the archaeology and history of the Levant. Winona Lake: Eisenbrauns, v.2, 2001.

⁹⁵ Como exemplo podemos as distinções apresentadas na Estela de Ibi, do Reino Antigo, e as distinções entre tipos de propriedade que nela aparecem. Encontram-se, no conjunto de bens pertencentes a Ibi, bens de posse (adquiridos por herança ou esforço pessoal), bens concedidos em usufruto pelo exercício da função de nomarca (aldeias *dt*) e bens adquiridos como recompensas outorgadas pelo rei a título individual. (cf. MORENO GARCIA, Juan Carlos. *hwt* y la retribución de los funcionarios provinciales en el Imperio Antiguo: el caso de Jbj de Deir el-Gebrawi (Urk. I 144:3 – 145:3). *Aula Orientalis* 12, 1994, pp. 29-50). Há, na realidade, poucos registros acerca de compras de terra no Egito. Uma tumba da região de Saqqara, datada da V ou VI dinastia, comenta a respeito da compra de uma terra que serviria para a manutenção de um culto funerário (transcrição em STRUDWICK, *op. cit.*, p. 204). Para o período raméssida, temos evidências no Papiro Berlim 9784, o qual comenta sobre a troca de três arouras de terra por uma vaca, mas o maior número de fontes que atestam a presença de posse da terra que não por intermédio do Estado, provém do Período Tardio (cf.: Estela de Sheshonk e Estela de Ewerot).

partir dos quais tem lugar a articulação de práticas que compõem uma situação”⁹⁶. Inspirado na perspectiva de História Social de Bruce Trigger⁹⁷, Campagno percebe o Estado como uma potência ordenadora da sociedade assim como o é, também, o parentesco.

O ponto problemático da teoria de Campagno é que ele enxerga a prática estatal como sendo aquela derivada das normas emanadas de um centro de poder detentor do monopólio da coerção aproximando-se, portanto, da perspectiva weberiana no tratamento da questão. Muito embora esse egiptólogo tenha o mérito de reconhecer a contribuição de novos enfoques que permitem repensar as experiências dos habitantes do Nilo e aposte na importância de não reproduzir o que já é conhecido, mas em esforços que visem efetivamente pensar sobre o Egito Antigo, Campagno acaba por adotar uma perspectiva restrita sobre o que é o Estado ao reduzir sua capacidade interventora a um aparato burocrático⁹⁸. Em sua visão, o Estado só se manifesta pela instituição, cuja legitimidade é assentada no monopólio legítimo da coerção do qual um pequeno grupo é detentor, conforme ele mesmo sumariza no trecho a seguir:

Certamente, é através da disponibilidade dos meios de coerção que um setor minoritário da sociedade é capaz de impor sua vontade à maioria da população, de extrair um tributo regular e permanentemente, de regimenter e sustentar dos corpos de burocratas e especialistas a seu serviço⁹⁹.

O primeiro equívoco desse tipo de olhar consiste em restringir o monopólio da violência como a única forma através da qual o Estado exerce seu domínio, deixando de considerar que as redes “informais” de poder (a exemplo do clientelismo), são tão importantes quanto as “formais”, uma vez que também permitem o exercício de autoridade e o acesso a recursos capazes de perpetuar ou

⁹⁶ CAMPAGNO, Marcelo. De los modos de organización social em el Antiguo Egipto: lógica de parentesco, lógica de Estado. In.: _____ (org.). *Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2006. p. 17.

⁹⁷ Cf. TRIGGER, Bruce G; O’CONNOR, David; Lloyd, A. B. *Ancient Egypt. A Social History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006; e TRIGGER, Bruce. *Understanding Early Civilizations. A comparative study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

⁹⁸ Campagno reconhece três capacidades referentes ao Estado egípcio: coerção, criação e intervenção, baseado numa revisão dos critérios qualitativos elaborados por Gordon Childe a respeito da diferenciação entre sociedades estatais e “pré”-estatais.

⁹⁹ CAMPAGNO, *op. cit.*, p. 31.

modificar uma dada posição social e econômica. Moreno Garcia também se aproxima dessa mesma concepção de Estado ao defini-lo como sendo “o grau de conservação do monopólio da força coercitiva pelo centro a fim de controlar diretamente os recursos necessários à sua reprodução e a do aparelho administrativo que torna esse controle possível”¹⁰⁰. A diferença, contudo, deste último em relação a Campagno, é que Moreno Garcia reconhece que a força não é o único elemento que possibilita a coesão do sistema, que também necessita do estabelecimento de relações de reciprocidade, consenso e interdependência com outros setores da sociedade. Julgo insuficiente, ainda, explicar que a lógica estatal é a “lógica que se sustenta no monopólio legítimo da coerção”¹⁰¹ sem se debruçar no estudo dos mecanismos que garantem esse exercício, o que garantiria uma efetiva compreensão dessa dinâmica¹⁰². Dinâmica essa, aliás, que comporta múltiplas relações sociais que não podem ser compreendidas verticalmente (“um grupo que impõe sua vontade sobre o restante”) mas, sim, de forma dialética. Cabe verificar, ainda, que o “grupo dominante” ao qual chamamos “elite” não era um grupo homogêneo, uma vez que engloba categorias muito diferentes e com interesses, por vezes, conflitantes. Atribuir um sentido único às ações dessa elite, enxergando os diferentes grupos que dela fazem parte de maneira monista é uma perspectiva que precisa ser revista¹⁰³. O mesmo vale para agentes como “camponeses”, dentre os quais também havia estratificações.

Interpretar o Estado como instituição, da maneira como o faz Weber, é também confundi-lo como sinônimo de administração, deixando entrever uma concepção bastante legalista a respeito de sua natureza – e sobre a qual já

¹⁰⁰ MORENO GARCIA, *op. cit.*, (2009), p. 17.

¹⁰¹ CAMPAGNO, *op. cit.*, p. 36.

¹⁰² Como exemplo, pegue-se o caso dos *medjai*, povo nômade originário do deserto oriental da Núbia. Inicialmente organizados de forma autônoma e sem responder à autoridade faraônica, embora habitantes do território sob sua jurisdição (não estavam incorporados aos mecanismos de corveia e pagamentos de outros impostos), as relações com os *medjai* foram se consolidando como necessárias à organização territorial do Estado egípcio ao atuarem no patrulhamento de áreas específicas (sobretudo as desérticas) e ajudando a assegurar a proteção das fronteiras do sul. (cf. ARAÚJO, *Escrito para a eternidade*. A literatura no Egito faraônico. Brasília: UnB, 2000. p. 403). Não era, portanto, somente através dos mecanismos institucionais que o Estado garantia o exercício da violência e a dinâmica com esses grupos precisa ser olhada de forma mais atenta para que se perceba o caráter fragmentado da atuação política no Egito.

¹⁰³ Tendo em vista essa necessidade é que apresentaremos, no capítulo dois, um estudo mais detalhado a respeito das chamadas elites provinciais no Egito, com vistas a evidenciar a sua heterogeneidade.

comentamos – que perde de vista a percepção de que não existe um encadeamento de normas perfeitamente executadas por um corpo burocrático, de onde vem a eficácia do Estado, e que exercício do poder é fruto da dialética entre grupos e indivíduos, em sua constante articulação e rearticulação sob outras formas¹⁰⁴.

Reduzir o Estado a um conjunto de normas técnicas não parece, portanto, o tratamento mais adequado a ser dispensado a essa questão. A perspectiva weberiana é rechaçada, também, por Daflon e Magela, quando estudam a problemática do Estado na Idade Média, porque desvia « (...) o foco das relações de dominação para centrar-se nos aparatos burocráticos enrijecidos de um único poder dominante (o triunfante poder central...) em dado local, ou na explicitação de suas deficiências »¹⁰⁵.

A definição weberiana de Estado Moderno consolida-se, por vezes, como “a” referência e, muito embora tenha sido pensada para uma realidade capitalista, é muitas vezes aplicada fora desse contexto. Outro exemplo da influência de suas concepções é a definição adotada pelo egiptólogo Toby Wilkinson no verbete “Estado” do *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, onde afirma que “(...) o termo, tal como aplicado ao Egito Antigo, pode ser genericamente definido como uma entidade territorial com um sistema e exercício de uma autoridade legalmente reconhecida sobre sua população”¹⁰⁶.

Dentro da visão legalista/liberal, mencionou-se a primazia da questão da ordem a qual, para Weber, é encarada em termos de ordem coercitiva, garantida através de uma série de dispositivos institucionais/legais. É essa interpretação que permeia boa parte dos estudos sobre a unificação do Estado egípcio, através da qual um rei teria imposto, militarmente, seu domínio sob um vasto território, subjugando seus inimigos e garantindo, assim, o monopólio da coerção. Se confrontada a uma análise empírica, a ideia de monopólio da violência como uma

¹⁰⁴ Essa visão restrita de Estado aparece no trabalho de Dominique Valbelle que, ao desenvolver um estudo sobre o Estado faraônico ao longo de seus diferentes períodos, dedica-se basicamente ao estudo dos reis e à descrição das instituições diretamente relacionadas à monarquia. O próprio poder régio é compreendido em termos simbólicos e sua dinâmica é expressa insuficientemente (VALBELLE, Dominique. *Histoire de l'État pharaonique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998).

¹⁰⁵ DAFILON, Eduardo; MAGELA, Thiago. Aproximações para um modelo das relações de dominação no mundo feudal: os casos visigodo e português. *Atas do X Encontro Internacional de Estudos Medievais (ELEM) da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) – Diálogos Ibero-americanos*. Brasília: ABREM/PEM-UnB, 2013. p. 90.

¹⁰⁶ WILKINSON, *op. cit.*, 2001. v.3. p. 314.

das bases da formação do Estado egípcio não se sustenta. Segundo Shaw, não é possível atestar a presença de um exército “nacional” no Egito durante o Reino Antigo, e a autobiografia de Weni¹⁰⁷, comenta como o recrutamento de soldados ficava a cargo das províncias:

Eu os dirigi da Ilha do Norte, o portão de Imhotep,
O distrito de Hórus, senhor de Maat, quando eu estava nessa posição
(...)
Eu expandi o número dessas tropas;
Nenhum servidor havia feito tal expansão antes¹⁰⁸

Por isso, acreditamos na necessidade de desfazer um outro equívoco comum a respeito da percepção que se tem sobre Estado, que é a sua associação à centralização do poder, sendo esta confundida com a existência de organismos políticos burocráticos localizados no entorno da sede da autoridade máxima e que poderíamos identificar como sendo uma “capital”. Essas agências burocráticas exerceriam, por sua vez, um rígido controle de todas as atividades existentes no Estado egípcio como representantes do rei, percepção que se configura como problemática a partir do momento em que começamos a exercer reflexões acerca dos limites de um controle territorial direto por esse centro político¹⁰⁹.

No caso das sociedades antigas, pensar o Estado em termos de centralização política fica ainda mais difícil pois, como pontua Favarsani, os níveis de institucionalização dos órgãos estatais eram por vezes insuficientes e dependiam de

¹⁰⁷ Weni, que viveu durante a VIª dinastia, era um importante membro da elite provincial de Abidos e em sua autobiografia consta, até mesmo, um título de vizir.

¹⁰⁸ STRUDWICK, *op.cit.*, 2005. p. 354

¹⁰⁹ Em seus estudos sobre a Grécia Antiga, Vlassopoulos recomenda expressamente o abandono da perspectiva mecanicista de “Estado soberano”, que “possui absoluto e exclusivo controle do território, população e força/poder” (VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis*. Ancient Greek History beyond Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 120). Esse autor trabalha com um conceito mais amplo de política, não a restringindo apenas às instituições mas, sim, compreendendo-a como um processo no qual diversos conflitos estão presentes e, por isso mesmo, obriga sempre a novas articulações na medida que novos grupos e novos interesses entram em jogo. Mulheres, escravos e estrangeiros, por exemplo, não eram incorporados aos quadros institucionais mas também participavam da política e o risco de restringir a abordagem somente a estes últimos é tornar esses agentes invisíveis na história.

mecanismos não-institucionais para que suas atuações tivessem eficácia¹¹⁰. Pensar nas relações de dominação apenas como efeito de uma vontade única e central é acatar uma perspectiva unilateral e desconsiderar a atuação outros agentes nesse exercício, incluindo os grupos dominados, motivados por interesses e expectativas ligados a suas condições sociais de produção¹¹¹. Ao restringir o Estado a um *locus* de poder institucional dominado por certos grupos sociais e econômicos estamos, igualmente, reproduzindo uma visão bastante elitista e conservadora a respeito do poder, que exclui a atuação dos grupos subalternos dessa dinâmica e os relega a uma posição passiva, quase « natural », de mera subserviência, que não condiz com as nuances concretas do desenvolvimento sócio-histórico das estruturas estatais.

A perspectiva do contrato social, que ainda permeia boa parte dos estudos sobre as formações estatais, traz ainda uma íntima associação entre Estado e governante que necessita ser desfeita, pois o resultado disso é a personificação do Estado na figura do soberano, um reducionismo que faz perder de vista a sua amplitude e complexidade. Como exemplo dessa associação nos estudos sobre Egito Antigo, cabe notar que os egípcios não possuíam nenhuma palavra que pudesse ser traduzida por « Estado » - termos como *nsw* (rei), *per-aa* (palácio) e monarquia são, contudo, frequentemente traduzidos como tal pelos egiptólogos. Por mais que os autores, em sua maioria, não teorizem nem explicitem o que entendem por Estado, essas associações demonstram firmemente a percepção de que Estado e governante se confundem.

A ausência de um termo para Estado não pode, ainda, levar-nos para a direção errada e assumir que, portanto, esse conceito não pode ser aplicado à realidade egípcia. Como bem argumenta Vlassopoulos, “os gregos não tinham uma palavra para religião, mas certamente ninguém acredita que eles não tivessem deuses e práticas rituais”¹¹².

A centralidade atribuída aos monarcas e a ênfase em sua atribuição como mantenedor da *maat* são indícios do emprego dessa lógica nas interpretações sobre o Estado egípcio: uma breve passada de olhos na historiografia egípcia e

¹¹⁰ FAVERSANI, Fábio. As relações interpessoais sob o império romano: uma discussão da contribuição teórica da Escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: CARVALHO, Alexandre Galvão (org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004. p. 32)

¹¹¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 86.

¹¹² VLASSOPOULOS, *op. cit* (2007), p. 104.

saltam à vista a ideia de um faraó divinizado como o único detentor do poder político e a afirmação de uma estabilidade quase inabalável em cerca três mil anos de história¹¹³. Assmann, por exemplo, afirma que no Reino Antigo “o rei e sua clique exerciam um controle absoluto sobre uma massa informe de súditos”¹¹⁴. O elemento do conflito é basicamente ignorado nos estudos de Egiptologia como uma lógica inerente ao próprio Estado – a ideia de uma grande massa passiva frente ao poder de um governante divinizado é dominante nesse campo. Boa parte disso deve-se ao fato de que alguns especialistas, ao acharem que as fontes falam por si¹¹⁵, olvidam por vezes o elemento da crítica e tomam por certo e como espelho da realidade material o discurso ideológico contido na documentação a qual, até mesmo por motivações de cunho mágico, excluía o elemento do conflito por considerá-lo como um fator de desordem e caos que colocaria a existência do mundo em que viviam em risco¹¹⁶.

Conforme apontado, a Egiptologia dá uma ênfase muito grande à questão do faraó divinizado, como se a simples existência da crença em um monarca divino e encarregado pelos deuses de garantir *maat* no mundo dos homens fosse suficiente para assegurar a coesão social sob seu cajado¹¹⁷. Tal visão é expressa, por exemplo, por Júlio Gralha:

Como a religião permeava toda a sociedade egípcia, a legitimidade garantida através da esfera divina deveria ser o primeiro passo para a consecução do projeto político-religioso do rei. Tal legitimidade seria alcançada pelo desenvolvimento da parte divina da natureza dual do monarca, entendendo os egípcios tal natureza ao mesmo tempo divina e humana, e pelo estreitamento da relação do faraó com o deus (neste caso,

¹¹³ Sabe-se, contudo, que tal caracterização representa uma visão ideal sobre o monarca egípcio. Os limites da centralização política serão melhor desenvolvidos no decorrer desse trabalho.

¹¹⁴ Cf. ASSMANN, Jan. *The mind of Egypt: history and meaning in the time of the pharaohs*. Nova York: Metropolitan Books, 2002. p. 50.

¹¹⁵ Nesse sentido, Bourdieu comenta que “reduzir os agentes ao papel de executantes, vítimas ou cúmplices, de uma política inscrita na Essência dos aparelhos, é permitimo-nos deduzir a existência da Essência, ler as condutas na descrição dos Aparelhos e, ao mesmo tempo, fugir à observação das práticas e identificar a pesquisa com a leitura de *discursos* encarados como matrizes reais das práticas” (BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 77).

¹¹⁶ Os egípcios acreditavam que inscrever algo era dar vida a ele. Um exemplo são as clássicas cenas de oferendas funerárias, nas quais o boi é sempre representado em partes, nunca por inteiro, por medo que criasse vida e se materializasse, causando algum tipo de perigo.

¹¹⁷ Para uma interpretação nesses moldes Cf. TRAUNECKER, Claude. *Os deuses do Egito*. Brasília: UnB, 1995.

uma divindade dinástica com atributos de deus primordial), e que tal abrangência estivesse *presente em todo o reino*¹¹⁸.

O elemento mágico, na percepção de Gralha, é entendido como expressão concreta do poder quando, na realidade, a legitimidade faraônica dependia de uma complexa rede de relações sem as quais o elemento ideológico não se sustentaria – parte, portanto, de uma inversão causal, na qual os mecanismos que legitimam e fundamentam o Estado são ideais e dados *a priori*. Não se leva em consideração que a divinização do monarca é um processo dinâmico, histórico, a ser analisado levando em consideração as contradições e tensões sociais que estão em sua origem¹¹⁹. É igualmente problemático assumir que tal legitimidade estivesse presente “em todo o reino”, visto que seu grau de alcance é mais limitado do que se infere pela documentação oficial. Para melhor explicitar a crítica a esse tipo de análise, é interessante a citação de Haldon:

Deve-se frisar, contudo, que aqui reside o perigo nesta noção de transformar um sistema estruturado específico de práxis social, que reflete e mantém também um universo simbólico, numa ideia idealista de “teocracia”, estabilidade “asiática”, na qual a ascensão e queda dos Estados e poder das elites é determinado pela religião, e no qual as relações econômicas são criadas por demandas de observância religiosa e crenças¹²⁰.

Distanciarmo-nos da ideia de centralidade do Estado egípcio e da sua imediata associação à monarquia é essencial para que possamos repensar o papel

¹¹⁸ GRALHA, Júlio. Deuses, faraó e o poder. Legitimidade e imagem do deus dinástico e do monarca no Antigo Egito – 1550 a.C.-1070 a.C. Rio de Janeiro : Barroso Produções Editoriais, 2002. p. 173. (grifo nosso)

¹¹⁹ Tal preocupação é expressa por Puett quando analisa a sociedade chinesa antiga, em PUETT, Michael. Human and divine kingship in Ancient China. In.: BRISCH, N. *Religion and Power: Divine Kingship in the Ancient World and Beyond* Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2008. pp. 199-212.

¹²⁰ HALDON, *op. cit.*, 1993. Esta é uma posição semelhante à de Marx quando, ao romper com a perspectiva idealista, afirma que « não é a consciência dos homens que determina sua existência, é, pelo contrário, a sua existência social que determina sua consciência » (MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política de 1859. In.: MARX, Karl : ENGELS, Friedrich. *Textos* 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 301)

das elites e suas relações com o Estado no contexto do final do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário. O viés que domina os estudos de Egptologia, e que deve muito à tradição liberal à qual nos reportamos até agora, precisa se libertar da ideia de que o constructo ideológico presente nas fontes egípcias representa a materialidade das relações de poder nessa sociedade. Ao tomar o elemento da manutenção da ordem como a principal ação orientadora do Estado iremos, em primeiro lugar, deixar de perceber a existência do conflito e sua importância como elemento articulador desse Estado. Em segundo lugar, essa perspectiva restringe a funcionamento do Estado à execução de um princípio abstrato que, na realidade, não dá conta de aclarar sua dinâmica mais profunda, como se a simples menção à ideia de *maat* fosse explicação suficiente. Outro ponto relacionado a esse tipo de percepção é que ele frequentemente amarra o pesquisador à ideia de centralidade monárquica pois, como remete imediatamente à ideia do rei como mantenedor da ordem e principal ponta articuladora de um suposto consenso, contribui para que, no fim das contas, compreenda-se Estado e monarquia como sinônimos, ignorando toda a sua amplitude.

Uma primeira leitura das fontes egípcias nos permite, apressadamente, concluir que não é possível que outras pessoas, além do rei, sejam responsáveis por garantir *maat*, pois é nisso que repousa sua distinção em relação aos súditos. Essa é uma construção ideológica elaborada pelos grupos dominantes da época e que muitas vezes é interpretada como se expressasse a realidade¹²¹. Se o bem-estar do mundo egípcio depende do rei e este é confundido com o Estado, automaticamente qualquer ação e qualquer poder fora do contexto monárquico são interpretados como antiestatais. Daí colocar a ascensão de poderes locais como forças antagônicas ao próprio Estado. Ignora-se, contudo, que na realidade estes poderes fazem parte do Estado (mesmo que este seja entendido meramente como sinônimo de monarquia e das instituições que garantem o seu poder), uma vez que o fortalecimento dessas elites locais é obtido, dentre outros meios, dentro dos próprios quadros institucionais desse Estado. A repartição de autoridade e alianças com

¹²¹ A autobiografia de Neferseshemre, alto funcionário durante os reinados de Teti e Pepi I mostra como *maat* era, antes de ser uma prerrogativa régia, uma função estatal, e que seu exercício não era realizado pelo monarca em exclusividade. É o que fica claro quando vemos que esse funcionário realizar *maat* em nome do rei : « (...) eu carreguei Maat para o seu senhor ; eu o satisfiz em relação àquilo que ele ama ; eu falei Maat, eu carreguei Maat » (STRUDWICK, *op. cit.* p. 301).

outros grupos dominantes detentores de algum tipo de poder eram, aliás, fundamentais ao equilíbrio e manutenção do Estado egípcio.

Como exemplo podemos nos debruçar sobre o documento conhecido como *Instruções para Merikara*, que evidencia a existência de um sistema de reciprocidade envolvendo alianças entre grupos sociais no Egito como instrumento para garantir o equilíbrio e a estabilidade do reino. O texto apresenta diversos ensinamentos que um rei não identificado deixa para seu filho, que em breve irá sucedê-lo no trono, e deixa entrever um frágil equilíbrio dinástico ocorrido após um período de disputas, provavelmente o Primeiro Período Intermediário¹²². Em suas ensinanças, o rei atesta preocupação com as fronteiras do sul, divididas em bolsões provinciais, e orienta seu filho a estabelecer alianças com esses grupos através da concessão de terras:

O que era governado por um homem está (agora) nas mãos de dez, os funcionários são nomeados e as listas de impostos [redigidas]. Quando os homens livres recebem terras e trabalham para ti como um grupo unido, nenhuma revolta surgirá entre eles (...)”¹²³

Tentaremos demonstrar, nos capítulos seguintes, que na realidade não existe algo como “autonomia” das elites. Muito embora se consiga perceber a existência de grupos locais mais autônomos, pouco integrados ao aparelho do Estado, essa autonomia é relativa porque, como iremos verificar, ela não desafia as relações de produção que a tornam possível. Estado e elites “dependem de um sistema particular de apropriação e de distribuição dos excedentes, de sorte que a elite do Estado não pode agir muito tempo em oposição aos interesses da maioria da classe econômica dominante na sociedade”¹²⁴.

Essa concepção influencia, sem dúvida, as interpretações acerca do fim do Primeiro Período Intermediário e início do Reino Médio. Coloca-se Mentuhotep II, reunificador das Duas Terras, como o redentor do Estado egípcio, por tê-lo livrado de seu desaparecimento e do caos promovido pelo crescimento do poder das elites locais. A ascensão desses poderes locais ameaçaria, portanto, não apenas a

¹²² O texto foi composto, provavelmente, na XIIª dinastia (Reino Médio).

¹²³ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 288.

¹²⁴ MORENO GARCIA, *op. cit.*, 2009-2010, p. 17.

instituição monárquica, mas também o próprio bem-estar da população egípcia devendo, portanto, ser combatido. Nessa interpretação ganha destaque também a atuação de reis como Senusret I, que teria, finalmente, subjugado esses poderes locais, extinguindo por exemplo a função de nomarca, divorciando completamente a plena realização da autoridade monárquica da possibilidade de manutenção das prerrogativas provinciais, ignorando que a dinâmica de alianças era fundamental à própria estabilidade do reino egípcio. Isso não significa, contudo, afirmar a inexistência de conflitos entre as elites locais e o grupo dominante que exercia a hegemonia política, capaz de impor seu domínio e entronar um governante que defenderia seus interesses. O que se afirma, aqui, é que esses poderes não são, em sua origem, obstáculos ao fortalecimento do poder monárquico e à expansão da sua centralidade¹²⁵ e, por isso mesmo, é necessário buscar novas maneiras de se interpretar os acontecimentos que levaram ao Primeiro Período Intermediário. Parece, no caso, mais interessante pensar em como essas elites frearam a capacidade centralizadora de um determinado grupo que estava no controle do Estado político mas, nunca, como antimonárquicas ou antiestatais.

Em conclusão à apresentação das teorias liberais a respeito do Estado, crê-se que o maior problema referente a elas é, como aponta Bourdieu, a transformação de entidades coletivas em sujeitos ativos da história, capazes de originar e realizar seus próprios fins (“O Estado fez”, “O Estado decidiu”)¹²⁶. Essa reificação, que parte de um recorte simplificador e apressado a respeito do que é Estado, não dá conta de explicar a sua dinâmica mais profunda e, ao exercer o papel de *deus ex machina*, acaba sendo tautológica. Além disso, a coisificação do Estado o coloca como uma entidade acima da sociedade e dos indivíduos, que não mais o reconhecem como o tendo criado e aos quais não resta muita opção a não ser a obediência e a submissão aos seus desígnios. Por isso, optamos nesse trabalho por seguir uma perspectiva materialista a respeito da natureza e funcionamento do Estado, cujas principais teorias estão sumariadas no que segue.

¹²⁵ Chegaria, mesmo, a afirmar o paradoxo de que é através de mecanismos de descentralização que o Estado expande a sua centralidade.

¹²⁶ BOURDIEU, *op. cit.*, 2004, p. 75.

1.3.2 CONCEPÇÃO MATERIALISTA

A concepção materialista é aquela que, em linhas gerais, compreende o Estado como relação social, ou seja,

(...) como um conjunto de relações sociais articuladas organicamente com a dominação política e a organização da exploração, estabelecidas a partir dos fundamentos da sociedade na qual ele se estabelece como fenômeno histórico¹²⁷.

Se optarmos por definir o Estado como relação social, o primeiro problema que se coloca é o de saber: qualquer forma de relação social é, portanto, estatal? Acredita-se que não, por isso, um certo grau de institucionalização é necessário, o que nos leva a um segundo ponto: qual é esse limite? De que grau de institucionalização estamos falando e o que define essa distinção?¹²⁸

O primeiro grande eixo interpretativo no qual iremos nos deter é o elaborado por Karl Marx acerca dos modos de produção. No que tange mais diretamente as sociedades orientais, Marx enxerga sua especificidade no surgimento do chamado “modo de produção asiático”¹²⁹ que, segundo Ciro Flamarion Cardoso, é usado

Para designar um tipo de sociedade em que uma “comunidade superior”, mais ou menos confundida com o Estado e que se encarna num governante “divino”, explora mediante tributos e trabalhos forçados as comunidades aldeãs – caracterizadas pela ausência de propriedade privada e pela autossuficiência, permitida pela união do artesanato e da agricultura¹³⁰.

¹²⁷ CERINEU, *op. cit.*, p. 34.

¹²⁸ Uma tentativa de síntese das concepções materialistas sobre o Estado foi dada por Fábio Frizzo por ocasião da IV Jornada do NIEP Prék, ocorrida em setembro de 2014 na Universidade Federal Fluminense. O texto da apresentação (“Estado, Sociedade e Classe no Egito Faraônico”), que partem de reflexões relativas à sua pesquisa de doutorado, ainda não concluída, foi-nos gentilmente cedido pelo autor.

¹²⁹ As reflexões de Marx sobre o modo de produção asiático não aparecem de forma sistematizada em suas obras, sendo encontradas de maneira esparsa nas *Formen*, que compõem um capítulo dos *Grundrisse*, de 1858. (Cf. MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. Prefácio de Eric Hobsbawm).

¹³⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo : Ática, 2005. p. 82.

As críticas ao modo de produção de asiático podem ser feitas, em primeiro lugar, pelo fato de este modelo atribuir uma centralidade muito grande ao Estado (Marx também se apropria da ideia de “despotismo oriental”) quando se percebe, conforme apontado anteriormente, que no caso egípcio sua atuação é definida mais em termos de fragmentação e de descentralização que propriamente por uma centralidade baseada no exercício de um poder absoluto.

Uma ideia presente na noção de modo de produção asiático de Marx e que se tornou bastante popular no século XX através de Wittfogel é a teoria da “hipótese causal hidráulica”, que atribuía à necessidade de organizar as atividades de irrigação o surgimento de Estados centralizados no mundo antigo, como é o caso do Egito¹³¹. Jean Vercoutter, egiptólogo francês, é um dos que se apropriou desse modelo interpretativo:

Há quem se extasie muito a respeito da estabilidade do povo egípcio... Esta característica... foi favorecida pela necessidade de um governo politicamente forte para assegurar a irrigação... (cuja) manutenção não pode ser assegurada senão por um poder central forte que a saiba impor a todas as províncias. Assim, todo o sistema político egípcio repousa sobre uma necessidade física, geográfica, da qual não temos equivalente algum em nossas sociedades ocidentais.¹³²

Sabe-se, contudo, que o controle das obras de irrigação era feito, nessas sociedades, no nível local. No Egito, somente no Reino Médio (dois milênios após a unificação) torna-se perceptível a existência de um controle centralizado dessa atividade¹³³.

¹³¹ Cf. WITTFOGEL, Karl A. *Oriental Despotism*. A comparative study of total power. Yale University Press, 1957; BUTZER, Karl W. *Early Hydraulic Civilization in Egypt*. A study in cultural ecology. Chicago: The University Chicago Press, 1976.

¹³² VERCOUTTER, Jean. *L'Égypte ancienne*. Paris : Presses Universitaires de France, 1968. p. 18.

¹³³ Cf. CARDOSO, Ciro. A falência da « hipótese causal hidráulica ». In. : _____. *O Egito Antigo*. São Paulo : Brasiliense, 2004. pp. 14-25. Muito se fala a respeito dos modos de produção como expressão do paradigma evolucionista em voga durante o século XIX e, por isso mesmo, é hoje rechaçado por diversos estudiosos. Ellen Wood, contudo, ao comparar as ideias de Weber às de Marx, sustenta que “o conceito de modo de produção de Marx é mais sensível à especificidade e à variabilidade históricas” (WOOD, *op. cit.* p.152). Em sua análise, a cientista política observa que Marx

Embora criticado e ausente dos debates por muito tempo, novas perspectivas envolvendo o modo de produção asiático levaram ao reavivamento das discussões sobre economia egípcia na década de 70 com Mario Liverani e Carlo Zaccagnini. Apoiados em fontes da história próximo-oriental, estes estudiosos compreenderam o modo de produção asiático como resultante da articulação de dois modos de produção, que chamaram de “aldeão” e de “palaciano”. No Brasil, o reavivamento dessas discussões impactou decisivamente o trabalho do historiador marxista Ciro Flamarion Cardoso em seus estudos sobre o Egito Antigo¹³⁴.

Boa parte das concepções materialistas sobre o Estado traz em seu cerne a ideia de desigualdade social pautada no surgimento da propriedade privada. Um dos primeiros a teorizar sobre o Estado dessa maneira foi Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*¹³⁵. Segundo Engels, o surgimento do Estado pode ser caracterizado como a passagem de um poder “funcional” para um poder “explorador”, cujo marco é uma clivagem social produzida pela estratificação econômica. Há, em Engels, uma relação causal entre o surgimento da propriedade privada e o aparecimento do Estado. A lógica do estudioso alemão conjectura que, no início, havia a propriedade comum dos meios de produção, incluindo a terra. Com o crescimento da população, teria ocorrido também uma maior divisão do trabalho e, portanto, um aumento na produção. O excedente dessa produção teria sido apropriado por certos grupos que passaram a não mais trabalhar na produção de alimentos, gerando a escravidão. Disso resulta uma clivagem social e, para fazer valer e garantir os interesses econômicos das classes dominantes é que teria surgido o Estado, na forma de um aparato político e institucional.

Este é, também, o posicionamento do historiador russo Igor Diakonoff, que afirma que “a divisão de classes é a razão de ser do Estado”. Para este estudioso, o processo de estratificação gerado pela liberação de parte da população do trabalho produtivo em virtude da produção de excedentes está na base da formação do Estado. A partir desse processo, que considera comum a todas as sociedades, Diakonoff tipifica três modelos de desenvolvimento das sociedades orientais,

reconhecia modos de atividade econômica específicos em formações sociais distintas, sendo o capitalismo apenas um deles, enquanto Weber pressupunha a submissão à inevitabilidade do sistema capitalista, para ele o verdadeiro modo de atividade econômica.

¹³⁴ Cf. CARDOSO, *op. cit* (2003).

¹³⁵ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

notadamente aquelas do Mediterrâneo e do Antigo Oriente Próximo: o mesopotâmico, o egípcio e o das sociedades não-hidráulicas, no qual inclui gregos, fenícios e cartagineses¹³⁶.

Outra visão próxima à de Engels é a de Oppenheimer, que também percebe o Estado enquanto instrumento de dominação¹³⁷. Sua interpretação, que data do início do século XX, parte do princípio de que todos os Estados são formados na base da conquista (sendo a guerra o fator causal do surgimento do Estado), compreendendo-o como mecanismo de exploração dos vencidos. Seu posicionamento parte dos debates entre as teorias de conflito e as teorias de integração e, muito embora o elemento da conquista possa ser um fator determinante, há que se levar em consideração que nem toda formação estatal advém dela e não pode ser considerada como o único mecanismo formador do Estado.

Dentre os autores que defendem uma perspectiva materialista a respeito do Estado encontramos, também, Gordon Childe. Esse autor defende que a origem do Estado se dá em virtude do conflito entre os interesses econômicos da classe dominante, responsável por arrecadar os excedentes, e a maioria da população, expropriada, limitada no nível da subsistência e excluída dos benefícios espirituais¹³⁸. Aparece nesse autor, portanto, a perspectiva da luta de classes e a afirmação de uma sociedade estatal como sendo uma sociedade de classes, que é uma das premissas básicas nas quais se sustenta a visão marxista de Estado, na qual

O Estado é uma comunidade ilusória. Isto não quer dizer que seja falso, mas sim que ele aparece como comunidade porque é assim percebido pelos sujeitos sociais. Estes precisam dessa figura unificada e unificadora para conseguirem tolerar a existência das divisões sociais, escondendo que

¹³⁶ DIAKONOFF, Igor M. Three ways of development of the Ancient Oriental Society. In.: ALLAM, S et alli. *Stato, Economia, Lavoro nel Vicino Oriente Antico*. Milão: Francoangeli, 1988. pp. 01-08).

¹³⁷ OPPENHEIMER, Franz. *The state*. Its history and developments viewed sociologically. Nova York: B. W. Huebsch, 1922. Fried também se assemelha dos posicionamentos de Engels e Oppenheimer quando afirma, por exemplo, que “o Estado é a organização desenvolvida para manter, se necessário pela força, o acesso desigual aos recursos básicos”. (Cf. FRIED, Morton. *The evolution of political society*. Nova York: Random House, 1967. p. 12). Assim como Engels, Fried atribui à propriedade privada o início da estratificação social (questiono, contudo: não havia conflito antes da propriedade privada?), concomitante ao crescimento populacional que geraria disputas pelos recursos, tendo em vista que alguns grupos ficam em situação mais favorável no que diz respeito ao acesso aos meios de subsistência.

¹³⁸ TANTALEÁN, op. cit., p. 120.

tais divisões permanecem através do Estado. O Estado é a expressão política da sociedade civil enquanto dividida em classes¹³⁹

Estas informações são importantes para, portanto, compreendermos de forma mais adequada de que maneira as correntes marxianas interpretam o papel do Estado e a relação dos indivíduos com as estruturas. Contrariamente à percepção liberal fundada na ideia de contrato social e na distinção entre sociedade civil e estado de natureza, no qual os impulsos de individualidades soberanas impediriam qualquer forma de sociabilidade e conduziriam inevitavelmente as sociedades humanas ao extermínio, a matriz marxiana não concebe a existência de indivíduos fora de uma classe social, determinada pela posição ocupada face aos meios de produção e, ao rejeitar a ideia de “estado de natureza”, traz como pressuposto a ideia de que todo homem é, por “natureza”, social¹⁴⁰. Enquanto o primeiro corpo de teoria traz a noção de um Estado *sujeito*, a matriz marxiana, ao pressupor que o Estado é um instrumento usado com o intuito de assegurar os interesses econômicos das classes dominantes, fornece a ideia de Estado enquanto *objeto*. Ao associar o surgimento do Estado ao aparecimento da propriedade privada, o paradigma marxiano existente em fins do século XIX até meados do século XX estabelece uma relação direta e imediata entre propriedade e Estado o que, segundo Sônia Regina de Mendonça, é um viés extremamente mecanicista e que, assim como as teorias de tipo liberal, também perde de vista a complexidade das relações sociais¹⁴¹.

Um caminho interessante que nasce das revisões do marxismo ocorridas ao longo do século XX é aquele proposto pelo italiano Antonio Gramsci, que não vê o Estado nem como sujeito, nem como objeto, mas como *relação social*¹⁴². Gramsci trabalha com a concepção de Estado Ampliado e o encara como “a condensação

¹³⁹ CHAUI, *op. cit.*, p. 27.

¹⁴⁰ Para um excelente resumo das correntes teóricas sobre o Estado, cf. MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e sociedade. In.: MATTOS, Marcelo Badaró (org) . *História: pensar e fazer*. Niterói: LDH, 1998. pp. 13-32.

¹⁴¹ *ibid.* p. 20.

¹⁴² As ideias de Gramsci sobre o Estado estão distribuídas ao longo dos seis volumes dos seus Cadernos do Cárcere. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 1 a 7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

das relações sociais presentes numa dada sociedade”¹⁴³, abarcando dessa forma toda a sua complexidade e incorporando todos os seus conflitos, abrindo espaço também para o consenso. Na Egptologia, as ideias do italiano encontram eco em Stephen Quirke, quando desenvolve reflexões sobre o papel das elites no Egito Antigo¹⁴⁴.

As ideias de Gramsci apoiam-se, em grande medida, nas distinções elaboradas por Marx entre Estado Material e Estado Político¹⁴⁵, sendo este o conjunto de aparatos institucionais jurídicos e administrativos e aquele o conjunto de relações políticas mais amplas, determinadas pela produção e organização dos indivíduos junto a ela¹⁴⁶. Gramsci escapa do reducionismo economicista¹⁴⁷ e, ampliando a noção, compreende estas duas categorias através de uma lógica de complementariedade, levando em consideração sua natureza ambivalente. Na teoria gramsciana o Estado Político seria um espaço no qual os interesses das classes dominantes estariam em conflito pela *hegemonia* (conceito caríssimo ao estudioso italiano), tornando-se, portanto, uma arena de luta entre frações de classe¹⁴⁸.

Se o Estado é o exercício do político, há que se questionar se a política se limita apenas às instituições ou se pode ser exercida em outras modalidades e por outros sujeitos da maneira como orienta, por exemplo, Fábio Morales quando pensa a política no caso ateniense. Para esse historiador, é importante “ (...) promover uma ampliação conceitual da política, para além dos limites institucionais do Estado, na

¹⁴³ MENDONÇA, *op. cit.*, p. 20.

¹⁴⁴ Cf. QUIRKE, Stephen. Provincialising elites: defining regions as social relations. In.: MORENO GARCIA, *op. cit.*, 2009-2010. pp. 51-66.

¹⁴⁵ Cf. MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁴⁶ Marx trabalha com as categorias de sociedade civil e sociedade política, restringindo o Estado a essa última. O que Gramsci faz, em sua visão de Estado Ampliado, é englobar em sua lógica tanto elementos da sociedade política quanto da sociedade civil.

¹⁴⁷ Para Gramsci, a estrutura não se reduz apenas às forças produtivas, mas abrange, igualmente, as relações sociais de produção – estrutura e superestrutura formam, em sua concepção, um “bloco histórico”, estabelecendo entre si um vínculo orgânico e dialético, diferentemente do unilateralismo causal existente no chamado marxismo “vulgar”, que transforma a superestrutura quase que em um epifenômeno. (cf. VASCONCELOS, Kathleen E. Leal; SILVA, Mauricelia, Cordeira da; SCHMALLER, Valdilene P. Viana. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. R. *Katál*. Florianópolis, v.16, n.1, p. 82-90, jan/jun 2013.)

¹⁴⁸ Cf. FRIZZO, *op. cit.* Essa ideia parece ser importante de ser considerada sobretudo porque ajuda a explicar, no contexto egípcio, a aparente contradição entre um “poder central” e “poderes locais” ao longo de sua história. Nesse sentido, períodos de crise, como o Primeiro Período Intermediário, podem ser compreendidos através da perspectiva de “crise de hegemonia”.

direção das relações de poder e das práticas de liberdade (...)”¹⁴⁹, aproximando-se da perspectiva materialista de Finley através da qual

A investigação sobre o Estado e o governo antigos precisam descer da estratosfera, dos conceitos rarefeitos, mediante um exame não só da ideologia, do orgulho “nacional” e patriotismo, de *Der Staat*, das glórias e misérias da guerra, mas também de relações materiais entre os cidadãos ou classes de cidadãos, tanto quanto as mais comumente observadas entre o Estado e os cidadãos¹⁵⁰.

Esta é uma conclusão parecida àquela em que chega Frizzo, ao entender que grupos subalternos também possuíam autonomia e instituições próprias, por vezes com funções estatais, as quais acabaram sendo, mais tarde, expropriadas dessas pessoas para serem incorporadas ao quadro institucional. Como exemplo citem-se os conselhos de anciãos, como o *dadat* e o *qnbt*, que cuidavam de assuntos locais e que foram absorvidos como parte da administração palatina¹⁵¹.

O materialismo histórico e, em especial, o marxismo, nunca encontrou muito adeptos na Egiptologia. O emprego dessa perspectiva era mais popular somente entre os membros da chamada Escola Soviética, cujas ideias tiveram pouca circulação e influência no Ocidente e estavam bastante atreladas ao conceito de modos de produção¹⁵². Nesse contexto, merece destaque a atuação do russo V.V. Struve, responsável pelo reavivamento dos debates acerca do modo de produção asiático na década de 30, momento em que este perdia força e era caracterizado negativamente. À época, os “anti-asiáticos” tendiam a encarar as sociedades orientais como feudais, posição duramente combatida por Struve por considerar que o Egito era dotado de uma ordem peculiar e de um sistema baseado na escravidão,

¹⁴⁹ MORALES, Fábio. Estado, poder e liberdade: a política como categoria de análise da democracia ateniense clássica. pp. 5-6. *Revista Recôncavos*. 2010, v.4. Nesse mesmo artigo, Morales traça um esboço das principais correntes interpretativas a respeito do que é a política, verificando a existência de quatro vieses: institucionalista (“política é aquilo que o Estado faz”); weberiano (“é o conjunto das ações orientadas para o Estado”); foucaultiano (“conjunto de relações de poder que ultrapassam o Estado”) e filosófico (“prática da liberdade, tendo o Estado como um de seus eixos”).

¹⁵⁰ FINLEY, M. I. *Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. P. 64.

¹⁵¹ FRIZZO, *op. cit.*

¹⁵² Cf. o trabalho do egiptólogo russo S.Stuchevski em STUCHEVSKI, S.; VASÍLIEV, L. Três modelos de aparecimento e da evolução das sociedades pré-capitalistas. In.: FIORAVANTE *et al.* *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. pp. 109-130.

não na servidão. O debate sobre se os trabalhadores egípcios eram escravos ou servos é complexo e perpassa o questionamento sobre se esses trabalhadores eram detentores ou não de meios de produção. Para Struve, a principal força de trabalho no Egito era composta de escravos, mesmo que fossem quantitativamente menos numerosos que outras espécies de trabalhadores, como os camponeses. O fato de trabalharem o ano todo, enquanto aqueles que trabalhavam sob o regime de corveia só realizarem serviços compulsório por apenas alguns meses, é seu principal argumento. Sem entrar no mérito da sua argumentação, é importante ressaltar a grande importância do trabalho de Struve, uma vez que se trata da primeira tentativa, conforme analisa Stephen Dunn, de testar o método marxista num *corpus* documental referente ao Antigo Oriente Próximo, uma vez que não há, nem mesmo nas obras de Marx e Engels, nenhum estudo sistemático desse tipo a respeito dessas sociedades¹⁵³.

Diversos estudos se dedicaram a revisitar o conceito de modo de produção asiático com o intuito de provar a sua aplicabilidade às sociedades asiáticas e do Antigo Oriente Próximo. Andrea Zingarelli é uma das autoras que, influenciada por essa perspectiva, retoma o conceito levando em consideração o desenvolvimento histórico da sociedade egípcia no período faraônico¹⁵⁴. Zingarelli opta, na esteira de Ciro Flamarion Cardoso, por compreender o modo de produção asiático não a partir dos exatos termos em que foi concebido, muito embora considere-o um modelo válido para explicar o funcionamento das sociedades antigas¹⁵⁵. A autora prefere ir em outra direção e avaliar sua contribuição na compreensão das relações dominantes de produção, caracterizando o Estado como um mecanismo de exploração e perpetuação dessas relações.

A perspectiva materialista é também aquela de Juan Carlos Moreno García. Muito embora não se associe diretamente a nenhum modelo teórico específico, esse estudioso tem cada vez mais tem apostado numa renovação dos estudos egiptológicos ao apontar a necessidade de teorizar o campo sem perder de vista a

¹⁵³ DUNN, Stephen. *The fall and rise of the Asiatic Mode of Production*. Nova York: Routledge, 2001. Uma vez que o trabalho de V.V. Struve encontra-se praticamente todo em russo, a obra de Stephen Dunn foi de fundamental importância para que se pudesse ter acesso ao pensamento desse egiptólogo e sumariar suas análises.

¹⁵⁴ ZINGARELLI, Andreia. *Asiatic mode of production: considerations on Ancient Egypt*. Texto cedido pela autora.

¹⁵⁵ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

sua relação com a realidade empírica¹⁵⁶. Seu viés materialista fica claro na passagem em que critica as pesquisas a respeito do surgimento do Estado porque, nelas,

Os “primeiros motores” que levaram à aparição o Estado (guerra, crescimento demográfico, questões ambientes, criação de circuitos de trocas de bens de luxo, organização da irrigação ou de atividades produtivas complexas) fazem frequentemente a figura de *deus ex machina*, privilegiada em detrimento tanto do estudo das condições precisas de organização e distribuição do poder nas primeiras organizações políticas conhecidas quanto da reprodução da autoridade¹⁵⁷

No Brasil, a Egptologia teve a sorte de contar com as contribuições do historiador Ciro Flamarion Cardoso que, muito embora tenha se dedicado inicialmente a estudos sobre América Colonial, rompeu essa trajetória para se dedicar ao estudo do Egito Antigo como professor de História Antiga na Universidade Federal Fluminense. Seu percurso na área de História é fortemente marcado pelo marxismo, daí as ferrenhas críticas que direcionava, constantemente, à Nova História Cultural, especialmente porque esta insiste em desvencilhar o estudo da cultura de aspectos econômicos e, de forma mais geral, das estruturas. Em entrevista concedida um ano antes de seu falecimento, Cardoso foi categórico ao afirmar que « para mim, o cultural tem uma base social. Não faz sentido estudar a cultura sem ver essa base social »¹⁵⁸. Autor de uma vasta produção sobre o tema, Cardoso nunca desenvolveu pesquisas especificamente sobre o Estado egípcio, tendo como alvo preferencial o estudo dos aspectos econômicos dessa sociedade. Julgo importante, contudo, destacar sua contribuição no contexto das concepções materialistas de Estado visto que esta era subjacente ao seu pensamento enquanto historiador marxista e, em um país com pouca tradição dos estudos egiptológicos,

¹⁵⁶ Ao analisar a produção de Moreno Garcia, vemos que ele passa por um processo de amadurecimento intelectual e, à medida em que sofisticava seu trabalho de pesquisa, consolida cada vez mais uma perspectiva materialista, muito embora ainda permaneçam algumas referências ao trabalho de Weber, sobretudo quando define o que é Estado. Parece-me que, na falta de outra definição, o estudioso se vale da « definição-padrão », mesmo que no restante de sua obra seu encaminhamento seja divergente.

¹⁵⁷ MORENO GARCIA, *op. cit.* (2009), p.13.

¹⁵⁸ Entrevista concedida à Revista de História em 01/09/2012 (disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ciro-flamarion>. Último acesso 29/01/2015).

sua influência na formação daqueles que insistiram em seguir por essa vereda é de fundamental importância¹⁵⁹.

Finda a análise das discussões propostas para esse primeiro capítulo da tese, cabe concluir dizendo que, ao adotar uma perspectiva materialista de Estado – e, especialmente, de Estado como relação social – iremos, igualmente, vincularmo-nos a uma concepção de história enquanto *práxis* social. No caso egípcio, em que a esmagadora maioria das fontes de estudo disponível apresenta uma visão ideológica específica sobre essa sociedade, a produzida pelo Estado, o exercício de compreender, tanto quanto possível, as relações sociais escondidas por essas representações é absolutamente necessário. A pesquisa científica, nesse sentido, não pode reduzir a história à mera sucessão de fatos nem à evolução temporal das coisas e dos homens, visto que história não é isso. Ela é mais, é “o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural”¹⁶⁰ e é somente através de uma análise dialética das relações sociais, que são historicamente circunscritas tanto no tempo quanto no espaço, que iremos compreender, no caso específico desse trabalho, a dinâmica específica de funcionamento do Estado que, longe de ser um epifenômeno, é constituído e constantemente articulado por meio dessas relações.

¹⁵⁹ Suas contribuições ao estudo do mundo pré-capitalista renderam um livro em sua homenagem, organizado pela Seção Pré-Capitalismo do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP-MARX-PréK), que também inclui um artigo póstumo: CARDOSO, Ciro Flamarion. As forças produtivas e as transições economicossociais no Egito antigo (do Predinástico até o final do II milênio a.C.). In.: BASTOS, Mário Jorge da Motta ; DAFLON, Eduardo Cardoso ; FRIZZO, Fábio ; KNUST ; José Ernesto Moura ; MELO, Gabriel da Silva ; PACHÁ, Paulo. *O pré-capitalismo em perspectiva*. Estudos em homenagem ao Prof. Ciro F. S. Cardoso. Rio de Janeiro : Ítaca, 2015.

¹⁶⁰ CHAUI, *op. cit.*, p. 08.

O senhor das Duas Margens é um sábio, pois o rei que tem cortesãos não é ignorante, já é sábio quando sai do ventre e o deus o escolheu entre um milhão de homens. Uma bela e boa função é a do exercício da realeza, mas ela não tem filho nem irmão para manter seus monumentos: um só homem estabelece outro homem e cada um age segundo o que o precedeu, de modo que aquilo que realizou será preservado por outro que virá depois dele.

(Ensinamentos para o rei Merikara)

2 A ADMINISTRAÇÃO EGÍPCIA: ENTRE CENTRALIDADE E DESCENTRAMENTO

Vimos no capítulo anterior como colocar em perspectiva aquilo que entendemos por Estado, com o auxílio de teorizações produzidas no campo das ciências sociais, contribui com a oferta de novos prismas interpretativos que alteram significativa e qualitativamente o estudo da questão no caso do Egito Antigo. Um novo enfoque acerca da natureza e do funcionamento do Estado fornece importantes diretrizes para a compreensão da dinâmica do poder nessa sociedade, especialmente por desenvolver o princípio de que o descentramento e o aumento da burocracia eram elementos importantes da prática do Estado e que, ao contrário do que se costuma interpretar, não são em si elementos responsáveis por seu enfraquecimento. A partir do momento em que conseguimos conceber e perceber a ideia de Estado como algo diverso da figura do rei ou da instituição monárquica e passamos a compreendê-lo a partir da lógica das relações sociais nele manifestas, inúmeras possibilidades se abrem para que possamos enxergar com mais clareza a complexa dinâmica em torno da qual se articulam as práticas estatais.

Para tanto, deixaremos de lado a reprodução de postulados dados como certos, a exemplo da ideia de uma excepcional eficácia e abrangência do Estado egípcio para, através da documentação disponível, tentarmos construir um panorama sobre a administração egípcia que condiz o máximo possível com as práticas sociais existentes nessa sociedade. O primeiro e maior erro que tentaremos desfazer aqui é o de acreditar que o Estado egípcio era uma estrutura monolítica, controlada de forma quase absoluta pelo faraó e seus altos dignitários, a quem o restante da população obedecia cegamente tendo em vista o caráter divino do seu governante. Mesmo as fontes estatais que, como vimos, estão impregnadas desse discurso ideológico, deixam entrever diversos exemplos de como esse Estado (incluindo a organização da administração menfita, chamada de central) apresenta características de descentramento, indicando serem as relações nele envolvidas muito mais fragmentadas do que se supõe. Ao mesmo tempo, é interessante observar como esse descentramento, verificado por exemplo através da expansão e formalização das relações entre a Corte e as províncias, constitui uma estratégia que amplia e fortalece a presença do Estado no território egípcio.

Tendo em vista as reflexões produzidas no capítulo anterior, concluímos que restringir o estudo do Estado ao seu aspecto institucional seria abraçar uma perspectiva legalista que cobre apenas o estudo da administração formal que, embora importante, oferta a compreensão de apenas uma parte da lógica de funcionamento desse Estado. Nesse sentido, não poderia concordar mais com Moreno García quando este afirma que

(...) realidades práticas podem se diferenciar muito dos princípios e práticas judiciais solenemente evocados, fazendo com que seja necessário evitar uma perspectiva jurídica estreita que contribuiu, especialmente no passado, para uma visão de que a administração faraônica era uma máquina quase perfeita conduzida por especialistas e inspirada na busca por *maat*¹⁶¹.

É necessário evitar essa perspectiva, primeiro, porque o modelo formalista ao qual ela muitas vezes se vincula pressupõe o funcionamento da administração egípcia como sendo regido por princípios similares aos da administração moderna.

¹⁶¹ MORENO GARCIA, Juan Carlos. The study of Ancient Egyptian Administration. In. : _____. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013. p. 13.

Isso significa que critérios como competência e racionalidade, caros à administração dos Estados Modernos, não podem ser usados como parâmetro para o estudo das sociedades pré-capitalistas, nas quais relações pessoais e informais exerciam papel muito mais significativo. É necessário partir, também, para a análise de outros fatores intrínsecos à lógica estatal se quisermos compreendê-la na sua integralidade, abraçando o campo das relações sociais envolvidas nessa dinâmica para não correremos o risco de autonomizar o Estado e suas instituições e analisá-lo longe de sua base social.

Tendo em mente que o Estado é fruto de relações sociais constituídas historicamente e que essas relações englobam tanto o conjunto de aparatos institucionais jurídicos e administrativos quanto o conjunto de relações políticas mais amplas, determinadas pela produção e organização dos indivíduos junto a ela, é que iremos dar início a este capítulo. Procuraremos analisar, portanto, o aparato institucional egípcio sem perder de vista a dialética que une esse esfera a esse todo mais amplo.

O presente capítulo está estruturado de forma a apresentar, num primeiro momento, alguns princípios gerais de funcionamento da administração egípcia durante o Reino Antigo, atentando para o perigo de generalizações e apontando para a necessidade de se avaliar o tema a partir de recortes cronológicos e geográficos mais específicos. Posteriormente, concentraremos a análise na chamada administração central, menfita, para que possamos, tanto quanto possível, avaliar características de descentralização na administração egípcia.

Conforme já alertamos, por uma questão documental iremos nos ater basicamente ao estudo da Vª e VIª dinastias, quando os registros sobre a administração estatal tornam-se mas abundantes, e também por serem temporalmente mais próximas ao Primeiro Período Intermediário (2160-2055 a.C.). Decretos régios, a exemplo dos Decretos de Coptos, e autobiografias serão as principais fontes para o nosso estudo.

As autobiografias que aqui utilizaremos, escritas na primeira pessoa do singular, foram esculpidas nas tumbas de altos funcionários da administração egípcia com o fito de evocar suas personalidades. Escritas sob a forma de narrativa, as autobiografias são geralmente precedidas por uma fórmula funerária (normalmente a *ḥtp-dj-nsw*, que significa “uma oferenda que o rei faz”), a qual vem

acompanhada de um rol de titulações que supostamente correspondem a funções exercidas por essas pessoas¹⁶². Depois, segue a descrição de atos realizados pelo falecido em vida, inscrições que, segundo João, tinham como objetivo facilitar a entrada dessa pessoa no outro mundo, a exemplo do encantamento 575 dos Textos dos Sarcófagos (“eu desejo triunfar graças ao que eu fiz”¹⁶³).

Os textos autobiográficos devem, contudo, ser analisados de maneira cautelosa, pois se tratam de registros altamente ritualizados e repletos de fórmulas padrão que, muitas vezes, não correspondem a nenhum evento real. É comum encontramos, sobretudo nas autobiografias provinciais, a descrição do funcionário como uma espécie de patrono benevolente, como no extrato a seguir:

Eu dei pão ao faminto
Dei roupas ao desnudo
E trouxe à terra aquele que não tinha barco¹⁶⁴

Trechos como esse são repetidos em diversas autobiografias e se encontram inscritos normalmente na entrada das tumbas. Trata-se mais de um recurso estilístico que propriamente da descrição de um evento real, destinado a provocar uma resposta piedosa dos passantes para que recitassem a “fórmula de apelo aos vivos”, que objetivava garantir – magicamente, é claro - a provisão de oferendas para o falecido no outro mundo:

Ó vivos que estais sobre a terra e que passais por essa tumba
Ao viajarem para o norte ou para o sul, se vós disserdes:
“mil pães e mil cervejas para o dono dessa tumba”,
Então eu velarei por vós na necrópole¹⁶⁵

Ainda, são comuns depoimentos de atos que o falecido não cometeu em vida, ao molde do capítulo 125 do Livro dos Mortos (a literatura funerária típica do Reino Novo na qual aparece a chamada “confissão negativa”), que intuía trazer leveza

¹⁶² Sobre essas titulações, iremos discutir no decorrer desse capítulo alguns limites relativos ao seu estudo.

¹⁶³ JOÃO, *op. cit.* (2008), p. 55.

¹⁶⁴ Autobiografia de Harkhuf (in.: STRUDWICK, *op. cit.*, 2005, p. 328).

¹⁶⁵ *Ibid.* Em algumas tumbas, como a do vizir Ankhmahor, o falecido aparece representado na entrada de sua tumba segurando, em uma mão, um cetro, enquanto que, com a outra, faz um gesto de chamamento. Kanawati interpreta esse gesto como uma forma de evocar os passantes e fazer com que estes prestem oferendas, ou simplesmente lembrem do falecido recitando o seu nome. (HASSAN, A.; KANAWATI, N. *The Teti Cemetery at Saqqara. The tomb of Ankhmahor*. ACE 9, v. II, 1997, p. 27).

para o coração do morto e, assim, assegurar que seu peso não fosse superior ao da pluma de Maat no momento do julgamento perante o deus dos mortos, Osíris¹⁶⁶.

As autobiografias, portanto, serão aqui utilizadas levando em consideração seu caráter *partem pro toto* - ou seja, sabendo que buscavam ofertar uma imagem de perfeição através de uma seleção de fatos e atos vividos pela pessoa¹⁶⁷. Tanto quanto possível, os dados das autobiografias serão cruzadas com outras fontes, como os mencionados arquivos administrativos e decretos régios do Reino Antigo, especialmente aqueles posteriores à IV^a dinastia.

Utilizaremos, em especial, as traduções dessa documentação realizadas por Nigel Strudwick¹⁶⁸ (doravante referenciadas como TPA), Miriam Lichtheim¹⁶⁹ (AEL) e Alessandro Roccati¹⁷⁰ (LH). Algumas verificações dessas traduções foram realizadas a partir dos originais presentes no volume I do *Urkunden*¹⁷¹ e também dos textos transliterados presentes em outras obras, com o auxílio de gramáticas e dicionários de língua egípcia¹⁷². A averiguação de aspectos filológicos pontuais mostrou-se especialmente importante no momento de análise das titulaturas¹⁷³ e, para realizá-la, contamos com o apoio de algumas obras de referência em estudos prosopográficos, a exemplo do clássico de Klaus Baer que se dedica aos títulos de

¹⁶⁶ A pesagem do coração era um momento crucial no julgamento do morto na outra vida. Caso seu coração fosse mais pesado que a pluma da deusa Maat, isso implicaria « morrer uma segunda morte », ou seja, a completa aniquilação do ser, vista como uma das maiores abominações dentre os egípcios. A cena do julgamento se desenvolve de forma mais completa somente no Reino Novo mas, já no Reino Médio, nos chamados Textos dos Sarcófagos, a preocupação com a « segunda morte » é alvo de diversos encantamentos que buscavam ofertar meios para evitá-la.

¹⁶⁷ MOMIGLIANO, Arnaldo. *Génesis y desarrollo de la biografía en Grecia*. México: Fondo de Cultura Económica.

¹⁶⁸ STRUDWICK, *op. cit.*, (2005).

¹⁶⁹ LICHTHEIM, Miriam. *Ancient Egyptian Literature*. The Old and Middle Kingdoms. v.I, 2a ed. Los Angeles : University of California Press, 1996.

¹⁷⁰ ROCCATTI, Alessandro. *La littérature historique sous l'Ancien Empire Égyptien*. Paris : Les éditions du Cerf, 1982.

¹⁷¹ O *Urkunden*, organizado pelo egiptólogo alemão Kurt Sethe e escrito entre 1909 e 1935, é uma das mais importantes coletâneas de fontes egípcias. Dividida em oito volumes, compila textos em hieróglifos divididos por período e por tema, sendo uma obra até hoje exaustivamente consultada pelos pesquisadores da área como referência básica e primeira para a constituição de um *corpus* documental. O volume I é dedicado ao Reino Antigo e está disponibilizado como domínio público no Fórum Eletrônico dos Egiptólogos (EEF), hospedado no seguinte endereço: <http://www.egyptologyforum.org/EEFUrK.html>

¹⁷² A principal referência é o dicionário de Raymond Faulkner (FAULKNER, Raymond. *A concise dictionary of Middle Egyptian*. Oxford: Griffith Institute, 1991).

¹⁷³ Saliente-se, apenas, que um trabalho filológico não é o foco desta tese e aparece, no momento da análise das titulaturas, de forma pontual, com o intuito de questionar e verificar pontos específicos das traduções utilizadas.

funcionários do Reino Antigo¹⁷⁴.

A análise empreendida neste capítulo e nos dois subsequentes servirá para que, uma vez apresentado o funcionamento do Estado egípcio no período que cobre especialmente o fim do Reino Antigo, seja possível voltar ao estudo do Primeiro Período Intermediário e prover um olhar sobre o período diverso daquele tradicionalmente apresentado pela Egptologia.

2.1 ELITES: REFLEXÕES SOBRE UM CONCEITO.

Um dos elementos centrais desta tese é o de compreender, tanto quanto, possível, como se davam as relações das elites locais com os agentes do poder central e suas instituições especialmente nas dinastias finais do Reino Antigo e em todo o Primeiro Período Intermediário. Para avançar nessa discussão, contudo, julgou-se necessário apresentar uma breve reflexão a respeito do significado do termo “elite”, uma vez que encobre heterogeneidades e hierarquias que, muitas vezes, acabam passando despercebidas por conta da utilização de um termo tão homogeneizante.

São tantas as ponderações envolvendo o uso desse vocábulo que o egiptólogo Stephen Quirke, por exemplo, chega mesmo a defender sua não utilização sob o argumento de que o conceito é ambíguo e não permite entrever com clareza a relação entre os vários produtores de cultura. O estudioso vai na direção de “provincializar” os grupos sociais dominantes “identificando seus lugares numa base geográfica e cultural, explorando ideias do fundador do Partido Comunista italiano, Antonio Gramsci”¹⁷⁵. Para Quirke, o grupo dominante de uma região, cujo poder é assentado na posse da terra, é definido tanto internamente, através de suas relações no âmbito local, quanto externamente, através das conexões que estabelece com diferentes grupos em regiões vizinhas ou até mesmo em regiões mais distantes. É com isso em mente que Quirke desenvolve um modelo para o estudo das relações econômicas entre as porções norte e sul do Antigo Egito

¹⁷⁴ BAER, Klaus. *Rank and title in the Old Kingdom*. The structure of the Egyptian administration in the Fifth and Sixth Dynasties. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

¹⁷⁵ QUIRKE, Stephen. Provincialising elites : defining regions as social relations. In. : MORENO GARCIA, Juan Carlos (org.). *Élites et pouvoir en Égypte ancienne*. CRIPEL 28, Lille, 2009-2010. p. 52.

(respectivamente, Baixo e Alto Egito), por um viés que intui compreender as interações historicamente estabelecidas entre essas regiões não através da tradicional dualidade, mas levando em consideração seu caráter múltiplo.

O termo francês *élite*, conforme aponta Tom Bottomore, era usado no século XVII como forma de designar bens de qualidade superior¹⁷⁶. Mais tarde, tal uso se amplia e passa a designar “grupo que governa”. Sua inserção nas teorias sociais, contudo, só ocorre em fins do século XIX através das obras de Vilfredo Pareto e de Gaetano Mosca. Em ambos os autores, o desenvolvimento de uma teoria social das elites servia como uma crítica ao socialismo e à ideia de classe dominante tal como desenvolvida no pensamento marxista¹⁷⁷. O termo elite aparece, no contexto dos mencionados autores, como designativo de um grupo social supostamente dotado de qualidades “superiores”. Em virtude dessas qualidades, inevitavelmente caberia a esses grupos exercer o domínio sobre as massas desorganizadas, uma vez que, em todas as sociedades, seria óbvia a existência de uma classe que governa e de outra que é governada – a dominação por minorias aparece, portanto, como um fenômeno universal, permanente e eterno, o que denota o caráter a-histórico de uma análise desse tipo. Não é difícil reconhecer um tom extremamente antidemocrático na formulação desse pensamento e, embora carregando esse princípio, essas ideias exerceram grande influência no pensamento sociológico do século XX - a sociologia de Weber, por exemplo, é uma que bebeu nessa tradição¹⁷⁸.

Atualmente, a teoria das elites tem sido debatida no contexto da relação entre elites e democracia nas chamadas sociedades industriais avançadas, visto que a existência de uma parece ser incompatível com os princípios da outra. Para o contexto pré-capitalista e, mais especificamente, egípcio, a discussão ora

¹⁷⁶ BOTTOMORE, Thomas. Teoria das elites. In. : OUTHWAITE, William ; BOTTOMORE, Thomas. *op. cit.* pp. 235-236.

¹⁷⁷ O que Pareto e Mosca criticam é a correlação existente na teoria marxista entre o exercício do poder econômico e o exercício do poder político. O termo elite não aparece nas formulações marxistas, que trabalha com o conceito de « classes dominantes ». A respeito da pertinência do uso do termo « classe » para um contexto anterior à Revolução Industrial, E.P. Thompson defende seu uso não como um conceito estático, mas enquanto categoria heurística ou analítica, muito embora haja a necessidade de « nos esquivar de toda tendência a interpretá-los segundo concepções de classe posteriores ». A carência de categorias alternativas adequadas é o que, para Thompson, justifica o uso do conceito na análise dos processos históricos ocorridos no contexto em questão. (THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas : Editora da UNICAMP, 2001. pp. 272-273).

¹⁷⁸ Para uma crítica à teoria das elites, cf. SAES, Décio. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. *Revista de Sociologia e Política*, nº 3, 1994. pp. 7-19.

apresentada irá reduzir-se a definir a quem estamos nos referindo ao fazemos emprego de termos tais como “elites locais” e “elites palatinas”.

Ao estudarmos o papel de autoridades locais no contexto do Reino Antigo, devemos nos indagar a respeito da origem dessas pessoas que, especialmente a partir da VI^a dinastia, ganham grande visibilidade e passam a atuar dentro do quadro da administração estatal¹⁷⁹. Esse grupo, a que genericamente chamamos de “elite provincial”, faz referência aos membros de importantes famílias locais que, entre si, possuíam muitas vezes interesses diversos e não estava todas em relação de igualdade.

Um exemplo da estratificação social dentro dos membros dessas elites encontra-se na necrópole de Qubbet el-Hawa, onde foram enterrados alguns dos funcionários provinciais mais importantes do Reino Antigo. Essa necrópole pertence à região de Elefantina que, especialmente durante a VI^a dinastia, ganhou bastante destaque em virtude de seu posicionamento estratégico como fronteira entre o Egito e a Núbia. Dali, controlavam-se rotas comerciais e atividades mineradoras (de lá se obtinha o granito rosa¹⁸⁰, por exemplo) e eram enviadas expedições militares ao território núbio com o intuito de frear seus impulsos expansionistas e garantir sua submissão ao rei egípcio.

De acordo com os estudos de Alejandro Serrano¹⁸¹, as titulaturas mais frequentes encontradas nessa região são, por ordem hierárquica, a de *ḥꜣtꜣ-ꜣ, ḥꜣmtꜣ-bitꜣ* e *smr-wꜣtꜣ*, que significam respectivamente “prefeito”, “portador do selo do rei do Baixo Egito”¹⁸² e “companheiro/amigo único”¹⁸³. Nota-se, na própria topografia do cemitério, que funcionários de *status* mais elevado eram enterrados na parte

¹⁷⁹ Cabe, com isso, avaliar que elementos justificam o pertencimento de determinados grupos e famílias no topo da hierarquia social gerenciando interesses que dizem respeito a toda a coletividade. Na perspectiva marxista, o controle dos meios de produção é o elemento-chave para compreender o poder das elites e as relações de dominação que desenvolvem em relação aos grupos subalternos. Nesta tese iremos ampliar um pouco essa noção e verificar como riqueza, mérito, cultura e ancestralidade são alguns instrumentos formadores das elites egípcias. Elite é aqui compreendido como o grupo detentor de poder econômico, político e ideológico e é essa percepção que orienta a divisão dos capítulos desta pesquisa. A natureza, a coesão interna e articulação das elites provinciais com as chamadas elites centrais são também de fundamental importância para esse trabalho, pois sem dimensionar a participação dessas elites, corre-se o risco de realizar uma compreensão apenas parcial a respeito da tessitura do Estado egípcio.

¹⁸⁰ O granito rosa era utilizado na confecção dos féretros régios.

¹⁸¹ SERRANO, Alejandro Jiménez. Los nobles de la VI dinastía enterrados en Qubbet el-Hawa. *Estudios Filológicos*, 337. Salamanca, 2012. pp. 29-38.

¹⁸² Uma espécie de chanceler, portanto.

¹⁸³ Tais títulos são de caráter honorífico e não se referem a nenhuma função específica. Todos eles são utilizados com o intuito de demonstrar relação com o rei.

superior da colina, onde as pedras eram mais estáveis e ofereciam melhores condições para serem esculpidas, enquanto que os funcionários de menor escalão eram enterrados na parte inferior. Todos os *h3ti-ε* foram enterrados na parte mais alta. Suas tumbas são de grandes dimensões e apresentam uma sofisticada decoração iconográfica e epigráfica. Abaixo dos *h3ti-ε*, encontram-se as tumbas dos *htmti-bitī*, de menor tamanho e com aparato iconográfico reduzido. Nota-se, ainda, a ausência de autobiografias de funcionários desse tipo e seus enterramentos eram realizados ao redor dos seus superiores imediatos, o que leva Serrano a acreditar serem esses cemitérios espécies de réplicas dos cemitérios régios da região menfita¹⁸⁴. Por fim, na parte inferior da colina, encontram-se as tumbas dos *smr-wti*, que comportam grandes números de enterramentos cada uma. A hipótese é de que funcionassem como panteões familiares, dada a carência de recursos por parte desses funcionários para construir e equipar uma tumba a cada fase da sucessão familiar.

Esta estratificação baseada na titulatura também pode ser atestada a partir do tamanho das tumbas que esses funcionários possuíam. Os *h3ti-ε*, *htmti-bitī* e *smr-wti* eram, normalmente, enterrados em tumbas grandes e aos *h3ti-ε* era garantido o direito de usufruir de um funeral aos moldes de membros da realeza (*iri-pt*), como encontramos na autobiografia de Sabni. Esse funcionário, encarregado de preparar o funeral para seu pai, Mekhu, registra que o serviço mortuário deste último foi realizado “*exatamente como feito para o príncipe hereditário (iri-pt) Meru*”.

Nicole Alexanian nota, ainda, a existência de funcionários de uma camada “média”, os *rh-nsu.t*¹⁸⁵, que são geralmente enterrados em tumbas de porte médio, mas maiores que as pertencentes aos *špswt*¹⁸⁶, considerados funcionários de uma categoria mais inferior¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Vale salientar que, na capital, os funcionários de maior importância eram enterrados ao pé da pirâmide régia até o início da Vª dinastia.

¹⁸⁵ Título que pode ser traduzido como « conhecido do rei ».

¹⁸⁶ Esta titulatura confere ao seu portador um qualidade de alguém nobre, valioso, ao qual se tem estima. Assim como os títulos anteriormente referidos, trata-se de titulatura honorífica.

¹⁸⁷ ALEXANIAN, Nicole. Tomb and social status. The textual evidence. In.: BARTA, Miroslav. *The Old Kingdom art and archaeology*. Proceedings of the conference held in Prague, mai 31-june 4, 2004. Praga : Instituto Tcheco de Egiptologia, 2006. pp. 7-8. Sobre os funcionários dessa camada intermediária, preferimos não adotar a perspectiva de Janet Richards que os classifica como « classe média » egípcia. (cf. RICHARDS, Janet. *Society and Death in Ancient Egypt*. Mortuary Landscapes of the Middle Kingdom. Cambridge : Cambridge University Press, 2009).

É a partir da V^a e, especialmente, da VI^a dinastia que o registros sobre a administração provincial se tornam mais abundantes e que importantes famílias locais ganham visibilidade nos registros epigráficos, administrativos e monumentais. O silêncio das fontes em relação a períodos anteriores não significa, contudo, que não houvesse nenhum tipo de relação entre esses potentados e Mênfis, já que, desde muito, grupos locais atuavam como importantes agentes garantidores do equilíbrio e expansão do Estado. Até a IV^a dinastia, as autoridades locais não eram formalmente incorporadas ao Estado egípcio - por isso, não tinham títulos e não se cercavam de tumbas e outros monumentos através dos quais fosse possível atestar sua presença. São verificáveis, contudo, muitos matrimônios entre membros de famílias locais, como as de Coptos e Abidos, e membros da Corte¹⁸⁸, cuja função consistia em assegurar um elo de colaboração com essas elites, demonstrando que estas estavam integradas à lógica do Estado, mas através de mecanismos não institucionais.

O poder dessas elites locais se devia, sobretudo, ao controle de redes de clientelismo e, por isso mesmo, funcionavam como importantes intermediários entre a Corte e as sociedades rurais, nas quais recrutavam-se os trabalhadores que deveriam realizar serviços obrigatórios ao Estado (*mrt*). Moreno Garcia especula que muitas dessas famílias possam, também, ter se beneficiado do endividamento de pessoas advindas de setores mais empobrecidos, o que as teria permitido adquirir bens diversos à margem dos circuitos redistributivos da Coroa¹⁸⁹.

¹⁸⁸ Um exemplo é o de Nubet, filha mais velha do rei Neferkauhor, que se casou com o vizir do Alto Egito, Shemai, conforme atestado em sua tumba localizada na necrópole de Kom el-Kuffar. Outro exemplo são as esposas reais de Pepi I, Ankhenesmerire I e Ankhesenmerire I, filhas de Khui, um importante funcionário provincial da região de Abidos.

¹⁸⁹ MORENO GARCIA. *Egipto en el Imperio Antiguo* (2650-2150 antes de Cristo). Barcelona: Bellaterra, 2005. p. 146. Quando se fala na aquisição de bens à margem do circuito redistributivo da Coroa quer-se enfatizar que a riqueza de um indivíduo ou de um determinado grupo dificilmente se fazia fora do exercício de funções estatais. Em teoria, todas as terras pertenciam ao Estado e são raríssimos os registros de propriedade privada da terra, especialmente no que diz respeito ao Reino Antigo. As próprias propriedades recebidas como exercício de função não estavam sujeitas à hereditariedade e poderiam ser confiscadas pelo rei em caso de negligência do funcionário (o Decreto de Coptos R é claro nesse sentido: “em relação a qualquer chefe ou funcionário que não punir um homem desse nomo que faça essas coisas até que o rei, vizir ou funcionários venha, ele não tem direito ao seu cargo ou seu selo, ele não tem direito a nenhuma de suas propriedades e seus filhos também não possuem direito a ela” – TPA, p. 124). Mesmo se estivessem sujeitas a mecanismos de hereditariedade, sofreriam com as regras de herança através da qual o patrimônio não permanecia indiviso, o que enfraquecia a fortuna dos herdeiros a longo prazo. Por isso mesmo, o acesso à terra e aos postos institucionais era um expediente regular que permitia manipular a formação da elites locais, contribuindo inclusive para a hierarquização social de seus membros. Moreno Garcia defende, através desses argumentos, que não havia espaço no Egito para a constituição de uma elite fundiária

Uma outra hipótese a não ser desconsiderada que pode ajudar a explicar, em parte, a origem das grandes famílias provinciais é baseada em evidências da Vª dinastia. Foi encontrada na região de Deshash (vigésimo nomo do Alto Egito) uma tumba pertencente ao *rh nsw.t* (“conhecido do rei”) e *im-r wpt* (“supervisor das missões”), Nenchefetka. Os títulos portados por esse indivíduo são os mais comuns dentre os administradores provinciais e se trata, na região, do registro de enterramento mais antigo de um funcionário desse tipo, visto que a maioria dos responsáveis pelas províncias era, até então, enterrada na capital. Ao analisar sua nomenclatura e fazer alguns cruzamentos familiares, Klaus Baer crê na possibilidade de Nenchefetka ser a mesma pessoa dona da mastaba D47 encontrada em Saqqara¹⁹⁰, que atuou como sacerdote nos reinados de Userkafe e Sahure (Vª dinastia). Kanawati sugere que, possivelmente, Nenchefetka foi designado para a uma nova função no vigésimo nomo egípcio após já ter terminado a construção de sua tumba em Saqqara. Tendo se fixado na província, mandou erigir nova tumba no local, abandonando a primeira¹⁹¹. Essa informação é bastante relevante pois nos permite supor que a origem de muitas famílias provinciais importantes no Reino Antigo, especialmente aquelas que se destacaram a partir da Vª dinastia, possam ter sua origem não na província, mas na capital Mênfis. À medida em que funcionários oriundos da administração central passam a ser designados para atividades nas províncias de maneira permanente¹⁹², como demonstra o caso de Nenchefetka, muitos cortesãos acabam se fixando nos nomos e seus descendentes, beneficiados pelo sistema de hereditariedade de funções, acabam se consolidando como membros de importantes famílias agora locais.

capaz de constituir sua riqueza à margem do Estado ou, pelo menos, não um patrimônio significativo. Seguindo os ensinamentos de Barceló sobre as sociedades orientais (cf. BARCELÓ, M. ¿Es pot saber si les societats no-feudals podien evolucionar autònomament cap al capitalisme? *Manuscripts* 4/5, 1987, p. 15-24), Moreno Garcia analisa a possibilidade de usurpação de rendas devidas ao Estado por parte dessas famílias, já que atuavam como intermediárias entre as sociedades rurais e a Coroa, mas chega à conclusão de que a extração das rendas dos trabalhadores era feita de forma direta, o que impede a existência de uma camada de senhores capaz de usurpá-las para si e aumentar seu patrimônio. Mais à frente, quando falaremos a respeito da organização do Tesouro, verificaremos exemplos de como a arrecadação de tributos era uma atividade bastante atrelada à administração central.

¹⁹⁰ Cf. BAER, *op. cit.*, p. 95 (282).

¹⁹¹ KANAWATI, Naguib. *Governmental Reforms in the Old Kingdom Egypt*. Warminster: Aris & Phillips, 1980. p.4.

¹⁹² Anteriormente à Vª dinastia o controle das províncias era sazonal e os funcionários não fixavam residência nessas regiões.

É possível, ainda, somar outra hipótese a respeito da origem dessas famílias. Há indícios de que tais grupos, especialmente aqueles ligados aos nomarcas¹⁹³, eram compostos por famílias desde muito tempo já estabelecidas nas províncias e que, na ocasião das reformas empreendidas sobretudo na VI^a dinastia, seus membros foram incorporados formalmente à administração e estatal e elevados à categoria de governadores. Quando menciono a incorporação “formal” dessas famílias à administração estatal quero, com isso, afirmar que provavelmente esses grupos já estavam, de certa forma, integrados ao Estado através de redes informais de poder e colaboravam com as elites menfitas mesmo que não haja títulos, como os que aparecem a partir da V^a e VI^a dinastias, atestando esse elo. Isso explicaria, em parte, os achados que comprovam a existência de algumas famílias que monopolizaram cargos como o de “chefe dos profetas” e de “nomarca” por várias gerações em El-Kab e El-Hawawish¹⁹⁴. É com base nesses casos que, no quarto capítulo desta tese, intentaremos averiguar o papel dos templos como importante fonte de poder para as elites locais.

Sobre a composição da elite menfita, que chamaremos de “central”, inicialmente nota-se somente a presença de pessoas pertencentes à família real. À medida em que sua influência se expande e passa a exercer controle supralocal e a dominar regiões mais vastas no Egito, impõe-se a necessidade de alargar esse círculo e, com isso, a de reconfigurar essa elite. Nesse momento, que ocorre por volta da IV^a dinastia, observa-se a incorporação de outras pessoas sem laços sanguíneos com a família real ao quadro da administração central. Para alguns autores, isso é sinônimo de um estágio de “maturidade” do Estado antigo, que deixa de ser organizado por lógicas de parentesco e passa a ser regido por princípios mais racionais nos quais a meritocracia ganha espaço frente ao nepotismo¹⁹⁵.

¹⁹³ Os nomarcas eram os grandes chefes provinciais e responsáveis pelo controle dos nomos (províncias). No capítulo posterior iremos nos deter de forma mais aprofundada na figura do nomarca e, aqui, basta dizer que o título correspondente a essa função, o de *ḥr.y-tp ʿ3 n.spʃ.t*/nome do nomo, surge apenas na VI^a dinastia.

¹⁹⁴ A esse respeito, cf. MORENO GARCIA, Juan Carlos. Deux familles de potentats provinciaux et les assises de leur pouvoir: Elkab et El-Hawawish sous la VI^e dynastie. *Revue d'Égyptologie* 56, p. 95-128.

¹⁹⁵ Essa relação foi discutida por María Violeta Pereyra e Mara Castillo na comunicação intitulada “*Meritocracia y nepotismo en Egipto faraónico*” apresentada durante o Vº Congresso Ibérico de Egiptologia (Cuenca, 2015). Aqui nota-se, novamente, o emprego da lógica do funcionalismo moderno na análise dos Estados pré-capitalistas. Ao supor que a meritocracia, tal qual existente hoje, tenha sido parte da lógica de ordenação do Estado egípcio, supõe-se que os encargos dos funcionários egípcios representassem competências fixamente delimitadas, deixando de lado o

Assim como nas províncias, é possível atestar, em Mênfis, a presença de importantes famílias que estavam à frente da administração estatal. É o caso da família de Sennedjem Ibi, dona de um grande complexo funerário na região de Gizé e cujos membros formaram uma longa linhagem de vizires¹⁹⁶. O que parece claro, também, é que esse círculo estava em constante rearticulação na medida em que, a partir da VI^a dinastia, não é mais possível atestar, para a mencionada família, o mesmo poder de outrora, tendo em vista a ascensão de indivíduos de outras famílias à condição de vizires. Isso pode indicar tanto a expansão do círculo da elite com a incorporação de novos membros, fruto de novas alianças, quanto o afastamento da família de Sennedjem dos negócios do Estado. Esta última hipótese torna-se plausível tendo em vista o contexto turbulento no qual se faz a transição entre a V^a e a VI^a dinastias, marcado por conspirações palacianas que levaram à “desgraça” de diversos cortesãos¹⁹⁷.

2.2 OS PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS

Ao analisar um trecho de um documento proveniente dos Decretos de Coptos, Christopher Eyre comenta: “as práticas contidas nesses decretos não podem ser encaixadas em nenhum quadro geral da administração egípcia, simplesmente porque esse quadro não existe”¹⁹⁸. Com isso, o autor aponta na direção de um caráter flexível e difuso relativo à administração e às instituições egípcias. Se pegarmos os decretos régios, encontraremos em seu conteúdo apenas normas diretas e específicas dirigidas a funcionários em particular, e não orientações de caráter geral que pudessem nortear a ação desses indivíduos de forma mais

caráter da personalidade envolvido na escolha de um determinado indivíduo para o exercício de funções estatais. Supor que o Estado egípcio orientava-se somente pelo mérito é atribuir um tipo de racionalidade não existente nessa sociedade, na qual os laços pessoais exerciam muito mais peso (sobre os critérios da administração moderna e aqueles presentes da administração egípcia, cf. JOÃO, *op. cit.* 2008, pp. 27-29).

¹⁹⁶ Voltaremos a falar da família de Sennedjem Ibi, mais em detalhes, no momento em que nos ocuparmos, ainda nesse capítulo, da análise dos responsáveis por supervisionar os trabalhos do rei, um dos mais altos cargos referentes à administração central.

¹⁹⁷ Ao comentar sobre a transição entre a V^a e VI^a dinastia, Moreno Garcia menciona a existência de *damnatio memoriae* em tumbas de funcionários do Reino Antigo. O autor, contudo, não indica nenhuma referência de onde estão localizadas nem à qual dinastia ou reinado pertencem.

¹⁹⁸ EYRE, *op. cit.* (2014), p. 92.

genérica¹⁹⁹. A afirmação de Eyre parece bastante pertinente e condizente com a perspectiva adotada nesse trabalho, que compreende a administração egípcia como algo fragmentado e que operava através da lógica da descentralização, além de atuar também através de outras lógicas não formais, que transcendem o aspecto institucional. Além disso, cremos não ser possível atestar um único padrão válido em toda a extensão territorial do Egito, visto que essa fragmentação implica, igualmente, na existência de inúmeras particularidades regionais relativas às práticas estatais.

Muito embora acreditemos nessa perspectiva, o caráter fragmentado das fontes, especialmente as de cunho administrativo, não nos deixa muita opção, nesse momento, a não ser observar as semelhanças entre as diferentes regiões egípcias com o intuito de extrair uma lógica mais ou menos subjacente a todas essas práticas a fim de obter uma racionalização mais palatável a respeito dos principais elementos articuladores do Estado (e, aqui, iremos nos referir a Estado como instituição) no Egito do Reino Antigo. As evidências são escassas para que possamos traçar um perfil mais regionalizado dessas relações, o que nos deixa com a opção de prosseguir com a análise proposta a partir dos modelos de referência elaborados previamente por vários estudiosos, mas tendo em mente a necessidade de um olhar crítico a respeito dos mesmos, apontando inconsistências e particularidades através do cruzamento de dados provenientes de outras fontes.

No que tange ao papel do Estado e, mais especificamente, das instituições da administração egípcia, Barry Kemp identifica duas áreas principais nas quais o governo atuava²⁰⁰. Segundo o autor,

Uma importante função do governo era a localização e coleta dos recursos necessários para sustentar a Corte e seus projetos (...). A segunda maior área do governo era a administração do Direito e da justiça, uma obrigação cuja justificativa encontrava-se no conceito egípcio de *maat*²⁰¹.

¹⁹⁹ Esse caráter pontual dos é facilmente observável também em outros decretos régios, uma vez que cada um deles é normalmente dirigido a um indivíduo específico e apresenta normas claras e particulares a respeito dos assuntos abordados, conforme extrato a seguir : « não conceda nenhuma terra, sacerdócio ou propriedade dessas duas cidades da pirâmide a alguém que esteja relacionado a outra cidade da pirâmide, a não ser que esteja também vinculado a essas duas cidades da pirâmide » (Decreto de Pepi I destinado a Meryptahmeryre, de Dashur. TPA, p. 103).

²⁰⁰ Seguimos aqui com a denominação « governo », tal qual usada pelo autor que, a princípio, a utiliza como sinônimo de Estado.

²⁰¹ KEMP, op. cit. (1983), pp. 82-83.

Uma referência clássica para o estudo da administração no Reino Antigo é o trabalho de Nigel Strudwick intitulado *The Administration of Egypt in the Old Kingdom*²⁰². Nele, o egiptólogo estabelece o que, segundo sua interpretação, seriam os cinco pilares básicos da administração central: jurisdição, manutenção de registros, construção estatal de projetos, coleta de taxas, armazenamento de excedentes e redistribuição.

Dentre esses cinco pilares, ao menos dois parecem bastante problemáticos. O primeiro é a questão da jurisdição. Se entendermos o conceito como o monopólio que o Estado possui de aplicar o Direito ao caso concreto, com vistas à manutenção da ordem, temos aí claramente o emprego de uma ótica liberal ao contexto egípcio que, se confrontado com as evidências relativas às práticas jurídicas nessa sociedade, restará completamente equivocado. A existência de um “Departamento da Justiça” formalmente organizado e com atribuições especificamente ligadas à solução de querelas jurídicas²⁰³ é, inclusive, refutada por autores como Moreno Garcia, que sustentam a ideia de que essas relações eram desenroladas bem mais informalmente. Quanto a isso, o mencionado autor diz:

(...) o que alguns egiptólogos chamam, de certa forma abusivamente, de “departamento de justiça” e “juiz” correspondem, na realidade, a dignitários cuja autoridade também os permitia resolver disputas e formar cortes, agindo assim como juízes ad hoc, enquanto que os chamados “departamentos de justiça” estavam preocupados com um número de responsabilidades administrativas muito maiores, desde a coleta de informações, à resolução de conflitos e aconselhamento²⁰⁴.

²⁰² STRUDWICK, Nigel. *The administration of Egypt in the Old Kingdom*. The highest titles and their holders. KPI: Londres, 1985.

²⁰³ A ideia de uma suposta separação de poderes no Egito Antigo não é algo que se consiga perceber sem incômodo. Assim como existe essa tendência a acreditar num « Poder Judiciário » como uma esfera separada e com atribuições específicas, o mesmo ocorre quando autores se referem à atuação estatal através de uma associação ao « Poder Executivo » (cf., i.e., o título do trabalho de Barta, *Kings, viziers and courtiers. Executive power in the third millennium B.C.* já referenciado nesta tese). Sua própria definição de elite (ainda que o próprio autor admita ser genérica) é problemática: « grupo ou grupos de administradores que possuem o poder executivo » (BARTA, *op. cit.*, 2013, p. 155).

²⁰⁴ MORENO GARCIA, *op. cit.* (2013), pp. 09-10. Warburton sustenta que, no caso das leis, elas não necessitavam necessariamente serem escritas, mas algumas diretrizes, tradicionais ou *ad hoc*, eram esperadas para serem usadas como referência (cf. WARBURTON, David. *State and Economy in Ancient Egypt. Fiscal vocabulary of the New Kingdom*. OBO 151, Friburgo)

Avançando na distinção elaborada por Strudwick, considerar a manutenção de registros como um mecanismo de atuação do Estado necessita muita ponderação. Christopher Eyre é um dos egiptólogos que desmistifica a ideia de que o Estado egípcio é caracterizado pela eficiência burocrática (o próprio título de um de seus artigos, *Da Ineficiência da Burocracia*, já é uma provocação nesse sentido). Um de seus argumentos ataca, justamente, a visão de que o uso de referências arquivísticas tenha sido um mecanismo direto de governo no Egito. Para Eyre, a conferência nos arquivos não é algo a ser levado completamente ao pé da letra uma vez que, em caso de necessidade, as fontes apelam mais para uma retórica do passado do que para uma conferência nos registros e, por isso, é enfático ao afirmar que

(...) a invenção da burocracia não explica as origens da civilização egípcia; burocracia no sentido de uso da escrita como ferramenta e símbolo do processo de governança é central ao exercício da autoridade de governo, mas o uso de arquivos para referências era obviamente muito limitado nos períodos iniciais e pouco preciso e eficiente por toda a história faraônica²⁰⁵.

Alguns exemplos podem ser utilizados para corroborar a hipótese de Eyre. Há inúmeras evidências de que muitos papiros eram lavados para serem usados novamente uma vez que sua utilidade se esgotasse, não sendo mantidos como arquivos de referência; em Amarna, um dos arquivos diplomáticos mais importantes (as Cartas de Amarna) foi abandonado uma vez que a cidade foi evacuada. O encantamento 100 do Livro dos Mortos comenta a respeito da prática de lavagem de papiros:

Recitação sobre esse procedimento escrito (*sšm*), escrito em um em um rolo novo e em branco (*šw wtb*), com pó de esmalte verde misturado à água de mirra, e dado ao *akh*, em seu peito, sem deixar entrar em contato com a sua carne. Todo *akh* ao qual isso for feito irá na barca de Rá no curso diário, e Toth contará suas idas e vindas diariamente. Um assunto um milhão de vezes verdade²⁰⁶.

²⁰⁵ EYRE, Christopher. *On the Inefficiency of Bureaucracy*. In: PIACENTINI, P. & ORSENIGO, C. *Egyptian Archives*. Milão: Cisalpino, 2009. p. 28.

²⁰⁶ LM 100.

Além disso, há que se levar em consideração o próprio caráter do conhecimento nessa sociedade. Se hoje possuímos a ideia de conhecimento como algo aberto e acessível a todos, no Egito havia a percepção de conhecimento como sendo algo restrito, conseguido através de treinamento extensivo, e a escrita era um símbolo de pertencimento a um determinado grupo social, denotativo de uma autoridade hierárquica²⁰⁷. Não necessariamente os documentos existiam, portanto, para serem usados para consulta e orientar a atuação do corpo burocrático de funcionários – há inúmeras evidências de papiros que ficavam, inclusive, sob a posse dos escribas e não em arquivos templários ou palatinos.

Para o estudo da organização política no Egito Antigo, Cruz-Urbe propôs um modelo de análise que parte do pressuposto de que, nessa sociedade, a posição de um indivíduo é determinada, em primeiro lugar, por seu pertencimento na estrutura familiar²⁰⁸. Essa ideia advém da análise que o autor faz dos períodos do Reino Antigo e do Reino Médio, principalmente, onde é possível verificar a influência de famílias importantes, a exemplo das famílias dos nomarcas nas províncias. Três são, segundo Cruz-Urbe, as características da organização política egípcia: possibilidade de mudança ao longo do tempo; a centralidade do papel das famílias nobres; e a não-existência de departamentos com funções específicas. O egiptólogo acerta quanto trata a organização política egípcia como sendo baseada em um modelo móvel, uma vez que contribui para desfazer a ideia de rigidez e imutabilidade que tradicionalmente ocupa os estudos sobre política egípcia e do qual já falamos anteriormente. Ainda, no modelo de Cruz-Urbe há espaço para que se possa perceber, no Egito, as interconexões entre os diversos setores da sociedade e reconhecer a flexibilidade que explica o fato, por exemplo, de um indivíduo exercer diferentes cargos dentro do quadro da administração. Para esse autor, “um governo descentralizado é a única forma que pode ser explicada razoavelmente pelas condições ambientais sob as quais o Egito emergiu”²⁰⁹. Outro ponto positivo desse estudo é o reconhecimento do papel de famílias importantes como um dos elementos constitutivos das relações que orientam as práticas estatais.

²⁰⁷ BAINES, John. Restricted knowledge, hierarchy and decorum: modern perceptions and ancient institutions. *JARCE* XXVII. 1990. p. 1-23.

²⁰⁸ CRUZ-URIBE, Eugène. A model for the political structure of Ancient Egypt. In: SILVERMAN, David. (Org.). *For His Ka: Essays Offered in Memory of Klaus Baer*. The Oriental Institute. Chicago University Press, 1998. pp. 45-53.

²⁰⁹ CRUZ-URIBE, *op. cit.*, p. 50.

O ponto fraco desse quadro de referência é, talvez, o de compreender o fortalecimento das famílias provinciais, no Reino Antigo, e das famílias de vizires nos períodos do Reino Médio e Novo como elementos que contribuíram para a diminuição do poder do rei. Especificamente a partir da VIª dinastia, quando os casamentos entre membros de importantes famílias locais com membros da Corte torna-se algo comum, Cruz-Urbe entende que isso gerou “um deslocamento das fontes econômicas da família real em direção aos nomarcas” e que “esse deslocamento pode ser visto como uma tentativa dos nomarcas de reversão a uma estrutura de governo de um período anterior, talvez um mais próximo da unificação do Egito”²¹⁰. Tal posição é diversa daquela que orienta esta tese, uma vez que consideramos esses casamentos, por exemplo, como importantes manobras políticas que contribuíam para o equilíbrio do Estado, reforçando sua centralidade através de sua distribuição em diversos centros de poder.

Sobre a riqueza adquirida pelos governadores provinciais durante a Vª e a VIª dinastias, um estudo de Naguib Kanawati aponta que não é possível constatar aumento em seus recursos pessoais²¹¹. Na base de seu argumento está a análise de plantas de monumentos funerários pertencentes a funcionários provinciais atuantes ao longo das mencionadas dinastias que, segundo Kanawati, teriam diminuído de tamanho ao longo do tempo, indicando uma queda na quantidade de recursos disponíveis para construir e equipar uma tumba. Uma tal constatação pode, a princípio, servir como fundamento para refutar a afirmação de Cruz-Urbe à qual nos referimos anteriormente, que entende que a chamada “elefantíase burocrática” ocorrida ao final do Reino Antigo²¹² teria sido responsável por exaurir as riquezas do Estado, agora revertidas a esses funcionários. Apesar de discordar desse tipo de pensamento²¹³, creio que a conclusão de Kanawati (tumbas menores indicam uma diminuição de riquezas das famílias provinciais) não seja a mais correta, pois diversos outros fatores, além da riqueza, influenciavam na construção de uma

²¹⁰ *Ibid.*, p. 46.

²¹¹ KANAWATI, Naguib. *Governmental Reforms in the Old Kingdom Egypt*. Warminster : Aris & Phillips, 1980. Pp. 38-39.

²¹² Termo usado em BARBAGALLO, Corrado. Apoteosi e decadenza dell'assolutismo monarchico nell'Antico Regno: la prima rivoluzione politico-sociale. *Gli uomini e le loro istituzioni*, n. 19. Firenze: Casa Editrice G. D'Anna. pp. 63-68.

²¹³ Um ponto a ser levado em consideração é o de que as riquezas obtidas pelos funcionários estatais não integravam o seu patrimônio privado e permaneciam como bens de função, podendo ser retiradas a qualquer momento em caso de comprovada negligência por parte do funcionário.

tumba. Esse fator, sozinho, não é suficiente para comprovar que houve diminuição no patrimônio dessas pessoas. Outros dados disponíveis apontam, justamente, para o quanto os funcionários provinciais beneficiaram-se de sua atuação enquanto membros do quadro institucional do Estado²¹⁴. Suas autobiografias trazem inúmeros exemplos de recompensas adquiridas através do exercício de funções estatais. Na transcrição de um decreto régio no final da IV^a dinastia, encontrado na tumba de Metjen, por exemplo, há o registro de uma doação de quatro arouras²¹⁵ de terra em Baseh, “com todos os dependentes e todas as coisas nela contidas”²¹⁶; outro funcionário, Harkhuf, menciona ter recebido cem asnos carregados de bens de luxo por conta do sucesso de uma ação diplomática realizada na região da Núbia²¹⁷. O próprio florescimento artístico e cultural observado nos monumentos provinciais do período acompanham, provavelmente, o desenvolvimento econômico dessas regiões.

Feitas essas considerações, é importante lembrar que, usualmente, os estudos sobre a organização do Estado egípcio partem majoritariamente da análise das titulaturas dos funcionários. Isso se deve principalmente ao caráter das fontes do período, visto que são poucos os arquivos administrativos sobreviventes e a maior parte da documentação disponível vem de inscrição em tumbas, como as autobiografias, conforme já desenvolvemos. Existem, contudo, alguns limites para a análise das titulaturas como parâmetro para o estudo da carreira dos funcionários egípcios. Muitos títulos faziam as vezes de *cursus honorum* e não representavam funções efetivamente exercidas por essas pessoas. Seu significado, muitas vezes, é de difícil compreensão para nós - é o caso do título *smr-wsty*, “amigo único”, bastante comum entre os altos funcionários do Reino Antigo e que serve apenas para demonstrar proximidade com o rei, sem que consigamos compreender efetivamente o que significa²¹⁸. Há casos, igualmente, em que as traduções para os vernáculos

²¹⁴ Pegue-se, por exemplos, os casos de Qar e de Senedjem Ibi (VI^a dinastia) analisados por Barta. Suas tumbas e equipamento funerário demonstram, ao contrário do que afirma Kanawati, grande refinamento e são indicativas do grande poder e influência de que gozavam os funcionários provinciais do período (cf.; BARTA, Miroslav. Filling the chambers, rising the status : sixth dynasty context for the decline of the Old Kingdom. In. : MORENO GARCIA, *op. cit.* (2009-2010), pp. 145-155).

²¹⁵ Medida de área equivalente a 2740 metros quadrados.

²¹⁶ TPA, p. 192.

²¹⁷ TPA.

²¹⁸ Um lintel pertencente a Kaihap Tjeti e encontrado em uma tumba menfita demonstra a importância de ser alçado à condição de « amigo único » do rei : « quando fui nomeado companheiro único, foi-me permitido entrar na Casa Real » (TPA, p. 287). Além disso, tornar-se « amigo único » parece ter

modernos se mostram insuficientes para explicar toda a sua abrangência (p.e. *hnty-š*, termo de difícil tradução associado a vizires e outros altos funcionários no Reino Antigo e que se traduz vagamente como “assistente”) o que torna os estudos prosopográficos ainda mais difíceis de serem realizados no contexto de uma sociedade como a egípcia antiga²¹⁹. Longe de manterem uma uniformidade, muitas titulaturas encobrem funções que variam muito de sentido ao longo do tempo e, por isso, é necessário analisá-las tendo em vista seu contexto específico, sob o risco de atribuirmos conclusões válidas somente para algumas dinastias como sendo universais a todos os períodos. Essas titulaturas, também, podem dissimular uma série de relações importantes. É o caso de Ankhkhufu de Gizé, um cantor que viveu no final da Vª dinastia²²⁰. Se pegarmos seu título isoladamente (*hst*²²¹), não pensaremos estar diante de um personagem de importância significativa. Em sua autobiografia, contudo, aparece o relato da construção de uma porta-falsa que o rei teria mandado erigir para ele:

Sua Majestade mandou fazê-la para ele
 Como uma marca de seu estatuto de imakhu
 Sob os auspícios de Vossa Majestade
 Enquanto ele ainda estava vivo e de pé
 O khenty-she da Grande Casa, o cantor, Ankhkhufu
 O trabalho foi feito perto do rei no portão do corredor da audiência
 E assim Vossa Majestade viu o que estava sendo realizado ali todos os dias²²²

Esse relato revela-se bastante importante pois, como bem aponta Alexanian, no Egito “não havia um livre mercado onde alguém pudesse simplesmente comprar,

sido requisito necessário a qualquer funcionário que ingressasse na administração, a julgar pela análise das autobiografias do Reino Antigo.

²¹⁹ Destaque para o CAPÉA (*Corpus et Analyses Prosopographiques en Égypte Ancienne*), uma base de dados online elaborada por Natalie Favry para auxiliar nos estudos de prosopografia egípcia. A ideia da montagem desse site surgiu como um braço do programa de pesquisa desenvolvido no CRES (*Centre de Recherches Egyptologiques de la Sorbonne*) a respeito dessa temática. Cf. : <http://capea.hypotheses.org/a-propos> (acesso em 23 de janeiro de 2015).

²²⁰ Segundo a classificação de Baer (BAER, *op. cit.*, 1960). Reisner o situa no reinado de Userkaf (cf. REISNER, George A. *A history of the Giza Necropolis*. Vol. I. Cambridge : Harvard University Press, 1942, pp. 215-216)

²²¹ Tipo de músico que se fazia acompanhar por palmas ou algum instrumento de corda.

²²² TPA, p. 263. Sobre o uso do termo *imakhu* (em egípcio, *imḥw*) Snape comenta que sua importância está na íntima associação com uma pessoa ou deuses (no caso de Ankhkhufu, ao faraó). Essa associação e a transformação de uma pessoa em um *imakhu* é o que, segundo Snape, garantiria a ela a provisão de um domínio funerário. (SNAPE, Steven. *Ancient Egyptian Tombs: The Culture of Life and Death*. Oxford : Blackwell, 2011. pp. 48-49).

por exemplo, uma porta-falsa de calcário de Tura. No Egito ninguém tinha livre acesso ao material, aos trabalhadores ou a conhecimento especializado”²²³ e a construção e o tamanho de uma tumba, assim como determinados itens do equipamento funerário eram, portanto, adquiridos mediante um decreto régio. Havia regras de decoro no que toca a construção e a decoração de uma tumba, o que significa que não poderiam ser realizadas ao bel-prazer de uma pessoa, demonstrando que a interferência do rei era significativa no domínio funerário, especialmente até a V^a dinastia, quando a maior parte dos funcionários era enterrada ao pé da pirâmide régia. Mesmo na VI^a dinastia, nos enterramentos provinciais, essa interferência pode ser notada. Conta Sabni em sua autobiografia que, enquanto foi à Núbia resgatar o corpo de seu pai, Mekhu, um emissário régio de nome Iri foi enviado à Residência, de onde voltou com um decreto e diversos itens necessários ao enterro de um alto funcionário, como embalsamadores, carpideiras, tecidos, unguentos e “todo o equipamento da *pr-nfr*”²²⁴). Sabni deixa bem claro que, no que se refere ao serviço mortuário de seu pai, “todas as necessidades do enterro foram providas pela Residência”²²⁵. No mencionado decreto há, ainda, uma outra ordenação específica a ser cumprida por Iri, a de conferir as funções exercidas por Mekhu, provavelmente com o intuito de saber se esse indivíduo era merecedor do tipo de enterramento que haveria de receber. Outra autobiografia, a de Debeheni (IV^a dinastia), registra o fato de que o rei Merenkaura (Miquerinos) teria determinado a inspeção dos trabalhos na tumba que mandou construir para esse funcionário, a qual se encontrava em seu complexo piramidal “Miquerinos é divino”²²⁶.

Toda essa reflexão vem para dizer que, enquanto um ofício aparentemente simples, como o de cantor, esconde uma grande proximidade com o rei (provavelmente por se tratar de um cantor que se apresentava na corte), a ponto de receber como recompensa uma porta-falsa calcária, extensos róis de titulações

²²³ ALEXANIAN, Nicole. Tomb and social status. The textual evidence. In.: BARTA, Miroslav. *The Old Kingdom art and archaeology*. Proceedings of the conference held in Prague, mai 31-june 4, 2004. Praga : Instituto Tcheco de Egiptologia, 2006. p. 8.

²²⁴ Oficina responsável pelo embalsamamento.

²²⁵ TPA, p. 335.

²²⁶ O texto dessa autobiografia pode ser encontrado em ROCCATTI, *op. cit.*, pp. 92-93. Trata-se do único registro de um particular da época em que foram construídas as Grandes Pirâmides, na IV^a dinastia. No Reino Antigos os complexos piramidais, ou « cidades da pirâmide », constituídos pela tumba régia, um templo e enterramentos adjacentes, eram todos nomeados, como se vê no caso de Miquerinos.

podem, igualmente, dar uma falsa impressão de grandeza a funcionários de pouca importância.

Não se pode, portanto, incorrer no erro de acreditar que as titulações sejam expressão exata da hierarquia e racionalidade administrativa presente no Egito²²⁷. Qualquer interpretação nesse sentido é, na realidade, uma tentativa de reconstituir a organização administrativa egípcia segundo princípios atuais. Nesse sentido, concordo com Stephen Quirke quando afirma que

(...) a verdadeira hierarquia nos escapa em grande medida, sendo dominada pelas relações informais, como as de parentesco e status. É dentro desse domínio científico quase invisível que se jogavam os verdadeiros jogos de poder, camuflados pelo manto das titulações que conferem uma impressão de formalidade e de imparcialidade²²⁸

Claro que isso não significa desconsiderar a importância e o alcance do sistema administrativo formal egípcio e, por isso mesmo, o estudo de suas instituições é também objeto de boa parte de nossa atenção nesta tese. Começaremos por traçar um panorama da administração central, ou seja, do núcleo menfita de poder para, posteriormente, debruçarmo-nos sobre as relações desse núcleo específico com as províncias. Já dentro desse capítulo, trataremos de demonstrar através da documentação a fragmentação dessa estrutura, aqui utilizada como estratégia para fundamentar a hipótese de que o Estado egípcio atuava forma descentralizada²²⁹.

²²⁷ Há basicamente três tipos nos quais podemos enquadrar as titulações dos funcionários egípcios: títulos de “rank” – dentre estes, os mais comuns são *iry-pt* (“filho do rei”), *h3ty-ε* (“prefeito”) e *smr-wsty* (“amigo único”), que indicam pertencimento a um determinado grupo social, normalmente próximo ao rei; títulos funcionais, mais descritivos e que indicam uma ou mais funções exercidas por um determinado funcionário; e títulos institucionais, que indicam a relação com uma determinada instituição, a exemplo do *im.y-pr-hd*, “chefe do Tesouro” (para essa divisão cf. BARTA, *op. cit.*, 2013, p. 156).

²²⁸ QUIRKE, Stephen *apud* WILLEMS, *op. cit.*, 2008, p.60.

²²⁹ Trata-se, portanto, não de negar que o Estado egípcio fosse centralizado, mas de pensar acerca dos limites e do alcance de suas instituições. Postula-se, igualmente, que o Estado egípcio funcionava de maneira descentralizada e que essa descentralização, em vez de enfraquecer o Estado, era o que reforçava seu papel central nessa sociedade.

2.3 TRANSFORMAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL AO LONGO DO REINO ANTIGO

Se formos pensar em características mais ou menos gerais que representem a situação da administração central nas duas últimas dinastias no Reino Antigo, é possível enxergar a predominância de um modelo tripartite: a monarquia seria o nó central de uma estrutura administrativa que se resumia na atuação de um grupo de departamentos administrativos e de altos funcionários comandados pelo vizir (*t3yty (n) z3b t3ty*)²³⁰.

Ao longo de toda a história egípcia, o vizir sempre foi considerado como o segundo homem mais importante do Egito, atrás apenas do faraó. O cargo de vizir era o mais alto dentro da hierarquia administrativa egípcia e suas responsabilidades incluíam a supervisão de quase todas as atividades levadas a cabo pelo Estado egípcio. Assim como todas as funções relativas à administração estatal, nas primeiras dinastias o cargo de vizir era restrito a membros da família real – mais especificamente, aos príncipes, chamados de *iri-pt*. Gradativamente, esse cargo passa a ser ocupado por indivíduos de fora desse círculo e a associação do vizir ao título *iri-pt* cai em desuso.

As atribuições do vizir variam bastante e podem ser encontradas em um documento posterior ao Reino Antigo chamado de *Instruções para o Vizir*, datado do início do Reino Novo²³¹. Dentre as funções mais importantes exercidas pelo vizir estão a de chefe do Celeiro, chefe do Tesouro, chefe das Oficinas do Palácio e chefe das cidades da pirâmide²³², as quais controlavam importantes atividades produtivas.

Os vizires pertenciam ao Conselho Real, que agrupava anciãos influentes em torno do rei. Esse Conselho pode ser identificado de diversas formas, sendo Conselho do Grande Deus, Grande Conselho, Conselho do Rei, Conselho de Hórus

²³⁰ O vizir era o homem mais importante do Egito após o faraó. Acumulava diversas atribuições, dentre as quais o controle fiscal e a supervisão de diferentes departamentos administrativos. Junto ao título de vizir vinham também outros títulos honoríficos, como *smr-wty* (amigo único), que atestavam proximidade com o rei. A partir do momento em que o cargo de vizir passa a ser ocupado por membros de fora da família real, o título de “filho do rei” (*iri-pt*), que acompanhava esse funcionário, cai em desuso nesse contexto.

²³¹ Boorn, G.P.F. van den. *The duties of the vizier*. Civil administration in the Early New Kingdom. Londres: Routledge, 1988.

²³² Todos esses departamentos e suas atribuições serão detalhados no que segue.

as denominações mais comuns. Suas funções eram consultivas e dali emanavam certas diretrizes obrigatórias que orientavam a conduta dos funcionários do Estado. Em caso de falha nesse conduta, era esse mesmo Conselho o encarregado de realizar o julgamento. Na autobiografia de Pepyankh de Meir (também conhecido como Pepyankh, o Médio) encontramos um exemplo desse caso. Pepyankh comenta ter sido apontado como um *sr* (“nunca dormi longe do selo desde que fui designado como *sr*”) e podemos supor através do trecho em que diz “em relação ao que foi dito em relação a mim na presença dos *srw*, eu tive sucesso e a queixa foi jogada contra os acusadores, pois fui absolvido na presença dos *srw*”²³³, que foram os seus próprios pares do Conselho Real que o julgaram quando uma queixa foi apresentada contra ele.

Por sua posição de autoridade e influência, os membros do Conselho Real (designados coletivamente pelo termo *srw*) eram também responsáveis pela resolução de querelas judiciais, como aparece, por exemplo, na autobiografia de Weni, o Ancião, vizir que atuou na VIª dinastia. A atestação da participação de Weni como membro do Conselho Real, identificado em sua autobiografia como Conselho das Seis Casas (« eu agi em nome do rei para o Harém Real e para as Seis Grandes Casas »²³⁴), dá-se no contexto do julgamento do famoso caso da Conspiração do Harém, no qual houve um complô para assassinar o faraó Teti.

Os *srw* também possuíam atribuições na coleta de impostos, como é possível entrever através do Decreto de Coptos B, no qual o rei concede isenção de impostos ao templo de Min e seus funcionários e ameaça aqueles que por ventura os colocarem na lista de coleta:

Quanto ao *srw* desse nomo, trazido diante de um supervisor do Alto Egito para agir conforme ele, depois de ter sido levado à presença de funcionários, Minha Majestade ordena que ele retire o nome dos sacerdotes e funcionários deste templo. Todo funcionário, escriba dos documentos do rei, supervisor dos campos, supervisor dos escribas do *hri-htm* ou qualquer funcionário que aceite um *srw* que escrever decretos para colocar o nome de qualquer supervisor de sacerdotes, controlador dos sacerdotes, funcionários, espectadores das performances de Min ou trabalhadores-*mrt* do serviço do *pr-šn* do Templo de Min, ou esses construtores de Min em Coptos e no nomo de Coptos, ou qualquer trabalho da Casa do Rei, ele

²³³ A transliteração e tradução da autobiografia de Pepyankh encontram-se em KANAWATI, Naguib. The Cemetery of Meir. The tomb of Pepyankh the Middle. *ACE Reports* 31, Oxford, 2012.

²³⁴ TPA, 353.

estará participando de um ato de traição²³⁵.

A ideia de que os vizires eram agentes responsáveis pela coleta de impostos é reforçada pelas inscrições de Kagemni, tornado vizir no reinado de Teti e posteriormente deificado²³⁶, na qual “o vizir Kagemni declara: a majestade do faraó Teti, meu senhor – que viva eternamente! – me nomeou responsável de todas as oficinas relacionadas com todo o tipo de impostos das Residência Real”²³⁷.

Com relação ao papel do vizir, é necessário bastante cautela pois as atribuições relativas a essa função mudaram bastante ao longo do tempo. Se, no Reino Novo, temos o vizir como um espécie de segundo homem no comando, isso não é válido para boa parte do Reino Antigo. Até a Vª dinastia a administração central encontrava-se bastante fragmentada no Egito e, segundo Harco Willems, não se verifica, nessa época, a existência de um vizir com responsabilidades gerais²³⁸. Essa situação muda somente a partir das reformas empreendidas na VIª dinastia, quando os cinco eixos em torno dos quais se articulava a administração central passam a ser subordinados ao vizir²³⁹. A identificação desses cinco eixos segue as já mencionadas elaborações de Strudwick, o qual crê estarem essas cinco categorias organizadas formalmente em departamentos com atribuições específicas: Justiça, Arquivo, Trabalhos Públicos, Celeiro e Tesouro, chefiados respectivamente pelo Supervisor das Seis Grandes Casas (*im.y-r hwt.wr.t 6*)²⁴⁰, pelo Supervisor dos Escribas dos Documentos do Rei (*im.y-r ss(.w) ꜥ nsw.t*), pelo Supervisor dos Trabalhos do Rei (*im.y-r k3t nsw.t*), pelo Supervisor do Duplo Celeiro (*im.y-r šnw.ty*)

²³⁵ TPA, p. 108. O *pr-šnꜥ* correspondia a um centro de estocagem e processamento existente em todos os domínios rurais. Esse local servia também como um centro administrativo no qual se organizava a força de trabalho e se estabeleciam os impostos. (cf. MORENO GARCIA, Juan Carlos. *Estates (Old Kingdom)*. In.: FROOD, Elizabeth ; WENDRICH, Willeke (eds.). *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles, 2008. Acesso em : <http://escholarship.org/uc/item/1b3342c2> (último acesso em 04/04/2015)).

²³⁶ Sobre a deificação de Kagemni, cf. HAMILTON, Julia Claire Francis. *Veneration of Vizier Kagemni at Saqqara*. Auckland, 2014. Dissertação (Mestrado em Arte). Departamento de Arte, História Antiga, Universidade de Auckland, 2014.

²³⁷ MORENO GARCIA, *op. cit.* (2009), p. 113.

²³⁸ WILLEMS, *op. cit.* (2008), pp. 32-33.

²³⁹ Papazian traz uma interpretação contrária. Para esse autor, o vizir realizava controle direto e irrestrito sobre uma enorme variedade de ofícios, situação que muda com o surgimento de departamentos especializados na Vª dinastia (PAPAZIAN, Hratch Papazian. *The Central Administration of the Resources in the Old Kingdom: Departments, Treasuries, Granaries and Work Centers*. In.: MORENO GARCIA, Juan Carlos (ed.). *Ancient Egyptian administration*. Leiden: Brill, 2013. p. 54).

²⁴⁰ Ou, apenas, « chefe da Grande Casa ». O termo supervisor (*imy*) também pode ser encontrado como sinônimo de chefe em todas essas titulaturas.

e pelo Supervisor do Duplo Tesouro (*ʿm.y-r pr.wy-hd*), este último também conhecido como Supervisor da Casa Dourada (*ʿm.y-r prwy hḏw*)²⁴¹. Strudwick observa que, na Vª dinastia, os vizires portavam ao menos duas dessas titulaturas, indicando sua posição de encarregados gerais das principais atividades produtivas levadas a cabo pelo Estado. Não se pode esquecer, contudo, de outras atividades importantes que parecem ter sido, igualmente, supervisionadas pelo vizir, como o controle dos campos, a direção de equipes de trabalhadores e o comando de tropas²⁴².

²⁴¹ Vale a pena indicar que as fontes egípcias não mencionam, claramente, esses departamentos, cuja existência é aferida por Strudwick a partir das titulaturas de funcionários do Reino Antigo. Baseado em um documento da XIIIª dinastia, o Papiro Bulaq 18, Bruce Trigger identifica a menção a três departamentos básicos, que seriam : Departamento da Cabeça do Sul, sendo esta uma região correspondente à parte mais meridional do Alto Egito, dotada de grande unidade política; Ofício do Trabalho Governamental e o Tesouro. Esses três departamentos, segundo a interpretação de Trigger dos dados fornecidos no mencionado papiro, constituíam as maiores fontes de recursos do Estado (TRIGGER *et all. op. cit.* 1983, p. 82). Como se trata de um documento posterior ao Reino Antigo, não é possível supor, portanto, que o mesmo seja válido para esta época.

²⁴² Aqui vale a pena retomar as considerações de Moreno Garcia quando comenta que os departamentos administrativos concernem somente o controle de recursos e pessoas, usados pela Coroa em atividades de seu interesse, uma vez que o Estado egípcio « só se ocupava daquelas atividades produtivas ou das manifestações que serviam aos seus interesses » (MORENO GARCIA, *op. cit.* 2009, p. 108). A maior ou menor presença do Estado em uma determinada região dependia de sua importância econômica, estratégica ou política.

Organograma 1 – A administração egípcia entre Niuserra e Djekara segundo Harco Willems.

Organograma 2 – A administração egípcia na VIª dinastia segundo Harco Willems.

Toda essa rede funcionava com o auxílio de um corpo de funcionários de “enlace”, os quais eram encarregados de supervisionar localmente um amplo leque de atividades. Esses funcionários eram, normalmente, escribas, cujo trabalho pode ser considerado como a pedra angular da administração estatal. O monopólio que possuíam da escrita concedia aos escribas uma grande prestígio, dando-lhes acesso aos grandes centros de poder e ao faraó. Viajavam por todo o território egípcio fazendo a ligação do país e, como supervisores das receitas estatais, fiscalizavam a atuação das autoridades locais. É o caso dos escribas encarregados da mediação de grãos, que realizavam o controle da produção de cereais e enviavam as informações recolhidas às oficinas centrais.

Junto a essa estrutura tripartite coexistia outra, mais informal, formada por cortesãos próximos ao rei e pelos chefes das comunidade aldeãs. Estes últimos não faziam parte da burocracia estatal mas eram imprescindíveis para que as ordens emanadas do palácio fossem executadas localmente²⁴³.

Mais especificamente sobre a organização administrativa egípcia, é necessário ter em mente seu caráter de mobilidade e flexibilidade. Dizer que iremos nos ater ao estudo dessa organização exige situá-la historicamente a partir de referenciais espaciais e temporais. Ao apostarmos na ideia de imutabilidade dessa estrutura corremos o risco de cometer anacronismos pois, como veremos nesta seção, através das reformas empreendidas na V^a e VI^a dinastias, as relações políticas no Egito estavam em constante mudança e rearticulação. Definir a administração egípcia sobre a qual iremos nos debruçar em termos de “Reino Antigo” parece, nesse sentido, bastante vago, pois trata-se de um período da história que abarca vários séculos e é necessário especificar, tanto quanto possível, um recorte cronológico mais preciso assim como atentar para as inúmeras variações regionais encontradas nesse sistema. O modelo administrativo usado como referência básica para o Reino Antigo é o da IV^a dinastia, no qual foram construídas as Grandes Pirâmides é encarada por muitos estudiosos, a exemplo de Seidlmayer, como o “ápice da centralidade” egípcia²⁴⁴. Não se pode supor, no entanto, que essa estrutura tenha sido válida para as dinastias precedentes e que a V^a e a VI^a sejam

²⁴³ MORENO GARCIA, Juan Carlos. *Egipto en el Imperio Antiguo* (2650-2150 antes de Cristo). Barcelona : Edições Bellaterra, 2004.

²⁴⁴ SEIDLMAYER, Stephen. The First Intermediate Period (c. 2160-2055 BC). In: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 4.

marcadas pela continuidade; como veremos a partir das reformas empreendidas pelos primeiros faraós da VIª dinastia, certas rupturas também se fizeram sentir e a transição de uma para outra foi realizada de forma bastante turbulenta²⁴⁵.

Miroslav Barta entende que o desenvolvimento do sistema administrativo no Egito anda ao lado do desenvolvimento da escrita. Com base nisso, elabora para o Reino Antigo uma divisão em quatro estágios que, segundo ele, dariam conta de explicar as principais etapas relativas à tessitura de uma rede de administração formal encobrindo esse território²⁴⁶. São eles: o período dinástico antigo, referente às duas primeiras dinastias; o período que cobre a IIIª e a IVª dinastias (3000-2686 a.C.); da Vª dinastia até o reinado de Nyusera (2445-2421 a.C.)²⁴⁷; e, finalmente, do reinado de Nyusera ao fim da VIª dinastia (2421-2181 a.C.). Com o intuito de ofertar um olhar mais universal acerca do Reino Antigo, iremos nos concentrar agora em uma breve exposição das características dos mencionados períodos.

Mencionamos anteriormente a dificuldade relativa ao estudo das primeiras dinastias egípcias por conta da falta de documentação. O que se sabe sobre esse período, no que diz respeito à constituição do Estado, é que todos os cargos de importância eram ocupados por membros da família real. Alguns cargos, como o de vizir, eram até mesmo restritos aos filhos do faraó, que faziam indicar essa condição em suas titulaturas. A associação entre funções administrativas e membros da família real demonstra que a principal lógica organizadora da estrutura estatal nas primeiras dinastias egípcias é o parentesco, uma vez que o fator determinante do lugar de uma pessoa na administração eram os laços sanguíneos.

Para Gordon Childe, a existência de uma estrutura baseada na lógica do parentesco é típica de “proto-Estados”²⁴⁸. No momento em que esta é abandonada em benefício de outra, mais formal, é que surgem as bases para a constituição dos chamados Estados territoriais da antiguidade. Seus estudos influenciaram bastante as interpretações de egiptólogos posteriores, que passaram a afirmar que um “verdadeiro” Estado no Egito só se constituiu a partir do momento em é possível verificar a expansão de uma burocracia autônoma das relações de parentesco,

²⁴⁵ No capítulo anterior mencionamos essa transição ao falarmos a respeito do assassinato do rei Teti.

²⁴⁶ Cf. BARTA, Miroslav. Kings, viziers, and courtiers: executive power in the third millennium B.C. in.: MORENO GARCIA, Juan Carlos (ed.). *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, pp. 153–75.

²⁴⁷ Sexto rei da Vª dinastia – esta última contou com nove monarcas.

²⁴⁸ Cf. CHILDE, Gordon. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

deixando entrever uma concepção etapista e evolucionista a respeito da formação do Estado. Para Miroslav Barta, essa última etapa em direção a um Estado “plenamente desenvolvido” se daria no final da IV^a dinastia, pois somente a partir daí é que é seria possível identificar uma “fase estatal padrão”, o que significa, “em um sentido sociológico, que é nesse período que a definição de governo inclui uma crescente despersonalização da função do rei, formalização da administração e intensa integração do país”²⁴⁹.

Preferimos, contudo, a interpretação de Marcelo Campagno, o qual demonstra muito bem que o parentesco nunca deixou de ser uma lógica importante de organização social, sendo usada inclusive pelo próprio Estado²⁵⁰. Essa é a diferença, portanto, de se entender o Estado enquanto instituição, de um lado, e como relação social, de outro. No que tange o surgimento do Estado, nossa percepção vai no sentido de situá-lo no momento da cisão de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes, na qual um grupo dominante passa a controlar diversos recursos destinados a exploração de uma grande massa de dominados, o que nos leva a recuar esse momento a um período bastante anterior à IV^a dinastia.

Para a III^a dinastia, contamos com os importante registros encontrados em uma tumba em Saqqara, pertencente a Metjen, funcionário que atuou também no reinado de Snefru, fundador da IV^a dinastia. Dada a raridade de um documento desse tipo para a época²⁵¹, as inscrições de Metjen em Saqqara, que contam inclusive com decretos régios mencionando a doação de propriedade rurais em seu benefício, são uma das principais fontes de estudo sobre a organização do Estado durante essas dinastias. Os quatro decretos encontrados na tumba de Metjen nos auxiliam a seguir a impressionante carreira desse funcionário, uma vez que menciona os cargos ao qual vai ascendendo e ajuda a compreender alguns tipos de benefícios adquiridos por um funcionário em virtude de sua atuação dentro do quadro estatal. São mencionadas diversas terras concedidas a Metjen como recompensa por seus trabalhos ao rei e, junto a essas terras, são concedidos

²⁴⁹ BARTA, *op. cit.* (2013), p. 166.

²⁵⁰ Cf., p.e., CAMPAGNO, Marcelo. Patronage and Other Logics of Social Organization in Ancient Egypt during the IIIrd Millennium bce. *Journal of Egyptian History*. V. 7, n.1, Leiden, 2014. pp. 1-33.

²⁵¹ Até então a maioria dos textos encontrados em tumbas privadas limitava-se a trazer a descrição de algumas listas. Em Metjen, os textos passam a ter um caráter mais narrativo.

também todos os trabalhadores e tudo o mais que havia nelas, como videiras, piscinas, jardins, trigo, cevada etc.

Sobre a IV^a dinastia, egiptólogos tendem a idealizá-la como um período no qual o Estado egípcio atingiu o ápice da centralidade monárquica e em que

O 'Bom Deus', como o faraó passa a ser chamado, convoca pessoalmente autoridades para ocupar ofícios régios (frequentemente membros de sua própria família), supervisionava sua educação e treinamento, concedia terras e outras posses durante suas vidas e bancava integralmente seu funeral e oferendas mortuárias²⁵².

Novamente, aqui, temos olhar de forma cautelosa as informações apresentadas, as quais reproduzem um discurso de fontes que dificilmente correspondia à práxis. Se é verdade que, ideologicamente, toda autoridade derivava do faraó e o corpo de funcionários do Estado ficava sob sua responsabilidade, difícil é acreditar que o monarca egípcio supervisionasse pessoalmente todo o treinamento e educação ofertados na Corte a essas pessoas.

A IV^a dinastia egípcia é marcada pelo longo reino de Snefru, cujos anais podem ser encontrados, em parte, na Pedra de Palermo²⁵³. Além disso, é o período da construção de grandes obras monumentais, como as Grandes Pirâmides de Gizé (construídas pelos filhos de Snefru), que indicam a presença de um Estado forte. Esses empreendimentos exigiam grande mobilização de recursos e de força de trabalho, o que nos leva a crer que, nesse momento, a elite menfita, representada pelo rei, exercia um grande controle sobre as forças produtivas em território egípcio, suportada por uma ideologia capaz de fornecer argumentos que justificassem o dispêndio de um grande volume de recursos na construção dos complexos funerários régios.

Se, por um lado, a maior parte da IV^a dinastia é marcada por um extensivo programa de construções monumentais, ao final do período, contudo, não se

²⁵² HAYES, William. *The Scepter of Egypt*. A Background for the Study of the Egyptian Antiquities in The Metropolitan Museum of Art. From the Earliest Times to the End of the Middle Kingdom. v.1. Nova York: MET Publications, 1978.

²⁵³ Esse documento apresenta uma lista de faraós egípcios desde a primeira dinastia à Neferikara (V^a dinastia) mencionando, também, importantes eventos associados aos reinados desses governantes (cf. WILKINSON, Toby. *Royal Annals of Ancient Egypt*. New York: Columbia University Press, 2000). No caso de Snefru, aparecem relatos de algumas campanhas bem-sucedidas na região da Núbia e da Líbia e sobre a existência de redes comerciais com a Síria.

verificam mais construções de obras como essas o que, conforme opinião de Seidlmayer, “[...] sugere que o sistema social havia se fragmentado, tanto em sua organização política quanto em seus padrões culturais”²⁵⁴, talvez devido ao esgotamento das forças produtivas²⁵⁵.

Na Vª dinastia nota-se a proliferação de monumentos funerários – as mastabas – destinados aos funcionários do Estado. Essa proliferação é concomitante ao aumento de registros a respeito desses funcionários, o que possivelmente indica um alargamento no quadro da administração estatal. Algumas dessas tumbas, como a de Ty e a de Ptahshepses, estão dentre as maiores e mais bem decoradas do Reino Antigo e datam ambas, provavelmente, do reinado de Nyusera, quando uma grande reforma administrativa foi empreendida no Egito. Uma inscrição encontrada em uma porta-falsa pertencente a Ptahshepses nos ajuda, inclusive, a compreender um pouco mais a respeito da origem desses indivíduos e das práticas sociais envolvidas na cooptação de novos membros:

Uma criança nascida no tempo de Menkaure
 Ele cresceu entre os príncipes no palácio do rei,
 No Harém Real.
 Ele era mais valioso para o rei do que qualquer outra criança.
 Ptahshepses.
 Um jovem que amarrou a faixa em sua cabeça no tempo de Shepseskaf,
 (...)
 Sua Majestade deu a ele sua filha mais velha, Khamaat, como sua esposa,
 Pois Sua Majestade desejava que ela estivesse com ele mais do que com
 que com qualquer outro homem.
 Ptahshepses.
 (o grande controlador dos artesão nas duas) casas de Sahure,
 aquele que é mais valioso para o rei do que qualquer outro servo;
 ele embarcou em todos os botes, ele fez todos os serviços de guarda,
 e ele entrou nos caminhos do palácio meridional e todos os festivais (de
 aparição)
 Ptahshepses²⁵⁶.

Em primeiro lugar, é possível atestar que os filhos das famílias aliadas ao rei

²⁵⁴ SEIDLMAYER, Stephen. The First Intermediate Period (c. 2160-2055 BC). In: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 110.

²⁵⁵ Casteñada Reyes afirma que, em virtude do baixo desenvolvimento das forças produtivas no Egito, a compensação era feita com a ampla utilização de trabalho compulsório que, no longo prazo, acirra as tensões sociais existentes no Egito e pode ter sido um dos fatores que contribuiu para o fim do Reino Antigo (cf. CASTAÑEDA REYES, José Carlos. *Sociedad antigua y respuesta popular*. Movimientos sociales em Egipto antiguo. Iztapalapa: Universidade Autónoma Metropolitana, 2003).

²⁵⁶ TPA, p. 304.

eram levados, desde pequenos, para estudar na Corte junto aos príncipes, no Harém Real, onde ficavam as esposas secundárias do faraó. A partir do momento em que o jovem recebe « a faixa na cabeça »²⁵⁷, o que indica um estágio do ritual de passagem em direção à vida adulta, os laços com essas famílias são estreitados a partir de casamentos, uma vez que a mão da filha mais velha do rei, Khamaat, foi concedida em casamento a Ptahshepses, que era de origem não-régia²⁵⁸. Nota-se, nesse caso, como as relações de parentesco também eram incorporadas à lógica estatal, uma vez que Ptahshepses tornou-se um importante vizir durante o reinado de Nyusera.

O fato de um indivíduo como Pthashepses possuir acesso aos materiais necessários para a construção de uma tumba daquela magnitude indica, também, uma mudança nos costumes funerários do Reino Antigo. Anteriormente, o monopólio da vida após a morte era reservado apenas ao rei, o único capaz de possuir monumentos dessa grandeza. A ênfase dada ao indivíduo, através da menção de seus títulos e da presença de uma autobiografia demonstra a importância por ele adquirida e uma abertura no decoro religioso.

Outra característica importante da Vª dinastia é a de que os governantes que nela se sucederam parecem ter contado com o apoio do poderoso sacerdócio de Rá da cidade de Heliópolis. Esse deus passa, definitivamente, a ser associado aos monarcas egípcios dessa dinastia que, a partir de Neferirkara, passam a usar o título de “filho de Rá”²⁵⁹. Datam também dessa dinastia alguns dos templos solares mais importantes do Egito, como é o caso daqueles encontrados em Abusir, próximos às pirâmides régias.

Nesse período, além da proliferação de monumentos pertencentes a funcionários estatais, nota-se igualmente um intenso programa de construção de templos no interior e de expedições militares em direção a regiões fronteiriças²⁶⁰, com as quais foi possível reforçar e expandir laços comerciais pré-existentes, o que

²⁵⁷ Outros autores, como Moreno Garcia, interpretam a ideia da « faixa na cabeça » como um símbolo de distinção portado pelos jovens que iam estudar na Corte. MORENO GARCÍA, Juan Carlos. De l' Ancien Empire à la Première Periode Intermédiaire: L'autobiographie de Qar d'Edfou, entre tradition et innovation. *RdE* 49, 1998, p. 151-160.

²⁵⁸ Na tumba de Ptahshepses não se encontram menções a nenhum de seus antepassados, o que nos leva a crer que ele não pertencia a nenhuma família de prestígio (cf. VERNER, Miroslav. *The Mastaba of Ptahshepses: reliefs*. Praga: Charles University, 1977).

²⁵⁹ O nome de trono de Neferirkara também é associado a essa divindade. Neferirkara significa « bom é aquilo feito pelo ka de Rá ».

²⁶⁰ Tais informações são fornecidas pela Pedra de Palermo.

representa mais um indício da expansão do Estado ocorrida nessa dinastia.

É ponto pacífico entre os egiptólogos que a VIª dinastia representa um momento de grande transformação na forma como os reis administravam o país, sobretudo as províncias. Até a IVª dinastia, os altos funcionários eram todos, conforme dito, provenientes da família real, e sua autoridade derivava estritamente de sua proximidade com o rei. Com o esforço necessário à construção de grandes obras públicas, houve também um aumento do quadro da burocracia egípcia, o que abriu espaço para que outras pessoas, não pertencentes à família real, pudessem ocupar cargos de destaque na administração. Segundo Kemp, os príncipes são praticamente relegados à insignificância na fase final do Reino Antigo, que cobre um período de cerca de três séculos. Não se encontram menções a eles nos registros administrativos e o título de “príncipe” torna-se meramente honorífico, sem que outros títulos sejam associados a ele, à exceção de “sacerdote leitor” e de “sacerdote de Min”²⁶¹. Essa situação tornou-se mais acentuada na VIª dinastia, na qual se percebe o aumento das funções de membros tanto da elite central quanto das províncias, a julgar pela análise das titulaturas que apresentam o exercício de atividades inéditas até então.

À medida que as elites menfitas passam, junto ao serviço ao rei, a exercer autoridade cada vez maior no âmbito supralocal, verifica-se a necessidade de ampliação de uma rede administrativa que pudesse cooptar, igualmente, novos aliados e dar conta de marcar sua presença em outras regiões. Isso gera, igualmente, uma expansão da capacidade centralizadora do Estado, tendo em vista que eram os membros dessa elite aqueles que controlavam seu aparato institucional, dotado da legitimidade necessária à manutenção e ampliação das relações de exploração. A incorporação de membros de origem não-régia ao quadro da administração estatal alterou, por certo, a configuração desses grupos dominantes. Novos interesses, por sua vez, passaram a se colocar em conflito, necessitando de hábeis estratégias que pudessem dirimi-los sem comprometer o equilíbrio do Estado e garantir a permanência dos grupos tradicionais no poder junto a seus aliados, perpetuando a manutenção de todos os benefícios que sua posição acarretava.

²⁶¹ KEMP, Barry. From Old Kingdom to Second Intermediate Period. In : KEMP, Barry ; TRIGGER, Bruce ; O'CONNOR, David ; LLOYD, David. *Ancient Egypt : a Social History*. Cambridge : Cambridge University Press, 1983. p. 78.

2.4 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL NO REINO ANTIGO: PRINCIPAIS TÍTULOS E SUAS ATRIBUIÇÕES.

Já foram apresentadas algumas críticas à racionalização empreendida por Strudwick no que toca a administração egípcia, especialmente no referente às questões da justiça e dos arquivos. Outro ponto a ser criticado é o de que uma tal estrutura (a divisão em departamentos) parece rígida demais para um sistema notadamente flexível e que não funcionava segundo critérios de especialização de funções. Ao definirmos a administração faraônica através da atuação de departamentos estruturados sob uma rígida hierarquia de funcionários podemos estar atribuindo ao passado um tipo de racionalização nele inexistente. E essa impressão de racionalização e eficiência aparece nos próprios *rankings* de titulações dos funcionários existentes em suas autobiografias. Não é incomum encontrarmos a menção de que um indivíduo, por ter agido como “nenhum outro agiu”, tenha recebido uma espécie de “promoção” de cargo, o que nos leva a pensar na existência da meritocracia como único elemento de estruturação desse quadro de funcionários²⁶². Há que se tomar cuidado para que, em primeiro lugar, não deixemos de lado as várias lógicas através das quais funcionava o Estado egípcio²⁶³. Não seria exagero, também, supor que tais titulações tivessem um caráter muito mais simbólico que prático. Como analisa Eyre, o sistema administrativo egípcio era controlado por uma camada de escribas cuja importância, na documentação,

²⁶² A pertinência do uso da lógica da meritocracia para o caso egípcio já foi discutida alhures. Além disso, considerar o acesso e ascensão em carreiras estatais apenas como fruto do mérito individual do funcionário implica desconsiderar a presença, por exemplo, de favoritismos como elementos na escolha dos funcionários egípcios. Além disso, temos registros a respeito de como diversos funcionários souberam se aproveitar de sua posição e proximidade com o rei para construir redes de influência e alianças que se revertiam em benefícios como a promoção e ascensão social. O elemento do parentesco era, igualmente, importante meio de ascensão social mesmo nas dinastias finais do Reino Antigo, como demonstra, por exemplo, a autobiografia de Djau de Abidos, cuja família era certamente uma das mais importantes do Reino Antigo (TPA, p. 358). Duas de suas irmãs tornaram-se esposas reais e, provavelmente em virtude de seus laços familiares, foi promovido a vizir.

²⁶³ Nesse sentido, vale a pena conferir o trabalho de Marcelo Campagno, no qual aponta como lógicas exteriores à lógica estatal, como o patronato e o parentesco, são apropriadas pelo Estado em sua própria organização (CAMPAGNO, Marcelo. Lo patronal, lo estatal y lo parental en la autobiografía de Ankhtifi de Mo'allá. *Cuadernos del Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente*, vol. 9, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/patronal-estatal-parental-autobiografia-ankhtifi.pdf> [Último acesso em: 29 de março de 2015.]

aparece através de um discurso de autopromoção²⁶⁴. O escriba se arroga o direito de dirigir algo e, por isso, as titulações que contêm a denominação “supervisor” podem ser, igualmente, parte desse universo propagandístico destinado a enaltecer a figura do escriba, sem que correspondam necessariamente, a uma especialização de funções ou mesmo a um departamento formalmente organizado.

A própria documentação nos auxilia a desfazer a ideia de especialização, como podemos observar, por exemplo, através da organização das atividades relativas ao Celeiro. Os funcionários responsáveis pelo controle da produção de grãos e de seu recolhimento não possuíam uma titulação uniforme e, na prática, indivíduos que muitas vezes não possuíam títulos relacionados ao Celeiro aparecem exercendo esse tipo de atividade. É o caso do vizir Ankhmahor que é, ao mesmo tempo, « chefe de Grande Casa », « supervisor do Tesouro Duplo », « chefe de todos os trabalhos do rei » e « chefe dos escribas dos documentos régios » e aparece como responsável pelo controle de grãos²⁶⁵.

Willems, apoiado nos estudos de Strudwick, comenta que, após a VIª dinastia, os vizires passam a subordinar todos os cinco departamentos. Embora seja realmente possível atestar vizires portando todas as titulações referentes à supervisão desses departamentos, como é o caso de Senedjemib Inti, vizir durante o reinado de Djekare Isesi, oitavo rei da Vª dinastia²⁶⁶, essa não parece ser uma regra, visto que nem todos os vizires são portadores de todos esses títulos, o que atesta que tais departamentos não eram, necessariamente, todos subordinados aos vizires. Mesmo que o fossem, cabe salientar que o fato de um vizir, que é membro da administração central, portar todas essas titulações, não significa que as atividades realizadas por esses departamentos fossem levadas a cabo pela administração central. Conforme veremos adiante, há inúmeros indícios que a maior parte dessas atividades era realizada no âmbito local, sendo apenas supervisionadas por funcionários do núcleo menfita. A realidade, portanto, aparece de forma bem mais fragmentada do que essas titulações deixam entrever.

²⁶⁴ Um trecho do Papiro Anastasi comenta «Seja um escriba! Isto te salva do trabalho (*b3k*). Isto te protege de todos os trabalhos (*k3t*). Isto te separa de puxar o remo. Tu não carregas uma cesta e tu não vens abaixo de vários senhores» (LEM 16, 9-12).

²⁶⁵ Sobre o vizir Ankhmahor, cf. HASSAN, A. ; KANAWATI, N., *op. cit.*, 1997. Este é outro exemplo de funcionário enterrado em um complexo funerário régio, no caso, o de Teti. Ankhmahor serviu também ao faraó Pepi I.

²⁶⁶ Para o texto integral dessa autobiografia, cf. TPA, p. 311-316.

Muito embora discordemos da divisão da administração egípcia em departamentos com responsabilidade fixas, da maneira como proposta por Strudwick, fica claro que as titulaturas referentes à supervisão das mencionadas funções encontram-se no topo da hierarquia dos funcionários da administração central. É por conta disso que daremos sequência à apresentação de cada uma dessas funções, até para que possamos, na medida do possível, apresentar contrapontos a elas e perceber os elementos de descentralização existentes no exercício dessas cinco atividades, que eram fundamentais para a organização dos assuntos referentes aos habitantes do Nilo por parte do Estado.

Acredita-se que os departamentos existentes na corte tenham servido de modelo para os existentes nas províncias. Analisando as características particulares de cada região, contudo, nota-se que não havia um único sistema que predominasse em todo o território egípcio, mas que esse sistema estava sujeito a mudanças de acordo com as particularidades locais.

2.4.1 O CHEFE DO TESOURO: *imy-r pr hḏ* e *imy-r prwyt-hḏ*.

O Tesouro era, de maneira geral, a instituição responsável pela arrecadação de receitas devidas ao Estado egípcio. Vale a pena salientar que essa atividade não era realizada a partir de um ponto específico e que a organização da coleta das receitas poderia ser feita de forma direta pela administração central ou por intermédio de subsidiários (os principais eram *pr-hry-wḏb* e *is-ḏf*). Nas dependências do Tesouro, como o *is-ḏf*, estocavam-se matérias-primas e produtos manufaturados, como linho, óleo e comestíveis, utilizados para propósitos específicos. Os proventos arrecadados pelo Tesouro eram utilizados, por exemplo, no sustento de uma aristocracia burocrática e sacerdotal e também no pagamento de artesãos especializados e dos trabalhadores envolvidos nas obras públicas. O vizir e o “escriba dos documentos régios” eram os responsáveis máximos pelo recolhimento de tributos e sua redistribuição, a qual era realizada pelo *pr-hry-wḏb* (“departamento chefe de redistribuição”), que também possuía atribuições referentes ao recrutamento de trabalhadores no âmbito local. Nota-se, portanto, a grande

versatilidade existente nesse departamento, que encobria o exercício de diversas funções e estava longe de ser especializado.

Os títulos mais importantes relativos ao Tesouro são *imy-r pr hꜥ* e *imy-r prwy-hꜥ* (“supervisor do Tesouro” e “supervisor do Duplo Tesouro”), cuja existência pode ser atestada já na IV^a dinastia, muito embora seu uso tenha se tornado mais frequente somente a partir de meados da V^a dinastia²⁶⁷. Nesse momento, nota-se não serem esses títulos comuns nas províncias, muito embora uma conexão possa ser atestada com o nomo de Abidos, já que três portadores do título *imy-r prwy-hꜥ* encontrados em Deir el Gebrawi eram também nomarcas dessa região.

A pouca presença de supervisores do Tesouro nas províncias é indicativo, provavelmente, de que havia pouco acesso às fontes de receitas no âmbito local, levando-nos a crer que esta atividade era praticamente exclusiva da administração central até a V^a dinastia. É de se indagar, contudo, a respeito da possibilidade da existência de indivíduos intermediários entre as comunidades locais e a administração central que cuidassem da arrecadação dos recursos destinados ao Estado mas que, por não comporem o quadro institucional, são-nos invisíveis em virtude da falta de documentação e nos fazem apenas assumir a sua presença nesse contexto. É somente a partir da VI^a dinastia que é possível verificar a presença maciça de “supervisores do Tesouro” nas províncias, o que reforça a ideia da existência de relações pré-existentes entre as elites palatinas e importantes grupos locais, apenas formalizadas em um momento em que o Estado reforça o seu controle sobre as províncias egípcias e busca garantir, cada vez mais, a lealdade e o apoio dos grupos locais aos seus interesses. Com isso, os grupos no controle do Estado se tornam também importantes agente modeladores das elites locais, que passam a ser fracionadas e hierarquizadas de acordo com o *status* correspondente às funções que exerciam e dos benefícios oriundos deste exercício (a exemplo do acesso à terra) os quais garantiam, dentre outros fatores, maior proeminência e influência nas comunidades às quais pertenciam. Uma vez integradas ao quadro institucional, essas elites passam a ter acesso a mecanismos de expropriação da

²⁶⁷ O título *imy-r pr hꜥ* não é atestado em nenhum vizir enterrado na região menfita e seus portadores também exerciam outras funções relativas ao Tesouro. Já para o segundo, *imy-r prwy-hꜥ*, dos trinta e sete funcionários detentores desse título e encontrados em necrópoles de Mênfis, vinte e quatro eram vizires. A partir disso é possível concluir que o *imy-r prwy-hꜥ* deveria ser o encarregado de supervisionar as atividades do Tesouro como um todo, cabendo aos *imy-r pr hꜥ* a atuação em atividades mais específicas.

população que garantiam o reforço de sua posição enquanto classe dominante.

O exemplo do “supervisor do Tesouro” é interessante para que possamos avançar na comprovação da hipótese de que a descentralização era um mecanismo através do qual o Estado egípcio atuava e, ao mesmo tempo, se expandia. Strudwick menciona que, da Vª dinastia em diante,

(...) houve uma divisão de responsabilidades e alguns funcionários menfitas provavelmente lidavam com recursos nas províncias até ser concedido a alguns nomarcas locais o título de *imy-r pr hd*, quando uma queda correspondente no número de menfitas titulares deste último é encontrada²⁶⁸.

Isso indica a descentralização de uma função outrora controlada unicamente pelo núcleo menfita a qual, em vez de apontar para a fragilidade do Estado egípcio, mostra justamente o contrário: a regionalização de certas atividades, que passam a ficar a cargo nos nomarcas, não indica “perda de poder” por parte do Estado, mas parece ser uma estratégia deliberada tomada no contexto das reformas da VIª dinastia que levaram, na realidade, à expansão e fortalecimento da influência desse Estado e à formalização de uma situação já existente. Esta expansão não teria sido possível sem o apoio obtido nas bases locais e realizado por intermédio de alianças estabelecidas com os potentados rurais, sendo benéfica para ambos os lados.

O trabalho relativo ao Tesouro parece se confundir, em grande medida, com o trabalho do Celeiro. No Egito, a principal atribuição do Celeiro era a distribuição de grãos e comida para a população. Era, também, uma importante fonte de recursos para o Estado, sendo provavelmente ligado de alguma forma ao Tesouro, já que os portadores dos títulos de “supervisor do Tesouro” frequentemente são também supervisores do Celeiro. Isso se deve à própria característica da economia egípcia, que não era monetarizada. A maior parte dos tributos, portanto, era paga em produtos, como grãos, por exemplo, o que atesta a estreita relação entre o Celeiro e o Tesouro.

²⁶⁸ STRUDWICK, *op. cit.* (1985), p. 299.

2.4.2 CHEFE DO CELEIRO: *imy-r šnwt* e *imy-r šnwty*

Compreender que o Estado egípcio funcionava de maneira descentralizada implica repensar o contexto do final do Reino Antigo que levou ao advento do Primeiro Período Intermediário. O que se postula, geralmente, é que anteriormente à VIª dinastia tudo era controlado pela administração central e que os benefícios concedidos aos governantes locais representaram um ganho de autonomia por parte dessas pessoas. Com isso, elas reforçam seus laços de clientelismo e passam a agir de forma autônoma e independente do Estado, levando à sua descentralização e ao colapso da monarquia unificada. Para superarmos essa visão é necessário repensarmos o papel das elites locais que, conforme demonstramos até aqui, estavam integradas ao Estado já desde dinastias mais antigas mesmo sem estarem formalmente integradas a ele²⁶⁹, indicando que a descentralização era uma prática corrente por parte do Estado egípcio.

Na VIª dinastia temos, junto à expansão da presença do Estado nas províncias, também a formalização e ampliação de realidades já existentes e é por isso que, nesse momento, as elites locais ganham mais destaque, já que aparecem na documentação e passam a gozar dos benefícios de funcionários estatais, como a construção de uma tumba, o que as retira da invisibilidade documental. Diante desse quadro, devemos ter cuidado com afirmações como a de Seidlmayer, que sustenta que a VIª dinastia representa uma importante mudança no padrão socioeconômico tradicional²⁷⁰. Diz o autor que, anteriormente, a lógica era a de concentrar os excedentes econômicos na capital – obtidos com a tributação e a corveia – para posterior redistribuição, pela administração central (composta pelo palácio e pelos templos) aos beneficiários. Na visão de Seidlmayer este primeiro quadro se altera porque, agora, os funcionários fixados nas províncias ganham acesso direto aos produtos, sem precisar da mediação da burocracia central, o que dá a entender que essas pessoas passam a agir de forma autônoma em relação ao poder central. Em

²⁶⁹ Recupere-se, por exemplo, os casamentos realizados entre membros da família real e de famílias provinciais.

²⁷⁰ SEIDLMAYER, Stephen. *The First Intermediate Period* (c. 2160-2055 BC). In: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003, *passim*.

primeiro lugar, distanciar-se do poder central não significa distanciar-se do Estado, conforme já elaboramos no primeiro capítulo. Por mais que essas elites tenham ganhado mais autonomia, esta autonomia era relativa, tendo em vista que sua riqueza e *status* dependiam do exercício de funções burocráticas. Outro ponto a ser questionado nesse tipo análise (o exemplo de Seidlmayer é usado apenas para exemplificar uma posição que é consolidada na historiografia do período) é que ela não encontra suporte na realidade material. Pela análise das titulaturas e documentos administrativos da época não é possível encontrar indícios de um único ponto responsável pela redistribuição dos excedentes levando-nos a crer, como apontado anteriormente, que desde cedo essa redistribuição era dividida no âmbito local.

A retórica ideológica das fontes não pode ser tomada como espelho da prática em que estavam envolvidos os habitantes das margens Nilo já que, segundo Eyre, a realidade central era identificada com a “ordem”, a sede da ideologia, enquanto as realidade locais que não incorporavam tais normas eram a “não-ordem”, excluídas, portanto, do decoro e dos registros²⁷¹. É necessário buscar nas entrelinhas os limites dessa centralidade, conforme temos intentado apresentar até o momento. Ao estudarmos os grandes departamentos supostamente existentes no Egito, devemos ter em mente, portanto, o seu caráter fragmentário. É com esse pensamento que olhamos para o Celeiro, uma das mais importantes instituições egípcias, responsável pela coleta e distribuição de grãos à população.

Uma hierarquização das funções relativas aos grãos só é verificada a partir da Vª dinastia e pouco se sabe a respeito do seu funcionamento em períodos anteriores. Supõe-se que suas atividades se desenrolassem sob os auspícios dos vizires mas que, na prática, fossem conduzidas por indivíduos sem nenhum tipo de filiação formal a esse departamento. A partir da Vª dinastia, como dito, verifica-se uma reorganização administrativa no Estado egípcio e uma maior hierarquização das funções relativas ao Celeiro. Há indícios, contudo, de que a recolha e posterior redistribuição de grãos não eram realizadas por uma autoridade central, mas fragmentado em cada cidade, embora regulado e fiscalizado pela administração central. A palavra celeiro, em egípcio, aparece frequentemente em conjunto com o

²⁷¹ EYRE, Christopher. Pouvoir central et pouvoir locaux: problèmes historiographiques et méthodologiques. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan. n. 24. 2000, p.15.

nome de alguma cidade, e é isso que nos leva a supor que suas atividades tinham uma forte característica local. Para Papazian, o controle menfita dessas atividades consistia apenas na “emissão de instruções através de comunicados régios, fornecimento de supervisão contábil e, se fosse necessário, aplicar justiça»²⁷².

A vinculação dos Celeiros ao âmbito provincial pode ser evidenciada pela análise da autobiografia de Ankhtifi, datada do Primeiro Período Intermediário. Nela menciona-se um período de fome que teria acometido o Egito e, enquanto todos saíam em busca por comida, Ankhtifi gaba-se do fato de que isso não ocorreu em seu nomo:

O sul veio com o seu povo, o norte veio [com] os seus filhos. Eles trouxeram os mais finos óleos em troca da cevada que lhes foi dada. Minha cevada partiu a montante até chegar à Baixa Núbia e a jusante até chegar ao nomo de Abidos. Todos do Alto Egito estavam morrendo de fome e as pessoas estavam comendo seus filhos, mas eu não permiti que ninguém morresse de fome neste nomo. Eu concedi um empréstimo de grãos do Alto Egito e (eu dei) ao norte (algum trigo do Alto Egito), que foi recebido em ração²⁷³.

Esse trecho da autobiografia de Ankhtifi é bastante elucidativo pois ajuda a confirmar a ideia de que as funções relativas ao Celeiro eram de responsabilidade local, o que corrobora nossa hipótese de que o Estado egípcio funcionava de maneira descentralizada e que essa descentralização era importante para o seu fortalecimento. A partir do momento em que Ankhtifi menciona ter emprestado grãos a outros nomos podemos concluir pela existência de um grande centro produtor de grãos na região por ele controlada, onde provavelmente havia um grande celeiro para estocar a produção e, posteriormente, redistribuí-la.

Strudwick fala na existência de fazendas privadas e fazendas estatais encarregadas da produção de grãos mas, dadas as condições de acesso à terra do Egito, especialmente no Reino Antigo, há que se questionar essa distinção. O que pode ser verificado é a existência de domínios régios (os *hwwt*) que, especialmente a partir da VIª dinastia, passam a cada vez mais ocupar a paisagem rural, conforme veremos no próximo capítulo. São provavelmente esses domínios que Strudwick

²⁷² PAPAIZIAN, op. cit. (2013), p. 69.

²⁷³ SEIDLMAYER, Stephen. The First Intermediate Period (c. 2160-2055 BC). In: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 118.

identifica como fazendas estatais, em oposição às terras particulares. Sobre estas, é possível que sejam aquelas terras concedidas aos funcionários do Estado como bens de função, uma das únicas formas de acesso privado à terra no Egito Antigo, já que os registros de compra e venda são bastante escassos e mais comuns para o Período Tardio²⁷⁴. Como exemplo da aquisição de terras como recompensa pelo exercício de uma função podemos citar a autobiografia de Nikaiankh de Tehna, que menciona o recebimento de uma doação de duas arouras concedida pelo faraó Miquerinos e que serviriam para o seu culto mortuário²⁷⁵.

A função de supervisor/ chefe do celeiro varia entre as titulaturas *imy-r šnwt* e *imy-r šnwtj*, sendo esta última a mais comum e, segundo Strudwick, indicativa de um status mais elevado²⁷⁶. Quase todos os seus portadores eram também vizires, se considerarmos especialmente a realidade da VIª dinastia. O curioso é que, no caso dos vizires, o único título que estes funcionários portam em relação ao Celeiro é o de supervisor, o que indica que a supervisão dessas atividades era realizada pela administração central, mas o mesmo não pode ser atestado para as outras funções cuja incumbência, como veremos, fragmentava-se no âmbito local. Sugere-se que os *imy-r šnwt* fossem responsáveis por alguns celeiros particulares, enquanto os *imy-r šnwtj* comandavam esse sistema como um todo, subordinando os primeiros. Na VIª dinastia o maior número de funcionários provinciais a deter este último título indica um descentramento da função, já que há uma redução no número de funcionários menfitas diretamente responsáveis pelo Celeiro. Isso indica, ainda, como o Estado egípcio incorporava e articulava as elites locais em suas atividades.

A respeito do Celeiro é possível dizer que suas atividades estavam dentre as mais importantes realizadas no Egito. Muito embora houvesse um departamento central regulando essa atividade, na prática sua execução era totalmente

²⁷⁴ Não é possível deixar de lado, igualmente, a produção realizada no seio das comunidades aldeãs, as quais gozavam de certa autonomia e exerciam certo controle sobre alguns processos produtivos.

²⁷⁵ Nikaiankh, que serviu ao rei Miquerinos, da IVª dinastia, era responsável ao mesmo tempo pelo templo de Hathor, principal santuário da região de Tehna, e pelos domínios régios implantados nessa mesma região. Cf. EL-KHOULI, A.; KANAWATI, N. *The Old Kingdom Tombs of El-Hammamiya*. Kanawati, N., *The Rock Tombs of El-Hawawish I*, 1980.

²⁷⁶ Strudwick comenta o caso do funcionário Sehetepu, que passa de *imy-r šnwt* a *imy-r šnwtj* (STRUDWICK, *op. cit.* (1985), p. 263). A segunda titulação vem, normalmente, acompanhada de outros títulos relativos ao celeiro, ao contrário da primeira, que parece vir sempre desacompanhada de outros títulos que indiquem funções estatais de maior importância. Essas “promoções” observadas na titulação eram bastante comuns no Egito Antigo e podem ser usadas, também, como evidência para o fato de que a ascensão social das elites, palatinas ou não, dependia do exercício de funções estatais. Muito embora diversas titulações não correspondessem a nenhuma função prática, portá-las permitia a essas elites acúmulo de capital simbólico.

descentralizada. A maioria das titulaturas referentes à produção, estoque e distribuição de grãos não apresenta nenhum elemento que nos permita atestar proximidade com a administração central, à exceção daqueles relacionados aos escribas encarregados de supervisionar essas atividades²⁷⁷, como o *sš m ḥȝy.t*, “escriba da coleta de grãos”²⁷⁸. A existência de um celeiro central, que fizesse a redistribuição de grãos em escala nacional, é mesmo rechaçada por autores como Papazian, por a considerarem impraticável na realidade egípcia. É o que afirma, por exemplo, Papazian:

(...) as cidades estavam, provavelmente, no controle das operações diárias de seus próprios celeiros, e títulos demonstrando a ausência de uma afiliação secundária (p.e. *imy-r šnw.t*, que é inclassificável, *shd iry-ḥ.t n šnw.t n.t ḥnw* “inspetor dos seguranças do Celeiro do *ḥnw*”, que especifica a associação) pode se referir a essas entidades locais²⁷⁹.

Cada titulação dessas possuía um componente local indicando, portanto, sua associação não à administração menfita, mas ao contexto provincial. Essa distribuição era, portanto, feita de forma “modular”, o que significa que era fragmentada regionalmente.

2.4.3 CHEFE DAS SEIS GRANDES CASAS: *imy-r ḥwt wrt* e *imy-r ḥwt wrt 6*.

A Grande Casa (*ḥwt wrt*) aparece, como já dito, como sinônimo para “corte”, o que nos leva a associá-la ao Conselho Real e às questões relativas à justiça. Este era o principal vetor de atuação dos vizires que, dali, “supervisionavam os trabalhos habituais do governo e a tomada das principais decisões, ajudados por funcionários subalternos como os chefes dos diversos departamentos administrativos”²⁸⁰. As ordens dali emanadas eram transmitidas por mensageiros até os representantes do

²⁷⁷ Note-se que dizer que essas atividades não possuíam conexão com a administração central não é sinônimo de dizer que não tinham conexão com o Estado, visto que Estado e administração central não são equivalentes. Essas funções eram, sim, estatais, mas não diretamente relacionadas a um núcleo central e estavam, em sua maior parte, relacionadas à uma cidade ou localidade específica.

²⁷⁸ A palavra *ḥȝy.t*, que aparece compondo essa titulação, refere-se diretamente ao local onde os registros eram realizados na Corte.

²⁷⁹ PAPAZIAN, *op. cit.* (2013), p. 69.

²⁸⁰ MORENO GARCIA, *op. cit.* (2009), p. 113.

Estado nas províncias e executadas pelos chefes locais. É certo que essa rede de informação e estrutura burocrática não funcionavam, na prática, de maneira tão eficiente e que as normas emitidas pelo centro menfita nem sempre eram executadas com perfeição e plena obediência. Inúmeros indícios de desvios e insubordinações são atestados na documentação, o que nos permite afirmar que a prática da administração era muito mais complexa e sujeita a diversas variantes. Um exemplo é o da carta encontrada em Saqqara que contém uma espécie de “protesto” dirigida a um vizir da VIª dinastia. Nela, o “supervisor das expedições” acusa recebimento de uma carta enviada pelo vizir na qual é instruído a vestir tropas da região Tura que chegariam em sua região. Em resposta, recusa-se a atender o pedido do vizir por considerá-lo não-usual e alega estar ocupado com outras atribuições que o impediriam de realizar o solicitado²⁸¹.

O termo *hwt wrt* refere-se, isoladamente, às cortes régias, que eram, provavelmente, em número de seis. O fato do título *imy-r hwt wrt 6*²⁸² ser prerrogativa dos vizires sugere que havia um controle dessa cortes por parte da administração central. Essa realidade é condizente com as reformas empreendidas em meados da Vª dinastia, que é quando a titulação aparece. Os títulos mais altos relacionados ao *hwt wrt* são o de “supervisor da Grande Casa” (*imy-r hwt wrt*) e “supervisor das Seis Grandes Casas” (*imy-r hwt wrt 6*). Este último título é encontrado apenas nas necrópoles menfitas, com exceção do caso de Pepyankh, de Meir, governante do décimo quarto nomo egípcio. Nota-se, ainda, que o título de *imy-r hwt wrt 6* não aparece associado a outras funções de ordem jurídica, como é possível observar através da autobiografia Kagemni, por exemplo²⁸³. Quanto ao *imy-r hwt wrt*, apenas três vizires (Kai, Ptahhotep II e Neferseshemptah) foram atestados portando essa titulação, a qual ocorre na fase inicial de suas carreiras atrelada a outros títulos indicando atribuições legais (judiciárias).

Não se sabe a exata localização de cada *hwt wrt*, muito embora Helck afirme estarem todas na Residência. Menções aos *hwt wrt* podem ser encontradas, além

²⁸¹ TPA, p. 177.

²⁸² Segundo Strudwick, “apesar do material ser esparso, ele mostra claramente que o *hwt wrt* era parte do sistema legal; ele reforça a conclusão de que os *hwt wrt* eram onde os julgamentos realmente ocorriam, e a figura “seis” era adicionada em casos especiais para reforçar autoridade geral” (STRUDWICK, op.cit. (1985), p. 193).

²⁸³ A autobiografia de Kagemni menciona sua atuação junto às Seis Grandes Casas, que é a única menção a atividades de justiça que aparece nesse texto (TPA, p. 286)

das autobiografias, em um decreto régio do rei Neferikare e em uma carta encontrada junto aos Papiros de Abusir. No decreto de Neferikare são tipificados dois crimes – retirar sacerdotes e trabalhadores de terras estatais do nomo para uso pessoal – que deveriam ser levados aos *hwt wrt* para as punições cabíveis, sendo uma delas o envio da pessoa que cometeu o crime às pedreiras de granito para trabalhos forçados²⁸⁴.

Um caso interessante que exemplifica a função dos *hwt wrt* é o do *h3ty-ε*²⁸⁵ Sabni, funcionário da região de Elefantina que atuou durante o reinado de Pepi II, na VIª dinastia²⁸⁶. O Papiro Berlim 8869 comenta a respeito de um procedimento realizado na Corte para julgar um crime cometido por Sabni²⁸⁷, conforme transcrição a seguir:

Para o *h3ty-ε*, tesoureiro do rei, companheiro único e tesoureiro do deus, Iri.

O supervisor da armada, Merrenakht, filho de Kahotpe, filho do companheiro único e sacerdote-leitor Sebekhotep, diz :

Eu, seu irmão, prestei cuidadosa atenção ao assunto para os quais você chamou o companheiro único e funcionário Hotep, para que eu não fizesse nada que você não apreciasse. Agora, se você escreveu para mim com o intuito de expor o roubo que foi cometido contra mim, está bem e é bom. Mas se, ao contrário, você fez isso para acabar com a briga, porque você vê as duas terras estrangeiras (...) então eu verei se você de fato ama o *h3ty-ε*, tesoureiro do rei, amigo único e supervisor dos profetas Sabni mais do que a mim. Mas é melhor amar o justificado do que o contínuo criminoso, e esta é certamente uma ocasião para participar de toda transgressão desse *h3ty-ε*. Ele não vive de seus próprios meios (...) você e eu agiremos juntos para que esse *h3ty-ε* não ignore o roubo que cometeu²⁸⁸.

²⁸⁴ A Grande Casa era, provavelmente, composta por cerca de uma dezena de membros, como podemos aferir através de algumas titulaturas como a do cortesão Hetepi, “grande dos dez da Grande Casa”.

²⁸⁵ O termo *h3ty-ε* pode ser genericamente traduzido como « prefeito », embora consideremos a associação um tanto anacrônica e imprecisa. O *h3ty-ε* era o responsável pelas cidades egípcias e, na falta de um termo que traduza de forma adequada suas atribuições, optamos por usá-lo no original. Trata-se de um título honorífico, que indica pertencimento a um determinado grupo social, e não corresponde a nenhuma função prática.

²⁸⁶ Sabni era um nome bastante comum na região de Assuã (onde fica Elefantina), por isso devemos ter o cuidado de não confundi-lo com um outro Sabni, filho de Mekhu, cuja autobiografia encontra-se em sua tumba na necrópole de Qubbet el-Hawa. Temos registros, ainda, de outro Sabni na região, filho do alto funcionário Pepynakht, mas que também não pode ser confundido com o personagem do caso que iremos descrever agora.

²⁸⁷ Tradução em ROCCATTI, Alessandro. *La littérature historique sous l'Ancien Empire Égyptien*. Paris : Les éditions du Cerf, 1982. pp. 288-289.

²⁸⁸ SMITHER, Paul C. An Old Kingdom letter concerning the crimes of count Sabni. *JEA* 28 (dez., 1942), p. 16.

O relato do roubo realizado por Sabni é interessantíssimo sob dois pontos de vista: primeiro, porque atesta o controle da Corte sobre aquilo que estava sendo realizado nas províncias (no caso, Elefantina, primeiro nomo do Alto Egito), como se denota através do julgamento realizado pelo Conselho de Hórus a partir da denúncia realizada pelo general de expedições Merrenakht; segundo, porque o ato ilícito cometido por esse funcionário demonstra, igualmente, que os funcionários egípcios nem sempre agiam de forma obediente e pacífica, em plena submissão ao monarca divinizado. Nesse sistema, normalmente tratado como um modelo no qual as normas emanadas de um núcleo central de poder seguiam um encadeamento hierárquico de comando e eram rigidamente aplicadas pelos funcionários nas mais diferentes regiões do Egito, havia também espaço para a corrupção, pois Sabni se utiliza de propriedades pertencentes ao Estado egípcio para, provavelmente, obter vantagens pessoais na Núbia²⁸⁹. Esse expediente, aliás, deveria ser tão comum dentre os funcionários da região que um outro Sabni, filho de Mekhu, diz expressamente em sua autobiografia que nunca deixou “nenhum item valioso de propriedade da Residência ir para nenhum egípcio, estrangeiro ou núbio”²⁹⁰.

O caso de Sabni pode ser relacionado, igualmente, às reformas empreendidas por Merenra, quarto rei da VIª dinastia, quando as relações do Estado egípcio com a Núbia parecem sofrer alterações. Tais mudanças são evidenciadas através do surgimento da titulação de *imy-r3 i3w* (“supervisor dos núbios egipcianizados”), ligada normalmente a registros de expedições militares. Esse título aparece como substituto de um outro, *htm.ty – ntr* (chanceler do rei) utilizado em contextos civis e comerciais relativos à Núbia mas que desaparece ao mesmo tempo em que é possível atestar o surgimento do *imy-r3 i3w*. É possível que essa titulação, dada sua ligação com elementos marciais, indique uma postura mais agressiva por parte do Estado egípcio em relação à Núbia²⁹¹ como forma de assegurar o controle das fronteiras e o avanço das tribos da região. Conforme observa Colleen Manassa,

²⁸⁹ O motivo do roubo é uma hipótese levantada por Smither, pois o Papiro 8869 não é claro nesse sentido (cf. SMITHER, *ibid*).

²⁹⁰ TPA, p. 336.

²⁹¹ As autobiografias de Harkhuf e Pepynakht, do mesmo período, apontam para uma grande instabilidade na região. Harkhuf comenta sobre a unificação de algumas tribos do sul e relata três expedições que teria realizado à região de Iam. Pepynakht menciona confronto aberto com os núbios e um outro Sabni comenta a respeito da morte de seu pai, Mekhu, em batalha na região de Wawat.

O aparecimento do *imy-r3 i3w* não é somente uma mudança no sentido de uma aproximação maior com a Núbia, mas também sinaliza uma descentralização na administração das expedições realizadas na Núbia. Essa descentralização não é o resultado de uma fraqueza do governo central, mas antes uma decisão consciente da parte do rei e sua administração – é um movimento de funcionários planejado e organizado para as províncias, ao menos na parte de supervisão dos assuntos referentes à Núbia.²⁹²

A situação descrita por Manassa pode ter levado muitos funcionários, como é o caso de Sabni, a aproveitarem-se de sua posição e autonomia a fim de obter benefícios pessoais, já que esse indivíduo era, também, portador dessa titulação. Temos, nesse caso, um exemplo de como a administração egípcia funcionava na prática, uma vez que nos distancia do modelo através do qual os funcionários estatais agiam perfeitamente de acordo com as regras tendo em vista sua submissão ao monarca divinizado.

Conforme salientado no início deste capítulo, há que se ter cuidado ao interpretar o funcionamento da justiça, no Egito, seguindo princípios atuais. Em verdade, como aponta Kemp, as decisões judiciais eram prerrogativa de indivíduos homens que ocupassem uma posição de autoridade, e não de um corpo de funcionários especializados²⁹³. A afirmativa de Kemp encontra respaldo em um importante texto do Reino Antigo conhecido como “Instruções de Ptah-hotep”, na qual um vizir, em sua velhice, deixa a seu filho de mesmo nome uma série de recomendações em forma de máximas. Em uma delas, orienta:

Se és um homem de autoridade,
Seja paciente quando estiveres ouvindo as palavras de um querelante;
Não o dispenses até que ele esteja totalmente aliviado
Em relação àquilo que planejou dizer-te (...)
Nem tudo aquilo que ele peticionou será feito,
Mas um coração com empatia é um meio de acalmar o coração²⁹⁴.

Um *sr* encarregado de alguma querela individual poderia, inclusive, portar apenas títulos referentes a funções administrativas uma vez que as Grandes Casas

²⁹² MANASSA, Colleen. The crimes of count Sabni Reconsidered. ZÄS 133, 2006. pp. 158-159.

²⁹³ KEMP, *op. cit.* (1983), p. 84.

²⁹⁴ LAE, p. 137. A palavra *sšm* é traduzida por Simpson como « autoridade ». No dicionário de Faulkner, seu significado aparece como governança, liderança.

não eram tribunais exclusivos para impasses jurídicos, mas que também deliberavam sobre questões administrativas. A separação entre essas duas esferas – administrativa e judiciária – é uma distinção moderna que inexistia na mentalidade dos antigos egípcios. Como a resolução de disputas jurídicas era uma prerrogativa de autoridade, é de se supor que os governantes provinciais também tivessem papel importante nesse âmbito, tomando muitas vezes decisões *ad hoc*²⁹⁵. Para o Reino Antigo, não se conhece nenhum tipo de código de leis vindo da Residência que uniformizasse todas as decisões tomadas em território egípcio, o que nos leva a crer que o costume e o favoritismo eram elementos presentes no dia-a-dia da condução da justiça no Egito, cuja realidade era muito mais fluida do que o título de *imy-r hwt wrt* nos permite supor.

2.4.4 CHEFE DOS ESCRIBAS DOS DOCUMENTOS DO REI: *imy-r zš ꜥ nsw.t*

O título de *imy-r zš ꜥ nsw.t*, “supervisor dos escribas documentos do rei” é considerado o mais importante título de escriba do Reino Antigo e é atestado pela primeira vez no governo de Neferirkara, da Vª dinastia, junto ao vizir Uashptah. Essa titulação aparece no contexto das já mencionadas reformas da Vª dinastia e aparece como substituta do *mdh zš nswt* (“comandante dos escribas do rei”). Esta última era a

²⁹⁵ Izi, de Edfu, menciona em sua autobiografia: « eu julguei entre dois litigantes e eles ficaram satisfeitos » (TPA, p. 341). Essa é uma frase padrão encontrada em muitas autobiografias como forma de se referir ao exercício de funções relativas à justiça. Em análise a essa frase, Hamilton conclui referir-se a um artifício de legitimação do Estado, por ser uma questão que envolve o princípio de *maat*. A concepção de « Estado de Direito » subjaz a interpretação de Hamilton, pois este egiptólogo menciona que, no Reino Antigo, o Egito caminhava rumo à construção de um Estado-nação, a ser legitimado por meio de um sistema legal. É nesse contexto é que se encaixariam as menções padronizadas a funções de justiça, como essa encontrada na autobiografia de Izi, encarando-as como uma tentativa de estabelecer a ideologia régia por todo o território, resumida no conceito de *maat*, cuja observância era também necessária à passagem para o outro mundo (HAMILTON, Caleb R. I judge between two brothers, to their satisfaction. Biographies and the Legal System in the Old Kingdom. ASCS 32 *Proceedings*. Auckland, 2011). Essa abordagem, contudo, toma como base os atuais sistemas legais e sua função dentro do Estado Moderno, tornando-se anacrônicas para o caso do Egito Antigo. Tal interpretação pressupõe a existência de um rígido sistema de leis que seria aplicado em todo o território egípcio e cujos princípios emanariam de um departamento central, especializado somente em funções de justiça. Como vimos até agora, as fontes apontam justamente para a direção contrária e não é possível aferir a presença de um rígido sistema de leis aplicável a todo o território egípcio por funcionários hierarquicamente organizados e especializados.

titulatura de escriba mais frequente anterior ao reinado de Neferirkara e apenas dois *mdh zš nswt* eram vizires²⁹⁶. O mesmo não ocorre com os *imy-r zš ꜥ nsw.t*, cuja imensa maioria era composta por vizires, especialmente aqueles com atribuições no sul²⁹⁷. Em alguns casos como o dos vizires Senedjem Inti, Shemai, Rashepesesse e Djau, *imy-r zš ꜥ nsw.t* é o único cargo administrativo de importância que aparece associado a eles. Como se trata de função com atribuições gerais e de grande importância, a hipótese de Strudwick é a de que a mera menção ao seu exercício era suficiente para demonstrar a grandeza e a importância do funcionário²⁹⁸.

Há indícios, igualmente, da existência dessa titulatura em enterramentos nas províncias (Pepyankh de Meir, por exemplo), o que nos ajuda a seguir a expansão das instituições estatais, controladas pelas elites menfitas, em território egípcio.

Conforme dito, as atribuições de um “supervisor dos documentos do rei” são bastante genéricas e o uso dessa titulatura pode indicar envolvimento em qualquer atividade burocrática referente ao Estado egípcio. Tanto isso é verdade que os títulos acumulados junto ao *imy-r zš ꜥ nsw.t* são de ordens diversas, podendo indicar desde atividades jurídicas até aquelas referentes à condução de trabalhos ao rei. É comum um *imy-r zš ꜥ nsw.t* aparecer associado a títulos indicando o exercício de funções religiosas, como demonstram os casos de Kai, Ti e Manefer, todos *hm-ntr hr kmj-ꜥ*²⁹⁹. No caso de Ti, esse indivíduo aparece também como supervisor de quatro templos solares e dois complexos piramidais do rei. No Decreto de Coptos Q, o vizir Shemai aparece, ao mesmo tempo, como “supervisor dos escribas dos documentos do rei” e “supervisor dos sacerdotes”³⁰⁰.

O “supervisor dos escribas dos documentos régios” controlava o *pr-ny-sw.t*, entidade que representa o conjunto da administração egípcia³⁰¹. Boa parte de suas responsabilidades incluíam atividades de chancelaria, embora houvesse, igualmente,

²⁹⁶ O título *mdh zš nswt* não desaparece mas deixa de ser um título funcional e passa a ser usado como indicador de *ranking* por parte dos vizires que se sucedem a partir de meados da Vª dinastia. Um caso de vizir que continua portando o título de *mdh zš nswt* é o de Qar de Edfu, da VIª dinastia.

²⁹⁷ Com o intuito de aumentar o controle sobre o Alto Egito, na VIª dinastia é criado o cargo de « vizir do sul », que atuava junto ao vizir que residia na capital. Essa situação começa a se desenhar já na Vª dinastia, com Herwy, vizir de Djekare a ser enterrado na necrópole de Akhmin, nono nomo do Alto Egito.

²⁹⁸ STRUDWICK, *op. cit.*, p. 215.

²⁹⁹ Sua tradução é « sacerdote de Hórus com o braço elevado ». Para Helck a menção a Hórus faz referência não ao deus falcão, mas ao rei (cf. SIMPSON, William Kelly. *Giza Mastabas III: The Mastabas of Kawab, Khafkhufu I and II*. Boston : Museu de Belas Artes, 1978. p. 9).

³⁰⁰ Para o texto do decreto, cf. TPA, p. 123.

³⁰¹ A função do *pr-ny-sw.t* foi detalhada no primeiro capítulo desta tese.

atribuições relativas a outras entidades administrativas como Celeiro, Armada e organização do trabalho, demonstrando a versatilidade das questões relativas à administração egípcia. Além disso, como em tese toda administração egípcia era realizada em nome do faraó, é natural que o encarregado de supervisionar os documentos do rei tivesse relações com outros departamentos. A única exceção é relativa ao departamento de justiça (*hwt wrt*) com o qual não aparecem associações, embora querelas jurídicas apareçam no contexto das atividades do *pr-ny-sw.t*.

2.4.5 CHEFE DOS TRABALHOS DO REI: *im.y-r k3t nsw.t*.

Com relação ao “Chefe dos Trabalhos do Rei”, *im.y-r k3t nsw.t*, a autoridade referente a essa função pode ser aferida a partir do seguinte trecho da autobiografia de Senedjemib, da Vª dinastia: “*tudo o que o im.y-r k3t nsw.t diz, acontece imediatamente*”. Outra fonte importante a esse respeito é a autobiografia de Ankhmeryremeryptah, também conhecido como Nekhebu e membro da família de Senedjemib, que oferta interessantes elementos para que possamos compreender as atribuições inerentes a essa função, bem como conhecer um pouco a respeito da organização do trabalho na sociedade egípcia. Em primeiro lugar, ao analisarmos a genealogia de Nekhebu³⁰², notamos ser este indivíduo membro de uma família que vem de uma longa tradição de *im.y-r k3t nsw.t*, o que corrobora a hipótese de hereditariedade de funções³⁰³. Em sua autobiografia, Nekhebu relata seus esforços em diversas funções, a maioria delas ligada a seu papel como subordinado de seu irmão (“eu trabalhei subordinado ao meu irmão, o *im.y-r k3t nsw.t*, eu escrevi, eu

³⁰² Sua mastaba encontra-se junto às mastabas da família de Senedjemib que, assim como seu filho Inti e Nekhebu, também portava o título de *im.y-r k3t nsw.t*. Nekhebu é o único dentre eles a não ter atingido o vizirato (cf. STRUDWICK, *op. cit.* (1985), p. 113). Para uma genealogia completa da família de Senedjemib, cf. BROVARSKY, Edward. The Senedjemib Complex at Giza : an interim report. *Colloques Internationaux du C.N.R.S. L'Égyptologie en 1979. Axes prioritaires de recherche*. n. 585, v. II, Paris, 1982, p. 117.

³⁰³ Se, desde muito tempo, diversos membros da administração central beneficiavam-se da hereditariedade de seus cargos e isso nunca é interpretado como um problema para o Estado, porque normalmente interpreta-se a hereditariedade de funções no quadro da administração provincial como um problema ?

carreguei sua paleta”³⁰⁴). Nesse momento, Nekhebu aparece apenas como *mdh kd nsw.t m pr.wy* (algo como “carpinteiro da Casa Real”, cargo anterior à sua promoção como “Chefe dos Trabalhos do Rei”). Como enviado do rei, Nekhebu realizou construções de canais e de santuários do *ka* no Baixo Egito e comenta sobre atividades na administração de um *gs-pr* vinculado a uma propriedade rural régia. O *gs-pr* era um centro de trabalho que aparece normalmente associado ao gado e ao *pr-ny-sw.t*, o que demonstra que esse recurso, em particular, era organizado sob os auspícios da administração central. O fato de um funcionário da administração central se ocupar da construção de canais em regiões fora de Mênfis (Nekhebu comenta ter sido enviado a Kis, no Médio Egito, para escavar um canal), indica um centro controle por parte desse organismo nessa atividade, muito embora haja provas de que essas atividades em organizadas, sobretudo no Reino Antigo, basicamente no nível local³⁰⁵.

Outro dado interessante apresentado nessa autobiografia é a existência de um funcionalismo itinerante. Além de ter sido enviado à já mencionada região de Kis, grafites encontradas em Wadi Hammamat³⁰⁶ também mencionam a presença desse funcionário na região, já na condição de *im.y-r k3t nsw.t*, muito embora o motivo de sua expedição não seja mencionado. Nekhebu comenta também ter sido enviado a Heliópolis, conforme consta no trecho a seguir:

Eu era um trabalhador de Merenra, meu senhor.
Vossa Majestade me mandou para dirigir o trabalho em seus monumentos
em Heliópolis
E eu agi de forma a satisfazer Vossa Majestade.
Lá eu passei seis anos dirigindo trabalhos,
E quando eu vim à Residência Vossa Majestade me favoreceu por isso³⁰⁷

³⁰⁴ TPA, p. 267. Os fatos relatados na autobiografia referem-se a eventos antes da sua promoção como *im.y-r k3t nsw.t*. O nome do irmão de Nekhebu foi perdido.

³⁰⁵ Cf., p.e., CARDOSO, Ciro. A falência da « hipótese causal hidráulica ». In. : _____. O Egito Antigo. São Paulo : Brasiliense, 2004. pp. 14-25.

³⁰⁶ Região localizada no deserto oriental do Egito, outrora próspera em virtude de suas pedreiras e como rota comercial. O grafite encontrado faz referência ao ano trinta e seis do reinado de Pepi I e menciona Nekhebu, sob o nome de Ankhmeryremeryptah, acompanhado de Impy, também *im.y-r k3t nsw.t*, que Smith associa ao mesmo personagem que aparece em relevos templários da época de outro rei, Pepi II (Cf. SMITH, W. Stevenson. The Old Kingdom in Egypt and the beginning of the First Intermediate Period. In. : EDWARDS, I.E.S et al (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge : Cambridge University Press, 1971. P. 186). Outra região, Akhbit (Khemmis), é também mencionada como um local para onde Nekhebu teria sido enviado afim de construir um canal, mas cuja localização precisa permanece desconhecida, levando muitos egiptólogos a acreditarem que se trata de uma localidade mítica. Heródoto diz, na *História*, ter chegado até o santuário de Akhbit, e aponta sua localização no Delta, próxima a Buto.

³⁰⁷ TPA, p. 266. Merenra é o faraó Pepi I.

O fato de pessoas serem designadas a trabalhar em determinadas áreas sugere, segundo Strudwick, que a divisão de responsabilidades era geográfica e que poderia haver diversos supervisores encarregados de regiões diferentes³⁰⁸. Essa informação é importante na medida em que sugere que a própria administração central poderia ser muito mais fragmentada do que aparenta pois, novamente, aponta na direção de um descentramento.

No trecho de fonte supracitado, Nekhbu menciona ter sido recompensado pelo rei por seus feitos. Dentre essas recompensas é possível identificar amuletos de tipo *nub-ankh*, assim como cerveja e pães – segundo Nekhbu, oferecidos “em grande quantidade”. A própria riqueza de Nekhbu e seu irmão pode se aferir a partir das promoções que ambos recebem. Nekhbu comenta, por exemplo, ter sido alçado à condição de “amigo único”, posição que denota bastante prestígio. Ao mencionar o trabalho realizado para seu irmão, Nekhbu comenta ter ficado responsável por vigiar suas propriedades, já que “havia mais em sua casa do que na casa de qualquer outro nobre”³⁰⁹, indicando riqueza.

As relações entre Nekhbu e seu irmão permitem entrever outros aspectos importantes a respeito da função de *im.y-r k3t nsw.t*, além dos já mencionados. O “supervisor dos trabalhos do rei” era não só responsável pela organização e direção de trabalhos como também de sua execução e, na condição de subordinado, um dos deveres de Nekhbu era a fiscalização dos atos executados por seu irmão. Isso fica claro na passagem em que comenta: “Quando ele fazia, eu anotava, eu carregava sua paleta”³¹⁰. Seu domínio da escrita indica que os altos funcionários da administração central também eram escribas.

A condução desses trabalhos não poderia ter sido realizada sem a arregimentação de trabalhadores. A esse respeito, sabe-se que os chefes de aldeia tinham um papel bastante relevantes pois, embora não estivessem formalmente incorporados ao Estado, sua função enquanto intermediários frente às comunidades rurais era essencial à manutenção do mesmo, visto que estavam no controle da

³⁰⁸ STRUDWICK, *op. cit.* (1985), p. 243.

³⁰⁹ TPA p. 267. Na tradução de Roccatti o trecho encontra-se traduzido de forma diferente: « as coisas de sua casa aumentaram mais do que as das casas de outros dignitários ». (ROCCATTI, *op. cit.*, p. 183).

³¹⁰ *Ibid.*

força de trabalho advinda das aldeias campestres. Muito embora a maioria dessas pessoas seja invisível nos relatos arqueológicos, menções a ela e sua relação como Estado podem ser encontrados em alguns documentos. O Decreto de Coptos G, de Pepi II, menciona a doação de três arouras de terra ao nomo de Coptos para compor as já trinta arouras pertencentes ao *pr-shen* do templo de Min na região e, assim, prover as oferendas diárias realizadas ao deus no santuário. Quanto à distribuição das terras, o decreto menciona que deveriam ser feitas “em conjunto com os chefes, governantes das cidades, e dos tribunais dos campos”³¹¹, mostrando a importância dos chefes e entidades locais na organização da paisagem rural e das atividades nela realizadas.

³¹¹ TPA, p. 114. Dentre os tribunais mais conhecidos nos campos é possível mencionar o Conselho de Aldeões conhecido como *d3d3t*.

“Efetivamente, o que é um acontecimento senão aquilo que é preciso supor para que a organização dos documentos seja possível? Ele é o meio pelo qual se passa da desordem à ordem. Ele não explica, permite uma inteligibilidade. É o postulado e o ponto de partida – mas também o ponto cego – da compreensão. “Deve ter acontecido alguma coisa”, aí, diante das constatações que possibilitam construir séries de fatos ou transitar de uma regularidade para outra”.

(Michel de Certeau)

3 A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL ATRAVÉS DAS AUTOBIOGRAFIAS: ARTICULAÇÕES ENTRE ESTADO E PROVÍNCIAS.

Um dos elementos centrais a ser analisado nesta tese – e neste capítulo, em particular – é como o exercício de funções dentro do quadro institucional do Estado constituía importante fonte de poder para as elites provinciais durante o Reino Antigo, através das quais organizavam e reproduziam boa parte de suas relações e representações sociais. Buscar-se-á avaliar, também, de que maneira a incorporação dessas elites em funções estatais era importante estratégia para o fortalecimento do próprio Estado, demonstrando estarem essas duas esferas organicamente articuladas. Outras lógicas de organização social, como o parentesco e o patronato, também serão levadas em consideração neste capítulo por constituírem importantes lógicas de organização social submetidas à lógica do Estado.

Da mesma forma, através da análise da documentação (autobiografias e decretos régios) procurar-se-á compreender elementos que nos auxiliem a desvelar, tanto quanto possível, como se dava a atuação do Estado nas províncias e de que forma a administração estatal se articulava nessas regiões tendo em vista a

expansão da sua centralidade. Para tanto, realizamos uma seleção de autobiografias dentre o conjunto existente no Reino Antigo, optando por aquelas que julgamos oferecer as informações mais relevantes para que pudéssemos levar a cabo o estudo proposto. As autobiografias serão aqui agrupadas regionalmente, a fim de que possamos, tanto quanto possível, destacar as particularidades percebidas em cada província, o que nos auxilia na comprovação da teoria de que o sistema administrativo egípcio não era monolítico e não funcionava igualmente para todas as regiões, já que a maior ou menor presença do Estado estava condicionada à relevância estratégica e econômica de cada um dos nomos.

Para este estudo deve-se levar em consideração, portanto, aquilo que aponta Nely Arrais quando menciona a distinção, existente no Egito, entre administração central e administração regional:

A separação destes níveis não é sempre clara, mesmo porque uma das características dos cargos funcionais no Egito faraônico foi a grande mobilidade horizontal, ou seja, os funcionários não eram especializados como na administração moderna, podendo exercer diversas funções dentro dos quadros administrativos, fosse no nível central, fosse no nível regional. Outrossim, a administração regional e a central apresentam características próprias dependendo do período em questão: em períodos de centralização, algumas atribuições dos poderes regionais poderiam ser limitadas e dirigidas pela administração central ocorrendo uma inversão em caso de fraqueza do poder central, i.e., uma ampliação da influência dos chefes locais até as esferas mais altas do governo³¹².

Antes de nos dedicarmos à análise do conteúdo das autobiografias, apresentaremos algumas discussões teóricas a respeito da administração provincial no Egito do Reino Antigo, as quais julgamos essenciais para uma melhor compreensão dos elementos que serão destacados no estudo das fontes.

³¹² ARRAIS, Nely Feitoza. O nomo e o controle administrativo no Antigo Egito. In.: CARDOSO, Ciro; OLIVEIRA, Haydée (orgs.). *Tempo e espaço no Antigo Egito*. Niterói: PPGH-UFF, 2011. p. 15.

3.1 OS NOMOS: UNIDADES TERRITORIAIS OU ADMINISTRATIVAS?

Como o tema desta tese toca diretamente a relação entre poder central e poderes locais no Egito, não é possível avançar sem compreender melhor uma das unidades básicas da administração egípcia no âmbito local: o nomo.

O termo “nomo” vem da terminologia adotada durante o período ptolomaico para se referir ao que, em egípcio, era denominado de *spjt*, também traduzido genericamente como “província”³¹³. Os nomos eram controlados por chefes locais provenientes de famílias importantes de cada uma destas regiões os quais, cada vez mais, passam a ser incorporados no quadro da administração estatal. O auge do desenvolvimento das províncias, durante o Reino Antigo, acontece na VIª dinastia, quando aparecem os primeiros nomarcas, ou seja, funcionários do Estado responsáveis pelo controle individual de alguns nomos, que passam a dominar os registros monumentais e epigráficos nas províncias. Por isso, esses personagens obscurecem, muitas vezes, a existência de outras autoridades locais, fundamentais para a organização e equilíbrio do Estado mas sobre as quais quase nada sabemos por serem parcíssimos os registros que as mencionam.

Uma das mais completas listas de nomos de que temos notícia é a encontrada na Capela Branca do faraó Senusret I, da XIIª dinastia³¹⁴. Nela, são apontados vinte e dois nomos no Alto Egito e que, apesar de serem de um período posterior ao Reino Antigo, são compatíveis com as referências encontradas para esta época³¹⁵. Para o Baixo Egito não há nenhuma lista completa de nomos a não ser no período greco-romano, onde se menciona a existência de vinte na região do Delta. Não é possível afirmar, contudo, que essa realidade tenha sido a mesma do Reino Antigo.

Dentre os nomos do Alto Egito que analisaremos nesta tese, nem todos foram escavados e, por isso, não possuímos muitas informações sobre eles, especialmente para o contexto que nos interessa, que é o fim do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário. Os nomos mais bem documentados na época em

³¹³ Os nomos são, frequentemente, associados às províncias egípcias. Mais adiante, contudo, iremos problematizar essa associação. O emblema de cada nomo era associado aos mais importantes deuses locais como podemos verificar, por exemplo, no símbolo do quinto nomo, que representa o

deus tutelar de Coptos, o duplo-falcão .

³¹⁴ Cf. LACAU, Pierre; CHEVRIER, Henri. *Une chapelle de Sesóstris Ier à Karnak*. Cairo : IFAO, 1956.

³¹⁵ Ver, por exemplo, o Decreto de Coptos I, da Vª dinastia. TPA, p. 117.

que estudamos são: Assuã e Elefantina (primeiro); Edfu (segundo); Coptos (quinto); Dendera (sexto); Abidos (oitavo); Asiut (décimo-terceiro); Deir el-Bersha (décimo-quinto) e Beni Hassan (décimo-sexto). Além disso, a administração regional no Egito não era uniforme em todo o território, o que significa que nem todas as localidades eram articuladas em torno de autoridades provinciais. Outras autoridades locais, como os chefes das cidades (*ḥkꜣ nwt*), também eram bastante proeminentes e aparecem como autoridades máximas em determinadas regiões, situação mais acentuada entre o Primeiro Período Intermediário e Reino Médio, especialmente na porção mais meridional do território.

A tabela a seguir mostra os nomes dos nomos do Alto Egito, indicando as principais cidades de cada um, cuja localização geográfica é apontada no mapa que também se encontra a seguir:

Tabela 2. Nomos do Alto Egito segundo o Decreto I de Coptos.

Número (segundo referência moderna)	Nome em egípcio antigo	Principais cidades	Outros nomes pelos quais são conhecidos
1	Ta-sety	Assuã/Elefantina	
2	Wetjezet-Hor	Edfu	
3	Nekhen	El- Kab/Hieracômpolis	
4	Waset	Luxor	
5	Gebtiu	Qift (Coptos)	
6	Iqer	Qena/Dendera	Nomo Coptita
7	Bat	Hu	
8	Ta-wer	Girga/Abidos	Nomo Tinita
9	Khenty-minu	Akhmin/Sohag	
10	Wadjet		
11	Incerto		
12	Iafet	Deir el-Gebrawi	
13	Nedjfet khentyt	Assiut	
14	Nedjfet pehtyt	El-Qusiya/Meir	
15	Wenet	Deir el-Bersha/ Hatnub	Nomo Hare
16	Mahedj	Zawiyet el-Meitin/ Beni Hassan/Tehna	Nomo da Gazela
17	Input		
18	Anty	Kom-el-Ahmar	
19	Wabwy	Oxirrínco	
20	Naret khentyt	Beni Suef/ Sedment	
21	Naret pehtyt	Meidum/Atfih	
22	Medjenit	Lisht

Mapa 1 – Nomos do Alto Egito

Mapa 2- Nomos do Baixo Egito³¹⁶

³¹⁶ Os mapas 1 e 2 foram retirados de BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. *O mundo egípcio*. Deuses, templos e faraós. Madrid: Dal Prado, 1996.

Muito se discute a respeito da associação entre nomos e províncias. Para Harco Willems, os nomos representavam, meramente, um espaço geográfico circunscrito, existentes no Egito desde a época pré-dinástica como modo de organização das comunidades locais. Já as províncias podem ou não coincidir com os nomos de outrora – o que as distingue destes é o fato de que aquelas são subdivisões regionais dirigidas por um governador, o que significa formalização da presença da administração palatina³¹⁷. Por esse motivo, Harco Willems defende que nem todos os nomos eram nós regionais administrativos, já que muitos deles aparecem como meras referências topográficas e não se encontram evidências de sua integração formal a um sistema administrativo ligado ao palácio. Essa informação nos ajuda a compreender o caráter fragmentado da administração egípcia que, longe de ser indivisa, apresentava diversas particularidades e atuava de formas bastante diversas ao longo do território. Qualquer interpretação generalizante, portanto, deve ser motivo de cautela tendo em vista as inúmeras matizes que abrangem a materialidade dessas relações.

Partindo dessas considerações é possível esboçar uma tentativa de precisar o surgimento dos primeiros nomos enquanto entidades administrativas, ou seja, como parte de uma rede institucional que os ligava à administração central. Essa datação é alvo de inúmeras controvérsias e bastante difícil de ser realizada. Como unidades territoriais, é possível que já existissem desde o Período Tinita, segundo interpretação de Dominique Valbelle³¹⁸. Feitosa, por sua vez, sugere que “a divisão da terra do Egito em regiões administrativas pode ser constatada já no pré-dinástico”³¹⁹, interpretação que também aparece em Sethe, para o qual os nomos eram unidades políticas autônomas já no período pré-dinástico, que teriam sido absorvidas pelo Estado faraônico quando de sua unificação³²⁰.

Uma posição diferente desta é aquela oferecida por Helck, para o qual os nomos só surgem como entidades políticas, e não apenas regionais, no reinado do faraó Djoser (III^a dinastia), em virtude da necessidade de arregimentar recursos e

³¹⁷ WILLEMS, op. cit (2008), *passim*.

³¹⁸ VALBELLE, Dominique. *Histoire de l'État pharaonique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

³¹⁹ ARRAIS, op. cit., p. 14.

³²⁰ SETHE, K. *Urgeschichte und älteste Religion*. Leipzig, 1930.

mão-de-obra em larga escala para a realização das primeiras grandes obras públicas³²¹. De acordo com Willems,

O que torna difícil a compreensão do sistema administrativo de épocas tão recuadas é a falta de textos explicativos. Sem dúvida, as diferentes regiões eram dirigidas por chefes locais, mas não é certo que estes personagens estivessem já integrados naquilo que B. Kemp chamou de cultura formal, também conhecida como cultura oficial, a qual se serve da escrita hieroglífica e de uma cultura material tipicamente faraônica³²².

A interpretação de Helck parece ser a mais plausível tendo em vista a documentação disponível. Uma prova da formalização, já no reinado de Djoser, de um sistema administrativo englobando alguns nomos egípcios pode ser atestada em fragmentos de vasos de cerâmica encontrados nas galerias da pirâmide desse faraó³²³. Neles aparecem alguns títulos, como o de *ḥkꜣ spꜣt* (governador do nomo) e *sšm-tꜣ* (algo como “líder da terra”), associados ao décimo sexto nomo do Alto Egito, indicando a existência de um interesse formal por parte da Coroa nessa região³²⁴. Para Barta, apesar de atestarmos a existência de um *ḥkꜣ* na parte mais setentrional do Alto Egito e isso significar uma presença estatal, “não é possível precisar a que sistema administrativo ele se refere e nem seu alcance nos potentados rurais”³²⁵. Willems afirma que o *ḥkꜣ spꜣt* (governador do nomo) era um funcionário dedicado ao templo local de culto ao rei, exercendo domínio também sobre algumas vilas e que

³²¹ HELCK, W. *Untersuchungen zu den Beamtentiteln des ägyptischen Alten Reiches*. Hamburg, 1954.

³²² WILLEMS, Harco. *Les Textes des Sarcophages et la Démocratie*. Éléments d'une histoire culturelle du Moyen Empire Égyptien. Paris: Cybelle, 2008. P. 16.

³²³ A interpretação mais provável é que essa cena represente a submissão dos nomos ao poder do faraó. Cada nomo vem acompanhado de uma identificação geográfica, acompanhados do hieróglifo

, que indica « distrito ».

³²⁴ Antes da IIIª dinastia os líderes locais eram identificados pelo título de *ḥsty-ꜣ* (“prefeito”), que mais tarde se torna uma titulação honorífica. Poucos são os registros sobrevivente para o Baixo Egito, tendo em vista as próprias condições climáticas e geográficas desse território (terreno pantanoso e grande umidade do ar), que contribuem para uma rápida decomposição de possíveis registros. Para o caso da IIIª dinastia, tem-se o título *ꜣꜥ-mr* (“responsável pela terra”) associado à região do Delta, cujas províncias – em razão de sua maior proximidade com Mênfis – estavam mais integradas à administração central se comparadas com o Vale. Essa titulação é atestada na autobiografia de Metjen, que veremos a seguir, o qual também era sacerdote do templo de Letopolis, igualmente localizado no Baixo Egito.

³²⁵ BARTA. Laure Pantalacci, seguindo as considerações de Valloggia e Martin-Pardey, aponta que a « raiz *ḥkꜣ* parece particularmente apta a descrever o exercício de poder não régio, mas delegado ou reconhecido pelo rei em um território preciso fora da capital » (PANTALACCI, Laure. Pouvoir central, pouvoirs locaux en Égypte à la fin de l'Ancien Empire: le cas du gouvernorat de Balat. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan. n. 24. 2000, p. 59).

essa função é bastante diferente das atribuições dos nomarcas da VI^a dinastia, os quais eram responsáveis pela administração de um só nomo. O *hḳꜣ spꜣt*, portanto, seria responsável por algumas atividades específicas, especialmente de cunho religioso, e pelo controle administrativo de apenas alguns distritos pertencentes ao nomo.

Além dos títulos de *hḳꜣ* e *sšm-tꜣ* que aparecem ligados ao contexto provincial, há também menção, na III^a dinastia, ao controle das áreas desérticas, cuja responsabilidade era atribuída ao *ꜣd-mr (n) zmꜣt* (“administrador das áreas desérticas”). A respeito desses territórios, Ciro Cardoso comenta:

Os próprios egípcios percebiam seu país dividido em dois espaços: o Egito propriamente dito, por sua vez duplo (Alto e Baixo Egito), ou “terra negra”; e a “terra vermelha”, ou deserto. Poderíamos dizer que a oposição “terra negra/terra vermelha” distingue o espaço permanentemente ocupado pelos egípcios – coberto por seus campos e cidades – e o espaço esporadicamente ocupado por meio de campanhas militares punitivas contra as tribos do deserto, e de expedições que demandavam as pedreiras e minas situadas no deserto e no Sinai, ou os portos do mar Vermelho: com efeito, eram muito raros os assentamentos egípcios permanentes em tais regiões, havendo de ordinário somente os acampamentos temporários³²⁶.

O conhecimento a respeito de um sistema administrativo ligando os nomos à Mênfis durante a III^a dinastia provém especialmente das inscrições encontradas na tumba de Metjen, funcionário estatal enterrado em Saqqara e responsável por vastos territórios no Delta e na região do Fayum³²⁷. A carreira de Metjen nos permite encontrar elementos que apontam para um caráter ainda bastante incipiente da administração egípcia nas províncias mais longínquas, muito embora já seja possível atestar a expansão do interesse do Estado em algumas dessas regiões.

A julgar pelas titulaturas com as quais Metjen foi investido, vemos se tratar de um funcionário responsável por ao menos quatro nomos no Alto Egito (do terceiro ao sexto) indicando que, nesse momento, ainda não é possível atestar a presença de nomarcas responsáveis cada qual por um só nomo, nem da formalização destes

³²⁶ CARDOSO, *op. cit.* (2005), p. 22.

³²⁷ A autobiografia de Metjen é a mais antiga da qual se tem conhecimento. Uma tradução pode ser encontrada em TPA, p. 192.

enquanto unidades administrativas³²⁸. Metjen recebe o título de *hꜥꜣ spꜣt* e, provavelmente, substituiu algumas autoridades locais responsáveis pelos distritos (*pr*) no controle de uma extensa região, como se observa através do trecho em que Metjen diz: “fui promovido para governar o *pr-dsw* e todos os distritos sob seu controle”³²⁹. A partir dessa informação pode-se pensar que se apropriar de algumas lógicas de dominação já existentes no âmbito local era uma das estratégias usadas pelo Estado para fortalecer o seu domínio e expandir a sua centralidade. Essa apropriação deveria perpassar mecanismos de consenso e coerção, com os quais o Estado garantia o direito de explorar e expropriar a população. Por isso mesmo, é de se supor que, ao transplantar certos mecanismos de controle do nível local para a dominação institucional, tenham existido acordos com famílias importantes dessas localidades com o intuito de obter o seu apoio e, dessa forma, garantir maior penetração do Estado e otimizar a exploração de recursos econômicos.

As responsabilidades exercidas por Metjen eram bastante diversificadas: supervisionava atividades realizadas nos templos, possuía atribuições militares, atuava como juiz, era responsável pelo Tesouro, dentre diversas outras funções mencionadas nas inscrições. Metjen era responsável pela organização de atividades produtivas no meio rural, o que implicava, igualmente, no controle de trabalhadores e da organização social da região, cujos proventos passavam a ser revertidos ao Estado. Tais trabalhadores eram recrutados pelos chefes de aldeia, que exerciam papel importantíssimo como intermediários entre o Estado e as comunidades rurais, mas sobre os quais pouco ou nada sabemos³³⁰. Isso reforça a hipótese de que a presença do Estado nas províncias não era realizada sem a anuência de alguns

³²⁸ A definição de *nomos*, conforme usaremos aqui, será a de Willems, para o qual o *nomos* é « uma subdivisão regional dirigida por um governador ».

³²⁹ TPA, p. 192.

³³⁰ Grupos importantes para o funcionamento do Estado mas que não aparecem nas fontes, a não ser em algumas citações ocasionais ou através da arqueologia, cercados de alguns bens de prestígio, são chamados por Moreno Garcia de « setores invisíveis ». Para o egiptólogo a quase ausência de menções a esses grupos se deve a dois fatores: a não possuírem o mesmo acesso que os *nomarcas* a símbolos distintivos de prestígio e, também, porque os registros produzidos pelas elites locais nos mostram a visão de mundo de uma classe dominante cuja referência era o modo de vida palatino, bastante diverso das práticas sociais e culturais dominantes no meio rural as quais, por isso mesmo, dificilmente seriam transmitidas nos textos oficiais (MORENO GARCIA, Juan Carlos. Élités provinciales, transformations sociales et idéologie. In.: PANTALACCI, Laure; BERGER-EL-NAGGAR, Catherine (eds.). *Des Néferkarê aux Montouhotep. Travaux archéologiques en cours sur la fin de la VI^e dynastie et la Première Période Intermédiaire. Actes du Colloque CNRS*, Lyon, 5-7 julho, 2001. p. 216).

grupos locais importantes, sem os quais teria sido impossível garantir a supremacia do rei, representante das elites menfitas, frente às comunidades provinciais.

O apoio de importantes famílias locais era garantido através da concessão de alguns benefícios, conforme veremos de forma mais pormenorizada quando da análise das autobiografias. Boa parte do poder dessas famílias advinha do exercício de funções nos templos locais e também nos centros cultuais régios, chamados de capelas do *ka*. Como demonstram os decretos de Coptos, esses templos eram agraciados com uma série de isenções, como se vê no excerto a seguir:

Minha Majestade (ainda) não permitiu que nenhuma pessoa do templo de Min em Coptos, no nomo de Coptos, realize algum carregamento ou escavação (ou) algum dever em trabalho que são realizados nesse Alto Egito³³¹.

Tais isenções podem ser interpretadas como instrumentos destinados a garantir o apoio dessas elites as quais, por sua vez, fortaleciam a sua hegemonia perante outros grupos locais através do constituição de redes de clientelismo, acesso a diversos tipos de riqueza e, também, proximidade com a Corte.

Ainda em análise às inscrições de Metjen, um outro título portado por esse funcionário é o de *hk3-hwt*. A menção aos *hwt*, unidades rurais controladas pelo Estado e que serão alvo de discussão no quarto capítulo desta tese, é um elemento que nos ajuda a compreender a expansão da administração estatal em direção às províncias. Representações de procissões na pirâmide do rei Snefru, da IV^a dinastia, permitem-nos observar a existência de ao menos dois sistemas principais de domínio régio nas comunidades locais: a província e o *hwt*³³². A primeira, como já elaborado, trata-se de uma estrutura existente acima do nível das aldeias e das cidades, cujo objetivo era assegurar o controle efetivo do país e a transmissão das ordens do palácio a todos os rincões do Egito³³³. O segundo sistema consistia na instalação de domínios agrícolas, pelo Estado, nas províncias. Dessa forma, buscava-se garantir o controle efetivo do espaço e da circulação de pessoas e

³³¹ Decreto de Coptos B. TPA.

³³² Cf. FAKHRY, Ahmed. *The Monuments of Sneferu at Dahshur*. v. 1 e 2. Cairo: General Organization for Government, 1959, 1961.

³³³ A lista de Snefru é a primeira em que os nomos aparecem integrados à totalidade do país.

mercadorias. A existência desses domínios pressupõe, igualmente, a presença de funcionários representantes da monarquia que estivessem nas províncias de forma mais permanente que Metjen, mas que não aparecem nas fontes em virtude da informalidade dos laços que os uniam à capital³³⁴.

Além da autobiografia de Metjen, o desenvolvimento da integração entre a capital e os potentados rurais pode ser verificada em cemitérios locais da III^a e IV^a dinastias (os quais, mais tarde, viraram cemitérios nomarcais), decoradas em estilo menfita³³⁵. É o caso da tumba de El-Gebelein onde foi encontrada uma caixa contendo um dos mais importantes arquivos administrativos do Reino Antigo. Nela, encontra-se um tipo de decoração associada a elementos régios, a “fachada de palácio”³³⁶. A presença desse estilo arquitetônico, considerado canônico, é indício de que alguns indivíduos, membros de grupos locais, estavam cooptados numa rede administrativa institucional e, portanto, integrados à “cultura formal”. Há poucas informações a respeito dos proprietários dessas tumbas, pois a maioria não contém registros escritos e suas identidades permanecem desconhecidas, mas a sua existência indica elos importantes entre essas regiões e Mênfis.

As inúmeras divergências que aparecem em relação ao surgimento dos nomos vêm, em grande parte, da falta de consenso a respeito daquilo que se entende pelos próprios termos *nomos* e *província*, conforme apontado. Por isso, preferimos ficar com a definição de Harco Willems para o qual as províncias são “uma subdivisão regional dirigida por um governador” o que não acontece, portanto, na III^a dinastia. A existência da subdivisão característica das províncias só pode, segundo Willems, ser atestada quando da criação da função de “grande chefe do nomo” (*ḥr.y-tp ʿ3 n sp3t*), em cuja titulatura aparece, pela primeira vez, o determinativo , o qual vincula o administrador a uma região específica³³⁷. Essa titulatura é uma novidade introduzida apenas na VI^a dinastia e modifica a forma como Mênfis controlava o território egípcio e assegurava seu domínio. Até então,

³³⁴ Ainda na IV^a dinastia atesta-se, pela primeira vez, o título de “líder da terra dos nomos do Alto Egito” (*sšm-t3 sp3wt šm*), e o termo Alto Egito aparece de forma explícita nessa titulatura.

³³⁵ Uma síntese a respeito dessas tumbas, sua localização e seus proprietários pode ser encontrada em WILLEMS, *op. cit.*, pp. 16-18.

³³⁶ MAROCHETTI, Elisa Fiore. Gebelein. In.: WENDRICH, Willeke (ed.). *Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles : UCLA, 2013.

³³⁷ Esta é a mesma opinião encontrada em BAER, *op. cit.* p. 281.

vigia o modelo de “governo expedicionário”, que pode ser entendido da forma como expõe Eyre:

O Reino Antigo parece caracterizado por uma corte central influente, com uma penetração administrativa das províncias relativamente fraca, fundada sob o controle de centros geográficos chaves como Assuã, Coptos, Abidos, no extremo sul, ou Buto no Delta, e uma forma de governo essencialmente expedicionária: controle provincial por intermédio de representantes³³⁸.

A partir do surgimento do *hr.y-tp ꜥ n spꜣt*, ou seja, de um nomarca, indivíduos nomeados diretamente pelo rei passam a ser instalados permanentemente nas províncias com o objetivo de garantir, *in loco*, o cumprimento das ordens régias. Embora suas funções sejam difíceis de precisar, podemos enumerar, de maneira geral, as seguintes: gestão da agricultura e seu corolário, as receitas fiscais; organização da mão-de-obra para a corveia para trabalhos majoritariamente agrícolas e atribuições jurídicas.

Apesar da existência de nomarcas responsáveis por nomos específicos ser vista como uma regra válida em todo o território egípcio durante a VIª dinastia, um olhar mais cuidadoso percebe a existência de outros arranjos no tocante à administração regional. Em Deir el-Gebrawi (décimo-segundo nomo do Alto Egito), por exemplo, foi atestada a presença de um nomarca para dois nomos durante o reinado de Pepi II, um dos últimos governantes da VIª dinastia³³⁹. Na região de Assuã, por sua vez, não se encontra nenhum indivíduo que porte o título de *hr.y-tp ꜥ n spꜣt*, muito embora diversas tumbas nos permitam supor que seus donos gozavam do mesmo *status* que um nomarca³⁴⁰. Tudo isso serve como evidência para derrubar a tese de que administração egípcia funcionava segundo rígidos princípios organizacionais e nos apontam para a necessidade de um olhar mais regionalizado sobre a atuação institucional do Estado ao longo desse território.

³³⁸ EYRE, Christopher. Pouvoir central et pouvoir locaux: problèmes historiographiques et méthodologiques. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan. n. 24. 2000. p. 31. A noção de « governo expedicionário » é a mesma que Bernadette Menu chama de “*administration démultipliée*” (cf. MENU, Bernadette. *La mise en place des structures étatiques dans l'Égypte du IVe millénaire*. BIFAO 103, Cairo, 2003, pp. 307-327).

³³⁹ Cf. KANAWATI, Naguib. Deir el-Gebrawi. The northern cliff. Vol. 1. *ACE Reports* 23, outubro de 2005.

³⁴⁰ A mais importante necrópole da região é a de Qubbet el Hawa, encontrada pela equipe de Elmar Edel na década de 60.

Essa dissemelhança fica ainda mais clara se analisarmos o caso das províncias do Baixo e do Alto Egito. Embora não tenhamos muitos registros acerca das primeiras, as titulaturas existentes nos demonstram grandes diferenças com relação à administração do Alto Egito. Uma lista elaborada por Louise Cooper a partir do *Lexikon der Ägyptologie* nos ajuda a identificar as titulaturas mais comuns portadas por líderes locais ao longo do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário:

Tabela 3. Titulaturas mais comuns pertencentes a chefes locais no Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário feita por Louise Cooper³⁴¹.

DINASTIA	ALTO EGITO	BAIXO EGITO
III ^a	<i>hk3</i> <i>sšm-t3</i>	
IV ^a	<i>hk3 sp3t</i> <i>sšm-t3</i> <i>imy-r wpwt</i>	<i>gd-mr</i> <i>hk3 hwt – 3</i>
V ^a	<i>sšm-t3</i> <i>imy-r wpwt</i> <i>hk3 hwt</i> <i>imy-r nswt</i> <i>rh-nswt</i> <i>imy-r mnww</i> <i>imy-r n3wwt m3wt</i>	<i>hk3 hwt-3</i> <i>imy-r</i>
VI-VIII ^a	Mesmas da dinastia V, mais: <i>hry-tp 3 n h</i> <i>hry-tp 3 n sp3t</i> <i>hry-tp 3 + imy-r hm(w)-</i> <i>ntr</i>	<i>imy-r</i>

³⁴¹ Cf. COOPER, Louise. *hry-tp 3 n sp3t (great overlord of the nome)*: the office of nomarch during the First Intermediate Period. Dissertação de Mestrado. Universidade de Mênfis, Pensilvânia, 2009. pp. 35-36. A tabela foi elaborada a partir de FISCHER, Henry. Gaufürst. In. : HELCK, Wolfgang ; OTTO, Eberhard. *Lexikon der Ägyptologie*. Wiesbaden : Harrassowitz, 1977. pp. 408-417.

IX ^a	<p><i>hry-tp ʕ</i></p> <p><i>hry-tp ʕ + imy-r hm(w)-</i></p> <p><i>ntr</i></p>
X-XI ^a	<p><i>hry-tp ʕ</i></p> <p><i>hry-tp ʕ + imy-r hm(w)-</i></p> <p><i>ntr</i></p> <p><i>iry-pt</i></p> <p><i>h3ti-ε</i></p>

A tabela demonstra que o norte e o sul eram administrados de formas diversas no Egito Antigo. Segundo Toby Wilkinson, os encarregados da administração provincial no Alto Egito portavam títulos mais distintivos. Essa diferença em relação ao Baixo Egito pode ser devida à proximidade desta região com Mênfis, que provavelmente controlaria de forma mais direta os nomos e províncias do Delta³⁴².

3.2 A ORGANIZAÇÃO DAS PROVÍNCIAS DURANTE A V^a DINASTIA

Para a primeira metade da V^a dinastia, as autobiografias de Nefernesut e Nefermaat nos ajudam a compreender melhor as responsabilidades relativas às províncias do Alto Egito e representam um momento de transição em que os governantes das províncias deixam de ocupar vários nomos e passam a ficar responsáveis por apenas um³⁴³. Pai e filho, Nefernesut e Nefermaat estavam ligados ao nomo de Abidos. Enquanto, contudo, Nefernesut aparece como responsável por cerca de três nomos (dentre os quais o décimo e o oitavo), Nefermaat, seu sucessor, tem sua atuação restrita ao nomo de Abidos³⁴⁴. Seus enterramentos, contudo, ainda foram realizados em necrópoles menfitas (o primeiro em Gizé e o segundo em Dashur), indicando que o controle das províncias era ainda, de certa forma,

³⁴² WILKINSON, Toby. *Early Dynastic Egypt*. Londres: Routledge, 1999. p. 140.

³⁴³ FISCHER, Henry. Four provincial administrators at the memphite cemeteries. *Journal of the American Oriental Society* 74. New Haven, 1954. pp. 26-27.

³⁴⁴ Nefermaat não é associado, contudo, ao título de nomarca, que só surge na dinastia posterior.

realizado por representantes da administração central³⁴⁵. A ligação desses dois indivíduos com a capital torna-se ainda mais clara quando percebemos que ambos eram sacerdotes (*hm-ntr*) que atuavam no culto funerário do faraó Quefren.

Os reinados de Neferikara e Djekara marcam uma transição no tocante à administração provincial, pois neles podemos encontrar a existência dos primeiros grandes cemitérios provinciais: Akhmin e Hargasa, no nomo de número nove. Em Akhmin há o registro da tumba de um vizir³⁴⁶, o que é indício de uma maior representação do governo central nas províncias do sul. Para a Vª dinastia, foram encontrados também outros cemitérios provinciais localizados no décimo³⁴⁷, décimo-quinto³⁴⁸ e vigésimo³⁴⁹ nomos egípcios, nos quais representantes de altos cargos foram enterrados.

Um estudo de Kanawati, que se baseia em boa parte nas condições geográficas atuais do Alto Egito (que, para ele, diferente do Delta, não se alteraram de forma significativa ao longo dos milênios que separam o Egito de hoje do período faraônico), associa a pobreza das tumbas dos nomos mais ao sul, como Edfu, à pouca produtividade das terras na região. Sua conclusão, apresentada na forma de dois gráficos, indica que as áreas mais produtivas do Alto Egito concentram-se acima do nono nomo e se estendem até o vigésimo. Abaixo destes estariam as terras menos produtivas, justamente onde se encontram os cemitérios mais pobres.

³⁴⁵ Uma supervisão constante das províncias, nesse período, parece improvável dadas as condições de deslocamento dentro do Egito, feita pela via da navegação, e ao fato de muitas regiões serem de difícil acesso. Tendo em isso em vista, parece mais razoável pensar em termos de um controle sazonal por parte da administração central.

³⁴⁶ Trata-se do vizir Herwy. Cf. KANAWATI, Naguib. *Governmental Reforms in Old Kingdom Egypt*. Warminster : Aris & Phillips, 1980.

³⁴⁷ Trata-se do cemitério de El-Hammamiya, onde foram enterrados importantes funcionários durante a Vª dinastia. Não há registros, contudo, de enterramentos na região em dinastias posteriores. Kanawati sugere que o cemitério tenha sido transferido para outra localidade em virtude do calcário de baixa qualidade existente na região, que acabava prejudicando a decoração das tumbas. (EL-KHOULI, A.; KANAWATI, Naguib. *The Old Kingdom Tombs of El-Hammamiya*. *ACE Report 2*, Sidney, 1990).

³⁴⁸ Durante o Reino Antigo os nomarcas do nomo Hare foram enterrados no cemitério de Sheik Said. Há registros, ainda na VIª dinastia, de enterramentos em Deir el-Bersha, que se tornou bastante popular no Reino Médio. Sobre o uso do cemitério de Deir el-Bersha no Reino Antigo, cf. DE MEYER, Marleen. *The tomb of Henu at Deir el-Barsha*. *The Bulletin of the Egypt Exploration Society* 31, 2007, pp. 20–24.

³⁴⁹ Necrópole de Deshasha. Pouco se sabe a respeito do vigésimo nomo durante o Reino Antigo, do qual saiu uma das dinastias mais importantes do Primeiro Período Intermediário, a heracleopolitana. Um dos poucos textos encontrados é o de Inti, em cuja tumba encontra-se a cena mais antiga de que se tem notícia mostrando uma batalha entre os egípcios e asiáticos, datada do final da Vª dinastia ou início da VIª (cf. TPA, p. 371).

Para Kanawati, Akhmin era a região mais produtiva enquanto Elefantina era uma das menos cultiváveis.

Figura 1 - Estudo de Kanawati mostrando o potencial produtivo das terras nos nove primeiros nomos do Alto Egito durante o Reino Antigo. A classe 1 se refere às terras mais produtivas e a classe 5 às terras menos produtivas.

Figura 2 – Estudo de Kanawati mostrando o potencial produtivo das terras do décimo ao vigésimo-segundo nomos do Alto Egito durante o Reino Antigo.

Como prova do interesse do Estado nessas localidades podemos mencionar os registros que mencionam a construção de capelas do *ka* nessas regiões, como atesta a autobiografia de Iy, de Akhmin: “eu nunca peguei nenhum grão que estava sob minha responsabilidade a não ser para os pagamentos relativos aos trabalhos da capela do *ka* de Pepi, que está em Akhmin”³⁵⁰. Além da menção a uma capela do *ka* podemos inferir pela importância dessa região no fornecimento de grãos, oriundos provavelmente do pagamento de tributos, o que corrobora a hipótese de Kanawati de que esse nomo era dotado de grande capacidade de produção e, também, uma importante base local da administração central³⁵¹. A grande prosperidade dos funcionários dessa região pode ser verificada através da descrição de Qereri, também de Akhmin, que comenta sobre o tamanho de sua propriedade, cujo terreno era repleto de sicômoros e no qual teria mandado construir um tanque.

A presença de tumbas e de funcionários com títulos ligados ao rei demonstra os elos estabelecidos entre os mencionados nomos e os grupos menfitas. A presença de um vizir fixado no nomo de Akhmin indica que essa região era um centro importante de onde a administração central exercia seu controle nos territórios daquele entorno³⁵². Tendo em vista ser o Egito um país que dependia da agricultura, tanto o estudo de Kanawati quanto a constatação da formalização da presença do Estado tornam-se, em conjunto, extremamente valiosas. O que esses dados demonstram é o interesse do Estado em assegurar o controle de recursos produtivos, assim como da força de trabalho, essenciais para os trabalhos agrícolas e para a construção das grandes obras públicas. Sennedjem Ibi, um dos vizires do reinado de Djekara, estava inclusive envolvido em atividades de construção na região, conforme visto no capítulo anterior na seção em que mencionamos os “supervisores dos trabalhos do rei”. Nota-se, por isso, uma presença maior de instituições estatais em certos nomos em detrimento de outros, justamente porque o

³⁵⁰ TPA, p. 360.

³⁵¹ Esse trecho também dá a entender que a prática desvio de grãos (tributos) era algo a ser combatido no Egito, o que nos ajuda a desfazer a imagem de administradores impecáveis que seguiam à risca as ordens emanadas pelo faraó em virtude de medo e respeito a sua condição de divindade.

³⁵² Em Akhmin nota-se a existência de uma família que monopolizou o ofício de nomarca da VIª dinastia ao começo do Primeiro Período Intermediário. Trata-se da família de Tjeti Kai-Hep, enterrado na necrópole de El-Hawawish (Cf. KANAWATI, Naguib. *The Rock Tombs of El-Hawawish. The Cemetery of Akhmin*. V. III. Sidney : The Ancient History Documentary Research Centre, 1988).

interesse era maior nas regiões que oferecessem algum tipo de vantagem política ou econômica.

Com relação aos enterramentos de importantes funcionários nas províncias, os quais passam a ocorrer a partir da V^a dinastia, é possível dizer que vêm, desde muito, sendo encarados como sintoma do enfraquecimento do poder central e da crescente autonomia adquirida pelas elites locais. A suposição de que o governo central encontrava-se fragilizado, nesse momento, a ponto de não conseguir frear a atuação de alguns indivíduos particulares, cujo poder se reflete da magnitude de suas tumbas, diverge bastante dos elementos encontrados na documentação referente à essa dinastia. Parece mais provável que esses enterramentos indiquem, na realidade, um descentramento da administração como estratégia suportada pelo próprio governo central para ampliar a presença do Estado em regiões onde o controle se dava de maneira anteriormente fluida, fortalecendo-o em vez de fragilizá-lo. Paradoxalmente, é possível afirmar que era através da descentralização que o Estado aumentava a sua própria centralidade.

Nota-se, nesse sentido, uma lenta difusão de elementos da cultura palatina no âmbito provincial, como é possível observar, de forma mais clara, nos sarcófagos pertencentes a alguns nomarcas do final do Reino Antigo, Primeiro Período Intermediário e Reino Médio. Nota-se, nesse momento, que encantamentos outrora utilizados pelos reis em suas pirâmides, com o intuito de garantir a imortalidade do monarca, passam a ser inscritos nos féretros desses importantes funcionários provinciais a partir de um processo que ficou conhecido como “democratização” da imortalidade. Os Textos dos Sarcófagos, como foram chamados esses encantamentos, trazem algumas inovações e diferenças em relação aos encantamentos das pirâmides régias, mas seu conteúdo permanece afirmando a ideologia monárquica e a supremacia do faraó como senhor da duas terras e mantenedor da ordem. Esta é, portanto, uma maneira de reforçar, ideologicamente, o papel da monarquia mesmo que, como ocorre no Primeiro Período Intermediário, ela estivesse em disputa por parte de alguns grupos.

No que diz respeito mais especificamente ao reinado de Djekare, algumas importantes reformas administrativas são observáveis no período. A primeira delas é a criação de um responsável unicamente pelas províncias do Alto Egito, conforme se observa pela titulatura que dois vizires de Djekara (Kai e Rashepesesse) passam a

usar: *iml-rj šm*, “supervisor do Alto Egito”. A presença de um funcionário como esse é indicativa de uma maior presença do Estado nessa porção do território egípcio, através do qual a elite menfita, articulada ao rei, poderia exercer um maior controle sobre as atividades produtivas levadas a cabo em uma região notadamente fértil. Esse, aliás, parece ter sido o maior objetivo desses grupos quando expandem a administração do Estado a regiões antes integradas a eles somente de maneira informal.

Ao mesmo tempo, verifica-se a instituição, nos governos de Djekara e Unas, do vizirato duplo, com a presença de um vizir residindo na capital e de outro responsável pelo Alto Egito. Se levarmos em consideração a autobiografia de Sennedjemibi, nota-se que este vizir sozinho era responsável por uma série de atribuições que incluíam tanto a supervisão dos trabalhos realizados para o rei quanto funções administrativas referentes à coleta de impostos. Na Vª dinastia, as funções se dividem e surge um vizir responsável pelos trabalhos régios e outro pela coleta de impostos. Verifica-se que as funções relativas ao Tesouro concentram-se, em sua maioria, nos vizires do sul – diante disso, é plausível admitir que esse novo sistema tinha como objetivo intensificar o controle e assegurar de forma mais permanente os tributos referentes ao Alto Egito³⁵³.

3.3 AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DA VIª DINASTIA E O FIM DO REINO ANTIGO.

Os laços das províncias com a Corte ficam, a partir da VIª dinastia, ainda mais evidentes. Nesse momento nota-se uma maior difusão do sistema de títulos nos nomos e, diferentemente de períodos anteriores, membros de famílias locais alcançam o vizirato, antes restrito a indivíduos em relação direta com a administração central. Essa política, aliás, pode ter relação com disputas entre cortesãos no ambiente palatino³⁵⁴, que levou à necessidade de expansão e recriação de um sistema de alianças cooptando novos membros oriundos das

³⁵³ Outra interpretação possível, que não exclui a anterior, é a de que disputas com cortesãos poderosos tenham levado a mudanças na configuração do vizirato.

³⁵⁴ Mencionou-se, no primeiro capítulo, a turbulenta transição da Vª para a VIª dinastia, com o assassinato do faraó Teti.

províncias. Conforme mencionamos no capítulo anterior, os casamentos entre jovens de famílias provinciais e membros de famílias locais tornam-se mais frequentes, como maneira de reforçar os laços e alianças entre a Corte e esses potentados, assim como a prática de levar meninos para estudar na capital junto a membros da família real. O consenso e a participação dessas elites no processo de expansão do Estado fica evidente na proliferação de elementos da cultura palatina nas províncias, tanto no aspecto artístico e cultural quanto no consumo de bens que fazem referência ao estilo de vida palatino.

A necessidade de estabelecer alianças com as elites locais como forma de garantir o equilíbrio e expansão do Estado fica clara no caso de Balat, região situada no oásis de Dakhla, no deserto da Líbia³⁵⁵. Os oásis não eram computados dentre os nomos egípcios e seus governadores não portavam nenhum dos títulos de rank, como o de *hstj-ꜥ*, usados pelos nomarcas nas províncias. Em Balat, os líderes locais eram conhecidos, em sua maioria, como *ḥkꜣw whꜣt* (governadores do oásis).

Segundo Laure Pantalacci, as atribuições dos governadores dos oásis eram bastante semelhantes às dos nomarcas nas províncias, sendo incumbidos, por exemplo, da exploração dos domínios agrícolas³⁵⁶. Para tanto, tinham à disposição trabalhadores submetidos ao regime de corveia (*mrt*) o que implicava atuação também no âmbito da organização da força de trabalho.

Um elemento interessante da administração estatal em Balat é a incorporação de um conselho chamado *ꜥꜣꜥꜣt* (cuja origem remonta às comunidades aldeãs) à sua lógica. Esse é um exemplo expropriação, por parte do Estado, de um instrumento de poder típico da organização campesina, de grande importância em termos econômicos e na organização do trabalho, uma vez que era responsável pelo gerenciamento de trabalhos agrícolas e, também pelo deslocamento de mão de obra.

Assim como nas províncias, uma das mais importantes fontes de poder nos oásis eram os templos e, em Balat, todos os governadores eram, também, sacerdotes encarregados dos cultos templários. Em troca, recebiam domínios do *ka*,

³⁵⁵ A submissão dessa região ao rei egípcio é representada na fórmula (« aquele que coloca o terror de Hórus nos países estrangeiros »), encontrada na autobiografia de Khentikaupépi que, por sua vez, faz referência ao faraó Pepi na composição de seu nome (para uma análise dos títulos encontrados nessa autobiografia cf. PANTALACCI, Laure. De Memphis à Balat. In.: BERGER, Catherine ; MATHIEU, Bernard. Études sur l'Ancien Empire et la nécropole de Saqqâra dédiées à Jean-Philippe Lauer. Orientalia Monspeliensia IX, Montpellier, 1997. pp. 341-347).

³⁵⁶ PANTALACCI, *op. cit.* (2000), p. 61.

como é possível observar através de um decreto de Pepi II no qual este autoriza a construção de uma capela do *ka* para um dos governadores da região, Medunefer, a qual se tornou um centro de culto provincial importantíssimo na região durante o Primeiro Período Intermediário:

Mensagem do rei ao almirante (*imy-irty*), governador do oásis (*hk3-wh3t*), diretor dos profetas (*imy-r hmw-ntr*):

“Minha Majestade ordenou que te fosse construída uma capela do *ka* (*hwt k3*) no oásis, junto a sacerdotes funerários na condição de usufruto pela tua atribuição como *imakhw*, o que se estenderá imediatamente a teus pais, os governadores do oásis, *Ididuy*, (seu filho) *Desheru*, (seu filho) *Khentika*. Tu agirás ... estas disposições”³⁵⁷

O interesse da Residência na região parece, segundo aponta Pantalacci, ter sido motivado por razões econômicas, levando mesmo a instalação de um braço do *pr-hd* (Tesouro) no oásis. As ligações com Mênfis são bastante estreitas e há registros de que, da mesma forma como ocorria com as elites provinciais, membros de famílias importantes eram levados a estudar na Corte³⁵⁸.

A ampliação da presença institucional do Estado em Balat vai de acordo com as reformas empreendidas durante a VIª dinastia, a qual se inaugura com o curto reinado de Teti. Este rei dá continuidade às reformas administrativas empreendidas nos governos de Unas e de Djekara. O grande desenvolvimento das províncias egípcias verificado nesse período não poderia ter sido alcançado sem os laços políticos estabelecidos nas dinastias precedentes e que, como vimos, datam ainda do início do Reino Antigo.

A respeito da organização da administração provincial no início da VIª dinastia, a análise da documentação nos indica que, com Teti, o vizir ganha uma posição central, conforme indica, por exemplo, a titulatura de *Kagemni*, vizir e, ao mesmo tempo, “supervisor de toda a terra do Alto e Baixo Egito”. Essa titulatura indica a presença de um vizir com responsabilidades gerais. Teti continua a política de dois

³⁵⁷ PANTALACCI, Laure. Un décret de Pépi II. *BIFAO* 85, Cairo, 1985, p. 248. A ausência da menção a Medunefer no decreto é, segundo Goedicke, devida ao fato de que este indivíduo não era o primeiro receptor do documento, mas sim pessoas em condição subalterna que iriam executar o pedido contido no decreto. (GOEDICKE, Hans. The Pepi II decree from Dakhleh. *BIFAO* 89, Cairo, 1989, p. 204).

³⁵⁸ PANTALACCI, *op. cit.*, 2000, p. 63. A informação é proveniente da única autobiografia encontrada na região, a de *Khentikaupépi*, característica do período de fins da Vª dinastia e início da VIª.

viziratos simultâneos, um com responsabilidades referentes às receitas devidas ao Estado e outro responsável pela supervisão dos trabalhos. É o que observamos, por exemplo, através da análise dos títulos de Ankhmahor, que exerce a função de *iml-r3 k3t nbt nt nswt m t3 r-dr.f* (« supervisor de todos os trabalhos do rei na terra inteira »), enquanto seu contemporâneo, Izi, é atestado apenas como *iml-r3 s3m nswt*. Esta última titulação refere-se ao papel do vizir do sul na fiscalização dos nomos meridionais, indicando a restrição geográfica de sua atuação³⁵⁹.

Com relação às províncias, é no reinado de Teti que se tem o primeiro registro de um *hri-tp 3 n sp3t* (nomarca) enterrado em um cemitério local³⁶⁰. Esse nomarca é Izi, responsável pelo nomo de Edfu, cuja autobiografia será analisada no que segue junto a de seu filho, Qar. Izi exerce o cargo de nomarca (*hri-tp 3 n sp3t*) e de vizir do Sul (*t3ti z3b t3ti*) em um dos nomos mais pobres do Alto Egito, o de Edfu. Antes de se tornar nomarca, Izi menciona ter exercido o cargo de *hk3 hwt*. A presença de um *hwt* no nomo de Edfu indica interesse da Coroa na região, a qual conhece grande desenvolvimento a partir da VIª dinastia e no contexto do Primeiro Período Intermediário. O cargo de vizir no sul nos oferece informações importantes a respeito da mobilidade do sistema administrativo egípcio, uma vez que é possível encontrar vizires do sul nas mais diferentes províncias, não sendo esse cargo exclusivo e fixo de uma determinada região. Kanawati entende que o fato desses vizires, que se sucedem no cargo, residirem em províncias diferentes, “era o resultado de um desejo de colocar o vizir em locais onde seria mais útil, dependendo da situação política e econômica do país”³⁶¹. Isso pode explicar o deslocamento do vizirato do sul do nono para o segundo nomo egípcio durante a VIª dinastia.

Muito embora a maioria dos nomarcas tenha, a partir do reinado de Teti, sido enterrada nas províncias às quais estavam ligados, há registros de pelo menos dois nomarcas enterrados próximos à Residência. O primeiro deles é Gegi, *hcty-c* e tesoureiro do Baixo Egito, conhecido através de uma porta-falsa e de um conjunto de estatuetas encontrados na necrópole de Saqqara. Gegi, cuja tumba data do reinado de Merikara, quarto faraó da VIª dinastia, aparece como “nomarca do nomo

³⁵⁹ Kagemni, antecessor de Ankhmahor, e seu contemporâneo, o vizir Mereruka, também possuíam diferentes atribuições entre si. Este último tinha atribuições quase que restritas ao Alto Egito.

³⁶⁰ O título *hri-tp 3* normalmente é sucedido pelo emblema de um nomo, à exceção de um nomarca da região de Deir el-Gebrawi.

³⁶¹ KANAWATI, Naguib. *Governmental Reforms in Old Kingdom Egypt*. Warminster: Aris & Phillips, 1980. p. 26.

Tinita, supervisor dos sacerdotes de Onúris, guardião do gado negro”, segundo as inscrições³⁶². Khuibaw, que viveu no final da VIª dinastia, também foi enterrado na capital, em Saqqara. Não se sabe, contudo, a que nomo esse indivíduo estava associado em virtude do estado das inscrições, nas quais o nome da região encontra-se obscurecido. Sabemos se tratar de um nomarca pois o título *hri-tp* *ꜥ* aparece nos registros, seguido de um hieróglifo representando um escorpião³⁶³. É possível, contudo, que a exemplo de Nefernesut, Nefermaat e Gegi, Khuibaw esteja também associado ao nomo Tinita.

O fato de que todos os mencionados nomarcas enterrados na capital tenham pertencido ao nomo Tinita pode indicar a permanência de uma relação desse nomo com a realeza, visto que as duas primeiras dinastias da história egípcia eram dinastias tinitas³⁶⁴. Existe, também, uma associação entre o nomo Tinita e Deir el-Gebrawi, décimo-segundo nomo egípcio, uma vez que os três últimos nomarcas enterrados neste último também controlavam o oitavo. O primeiro desses nomarcas, Ibi, era relacionado a Djau, cunhado de Pepi I³⁶⁵. A prosperidade dos governantes de Deir el-Gebrawi e sua estreita relação com a Residência durante a VIª dinastia é bem atestada na autobiografia de Ibi que, além de nomarca, era também “supervisor do Alto Egito”. Esse funcionário menciona, por exemplo, um campo de duzentas e três arouras de terra repleto de bois, cabras e burros, pertencente ao seu domínio funerário, “que a majestade do meu senhor deu-me para enriquecer-me”³⁶⁶.

As províncias mais meridionais do Egito parecem, em Teti, ter sido objeto de maior atenção por parte do Estado. Além de Edfu, outro indício dessa presença é na região de Elefantina, onde começam a ser enterrados os *sdꜥw wꜥi nꜥr* (“tesoureiros do deus”), título usado para se referir aos líderes de expedição do sul que, até então, só eram conhecidos na capital.

³⁶² FISCHER, *op. cit.* (1954), p. 29. Onúris era o principal deus de This e o « gado negro » era típico da região de Girga. A ligação do nomarca ao templo local exercendo uma função sacerdotal nos ajuda na comprovação da teoria de que os templos eram importantes fontes de poder para as elites locais. A vinculação entre funções sacerdotais e administrativas é atestada também em dois outros nomarcas do mesmo nomo, Tjemereri e Hagi, enterrados em Naga-ed-Der, que portam os títulos de *imy-r hm nꜥr*. Com relação à função de Gegi como “guardião do gado negro”, ela demonstra acesso a um dos recursos mais valiosos do Egito, tendo em vista que os bovinos eram escassos no território. Não são raros os registros demonstrando a oferta de carne como recompensa por um serviço bem prestado, conforme se observa, por exemplo, na autobiografia de Harkhuf, de Assuã.

³⁶³ Para Fischer, é improvável que esse símbolo se refira a algum nomo (*ibid*, p. 30).

³⁶⁴ O período que vai da unificação do Egito por Menes até o advento da terceira dinastia, quando a capital se torna Mênfis, é chamado de Período Tinita.

³⁶⁵ Para a autobiografia de Ibi cf. DE RODRIGO, *op. cit.* (1992), p. 134 (documento 8).

³⁶⁶ TPA.

No governo de Merenra, há um crescimento de tumbas de nomarcas no Alto Egito, o que atesta a importância adquirida por algumas cidades pertencentes aos nomos do sul (Edfu, Tebas, Coptos, Dendera, Qasr el-Sayiad, Abidos, Akhmin, Deir el-Gebrawi, Meir, Sheik Said, Zawiyet el-Mayitin, Khom el-Ahmar/Sawaris, Deshasha). A relevância desses potentados rurais pode ser atestada através da nomeação de indivíduos delas provenientes ao vizirato, como é o caso de Pepyankh de Meir.

Durante o reinado de Merenra, Abidos se torna a região mais importante do Alto Egito, de onde a Residência controlava os vinte e dois nomos dessa região na pessoa de Weni, cuja autobiografia analisaremos de forma detalhada alhures e na qual aparecem estreitas relações com a Residência.

Ainda nesse período, nota-se um grande aumento na criação dos *ḥwwt*, os quais também aparecem em províncias onde, anteriormente, não havia registros da sua presença. Essa mudança é concomitante a outras inovações na administração provincial, como o já mencionado surgimento do título de “grande chefe do nomo” (*ḥrī-tp ʿ n spʿt*), inumado nas províncias, que também exercia o controle dos templos locais (como se pode deduzir através da titulação que os acompanha, de *imī-r ḥmw-ntr*, “supervisor dos profetas”³⁶⁷). Os nomarcas também passam, cada vez mais, a ser associados aos domínios régios, através da função de *ḥkʿ ḥwt*.

Uma exemplo da associação entre o nomarcato e o exercício de funções templárias é encontrado no terceiro nomo do Alto Egito, Nekhen, no qual se verifica a existência de uma importante família que monopolizou, por cerca de dois séculos, os ofícios templários para o deus local e conseguiu, ainda, instituir uma linhagem de nomarcas em El-Kab³⁶⁸.

A partir das considerações feitas até agora e com o intuito de atingir de forma mais sistemática o objetivo proposto para este capítulo (qual seja, o de verificar de as relações entre as elites locais e o poder central), iremos nos ater à análise de algumas autobiografias de funcionários provinciais, as quais ajudarão a elucidar o contexto do final do Reino Antigo colocando em evidência o papel de algumas das

³⁶⁷ A ideia de que os nomarcas acumulavam, necessariamente, a função de « supervisor dos profetas » (cf., p.e., FAVRY, Natalie. *Le nomarque sous le règne de Sésostris Ier*. Paris: PUF, 2004) deve ser repensada. Embora todos os supervisores dos profetas fossem, também, nomarcas, nem todos os nomarcas exerciam essa função.

³⁶⁸ MORENO GARCIA, Juan Carlos. Deux familles de potentats provinciaux et les assises de leur pouvoir : Elkab et El-Hawawish sous la VIe dynastie. *RdE* 56, 2005.

elites locais mais proeminentes. Vale salientar que, nesse período, a situação mais problemática encontrava-se nos nomos mais meridionais do Alto Egito, justamente de onde provém as autobiografias que retratam situações de fome e calamidade e que se tornaram um espelho da situação geral em que se encontrava o Egito (“medi grãos do Alto Egito, como sustento para toda essa cidade na porta do conde, superintendente dos sacerdotes, Djefi, nos anos miseráveis de fome”³⁶⁹). É importante reconhecer que tais temas não aparecem com a mesma intensidade nas autobiografias encontradas nas províncias do Médio Egito, as quais parecem ter conhecido um desenvolvimento diverso, durante o Primeiro Período Intermediário, daquele experimentado por suas vizinhas do sul.

Procuramos, tanto quanto possível, oferecer um recorte mais regionalizado para a análise da documentação a qual, contudo, é limitada em alguns sentidos: em primeiro lugar, não são todas as autobiografias existentes que nos oferecem elementos capazes de auxiliar nos objetivos desta tese; em segundo lugar, algumas regiões são mais bem documentadas que outras e, no caso, é das províncias mais meridionais que provêm os registros mais abundantes. Tendo isso em vista, o escopo da análise será voltado para a análise da situação das províncias do sul, a saber, Abidos, Edfu e Elefantina, tendo como recorte cronológico privilegiado a VI^a dinastia³⁷⁰. Tanto quanto possível, cruzaremos estas informações com outras provenientes de outros tipos de fontes e de registros referentes às províncias localizadas no Médio Egito. Ao final, crê-se que será possível ofertar um panorama interessante a respeito da situação do sul do Egito no final do Reino Antigo, compreendendo como as reformas administrativas realizadas entre a V^a e VI^a dinastias não foram, em si, responsáveis pelo colapso da monarquia unificada, demonstrando a articulação existente entre elites locais e Estado como vitais à sobrevivência e equilíbrio de ambos³⁷¹.

³⁶⁹ Autobiografia de Djefi in.: DE RODRIGO, *op cit.*, 1992, p. 138 (documento doze).

³⁷⁰ Estas eram, inclusive, as zonas de maior agitação social no fim do Reino Antigo, o que torna o estudo da documentação delas proveniente ainda mais relevante ao estudo proposto. É do sul que sai a dinastia tebana, a qual é a responsável pelo retorno da monarquia centralizada no Reino Médio após disputas com os reis heracleopolitanos.

³⁷¹ A essa hipótese somem-se as considerações realizadas no capítulo anterior, no qual se demonstrou que, ao contrário do que se postula, o poder das elites locais não levou à fragmentação do Estado egípcio e, por conseguinte, ao seu enfraquecimento. A prática da administração egípcia, conforme demonstramos a partir da documentação, era marcada pela descentralização, elemento vital à expansão e equilíbrio do Estado.

3.3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS NOMOS MERIDIONAIS DO ALTO EGITO

Para melhor compreensão a respeito dos nomos que serão referidos nas autobiografias analisadas, julgamos necessário ofertar um breve panorama acerca dessas regiões no final do Reino Antigo, iniciando por Ta-Sety, primeiro nomo do Alto Egito.

Ta-Sety era o nomo no qual se localizava a importante ilha de Elefantina. Considerada pouco fértil em relação aos outros nomos do Vale³⁷², a importância da região era devida ao seu estratégico posicionamento geográfico, na junção com a Núbia, por onde passavam expedições de grande interesse comercial, envolvendo especialmente produtos de luxo oriundos da África subsaariana. Além disso, Elefantina situava-se em um ponto bem ao sul da ilha através do qual era possível acessar o Nilo justamente onde seguia um curso tranquilo em direção ao norte, logo após a primeira catarata. O controle de rotas fluviais era imprescindível, nessa época da história egípcia, para gerenciar o deslocamento de mercadorias, recursos e o transporte de pessoas. Sobretudo no final da VIª dinastia, com o avanço de tribos núbias ameaçando as fronteiras egípcias, a oportuna localização de Elefantina a levou a ocupar um importante papel nas expedições militares, de onde eram enviadas tropas para combater a ameaça estrangeira.

Muito embora a região tenha sido pobre em termos de terras cultiváveis, a riqueza proveniente especialmente de Assuã advinha das pedreiras de onde eram extraídos o granito usado nas construções monumentais e outros tipos de pedra usados na fabricação de vasos e outros objetos, ligando a região a um circuito de mercadorias destinadas ao consumo por parte das elites.

Diferentemente de outros nomarcas, os títulos religiosos dos governantes de Elefantina não são muito numerosos, o que indica a existência de outras prioridades e interesses por parte da Coroa referentes ao posicionamento desses indivíduos na região. No entanto, um estudo de Seidlmayer demonstra que o templo local de Satet fazia parte da administração do Estado, conforme deixam entrever alguns decretos e

³⁷² A margem leste era a zona na qual se encontravam a maioria das terras cultiváveis.

objetos votivos referentes a reis da VIª dinastia³⁷³. O rei tebano Intef II, do Primeiro Período Intermediário, contudo, é o primeiro a estreitar os laços entre este templo e a monarquia, o qual recebeu bastante atenção durante a XIª dinastia³⁷⁴.

Em Abidos, nota-se um interesse ativo por parte do Estado no templo de Khentimentiu³⁷⁵, principal centro de culto da região e protegido de exações, conforme se vê através do decreto expedido pelo rei Teti e dirigido ao nomarca Henur, que também ocupava a função de “superintendente dos sacerdotes”:

Eu não autorizei nenhum homem a tirar nenhum servo do deus que está no nomo no qual ... para trabalhar nos canais ou para qualquer trabalho no nomo, além daquele de realizar o serviço para o deus ... no qual está o templo, e fazer os templos nos quais estão prosperarem, transmitindo os produtos de qualquer trabalho, pegar qualquer servo que ... para trabalho nos canais e qualquer trabalho no nomo em qualquer terra na qual o trabalho é feito por qualquer servo do deus. Eles estão protegidos até a eternidade pelo comando do rei do Alto e Baixo Egito em qualquer tarefa³⁷⁶.

No início do século XX, Petrie escavou várias construções em tijolo no sítio de Abidos que, conforme demonstra Brovarsky, eram referentes a capelas do *ka* construídas por reis da Vª e VIª dinastias³⁷⁷, com o intuito de assegurar a sua presença na região. As capelas do *ka* eram construções destinadas ao culto diário de estátuas do rei e, ideologicamente, ajudavam a reforçar a autoridade régia nas províncias. Além disso, eram importantes instituições econômicas, como deixam entrever os títulos administrativos referentes a seus funcionários: *imy-rꜥ šnꜥw* (“supervisor dos trabalhos”), *wr-dḥꜥ* (“chefe dos artesãos do couro”) e *ḥkꜥ ḥwt*,

³⁷³ SEIDLMAYER, Stephan Johannes. Town and State in the Early Old Kingdom. A view from Elephantine. In.: SPENCER, Jeffrey (ed.). *Aspects of Early Egypt*. Londres: British Museum Press, 1996. p. 115.

³⁷⁴ Tendo em vista a supressão do nomarcato nas províncias do sul durante o Primeiro Período Intermediário e a tendência centralizadora dos governantes tebanos, é de se assumir que a maior presença régia na atividades realizadas neste templo vai ao encontro dessa tendência.

³⁷⁵ Durante o Reino Médio, Khentimentiu e Osíris se fundem, predominando a identidade deste último. Nessa época, Abidos se torna um importante centro de peregrinação a esse deus, onde era encenado o mito no qual Osíris triunfa sobre a morte por ter sido vingado por seu filho Hórus contra o usurpador Seth. Através da associação a esses rituais, pessoas comuns poderiam esperar obter, como o deus, a imortalidade.

³⁷⁶ PETRIE, William Flinders. *Abydos*. Parte II. Londres: Egyptian Exploration Fund, 1903. p. 42.

³⁷⁷ BROVARSKY, Edward. *Abydos in the Old and Middle Kingdom*, part II. In.: SILVERMANN, David (ed.). *For his ka*. Essays offered in memory of Klaus Baer. Studies in Ancient Oriental Civilizations, n. 55. Chicago, 1994. pp. 15-44.

(“administrador do domínio”). Tanto os templos quanto as capelas do *ka* possuíam diversos outros domínios subsidiários, o que os colocava em uma posição de controle de vastas extensões de terra e dos trabalhadores a elas pertencentes.

A importância de Abidos no contexto da VIª dinastia pode ser atestada através do grande número de funcionários portanto o título de supervisor do Alto Egito (*imy-r šmꜥw*) na região, o que indica sua relevância não apenas religiosa, mas também administrativa. Muitos desses funcionários, provavelmente, portavam esse título somente de forma honorífica, mas uma grande parte correspondia ao exercício real de funções, como é o caso de Iuu e Weni, pai e filho, que também foram alçados à condição de vizir. Outro indício da importância de Abidos nesse período é a grande quantidade de vizires originários da região, como apontam Porter e Moss³⁷⁸.

Um estudo de Adams aponta para a existência, em Abidos, de indivíduos que possuíam estelas funerárias mas não eram ligados, institucionalmente, a nenhum templo ou atividade estatal³⁷⁹. Essa descoberta é fundamental pois, nos registros, o que normalmente nos aparece são os funcionários de maior titulação e pertencentes a um estrato superior da elite. No capítulo anterior, demonstramos como havia uma grande estratificação interna entre os membros das elites provinciais e muitas dessas pessoas permanecem invisíveis para nós por conta da ausência de registros a seu respeito³⁸⁰. O que a descoberta dessas estelas nos mostra é a existência de indivíduos detentores de certas posses, que possuíam servos sob seu controle e eram ligados à administração do Estado de maneira informal, como trabalhadores nas *phyles* dos templos³⁸¹. A existência desses setores intermediários serve, igualmente, para que se perceba a complexidade da organização social e política no

³⁷⁸ PORTER, Bertha; MOSS, Rosalin. *Topographical Bibliography of Ancient Egyptian Hieroglyphic Texts, Reliefs, and Paintings*. vol. V. Upper Egypt Sites. Oxford, 1937. p. 72.

³⁷⁹ ADAMS, Matthew Douglas. *Community and Society in Egypt in the First Intermediate Period: an Archaeological Investigation of the Abydos Settlement Site*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Pensilvânia, Departamento de Antropologia e Civilizações e Línguas do Antigo Oriente, 2005.

³⁸⁰ A estratificação social pode ser percebida através do tamanho e tipo das tumbas, assim como na quantidade e qualidade dos bens funerários. Outras autoridades locais, além dos nomarcas, são os *hri-tp* (chefes), *hkꜣ nwt* (governador de localidade), *hkꜣ* (governador) e *ꜣ* (grande), mas cujas prerrogativas são difíceis de serem recuperadas. Outra menção importante a chefes locais abaixo do nomarca e do vizir encontra-se no Decreto de Coptos B: « Ordem régia para o intendente da vila, vizir e chefe dos escribas documentos régios, Djau; para o *hꜣty-ꜣ* e chefe do Alto Egito, Khui; para o chefe dos profetas, os inspetores dos profetas e os chefes do nomo Coptita » (TPA).

³⁸¹ Adam identifica essas pessoas aos “homens da cidade” (*s n nꜣwt tn*), que começam a aparecer nos registros administrativos somente no Reino Médio.

Egito e relativizar a ideia da existência de um soberano todo-poderoso que controlava todo o território e era responsável por toda a administração do Estado.

Durante o Primeiro Período Intermediário, na medida que alguns nomos desaparecem ao serem englobados por outros, Abidos parece ter ficado sob o controle do terceiro nomo, o de Mo'alla, lar do famoso Ankhtifi.

3.3.1.1 A autobiografia de Harkhuf (Urk i, 120-131)

A autobiografia de Harkhuf, junto à autobiografia de Weni, é uma das mais extensas e importantes do Reino Antigo. Sua tumba foi encontrada na necrópole de Qubbet el-Hawa, na região de Assuã, construída por membros da elite da ilha de Elefantina, capital do primeiro nomo egípcio (Ta Khentit, que significa “terra do arco”), situada na altura da primeira catarata do Nilo. A presença de um cemitério provincial nessa região, que data do fim do Reino Antigo, demonstra o crescente interesse do Estado egípcio nas relações com a Núbia, com o intuito de controlar as rotas de produtos africanos de luxo, como marfim e ébano. O estudo de cemitérios provinciais como esse, segundo Debora Vischak, deve ser realizado tendo em vista seu contexto original de produção, a fim de “demonstrar que seu caráter único é produto significativo da comunidade que o criou”³⁸². Com isso, a arqueóloga acredita oferecer uma alternativa de estudo a respeito dessas comunidades que não leve unicamente em consideração sua relação com o faraó e o governo central e a ideia de continuidade, uma vez que,

(...) com o pé firmemente plantado na areia menfita, estudiosos têm visto a cultura material das províncias, em particular a arte da elite provincial, principalmente como uma reprodução bem sucedida de modelos menfitas. Similaridades formais são favorecidas, enquanto diferenças são racionalizadas, a fim de não perturbar a suave curva do arco narrativo central ³⁸³.

³⁸² VISCHAK, Debora. *Community and identity in Ancient Egypt*. The Old Kingdom Cemetery at Qubbet el-Hawa. Cambridge : Cambridge University Press, 2014. p. 2.

³⁸³ *Ibid*, p. 1.

Apesar de considerarmos a perspectiva de Vischak bastante pertinente, para fins deste estudo iremos nos deter basicamente no aspecto relativo às relações entre o núcleo menfita e as províncias. É buscando, precisamente, elementos que ajudem a explicar essas relações que nos debruçamos sobre a autobiografia de Harkhuf. Este funcionário porta um extenso rol de titulaturas, dentre as quais encontram-se as de “supervisor do Alto Egito” e “supervisor das terras estrangeiras”. Alguns estudiosos apontam que Harkhuf tenha sido também nomarca³⁸⁴ de Elefantina. Para Klaus Baer, contudo, somente aqueles que portassem a titulatura *hr.y.w-tp ꜥ n spꜣt* + nome do nomo (que significa “grande chefe do nomo”) é que podem ser considerados nomarcas em sentido estrito³⁸⁵. Em Assuã, contudo, esse título era praticamente inexistente, e os líderes de maior importância na região, como Harkhuf e Heqaib, cuja autobiografia também analisaremos, eram designados apenas como “líderes de expedição”. Suas tumbas, todavia,

(...) mostravam uma monumentalidade comparável em outras províncias somente as dos governadores provinciais, e o tom das autobiografias em suas tumbas cria a impressão de que essas pessoas pertenciam todas ao mesmo estrato social. Considerando a completa ausência do título *hr.y.w-tp ꜥ n* na região de Assuã, não é provável que as responsabilidades dos chefes de expedição de Elefantina fossem similares às dos oficiais designados como *hr.y.w-tp ꜥ* em outras regiões, mas com a tarefa adicional de organizar expedições à Núbia?³⁸⁶

O fato de titulaturas diferentes representarem cargos similares ajuda a comprovar a hipótese de que a estrutura administrativa egípcia funcionava com muito menos rigidez e mais flexibilidade do que normalmente se atribui a ela.

³⁸⁴ cf. RICE, Michael. Harkhuf. In. : _____. *Who's who in Ancient Egypt*. London : Routledge, 2001. p. 58.

³⁸⁵ BAER, Klaus. *Rank and Title in the Old Kingdom*. The Structure of the Egyptian Administration in the Fifth and Sixth Dynasties. Chicago: University of Chicago Press, 1960. No Reino Antigo, o título de nomarca *hr.y.w-tp ꜥ n spꜣt* o de mais alta importância nas províncias, seguido do *hry-tp ꜥ n šmꜣw* (supervisor do Alto Egito), *ššm-tꜣ* (líder da terra), *imy-r hm(w)-nꜥr* (supervisor dos sacerdotes) e *imy-r wꜣwt* (supervisor das comissões).

³⁸⁶ WILLEMS, Harco. *Historical and Archaeological Aspects of Egyptian Funerary Culture Religious*. Ideas and Ritual Practice in Middle Kingdom Elite Cemeteries. Leiden : Brill, 2014. p.54. Trata-se da mesma obra publicada em francês, no ano de 2008, sob o título *Les Textes des Sarcophages et la Démocratie*, em versão revisada e atualizada.

De volta ao caso de Harkhuf, este parece ter atuado junto a seu pai, Iri, e ambos exerciam a função de sacerdote leitor e companheiro único do rei, conforme se infere através da leitura de sua autobiografia: “Sua Majestade, o rei Merenra, mandou-me junto a meu pai, companheiro único e sacerdote leitor, Iri, para lam para abrir os caminhos para essa terra estrangeira”. Dois faraós são mencionados em sua autobiografia, Pepi II e Merenra I, os que nos leva a datar o documento como pertencente à VI^a dinastia. Este último o teria incumbido de uma série de expedições a uma terra identificada como lam³⁸⁷ (a autobiografia menciona três, no total), das quais é possível retirar valiosas informações a respeito das relações do Egito com a Núbia no período do Reino Antigo.

A primeira parte da autobiografia de Harkhuf, que encontra-se logo na entrada de sua tumba, apresenta a estrutura padrão das autobiografias do período: inicia-se com a fórmula *htp-dî-nsw* (“uma oferenda que o rei faz”), seguida da descrição de suas funções e apelos para um bom enterro, para que se torne um *imakhu* (*imḥw*)³⁸⁸. Outro elemento comum nas autobiografias e que aparece no texto de Harkhuf é a fórmula de apelo aos vivos (“ó vivos que estais sobre a terra e passais pela minha tumba”) com o propósito mágico de assegurar a provisão de oferendas funerárias. A presença da fórmula *htp-dî-nsw* é importante uma vez que associa diretamente o funcionário ao rei, o qual era também responsável pela doação de um domínio funerário que permitisse a construção de sua tumba e a produção de oferendas destinadas ao seu culto mortuário.

O texto de Harkhuf continua com a descrição de três viagens que teria realizado a pedido do rei Merenra I. A primeira delas, com duração de sete meses, Harkhuf realizou junto a seu pai, com o intuito de “abrir os caminhos para essa terra

³⁸⁷ A localização precisa de lam é alvo de inúmeras controvérsias uma vez que, fora da autobiografia de Harkhuf, há poucas referências a esse topônimo e as informações existentes não são suficientes para que se possa chegar a uma conclusão definitiva sobre sua exata localização. Até a descoberta recente de uma inscrição mencionando lam em Gebel Uweinat, na região da Líbia, a maioria dos estudiosos a situava na porção norte da Núbia, enquanto uma minoria defendia sua localização o Deserto Ocidental. Para uma discussão envolvendo os debates recentes sobre lam, cf. COOPER, Julien. Reconsidering the location of Yam. *JARCE* 48, 2012, pp. 1-22. A autobiografia de Mekhu II, filho de Sabni, também comenta a respeito da região de lam, para onde seu pai teria sido mandado e onde teria morrido.

³⁸⁸ Sobre o uso do termo *imakhu*, Snape comenta que sua importância está na íntima associação com uma pessoa ou pessoas (no caso de Harkhuf, essa associação aparece com Ptah-Sokar, com Anúbis e com Osíris, este também identificado sob o epíteto de « Grande Deus »). Essa associação e a transformação de uma pessoa em um *imakhu* é o que, segundo Snape, garantiria a ela a provisão de um domínio funerário. (SNAPE, Steven. *Ancient Egyptian Tombs: The Culture of Life and Death*. Oxford : Blackwell, 2011).

estrangeira”. Existem ao menos três maneiras de se interpretar o verbo *wb3*, traduzido por Strudwick e Lichtheim como “abrir”: inspeção, exploração ou ato ligado a atividades comerciais³⁸⁹. No registro da primeira viagem não fica claro se Harkhuf teria sido o primeiro incumbido da exploração dessas terras – menciona-se apenas a sua volta bem-sucedida à Elefantina carregado de uma série de bens valiosos³⁹⁰. No registro na segunda viagem, dessa vez realizada sem a presença de seu pai e com duração de oito meses, é possível inferir o pioneirismo de Harkhuf na região de lam, na parte em que este funcionário salienta ter explorado aquelas terras como ninguém o havia feito antes (“eu explorei essas terras estrangeiras como ninguém. Eu não vi isso sendo feito por nenhum companheiro e supervisor das terras estrangeiras que foram previamente para lam”). Tendo isso em vista, Goedicke crê que o intuito das expedições de Harkhuf era o de explorar novas terras³⁹¹.

Na descrição da terceira viagem, Harkhuf comenta não ter encontrado o chefe de lam quando chega à região, visto que este havia se dirigido a Tjemehu, no deserto da Líbia, para levar os líbios “para o canto ocidental do céu”³⁹². Não satisfeito, Harkhuf comenta sobre como foi atrás do chefe de lam e o “satisfaz”. O termo para satisfaz, em egípcio, é *shṭp*, cujo significado pode variar entre o cumprimento de uma atividade comercial e agradar, no sentido de retribuir um ato resultante da lealdade dos estrangeiros com o rei egípcio, de forma a estabelecer relações pacíficas entre esses povos. O que pode ter acontecido é que provavelmente Harkhuf ofereceu ajuda ao chefe de lam no combate com os líbios, pelo que teria sido recompensado materialmente com vários asnos carregados de

³⁸⁹ Para essa discussão cf. SILVA, André. Alguns problemas de interpretação da biografia de Horkhuf do Império Antigo Egípcio. ISSUU – *Revista Fécula*, n4, Instituto PAEHI.

³⁹⁰ O que nos referimos aqui genericamente como bens corresponde ao termo egípcio *inw*, o qual é traduzido por Strudwick como « tributo », enquanto aparece como « presente » na tradução de Miriam Lichtheim. Por motivos que iremos expor adiante, seguiremos com a tradução de Lichtheim.

³⁹¹ GOEDICKE, Hans. Harkhuf's Travel. *Journal of Near Eastern Studies*, v. 40, n.1, janeiro de 1981, pp. 1-20.

³⁹² A menção à ameaça líbia é importante pois, durante o Primeiro Período Intermediário, vemos o estabelecimento da dinastia heracleopolitana, que substitui a menfita, e cuja origem é atribuída aos povos vindos da Líbia que invadiram o Egito e se estabeleceram na região do Fayum. Jaromír Málek sugere que as várias cenas de reis vencendo seus inimigos, insistentemente pintadas no final da VIª dinastia exprimem uma tentativa de, através do poder mágico que se acreditava ter a escrita e a representação pictográfica, garantir a continuidade dessa estabilidade em um momento em que estrangeiros ameaçavam as fronteiras egípcias. (MÁLEK, *op. cit.*)

bens de luxo (peles de pantera, marfim, incenso etc.)³⁹³. Também como resultado de ter agradado esse chefe, conta como este “louvou todos os deuses em nome do rei”. Algumas informações interessantes podem ser retiradas desse último trecho. A primeira delas é que o agradecimento do chefe de lam não se dirige à pessoa de Harkhuf, mas sim ao faraó, uma vez que passa a louvar aos deuses em nome deste último. Isso denota a posição de Harkhuf enquanto intermediário do rei o qual, em última instância, era o responsável por seu *status* e riqueza, como veremos adiante. O termo usado na autobiografia, nesse momento, para se referir ao rei egípcio é *itw*, o qual significa soberano o que, segundo interpretação de Goedicke, demonstra que o chefe de lam reconhece o faraó como soberano, mas não está submetido a ele – do contrário, teria usado não o termo *itw*, mas *nsw bity*.

A recompensa material que o Harkhuf recebe em nome do rei pode ser inserida na lógica do dom e do contradom, através da qual “as trocas e contratos se fazem sob a forma de presentes, na verdade obrigatoriamente dados e retribuídos”³⁹⁴. Essa lógica contribuía, em grande parte, para abastecer os diversos reinos com matérias-primas e artigos de luxo diversos.

Imediatamente após seu encontro com o chefe de lam, Harkhuf manda um funcionário acompanhado de um iamita à Corte, para que contassem ao rei o que haviam visto e como havia desempenhado bem sua função satisfazendo o chefe de lam já que, uma vez ciente dos feitos de Harkhuf, o rei poderia recompensá-lo. Logo no início de sua autobiografia, na descrição de sua primeira viagem, Harkhuf comenta sobre os bens trazidos da região de lam e como foi “altamente favorecido por isto”. Em sua volta para casa, o supervisor do Alto Egito comenta ter se encontrado com os chefes de Irtjet, Setjau e Wawat³⁹⁵ e, quando chega em Elefantina, narra ter sido recepcionado por um funcionário de nome Khuni, o qual teria sido enviado para conceder-lhe “navios carregados com vinho, pães, bolos e cerveja” provavelmente para usufruto pessoal como recompensa por seus atos.

As estreitas relações entre o rei e o Harkhuf podem ser verificadas no fato desse funcionário possuir, em sua tumba, uma carta a ele dirigida escrita pelo faraó

³⁹³ Pantalacci levanta hipótese de que Harkhuf teria parado em Balat por ocasião da sua terceira viagem em direção à Núbia (PANTALACCI, *op. cit.*, 2007, p. 345)

³⁹⁴ MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo : Cosac Naify, 2003. p.187.

³⁹⁵ Em sua segunda viagem também aparecem referências ao chefe de Irtjet e Setjau. A menção à Wawat pode indicar mudanças na organização política da região, com a absorção de um território por parte de um único governante.

Pepi II. Nessa carta, o rei mostra-se vivamente empolgado com a aquisição de um pigmeu que Harkhuf teria conseguido em lam, e ordena a esse funcionário:

Suba para a Residência agora mesmo! Apressa-te e traga contigo esse pigmeu que trouxeste da terra dos moradores do horizonte. Vida, prosperidade e saúde para que ele possa dançar para o deus e alegrar o coração do rei do Alto e Baixo Egito, Neferkara, que vive para sempre!³⁹⁶

Pepi II é claro, ao final da carta, ao dizer que “minha majestade fará coisas boas por você”, indicando que Harkhuf será recompensado de alguma forma tanto por seus préstimos ao Estado egípcio quando por atender a esse pedido do faraó.

Em conclusão à análise da autobiografia de Harkhuf, no que tange mais especificamente à atuação do Estado egípcio e a relação entre poder central e poderes locais, verificamos que a expansão de fronteiras é feita no âmbito local. Nenhum funcionário de Mênfis veio inspecionar os trabalhos de Harkhuf e, nem por isso, as relações com a Residência deixam de ser mencionadas, como é o caso da carta que Harkhuf envia ao faraó para dar ciência de seus atos. Ao mesmo tempo, a função exercida por Harkhuf lhe dá acesso a diversos bens de prestígio, como aqueles obtidos através da rota de produtos africanos da Núbia, e com isso ajudam a consolidar seu *status* social diferenciado. Diversas recompensas são obtidas por esse funcionário em razão de sua função a serviço do Estado egípcio, sendo uma delas a construção de uma tumba monumental e todo o texto da autobiografia deixa entrever as estreitas relações entre Harkhuf e a Residência, em uma relação de benefícios mútuos. Através de um agente local o rei consegue expandir suas fronteiras, garantir o acesso a importantes rotas comerciais e obter o reconhecimento de um chefe de terra estrangeira, enquanto Harkhuf consegue consolidar sua posição influente na região através do serviço ao Estado. Uma das titulaturas portadas por esse funcionário, a de *smr-wty* (“companheiro único” ou “amigo único” do rei) é usada justamente para atestar essa proximidade e indicar seu poder e status, conforme se observa na inscrição de um outro funcionário, Tjeti, que serviu aos reis Merenra e Pepi I: “(...) quando fui nomeado Amigo Único sob a Majestade de Pepi I, quando fui nomeado Amigo Único fui introduzido à Casa Real, honra que nunca havia sido concedida antes a qualquer outra pessoa e meus

³⁹⁶ Neferkara é outro nome pelo qual é conhecido Pepi II.

desejos foram atendidos mais que generosamente pela Residência sob a Majestade do faraó Merenra”.

3.3.1.2 A autobiografia de Pepynakht (Heqaib)

Pepynakht é, talvez, um dos personagens mais emblemáticos dessa transição do Reino Antigo para o Primeiro Período Intermediário. Sua atuação como funcionário estatal se deu durante os reinados de Merenra I e Pepi II e ele foi responsável, como podemos inferir através da sua autobiografia, por uma série de campanhas militares na região da Núbia. Assim como Harkhuf, Pepynakht era da região de Elefantina e foi enterrado na necrópole de Qubbet el-Hawa, e o que mais chama atenção é o fato de que, tendo mudado seu nome para Heqaib, institui-se um culto à sua pessoa, bastante popular no Primeiro Período Intermediário e Reino Médio. A deificação de Pepynakht, assim como a de Mekhu, também membro da elite provincial de Elefantina, mostra a grande importância adquirida por esses funcionários provinciais, que passam a carregar também o título de príncipes (*iry – pꜥt*)³⁹⁷, de modo a demonstrar sua estreita relação com a família real. Não há

³⁹⁷ Cabe, aqui, uma importante ponderação a respeito do uso desse título. A tradução do termo *iry – pꜥt* como « príncipe » sempre foi um dos argumentos mais fortes para comprovar o ganho de poder por parte de membros das elites provinciais e usá-la como causa de uma suposta desagregação do Estado egípcio. Em primeiro lugar, há que se repensar essa tradução. Durante o Reino Novo, *iry – pꜥt* era usado para designar o príncipe que seria o próximo na sucessão do trono (príncipe herdeiro), o que levou muitos estudiosos a assumir que essa titulação seria válida também para outros períodos da história egípcia, como o Reino Antigo. Nesse contexto, contudo, a titulação adquire outro sentido. De acordo com o dicionário de Raymond Faulkner, o termo *iry* significa « relacionado à » (cf. FAULKNER, Raymond. *A concise dictionary of Middle Egyptian*. Oxford: Griffith Institute, 1991). Já o termo *pꜥt* era, originalmente, um termo usado para designar os membros da nobreza. De acordo com Baines, *iry-pꜥt* era uma titulação usada para designar o pertencimento a um determinado grupo – a “elite”, em oposição aos *rhyt*, que representaria os dominados – e que não implica nenhuma função exercida efetivamente (BAINES, John. *Origins of Egyptian Kingship*. In.: O’CONNOR, David; SILVERMANN, David. *Ancient Egyptian Kingship*. Leiden: Brill, 1995. p. 133) Outras interpretações, contudo, entendem o termo como indicativo do mais alto nível de funcionário estatal da época. Em segundo lugar, mesmo que membros da elite local tivessem arrogado para si prerrogativas régias, isso não deve ser entendido como um ataque ao Estado egípcio, mas sim como a existência de novos grupos em disputa por esse Estado Político. A personalização do Estado na figura de um determinado faraó é o que gera esse tipo de confusão e à interpretação equivocada de que, durante o Primeiro Período Intermediário, houve uma espécie de « colapso » do Estado egípcio causada pela existência de núcleos de poder nas províncias contrários à monarquia. Outro ponto importante a ser levado em consideração diz respeito às lógicas informais de poder utilizadas pelas elites que controlavam o Estado egípcio para manter seu equilíbrio. Tão importante quanto a integração formal

nenhuma evidência de que Pepynakht tenha tentado ameaçar a existência da monarquia menfita, muito embora seu prestígio e grande influência no âmbito local sejam bastante claros. A autobiografia deixa entrever, pelo contrário, estreitas relações com a Residência, mas a instabilidade causada após a morte de Pepi II - que deixou muitos herdeiros e, com isso, disputas pela sucessão do trono ocorreram - pode ter favorecido a consolidação de núcleos regionais de forma mais independente em virtude da retração da capacidade centralizadora do Estado. Não se trata, portanto, de núcleos lutando pela independência ou em disputa aberta com a monarquia, como a historiografia tradicional interpreta. Trata-se mais do fortalecimento de núcleos regionais de poder, outrora favorecidos pelas funções desempenhadas a serviço do Estado egípcio, que se autonomizam (não completamente), em virtude da retração da capacidade centralizadora do Estado. Possivelmente a divinização de ancestrais tenha servido para as elites locais como um mecanismo de legitimação de sua autoridade em um momento de instabilidade política³⁹⁸. Ao sul, em Tebas, um novo núcleo de poder com importância supralocal se consolida e, em um Egito dividido sendo governado por monarquias paralelas, as elites da região também buscam estabelecer sua hegemonia através de alianças com outros potentados ao sul e, mais tarde, reunificam o Egito sob um único rei, provavelmente através do expediente de guerras.

Especificamente sobre o texto da autobiografia de Pepynakht, o início se desenrola através das tradicionais estruturas próprias a esse gênero: longas listas de titulaturas mas, nessa, nota-se a ausência da fórmula *htp-dj-nsw*, assim como de outras fórmulas funerárias destinadas à garantia de um bom enterro e de provisão de oferendas. A estreita relação com a residência aparece nessas titulaturas, a exemplo daquelas em que demonstra ter participado das *phyles* das pirâmides dos

das elites provinciais ao aparato estatal como forma de cooptação de aliados o era também a lógica de parentesco. Casamentos entre membros da família real e de importantes famílias locais eram um astuto expediente utilizado dentro da lógica de constituição de alianças, necessária à construção do Estado e à ampliação do grupo dominante (cf. CAMPAGNO, Marcelo. De los modos de organización social en el Antiguo Egipto: lógica de parentesco, lógica de Estado. In.: _____ (ed.) *Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto*. Buenos Aires : Ediciones del Signo, 2006). O fato de um funcionário local adotar o título *pat* pode ser indicativo desse tipo de relação, que denota muito mais sua aproximação que seu afastamento em relação à monarquia estabelecida.

³⁹⁸ Lembrando que a monarquia era, até então, a fonte de legitimação da autoridade dessas elites. A inscrição de Meri II, de Hagarsa, traz um passagem na qual é possível atestar a evocação de ancestrais como um instrumento de legitimidade. Após enumerar diversas ações que remetem às de um patrono, Meri II diz que o fez «de acordo com o que disseram os ancestrais, aqueles que existiram antes de mim » (TPA, p. 362).

faraós Pepi II e Merenra e, se quisermos melhor compreender as relações entre funcionários das províncias e Mênfis, a análise dessas titulaturas traz importantes informações.

As *phyles* são, de acordo com a Egptologia, grupos de pessoas que realizavam serviços temporários em templos em equipes de trabalho e cuidavam do culto mortuário de reis e altos funcionários durante o período faraônico. Segundo Ann Macy Roth,

O sistema usado para organizar essas *phyles* variava para acomodar a instituição à qual as *phyles* eram ligadas. No mais conhecido desses sistemas, os sacerdotes do culto mortuário da quinta dinastia, cada uma das cinco *phyles* era dividida em dois, que serviam ao culto independentemente e resultava em um ciclo de dez meses de serviço rotativo³⁹⁹

Havia, portanto, pelo menos dois grupos de trabalhadores nas *phyles*, identificados sob os títulos individuais de *hnty-š* e *hm-ntr*. No que se refere ao trabalho nas *phyles*, Pepynakht porta os títulos de *hnty-š n s3 mn-nh-nfr-k3-r* (portador da terra e escriba da phyle da pirâmide “Neferirkara está estabelecido e vivo”⁴⁰⁰) e *mty n s3 h3-nfr-mr-n-r* (escriba da phyle de Merenre)⁴⁰¹.

A principal fonte de estudos das *phyles* durante o Reino Antigo são os chamados Papiros de Abusir, que consistem em um grande arquivo encontrado no templo mortuário do rei Neferirkara Kakai, da Vª dinastia⁴⁰². Nesses arquivos, todos os *hntyw-š* têm seus nomes associados ao do rei Neferirkara e são formados a partir do seu nome de nascimento, *k3k3*. Isso sugere, segundo Roth, que embora os nomes das pessoas pudessem ser mudados ao longo da vida e não serem indicadores infalíveis da situação de seus donos no nascimento, que os *hntyw-š*

³⁹⁹ ROTH, Ann Macy. Egyptian *phyles* in the Old Kingdom. The evolution of a system of social organization. *Studies in Ancient Oriental Civilization*, n.48, Chicago, 1991. p. 3.

⁴⁰⁰ Trata-se do nome do complexo mortuário de Pepi II, que era composto por sua pirâmide e templo mortuário adjacente. Sua representação hieroglífica é .

⁴⁰¹ Christopher Nauntou traduz o título *mty n s3* como « controlador da phyle ». NAUNTOUN, Christopher. *Regime change and the administration of Thebes during the Twenty-fifth Dynasty*. Swansea : University of Swansea, 2011. Tese (Doutorado em Artes e Humanidades) – Departamento de História e Clássicas, Swansea, 2011, p. 103.

⁴⁰² Cf. Posener-Krieger, P. Les archives du temple funeraire de Neferirkare-Kakai. *BdE* 65, 2 vols. Cairo, 1976.

estavam associados ao culto de Neferirkara desde o nascimento, provavelmente por se tratar de um título hereditário. Transpondo essa mesma lógica para o caso de Pepynakht (“Pepi é forte”), a menção ao rei Pepi II em seu nome de nascimento, embora tenha trocado seu nome posteriormente para Heqaib (“aquele que comanda seu próprio coração”), pode denotar a íntima associação entre esse funcionário provincial e a Residência desde o seu nascimento. A hereditariedade desse tipo de função, que se trata não de um ofício provincial mas de um diretamente associado a funções exercidas na corte (mais precisamente, no complexo funerário régio localizado na necrópole de Saqqara), pode ser encarada como estratégia por parte do Estado egípcio de manter esses funcionários provinciais, desde cedo, vinculados ao núcleo *menfita* em uma atividade bastante prestigiosa.

Como um *hnty-š*, o funcionário tinha acesso a terras e ficava encarregado de cultivá-las, assim como de realizar o transporte das oferendas nela produzidas. Se comparados aos *hmnw-ntr*, os *hntyw-š* eram funcionários de categoria inferior, mas ainda assim de bastante prestígio. Sua estreita associação com o culto mortuário do rei tornou esse ofício altamente desejável, visto que, conforme analisa Roth, permitia aos seus incumbentes crescer em *status* e fortuna, ascendendo inclusive a categorias superiores de funcionários. Esse é mais um exemplo de como o exercício de funções estatais permitia a ascensão social funcionários provinciais sendo, nesse caso, também benéfica ao Estado pois, uma vez que sua riqueza e prestígio dependiam do exercício dessa função, o Estado teria controle sobre essas pessoas.

Analisando a autobiografia de Harkhuf e a de Pepynakht, pertencentes mais ou menos ao mesmo período, é possível notar que a situação na região da Núbia era bastante instável. Harkhuf foi enviado junto a uma armada para a região a fim de explorar uma nova região e garantir o domínio egípcio sobre ela e, em uma de suas viagens, passa pelos territórios de Irtjet e Setjau, relatando o encontro com o chefe dessas terras. Na terceira viagem, comenta a respeito do chefe de Irtjet, Setjau e Wawat, demonstrando uma política de expansão tendo em vista a anexação de mais um território aos dois mencionados primeiramente. Em Pepynakht, a ameaça desse expansionismo é clara, resultando num comando do rei egípcio para que fosse feita uma intervenção na região: “a majestade do meu senhor me mandou para devastar a terra de Wawat e Irtjet”. Provavelmente por conta dessas ameaças, os egípcios precisassem de líderes fortes na região, como é o caso de Pepynakht.

O restante de sua autobiografia traz o relato de um confronto bélico com os núbios, no qual ele teria matado “um grande número, incluindo os filhos do governante e comandante da excelente força núbia”. Muitos foram levados à Residência como prisioneiros e Pepynakht comenta a respeito do sucesso com o qual realizou a empreitada: “meu senhor mandou-me àquelas terras para subjugalas. O fiz de tal forma que meu senhor ficou imensamente satisfeito comigo”. Além disso, comenta ter levado à presença do rei egípcio, como prisioneiros, os chefes dessas terras, dois comandantes núbios e suas crianças. Ao final, Pepynakht conta ter sido instruído pelo rei a trazer de volta o corpo de Ankhti que, ao ir para Punt para construir um barco de juntos, foi atacado e morto pelos “moradores do deserto” junto à sua divisão armada. O fato de Ankhti estar na região na presença de um corpo de funcionários armados, bem como a sua morte por parte desses povos demonstra a fragilidade das fronteiras egípcias no período final do Reino Antigo, que podem muito bem ter contribuído para a acentuação das divisões regionais, especialmente ao sul, em Elefantina, região próxima à Núbia.

3.3.1.3 A autobiografia de Sabni

Sabni era um funcionário da VIª dinastia egípcia que serviu ao rei Pepi II. Em sua autobiografia, encontramos o registro de seus esforços para prover o funeral de seu pai, Mekhu, morto na Núbia. Sabni herdou de seu pai os títulos de sacerdote leitor, prefeito e amigo único e o tamanho de sua tumba, assim como a descrição do serviço mortuário destinado a seu pai demonstram que se tratavam de personagens de *status* social bastante elevado.

Os funcionários que possuíam uma tumba estavam entre os de maior status, mas nem todos tinham meios para construir e equipá-la, o que demonstra a estratificação social dentre os membros da própria elite. Com relação à construção de uma tumba, não é incomum vermos pedidos ao rei para a montagem do mobiliário funerário. É o caso de Djau, que pede ao rei Neferikara que conceda oferendas funerárias e um sarcófago a seu pai, provisão esta que é obtida através

do Tesouro Duplo da Residência⁴⁰³. Djau foi enterrado junto a seu pai, mas é interessante a ressalva que aparece em sua autobiografia a esse respeito: “Eu fui enterrado em uma tumba junto com este Djau pelo desejo de estar com ele em um lugar e não por falta de meios para construir uma segunda tumba”. Esse trecho, em particular, é bastante interessante porque demonstra, nas palavras de Christopher Eyre, uma “conexão entre poder pessoal, status social e patronagem régia na localização e fundação de uma tumba”⁴⁰⁴, indicando como o Estado submete a lógica do patronato à sua própria com o intuito de estabelecer e reforçar alianças capazes de assegurar suas bases de poder local.

Assim como Pepynakht e Harkhuf, Mekhu e Sabni (ambos estão na mesma tumba) foram enterrados no cemitério de Qubbet el-Hawa. Kanawati acredita, inclusive, que Mekhu tenha sido o sucessor de Harkhuf no cargo de “supervisor do Alto Egito”, título reservado a membros de uma pequena fração do grupo dominante da região⁴⁰⁵.

A autobiografia de Sabni traz alguns indicadores importantes, a começar pela situação na região da Núbia a qual, conforme já dito, era de bastante instabilidade no período final do Reino Antigo. O fato de Mekhu ter sido morto na região (mais precisamente em Wawat) ajuda a comprovar a ameaça na região fronteiriça ao mesmo tempo em que demonstra a sua importância como ponto de trocas comerciais, uma vez que Sabni descreve inúmeros itens trazidos da região quando para lá se dirige para buscar o corpo de seu pai.

Outro elemento de destaque da autobiografia de Sabni é, precisamente, a organização do serviço mortuário realizado para Mekhu, do qual Sabni era o responsável. No Reino Antigo, com o recrudescimento do culto a Osíris, os laços familiares (especialmente entre pais e filhos) tornam-se um elemento importante do culto mortuário. Todo falecido passa a ser considerado um Osíris e a imitação dos papéis míticos desse deus e seu filho Hórus é parte importante do simbolismo funerário, como observou João:

⁴⁰³ TPA.

⁴⁰⁴ EYRE, *op. cit.* (2015), p. 83.

⁴⁰⁵ Na parte preservada da autobiografia de Mekhu o título de “supervisor do Alto Egito” não aparece mas este é, contudo, encontrado registrado em seu sarcófago, conforme apontado por Debora Vischak.

A morte para os egípcios era vista também como o medo da extinção dos laços sociais. A doutrina osiriana favoreceria, igualmente, estes laços, através da imitação dos papéis de Osíris e Hórus, fazendo o elo entre duas gerações através da atuação do filho amoroso, representado por Hórus, que presidiria a maioria dos rituais em favor de seu pai. Assim o faria o primogênito do falecido⁴⁰⁶.

O tipo de enterro realizado para Mekhu, porém, é semelhante ao dos *iry-ptt*, “príncipes herdeiros” e, segundo Sabni, “nunca ninguém como ele havia sido enterrado dessa forma⁴⁰⁷”. A associação com o tipo de enterro realizado para membros da família real é indicativo do *status* adquirido por essa pessoa e deriva diretamente da função exercida por ela no quadro da administração estatal. Como bem aponta Alexanian, no Egito “não havia um livre mercado onde alguém pudesse simplesmente comprar, por exemplo, uma porta-falsa de calcário de Tura. No Egito ninguém tinha livre acesso ao material, aos trabalhadores ou a conhecimento especializado”⁴⁰⁸ e a construção e o tamanho de uma tumba, assim como determinados itens do equipamento funerário eram, portanto, adquiridos mediante um decreto régio. Na autobiografia de Debeheni aparece o registro de que o rei Merenkaura teria determinado a inspeção do tamanho da tumba construída por esse funcionário, por exemplo. Em Sabni a intervenção do Estado no âmbito funerário é ainda mais explícita. Conta sua autobiografia que, quando foi à Núbia resgatar o corpo de seu pai, um emissário régio de nome Iri foi enviado à Residência, de onde voltou com um decreto e diversos itens necessários ao enterro de um alto funcionário, como embalsamadores, carpideiras, tecidos, unguentos e “todo o equipamento da *pr-nfr*⁴⁰⁹”. Sabni deixa bem claro que “todas as necessidades do enterro foram providas pela Residência”. Ainda, no decreto há uma outra ordenação específica a ser cumprida por Iri, a de conferir as funções de *hty-ꜥ*, provavelmente com o intuito de saber se Mekhi era merecedor do tipo de enterramento que haveria de receber.

⁴⁰⁶ JOÃO, *op. cit.* (2008), p. 145.

⁴⁰⁷ Como recurso literário é comum encontrarmos nas autobiografias referências de algo que « nunca havia sido feito antes », a fim de ressaltar os feitos do funcionário. Nesse caso, contudo, a menção não parece ser meramente um recurso literário, visto que anteriormente aparece uma comparação nominal (Mereru), tratando-se provavelmente de uma equiparação real.

⁴⁰⁸ ALEXANIAN, *op. cit.* (2006), p. 8.

⁴⁰⁹ Oficina responsável pelo embalsamamento.

Muito embora os funcionários provinciais da VIª dinastia não fossem mais enterrados nos cemitérios da capital, próximos à pirâmide do rei, podemos observar através do exemplo de Mekhu e Sabni que isso não representa a extinção do papel do monarca como intermediário de seus súditos na obtenção da imortalidade. À medida que existe uma regulamentação específica e regras de decoro norteando o tipo de tumba e de enterramento que uma pessoa poderia adquirir, isso demonstra não uma perda de controle, mas uma nova forma de intermediação. A arqueologia demonstra que as tumbas nos cemitérios provinciais imitam em grande parte o modelo palatino, e os elementos inovadores (como por exemplo os novos temas que aparecem nos Textos dos Sarcófagos e os elementos decorativos que caracterizam os monumentos provinciais), representam uma tentativa de afirmação de valores próprios de uma elite que se constitui a fim de afirmar seu papel na sociedade local, sem romper, contudo, com a cultura oficial.

Pela realização de seus esforços, Sabni comenta ter recebido um lote de trinta arouras de terra do complexo da pirâmide régia, o que demonstra que boa parte da riqueza desse funcionário dependia diretamente da sua função e não se realizava à margem dela. Moreno Garcia, aliás, comenta sobre a improbabilidade da formação de uma “aristocracia fundiária” de longo prazo no Egito, capaz de usurpar rendas devidas ao Estado e constituir riquezas consideráveis à margem deste⁴¹⁰. Sabni recebe, ainda, diversos outros itens (madeira, mirra, óleos, linho, carne ...) e também um ornamento de ouro conhecido como o “ouro de louvor”, entregue àqueles que cometiam atos de bravura. Isso se deve, provavelmente, ao fato de ter pacificado a região da Núbia. Ao saber da morte de seu pai, Sabni partiu para Wawat com cem burros carregados de diversos itens como potes de faiança e mel, para oferecer como presentes aos núbios da “Porta Estreita”⁴¹¹, indicando uma tentativa de aproximação diplomática com os dirigentes da região. O texto comenta que “eu satisfiz aquelas terras estrangeiras com esses presentes”, indicando provavelmente ter conseguido uma trégua nos conflitos da região. Mais tarde, Sabni comenta ter conseguido trazer de volta de Wawat, junto ao corpo seu pai, uma série de outros itens valiosos, como peles de leão, marfim e incenso, indicando que o comércio havia se normalizado. Menciona, inclusive, ter trazido tropas núbias junto

⁴¹⁰ MORENO GARCIA, 2009, *passim*.

⁴¹¹ Provavelmente a rota que ligava a Núbia à Elefantina.

com as suas e, por isso, “esse servidor foi, então, favorecido pela majestade do Conselho da Corte”.

Sabni, que morreu na região de Iam - conforme se verifica através de uma inscrição na tumba de seu filho, Mekhu II - foi encontrado por este no wabet (ou “Lugar Puro”, onde se realizavam embalsamamentos) e novamente menciona-se um decreto régio concedendo oferendas para o culto funerário de um funcionário, e que

Todos os itens necessários ao enterro foram providenciados pelos lugares da Residência (na mesma maneira como teria sido feito) para um *iry-p3t* na pirâmide de Neferkara para o *imakhu* na proteção do Grande Deus, Sabni”.

3.3.1.4 Autobiografia de Izi e de Qar (Merynefer)

Uma das autobiografias mais conhecidas do Reino Antigo é a autobiografia de Qar, do nomo de Edfu, segundo nomo do Alto Egito, que serviu aos reis Ilesi, Unas e Teti, participando, então, da transição da V^a para a VI^a dinastia⁴¹². Essa autobiografia é repleta de frases padrão que intuem exaltar as excelentes qualidades desse funcionário que, dentre os cargos mais importantes, destacou-se como nomarca da mencionada região ao final da VI^a dinastia.

O texto dessa autobiografia inicia-se com a tradicional fórmula de apelo aos vivos, a qual aparece junto à descrição de alguns de seus títulos. Posteriormente, encontramos a fórmula *htp dī nsw*, como é de costume nas autobiografias do Reino Antigo. Após uma série de registros de fórmulas funerárias, são mencionadas no texto algumas etapas da carreira de Qar, as quais nos ajudavam a comprovar a hipótese de que os membros das elites locais eram enviados para estudar na Corte e, depois, eram designados pelo rei para desempenhar funções de confiança. Qar menciona ter sido educado “entre as crianças dos chefes” no reinado de Pepi I e, logo após, comenta sobre sua promoção a “amigo único do rei”, ao que se sucedem

⁴¹² Cf. BÁRTA, Miroslav. Tomb complex of the vizier Qar, his sons Qar Junior and Senedjemib and Iykai. *Abusir XIII*. Praga : Czech Institute of Egyptology, 2009. Pp. 87-117.

diversos outros títulos de importância que esse funcionário passa a acumular ao longo de sua vida, sempre “em virtude de sua grande excelência”. A educação de um indivíduo de família provincial em Mênfis era uma hábil estratégia por parte das elites menfitas para difundir a cultura palatina nas províncias, já que essas pessoas retornavam a seus nomos de origem em posições estratégicas na administração e levavam, consigo, elementos característicos do modo de vida e de organização das elites centrais difundindo, assim, essa visão de mundo. A esse respeito, João comenta que

Há uma lenta difusão de elementos outrora pertencentes à realeza a estes setores da população, uma vez que o motor que movia a ascensão destas elites era um processo de imitação e emulação em relação à Corte. Na decoração dos sarcófagos, por exemplo, apareciam pintadas algumas possessões que não representavam, necessariamente, possessões do morto, mas sim elementos apropriados dos rituais fúnebres do monarca. Os amuletos apotropaicos colocados junto ao corpo do rei morto foram, igualmente, adquiridos por particulares, muito embora fossem utilizados em sua confecção materiais de qualidade inferior em relação àqueles confeccionados para o rei. Um outro exemplo é a utilização do formato piramidal na construção das tumbas de alguns nobres, outrora marcas distintivas dos locais de sepultamento dos governantes egípcios⁴¹³.

Note-se, contudo, que essa é uma via de mão dupla pois, ao mesmo tempo que as elites se integram à chamada “cultura formal”, algumas referências ideológicas referentes a esses grupos também se incorporadas aos códigos canônicos. Um exemplo são os Textos dos Sarcófagos que aliam encantamentos produzidos outrora para usufruto do rei a variações regionais, incorporando temas caros à visão de mundo das elites locais. A junção do morto com a sua família no outro mundo é um desses elementos, uma vez que os laços com os ancestrais “(...) conjuram imagens de conectividade social, com o objetivo de reintegrar o falecido em uma comunidade que acolherá aquele que foi separado da terra dos vivos”⁴¹⁴:

⁴¹³ JOÃO, Maria Thereza David. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882652_ARQUIVO_Anpuh_SP_2011.pdf (último acesso em 06/04/2015).

⁴¹⁴ ASSMANN, Jan. Invisible religion and cultural memory. In: _____. *Religion and cultural memory*. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 63. Como prova da ligação entre as famílias provinciais e seus antepassados está o aumento da construção de santuários familiares dedicados ao culto de ancestrais importantes e a divinização de alguns nomarcas nas regiões de Edfu e Elefantina. É o

TS 143 - (...) N juntou seus dependentes, para que a família de N pudesse vir a ele. As massas serviram N, N fez um escrito para estes espíritos que estão escondidos nos lugares do Ocidente, para que eles dêem um espírito a N, para que eles possam criar a dignidade de N, para que eles possam acordar N quando N dormir⁴¹⁵.

TS 146 - Reunindo a família, pai, mãe, amigos, associados, crianças, mulheres, concubinas, servos, trabalhadores e tudo pertencente a ele no mundo dos mortos. Um encantamento um milhão de vezes correto⁴¹⁶.

Um ponto interessante do texto de Qar é que, se analisado junto à autobiografia de outro importante nomarca da região, Izi, seu pai, podemos acompanhar o desenvolvimento da presença do Estado nessa província e de que forma as elites menfitas passam a explorar os recursos locais em seu benefício.

Izi é o primeiro a portar o título de nomarca (*hrꜥ-tp ꜥꜣ n spꜣt*) no nomo de Edfu e a ser enterrado na região. Antes de ser nomarca, é apontado como *hkꜣ hwt*. A existência de um *hwt* no nomo de Edfu indica que já no reinado de Unas havia interesse por parte do Estado no controle de atividades produtivas na região. No momento em que é designado como nomarca e, também, como responsável pelos trabalhos régios (título que aparece concomitante à sua designação como vizir do sul⁴¹⁷), passa a orientar sua atuação de acordo com os desígnios da Residência. A partir da VIª dinastia a administração provincial do nomo de Edfu conhece um grande desenvolvimento, haja vista a presença de inúmeros funcionários importantes atestados nas tumbas do período e mesmo posteriormente, no Primeiro Período Intermediário. O interesse do Estado na região pode estar vinculado ao seu caráter econômico e estratégico. Moreno Garcia menciona a existência de alguns grafites que mostram, no Reino Antigo, a passagem de expedições por uma rota que ligava Edfu ao Mar Vermelho. Por esse motivo, esse nomo deve ter servido como um importante local para abastecimento daqueles que por ali passavam, de onde se

caso de Heqaib, da sexta dinastia, cuja autobiografia foi analisada anteriormente (RAUE, Dietrich. Sanctuary of Heqaib. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles, 2014).

⁴¹⁵ TS 143.

⁴¹⁶ TS 146.

⁴¹⁷ Algumas controvérsias aparecem em relação ao título de « vizir do sul » encontrado em Izi. Para autores como Alliot e Martin-Pardey, esse título não representa o exercício do vizirato na prática. Para o primeiro, Izi teria sido vizir da capital no governo de Teti e, aposentado, resolveu fazer-se enterrar na província (ALLIOT, Maurice. Un nouvel exemple de vizir divinisé dans l'Égypte ancienne. *BIFAO* 37, 1937-38, pp. 93-160). Para o segundo, Izi teria usurpado esse título (MARTIN-PARDEY, Eva. *Untersuchungen zur ägyptischen Provinzialverwaltung bis zum Ende des Alten Reiches*. Hildesheim, 1976). Preferimos, contudo, acatar a posição de Kanawati, que discorda de ambos por julgar que não há evidências que comprovem nenhuma das mencionadas hipóteses.

explica a existência de diversos domínios agrícolas estatais (os *ḥwwt*), nessa região. Uma presença mais efetiva de instituições estatais na província de Edfu ajudaria, igualmente, a assegurar o controle dessas rotas.

A otimização da captação desses recursos pode ser aferida através da passagem da autobiografia de Qar em que o nomarca diz “eu fiz com que o gado desse nomo fosse mais numeroso que o gado que estava no estábulos à frente do todo o Alto Egito”, uma vez que o gado era uma importante referência para medir as riquezas adquiridas pelo Estado⁴¹⁸. Mesmo que as fontes não nos apresentem dados suficientes para uma análise mais aprofundada, é de se supor o grande impacto da maximização do aproveitamento dos recursos locais na vida da população campesina, a qual deveria sofrer, dentre outros fatores, com o aumento da pressão fiscal do Estado em forma de tributos pagos em trabalho (corveia) e em produtos.

O título de “supervisor do Alto Egito”, portado por Qar, ajuda-nos a compreender a organização da administração estatal no contexto da sexta dinastia. Em primeiro lugar, a presença de um “supervisor do Alto Egito” é novidade introduzida pelos governantes da VIª dinastia, provavelmente com o intuito de reforçar a presença estatal na porção meridional do Egito. Ao exercer essa função, Qar torna-se responsável por todos os nomos da região e “é valioso ser o senhor no comando de todos os chefes na totalidade do Alto Egito”. Além disso, Qar menciona ser aquele “que julga todo o Alto Egito”, indicando que essa posição também o tornava responsável por questões de justiça. A menção ao controle de terras estrangeiras também é feita nessa autobiografia o que, para Strudwick, refere-se ao controle de rotas para os oásis⁴¹⁹.

Além disso, a autobiografia de Qar representa uma mudança importante no que diz respeito ao conteúdo desse tipo de registro. Nela, nota-se a introdução de um novo estilo, repleto de temas inexistentes até então e que se tornarão, da VIª dinastia em diante, canônicos especialmente no contexto do Primeiro Período Intermediário⁴²⁰. Moreno Garcia levanta um ponto importante ao indicar que a

⁴¹⁸ Isso se deve, provavelmente, ao número limitado do rebanho no Egito Antigo. Quem chega a essa conclusão é Ciro Cardoso que, ao basear-se em estudo de Alessandra Nibbi, atesta ser o couro uma matéria-prima consistentemente escassa no terra dos faraós (cf. CARDOSO, *op. cit.* (2015), p. 28).

⁴¹⁹ TPA, p. 344.

⁴²⁰ Uma comparação entre os vários estágios referentes à produção das autobiografias no Reino Antigo pode ser encontrada em JOÃO, *op. cit.* (2008), pp. 53-63.

presença desses novos temas e desse novo estilo autobiográfico não é generalizado para todo o Egito e que aparece somente nos textos encontrados na região de Edfu⁴²¹. Isso nos permite supor que esse desenvolvimento se trata de uma inovação regional relacionada ao contexto dessa província. Dentre as mudanças perceptíveis na autobiografia de Qar está o foco no indivíduo, cuja atuação divide-se em duas frentes: em funções estatais e no serviço à comunidade, auxiliando os menos favorecidos. Um dos temas que passa a ser recorrente nas autobiografias posteriores é o tema da fome, repetido inúmeras vezes através da fórmula “eu dei pão ao todos os famintos e roupas ao desnudos que encontrei nesse nomo”.

A narrativa presente em Qar, embora repleta de fórmulas padrão, é interessante para que possamos atestar a importância das relações de patronato no contexto da VIª dinastia. Qar aparece como um patrono benevolente que dá de comer aos habitantes do nomo com alimentos de seu *pr-dt*⁴²², veste o desnudo, ajuda os fracos frente aos opressores (“eu resgatei o desamparado daquele que era mais poderoso que ele”), propicia meios para o enterro “daqueles que não têm filhos”, dentre outras boas ações.

Assmann define o patronato como um modelo de “solidariedade vertical”, utilizado para exprimir uma relação entre indivíduos de posições sociais distintas, e não entre “iguais”, da mesma maneira como Finley define as relações entre patrono e cliente para o caso da Roma Antiga, de onde o termo é emprestado⁴²³. Em sua concepção, esse tipo de laço de solidariedade se fortalece nos momentos em que o poder central se enfraquece, uma vez que « por baixo da superfície monocêntrica do estado territorial dominante nas fases de “Reino” da história egípcia, uma profunda estrutura policêntrica repetidamente aparecia quando a superfície desmoronava »⁴²⁴. Parece-nos, contudo, mais adequado pensar da forma como orienta João para a qual, longe de se constituírem uma exceção, as relações de patronato « fazem parte da própria estrutura da sociedade egípcia e, como tal, sua proeminência em

⁴²¹ MORENO GARCIA, *op. cit.* (1998).

⁴²² O *pr-dt* representa o conjunto de todos os bens de função adquiridos por um funcionário. Sobre o *pr-dt*, cf. MORENO GARCIA, Juan Carlos. Hwt y la retribución de los funcionarios provinciales en el Imperio Antiguo: el caso de Jbj de Deir el-Gebrawi (Urk. I 144:3 – 145:3). *Aula Orientalis* 12, 1994, pp. 29-50.

⁴²³ FINLEY, Moses. Autoridade e Patronato. In: _____. *Política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. cap. 2.

⁴²⁴ ASSMANN, Jan. *The mind of Egypt*. History and meaning in the time of the pharaohs. Cambridge: Harvard University Press, 2003. p. 84.

períodos de crise não pode significar uma ruptura radical com os modelos preestabelecidos »⁴²⁵.

A presença da lógica do patronato será melhor desenvolvida nesta tese quando da análise de uma outra autobiografia, a de Ankhtifi de Mo'allá. Por ora, resta apenas salientar que o elemento patronal era uma lógica coexistente à estatal e sua presença não indica, necessariamente, o enfraquecimento do Estado⁴²⁶. Há indícios, inclusive, de que o Estado subordinava o patronal à sua própria lógica, o que nos serve de argumento para contestar a tradicional visão sobre o fim do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário através da qual o recrudescimento dos laços de patronato⁴²⁷ é considerado fator de desequilíbrio do Estado levando, em última instância, à fragmentação política no Egito por favorecer a autonomia de certos grupos e indivíduos em relação ao poder central.

3.3.1.5 Autobiografia de Weni

A autobiografia de Weni é a mais extensa do Reino Antigo e nos oferece diversos elementos para pensar a situação dos nomos meridionais no Egito ao final da VIª dinastia⁴²⁸.

Assim como as demais autobiografias analisadas, a de Weni é introduzida pela fórmula *htp di nsw* e com a apresentação de seus principais títulos. Depois, Weni comenta a respeito do período em que foi educado na Corte, onde exercia a função de “supervisor da despensa”, indicando que já nessa época exercia atividades ligadas ao palácio. Após, Weni é promovido à *khenty-she* da Grande Casa e seu codinome, o Ancião, advém do fato de ter sido o funcionário mais velho a servir Pepi I, evidenciando o estreitamento dos laços que possuía com a Corte e com o monarca, que o nomeia “companheiro e supervisor dos sacerdotes da cidade

⁴²⁵ JOÃO, *op. cit.* (2008), p. 62.

⁴²⁶ A própria menção às duas lógicas na autobiografia de Qar, cuja autoridade e capacidade de subordinação deriva tanto da sua condição de funcionário quanto de seu papel enquanto protetor dos necessitados, revelam esses interstícios.

⁴²⁷ Fala-se em recrudescimento mas, na realidade, o que se verifica é o aumento das referências a esse tipo de lógica nas fontes do Reino Antigo. Em realidade, o patronato nunca deixou de existir no Egito.

⁴²⁸ Texto e tradução em: PIACENTINI, Patricia. *L'Autobiografia di Uni, principe e governatore dell'Alto Egito*. Pisa : Giardini Editori.

da pirâmide”. Essa relação próxima com o rei pode ser aferida no trecho em que menciona “dever de guarda, preparando seu caminho e ficando sob vigilância”, no qual é possível deduzir que Weni exercia algum tipo de função relativa à segurança do faraó.

Weni era, certamente, um funcionário influente que possuía acesso a círculos restritos como o Conselho de Hórus, no qual ouviu “casos sozinho, apenas com o vizir, relacionado a todas as questões secretas”. Tendo em vista a sua notória autoridade, Weni tornou-se responsável por questões de justiça como “boca de Nekhen”, título que indica uma função como aquela de juiz. Mais tarde, é promovido a *sr.*

Conforme mencionado no capítulo anterior, Weni participou de um importante julgamento envolvendo uma das esposas reais, conhecido como Conspiração do Harém, na qual “nem o vizir estava presente” e, mesmo sendo um assunto de extrema relevância, “nunca antes alguém como eu ouviu os segredos do Harém Real, e ainda assim Sua Majestade me deixou ouvi-los”.

O apreço do rei por esse funcionário fica evidente no trecho em que Weni relata ter sido agraciado com um sarcófago de pedra branca de Tura, para onde foi enviada uma expedição. Diversos outros itens da mobília funerária de Weni aparecem como tendo sido providos pelo faraó.

Em um trecho da sua autobiografia, Weni vangloria-se de ter substituído quatro *khenty-she*. Essa informação nos leva a pensar em uma reforma administrativa em um contexto de transição dinástica turbulenta, na qual a reconfiguração das elites tornava-se um elemento fundamental para garantir uma base de apoio à nova dinastia que se instalava em Mênfis. Abidos parece, portanto, ter sido um importante aliado dessa dinastia. Em outra autobiografia de um funcionário da região, o vizir Djau, menciona-se o casamento entre reis da VIª dinastia e duas de suas irmãs, permitindo-nos supor que sua ascensão ao cargo de vizir possuía relação com suas conexões familiares, indicando que a lógica do parentesco era usada pelo Estado em sua estruturação.

A autobiografia de Djau menciona, ainda, diversos títulos sacerdotais, o que denota a importância de Abidos como centro de culto. No Primeiro Período Intermediário e Reino Médio essa região se torna um importante centro de peregrinação e importante centro de culto ao deus Osiris.

Um dos elementos mais interessantes na autobiografia de Weni é a menção a uma incursão contra os asiáticos “moradores da areia” (provavelmente precursores dos atuais beduínos), para a qual foi mobilizada uma armada de dez mil homens, cobrindo do norte de Elefantina até o Delta, da qual Weni era o chefe. A presença de diversos outros funcionários nessa expedição, com as mais variadas funções, nos permite afirmar que não havia um limite muito claro separando as funções de cada indivíduo a serviço do Estado. A menção a esses funcionários, todos de *status* bastante elevado, também serve como estratégia para a autopromoção de Weni, que afirma ter liderado essa expedição mesmo “sendo apenas um *khenty-she* da Grande Casa”. Além disso, a menção a esses indivíduos, como os *hri-tp* oriundos do Delta, ajudam-nos a visualizar a existência de outros grupos sociais a respeito dos quais não possuímos muita informação, tendo em vista que os registros monumentais e epigráficos do Reino Antigo dizem respeito, quase que totalmente, somente ao estrato social ao qual pertenciam os nomarcas.

No que se refere à organização dessa expedição, a autobiografia de Weni nos dá pistas para que possamos concluir a respeito de um recrutamento local das tropas.

Weni comenta ter feito cinco incursões contra esses asiáticos, mencionado diversas rebeliões. Málek comenta sobre um período de cheias insuficientes do Nilo que teriam pressionado as fronteiras do Egito e que, para ele, teriam contribuído para a crise do Reino Antigo:

A situação foi agravada por fatores climáticos, especialmente uma série de cheias insuficientes do Nilo e um declínio na precipitação que afetou áreas adjacentes ao Vale do Nilo e produziu pressões nas áreas fronteiriças do Egito por povos nômades⁴²⁹.

É provavelmente a esses asiáticos, vistos pelos egípcios como invasores, o texto das *Admoestações de Ipu-Ur* faz referência:

(...) em seu meio como asiáticos. Não se acha ninguém que possa levantar-se para protegê-los? Cada um protege a sua irmã e defende a si mesmo
(...) os soldados que recrutamos para nós mesmos tornam-se arqueiros,

⁴²⁹ MÁLEK, Jaromír. The Old Kingdom. In.: SHAW, *op. cit.*, p. 107.

determinados a tudo destruir, e revelaram aos asiáticos a situação do país. Mas todos os estrangeiros temem. A experiência do povo leva-o a afirmar: “O Egito não será dado à areia!”⁴³⁰

Ao que parece, o ponto mais problemático era o Nariz da Gazela – contudo, a localização exata dessa região permanece desconhecida. A política em relação aos vencidos era a de destruir casas, fortalezas, a vegetação, matar a população (Weni comenta não ter retornado até chacinar todos) e trazer cativos para o Egito. Essa última informação é extremamente relevante para que possamos compreender parte da procedência da força de trabalho que vinha no Egito, uma vez que esses cativos eram usados como mão-de-obra escrava.

Durante o governo de Merenra, Weni é promovido a *hstj-ε* e a supervisor do Alto Egito, tendo responsabilidades gerais do primeiro ao vigésimo-segundo nomos. Como supervisor, suas atitudes estão voltadas ao agrado da Residência, pois comenta que possuía o “dever de avaliar tudo o que é necessário para a Residência no Alto Egito”, reforçando a coleta de impostos na região. Não devemos supor que a fiscalidade tenha sido monopólio do rei egípcio, uma vez que isso exigiria um controle intenso sobre todas as relações de produção existentes no território, o que não era o caso. A expansão da centralidade e o reforço da fiscalidade do Estado na região de Abidos deve, contudo, ter impactado de maneira significativa as populações locais.

Enquanto parte da população sofria com o aumento da pressão fiscal, Weni ascende socialmente “executando meus deveres oficiais para fazer a minha reputação no Alto Egito”. Nesse extrato fica claro que sua autoridade e reconhecimento social provinha do fato de ser um funcionário do Estado podendo, dessa forma, afirmar seu domínio sobre outros grupos locais.

As atividades exercida por Weni enquanto supervisor do Alto Egito incluíam, também, expedições às pedreiras de Elefantina, construção de canais e de barcos de madeira de Acácia, conseguida na região de Wawat, na Núbia. A importância da região de Elefantina e o estreitamento das relações com a Núbia podem, portanto, mais uma vez ser atestadas.

⁴³⁰ ARAÚJO, *op. cit.*, pp. 190-191.

3.4 O PRIMEIRO PERÍODO INTERMEDIÁRIO: TEBANOS E HERACLEOPOLITANOS.

Uma tese frequente a respeito do declínio do Reino Antigo é a da “burocratização” do Estado egípcio. Essa é uma ideia defendida por Kanawati e sintetizada por Cardoso da seguinte forma:

Como resultado da multiplicação dos burocratas, os rendimentos de cada funcionário, no governo central e nos nomos, declinaram drasticamente, levando a uma queda na qualidade da administração e à insatisfação geral, num regime trabalhado por desequilíbrios internos graves que, por tal razão, não pôde fazer frente aos problemas internos e externos que se multiplicaram e passaram a agir em conjunto a partir do final da VI dinastia⁴³¹.

A hipótese é de que os recursos destinados aos burocratas, especialmente nas províncias, teriam exaurido as finanças o Estado que, enfraquecido, entrou em colapso. Não nos deteremos aqui, mais uma vez, na discussão a respeito da impropriedade da ideia de “colapso estatal”, mas apontaremos (de forma mais detalhada quando da análise das autobiografias) que, economicamente, o Estado egípcio passava por um momento de prosperidade durante a VIª dinastia. Nesse período aumentam os funcionários com o título de *hꜥꜥ hwt*⁴³², o que é indicativo de um aumento das instalações régias no âmbito provincial, mesmo em nomos nos quais anteriormente não existiam, com o intuito de maximizar o aproveitamento dos recursos existentes nesses potentados rurais⁴³³. Além disso, as autobiografias de Weni e Qar, da região de Abidos, nos mostram o sucesso desses funcionários em aumentar as receitas locais devidas à Coroa.

⁴³¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Hekanakht: pujança passageira do privado no Egito antigo*. Niterói, 1993. Tese (Concurso para Professor Titular) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993. p. 121.

⁴³² MORENO GARCIA, *op. cit.*, 2001, p. 220.

⁴³³ Além da exploração dos recursos das províncias, um outro objetivo relacionado à instalação de domínios régios nessas regiões era integrar as elites locais ao aparelho estatal, uma vez que estas alianças eram importantes para reforçar a administração palatina nas províncias.

Para Jan Assmann, o Primeiro Período Intermediário exemplifica uma espécie de “padrão” recorrente na história egípcia, já que “nas fases em que o governo central afrouxava o controle, valores competitivos ganhavam lugar em detrimento dos valores que favoreciam a integração”⁴³⁴ através do florescimento daquilo que chama de estruturas “policêntricas”. Muito embora a percepção de Assmann sobre a existência de vários centros de poder debaixo de uma superfície monocêntrica seja interessante, a maneira como elas são interpretadas na dinâmica histórica dessa sociedade deixa entrever um certo conservadorismo em sua análise. A existência de forças antagônicas e contraditórias só é percebida por Assmann nos momentos em que a capacidade centralizadora do Estado é retraída, quando na verdade são elementos constituintes das relações entre os diversos grupos sociais não só no Egito, mas em todas as sociedades. Colocar, igualmente, os nomarcas no papel de “rivais” e explicar a importância adquirida pelas elites locais como fruto de um “desejo de competição” não explica a dinâmica mais profunda envolvendo toda a conjuntura relativa ao Primeiro Período Intermediário.

Jaromír Málek encara o Primeiro Período Intermediário como um período de “crise de ideias”. O autor nega que tenham acontecido sublevações sociais ou ameaças de invasões estrangeiras ao longo desse período, e credita a crise econômica e política ao fato de que “a realidade superou a religião e outras crenças nas quais o sistema estava baseado, e nenhum progresso seria possível sem ajustes substanciais”⁴³⁵. Málek continua sua argumentação afirmando que o poder absoluto do rei enfraqueceu a tal ponto que ele não era mais capaz de realizar efetivamente as tarefas delegadas pelos deuses e que seus súditos esperassem que realizasse. O fator determinante para Málek é, portanto, a religião, mas vejo alguns problemas envolvendo explicações como essa. Primeiro, é difícil compreender o que o autor quer dizer quando fala que “a realidade superou a religião”. Que entidade é essa “realidade” à qual se refere? Por quem ela é formada? O que tornou a religião, segundo sua concepção, obsoleta? Ao relegar um papel menor às questões sociais e econômicas verificadas no período, o autor considera a religião (há que se

⁴³⁴ ASSMANN, *op. cit.*, 2003, p. 84.

⁴³⁵ MÁLEK, Jaromír. The Middle Kingdom, Rise and Fall. In.: _____. *Egyptian Art* (Art and Ideas). Londres: Phaidon Press, 1999. p. 155.

questionar, também, o que o autor entende pelo termo⁴³⁶) quase que como um epifenômeno, que paira acima da sociedade, mas que ao mesmo tempo tem um poder quase sobrenatural de influenciar o que nela acontece. Persiste, igualmente, a ideia de um poder “absoluto” dos reis e a conquista de “autonomia dos poderes locais” é encarada através de uma lógica mecanicista através do qual ela só é possível nos momentos em que a monarquia se encontra enfraquecida. Esse enfraquecimento, normalmente, é atribuído unicamente à fraqueza pessoal de determinados reis. Por trás da personificação do poder em torno do faraó resta, ainda, a lógica maniqueísta que coloca as elites locais como “más”, de um lado, que ameaçam a estabilidade do reino e por isso merecem ser combatidas, e o faraó/monarquia “bom”, do outro lado, cuja restauração é a única salvação para uma terra acometida pelo caos e pela violência.

Não é difícil perceber a influência da carga ideológica presente nas fontes egípcias em interpretações como essa que, como já dito, acabaram sendo tomadas por muitos egiptólogos como expressão exata da realidade dos habitantes do Nilo. Especialmente em Málek, é nítida a influência do documento egípcio conhecido como “Admoestações de Ipu-Ur”. Esse texto possui datação controversa e há debates envolvendo questionamentos sobre se o seu conteúdo refere-se ou não a eventos reais⁴³⁷. Permeado por um grave tom de queixa, o que o caracteriza dentro do conjunto conhecido como Literatura Pessimista, as Admoestações relatam uma situação caótica no Egito envolvendo subversão de hierarquias, crise política, crise econômica, invasões estrangeiras e, também, o que alguns autores chamam de “secularização da religião”⁴³⁸. Em seu relato, Ipu-Ur lamenta que “as fórmulas mágicas foram divulgadas, tornaram-se ineficazes porque são repetidas por todo mundo”⁴³⁹, o que pode muito bem ser aquilo a que Málek faz referência quando

⁴³⁶ Para uma discussão a respeito do emprego do termo religião no contexto egípcio cf. JOÃO, *op. cit.*, 2008, pp. 62-66.

⁴³⁷ O documento encontra-se hoje no Museu de Leiden (Papiro Leiden 344) e a cópia encontrada data da XIX dinastia. Concordamos com os autores que defendem um fundo histórico do texto e que afirmam que seu conteúdo faz referência aos eventos ocorridos no Primeiro Período Intermediário. Uma análise mais precisa desse documento pode ser encontrada em: JOÃO, Maria Thereza David. As Admoestações de Ipu-Ur: reflexões sobre a sociedade egípcia do Primeiro Período Intermediário. *NEARCO*, n.1, 2009.

⁴³⁸ Cf. SORENSEN, Jorgen Podemann. Divine Access: the so-called democratization of egyptian funerary literature as a social-cultural processo. In.: ENGLUND, Gertie. *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive Structures and popular expressions. Uppsala: 1989, p. 114.

⁴³⁹ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 183.

comenta a respeito do fato de o rei não mais estar conseguindo desempenhar seu papel como “senhor absoluto” da religião, tendo que delegar funções a terceiros.

Para Ipu-Ur, este fenômeno é visto em termos negativos, consequência da situação de fragilidade em que se encontravam o Egito e a monarquia. A figura do faraó como sacerdote supremo é importante para Ipu-Ur, bem como os encargos religiosos a ele destinados, e essa função se esvazia na medida em que as pessoas “não precisam mais do rei”, ocorrendo uma espécie de “banalização” da religião – uma vez que as fórmulas perdem sua eficácia quando recitadas por todos⁴⁴⁰.

Nessa visão, a religião é um elemento determinante da realidade social e, se sua eficácia resta comprometida, é o próprio bem-estar do povo egípcio que fica ameaçado e vulnerável a todo tipo de crise. Além disso, a narrativa de Ipu-Ur é desenvolvida de tal modo que a situação caótica nela representada é associada unicamente à presença de um faraó frágil (“Nessa hora não há piloto. Onde ele está hoje? Dorme? Em verdade sua força não é vista”⁴⁴¹), situação que poderia ser revertida imediatamente, portanto, através do retorno de uma mão de comando forte (“podes, contudo, ordenar o contrário, que volte o amor”⁴⁴²).

A ideia de que somente uma monarquia unificada poderia trazer equilíbrio e prosperidade ao Egito presente no discurso ideológico das fontes levou muitos estudiosos a crerem que, fora desse sistema, o Egito estaria condenado ao caos e à desordem. O que boa parte da historiografia sobre o Primeiro Período Intermediário nos mostra é, justamente, o enraizamento dessa visão. Disto advém a imagem do Primeiro Período Intermediário como uma espécie de anomalia e como um desvio no curso “natural” da história, oposto aos períodos denominados “reinos”, os quais comportariam estabilidade⁴⁴³. Demonstramos, até agora, como essa visão monolítica a respeito da história política do Egito obscurece a real dinâmica das

⁴⁴⁰ JOÃO, *op. cit.*, 2008, pp. 37-38.

⁴⁴¹ ARAÚJO, *op. cit.* p. 189.

⁴⁴² *ibid*, p. 189.

⁴⁴³ Um exemplo é a definição trazida por Alicia de Rodrigo : « Período de crise e transição entre duas épocas, o Primeiro Período Intermediário se estende entre o Reino Antigo, no qual um regime absolutista e burocrático, baseado na doutrina oficial do governo de um deus rei-deus alcança sua maturidade, e o Reino Médio no qual o sistema político se recompõe apontando a reproduzir o modelo da época de ouro do Reino Antigo » (DE RODRIGO, Alicia Danieri. Las Dinastías VII-VIII y el período heracleopolitano en Egipto. Problemas de reconstrucción histórica de una época de crises. *Anexos de la Revista de Estudios de Egiptología* 3. Buenos Aires, 1992, p. 12).

relações de poder ocorridas nessa sociedade e, mesmo debaixo de uma monarquia unificada, os conflitos entre classes e frações de classe levavam o Estado a se rearticular constantemente. Os processos e eventos ocorridos durante o Primeiro Período Intermediário são, nesse sentido, mais uma expressão dessa dinâmica e como tal não devem ser tratados como interrupções que obstaculizaram o desenvolvimento egípcio, possível somente através da existência de uma monarquia unificada. Uma tal visão teleológica deve ser abandonada e, a seguir, iremos analisar algumas características acerca desse período com o intuito de reavaliar a imagem construída em seu entorno.

Em primeiro lugar, é incorreto pensar que todo o Egito estivesse atravessando um período de crise e que o caos tomou conta da terra dos faraós. Estudos recentes de Seidlmayer e Janet Richards⁴⁴⁴ nos auxiliam, através da arqueologia, a repensar o Primeiro Período Intermediário como uma época de penúria ou, em outras palavras, como uma “idade das trevas”⁴⁴⁵. Eles demonstram florescimento artístico nas províncias durante esse período e, a julgar pelas tumbas, demonstram também riqueza concentrada nas mãos de alguns indivíduos e a possibilidade de aquisição privada de bens de prestígios, como servos⁴⁴⁶. Ao contrário do que ocorre no Reino Antigo, no Primeiro Período Intermediário não são os nomarcas, mas outros chefes locais que ganham visibilidade nas fontes, anteriormente ocultos dos registros. Há diversas inscrições do Primeiro Período Intermediário que ilustram a importância desses chefes locais e de outras pessoas advindas de setores intermediários da população. Uma das inscrições mais interessantes é a de Merer, açougueiro no templo de Khuu, o mais importante da região de Edfu. A estela em que se encontra sua autobiografia é bastante reveladora pois, embora Merer tenha sido apenas um açougueiro, as ações descritas em sua autobiografia nos permitem colocá-lo na condição de um chefe local: “eu adquiri gado, adquiri pessoas, adquiri campos,

⁴⁴⁴ Cf. RICHARDS, Janet. *Society and Death in Ancient Egypt*. Mortuary Landscapes of the Middle Kingdom. Cambridge : Cambridge University Press, 2005.

⁴⁴⁵ É exatamente como «idade das trevas» que Barbara Bell define o Primeiro Período Intermediário (cf. BELL, Barbara. The Dark Ages in Ancient History. The First Dark Age in Egypt. *AJA* 75, 1971, pp. 1-26).

⁴⁴⁶ MORENO GARCIA, Juan Carlos. Acquisition de serfs durant la Première Période Intermédiaire: une étude de l'histoire sociale dans l'Égypte du III^e millénaire. *RdE* 51, 2000, pp. 123-139. Ver, igualmente, o grande florescimento dos cemitérios provinciais na região de Dendera.

adquiri cobre. Eu alimentei meus irmãos e irmãs”⁴⁴⁷. Além disso, menciona ter restaurado a sua cidade quando “o medo despertou em outra cidade”⁴⁴⁸.

As menções a respeito de uma situação mais instável concentram-se quase que todas nos registros encontrados nos nomos um a oito do Alto Egito, justamente os mais meridionais. Quando analisamos as autobiografias de alguns nomarcas do sul no final do Reino Antigo, algumas pistas a respeito dessa instabilidade foram mencionadas. Na região de Assuã, por exemplo, nota-se certa tensão na região da Núbia e, em Abidos, Weni comenta a respeito de uma incursão contra povos asiáticos. Diante do enfraquecimento da elite menfita e da redução do seu papel nas províncias, os nomarcas dos nomos mais ao sul arrogaram para si um papel mais ativo afim de contornar as dificuldades. A situação instável nos nomos do sul, marcada por fome, miséria e penúria, pode ser averiguada através da autobiografia de Henque, de Deir el Gebrawi, quando diz: “eu restabeleci todos os locais da cidade com homens, gado e rebanhos, como é certo”. Autobiografias como essa apontam para uma reestruturação administrativa no que diz respeito às províncias. Somando isso a outras evidências, o que se nota é a desintegração de certos nomos e um foco maior nos distritos, como é o *pr* (casa), que engloba várias localidades.

Diante do enfraquecimento das elites menfitas algumas famílias poderosas começam a exercer influência cada vez maior no âmbito local e a disputa por hegemonia começa a opor os interesses de diversos grupos dentro das mais diversas províncias. É o caso do nomo de Dara, onde o nomarca Khui, durante o Primeiro Período Intermediário, coloca o seu nome dentro de um cartucho régio e enfrenta famílias poderosas como as de Deir el-Gebrawi e Meir⁴⁴⁹. Esse faraó não aparece nas listas régias, mas exerceu o controle da região do Fayum e imediações.

No Médio Egito surge, no vigésimo nomo, uma poderosa dinastia em Heracleópolis, que passa a controlar alguns nomos mais setentrionais do Alto Egito (*hry-ib spjwyt šmšw*, do nono ao décimo quinto), assim como a região do Delta. Ao mesmo tempo em que havia uma dinastia governando a partir de Mênfis, em Heracleópolis o nomarca Ankhtoy arroga para si o título de “senhor das duas terras” e, paralelamente à VIIIª dinastia menfita, funda a IXª dinastia. Os heracleopolitanos

⁴⁴⁷ AEL, p. 87.

⁴⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁴⁹ O governador de Meir, nessa época, ocupa sozinho o cargo de supervisor do Alto Egito e vizir do sul.

contam com o apoio de nomos como o de Assiut mas encontram, posteriormente, a resistência de Tebas e dos nomos por ela controlados no sul. Não tardou para que os tebanos fundassem a sua própria dinastia e o Egito fosse mergulhado em uma guerra entre norte e sul⁴⁵⁰. Uma inscrição pertencente a Khety II, do décimo-terceiro nomo, demonstra o clima de insegurança em que vivia parte da população:

Cada morto chegou a sua propriedade sem lutar nem disparar flechas. O filho ao lado de sua mãe não foi golpeado, nem o vizinho ao lado de sua esposa. Não houve roubo de coisas na rua, ninguém cuja casa tenha sido violada⁴⁵¹.

Na região dominada por Heracleópolis não se verificam mudanças substanciais em relação ao controle regional e os nomarcas continuam a exercer suas funções. Não se encontram, para essas localidades, os registros alarmantes de miséria e penúria que caracterizam as produções referentes aos seus vizinhos do sul.

Em relação à Tebas, a primeira notícia que temos a respeito vem da terceira dinastia e aponta que a cidade tenha abrigado um importante centro de culto⁴⁵². Há, contudo, um hiato nas fontes para o período entre a terceira dinastia e a sexta, quando aparecem os primeiros cemitérios nomarcais na região e atesta-se a presença de um celeiro real datado do reinado de Pepi II. Por conta disso, muitos nomarcas da região passam também a portar o título de “supervisor dos celeiros”. É impossível, contudo, através das fontes que dispomos, entender como se deu a ascensão de Tebas como um influente centro de poder capaz de reunificar o país ao subjugar os heracleopolitanos e entronar Mentuhotep II como “senhor das Duas Terras”.

O que sabemos sobre Tebas durante o Primeiro Período Intermediário é que, conforme dito, recusa-se a aceitar o poder dos reis heracleopolitanos, unifica alguns

⁴⁵⁰ Cf. MORENO GARCIA, Juan Carlos. War in Old Kingdom Egypt (2686-2125 BCE). In.: Vidal, J. (ed.). Studies on War in the Ancient Near East. *Collected Essays on Military History* (AOAT, 372), Münster, 2010, pp. 5-41.

⁴⁵¹ DE RODRIGO, *op. cit.*, p. 150 (documento 23).

⁴⁵² Cf. MORENO GARCIA, Juan Carlos. Elites y agricultura institucional: el papel de los templos provinciales egípcios durante el Imperio Antiguo. *Huelva Arqueologica*. Actas Del III Congreso Español de Antiguo Oriente Proximo. n. 19. Huelva/ out 2003.

nomos do sul (*tp rsy*, do primeiro ao quinto) e funda uma nova dinastia, a XI^a, que ocorre simultaneamente à X^a dinastia heracleopolitana. Na autobiografia de Ankhtifi é possível verificar a presença de disputas por hegemonia na região. Ankhtifi, como nomarca do terceiro nomo, o de Mo'alla, aparece controlando igualmente o segundo e o primeiro. A ele se opõem o quarto e quinto nomos, controlados por Tebas. Um registro, contudo, pertencente ao funcionário Iti, um contemporâneo de Ankhtifi da região de El-Gebelein, permite afirmar que, embora seu nomo estivesse submetido aos tebanos, este prestou ajuda à Hefat, a cidade de Ankhtifi:

Fui um grande pilar do nomo tebano, um homem de respeito no distrito sul. Eu dei cevada do Alto Egito para luni, Hefat, depois que Imiotru foi suprida. Enquanto o nomo tebano viajava à montante e à jusante, eu nunca deixei que Imyotru viajasse à montante e à jusante para outro nomo⁴⁵³.

A fórmula “viajar à montante e à jusante” é um eufemismo, segundo Miriam Lichtheim, para indicar um período de fome em que a população se desloca em busca de comida. Vemos, portanto, como o tesoureiro Iti dá suporte à cidade de Ankhtifi ao mesmo tempo em que vê o nomo tebano padecer.

Com relação aos outros nomos nesse mesmo período, há registros de que o sexto, sétimo e oitavo estivessem sob o controle de Ab-Ihu. O oitavo nomo também aparece sendo governado por outro chefe, junto ao nono, chamado Inheret-nakht⁴⁵⁴. A estela de Henenu, do final do Primeiro Período Intermediário, aponta esse funcionário como dirigente do oitavo ao décimo nomo.

Nota-se, posteriormente, a desintegração do terceiro e do quinto nomos, mostrando existir duas tendências opostas nesse momento: integração e desintegração. Enquanto alguns nomos se juntam, outros desaparecem. Após a morte de Pepi II, por exemplo, os nomarcas de Tebas ganham o controle dos nomos de 1 a 4 (Elefantina, Edfu, Tebas e Coptos), mostrando a sua rearticulação em torno de chefes locais que adotam o título de “príncipes hereditários”.

⁴⁵³ AEL.

⁴⁵⁴ WILLEMS, *op. cit.*, p. 140.

Em um dos únicos documentos sobreviventes do período, a Estela de Tjeti, funcionário que atuou na administração estatal durante o governo dos reis tebanos Intef I e Intef II, dá pistas a respeito da abrangência do poder dos reis de Tebas:

Eu passei um longo período de anos sob a majestade do meu senhor, Horus Wahankh, rei do Alto e Baixo Egito, filho de Rá, Intef, enquanto esta terra estava sob o seu comando de Yebu a This, no nomo Tinita, sendo seu servo pessoal, seu camareiro, na mais pura verdade⁴⁵⁵.

Apesar do fato do monarca portar o título de “rei do Alto e Baixo Egito”, passando a ideia de que governava todo o território egípcio, as informações fornecidas por Tjeti nos permitem atestar que o reinado de Intef abrangia apenas os primeiros oito nomos do Alto Egito, de Elefantina a Tis, mostrando que a terra dos faraós realmente estava dividida. A Estela de Djari, funcionário que respondia ao rei tebano Intef, menciona ter participado da luta contra a “Casa de Khety”, que se refere provavelmente à Heracleópolis ou a seus aliados de Assiut, e parece ser o responsável de toda a extensão que cobre de Elefantina a Afroditépolis (décimo nomo)⁴⁵⁶.

Outra autobiografia, a de Hetepi, mostra a mesma realidade quando menciona o controle, por Intef, de toda a região de Assuã a Abidos. Um oficial tebano, Djemi, comenta em sua autobiografia sobre uma incursão militar contra esta última cidade: “marchei contra Abidos, que estava em posse do inimigo”⁴⁵⁷.

O Decreto de Coptos O nos traz um decreto do rei Neferkahor (VIIIª dinastia) no qual ele nomeia Idi, filho de Shemai, como governador do Alto Egito com funções nos sete primeiros nomos do Alto Egito:

Tu és nomeado conde, governador do Alto Egito, superintendente dos sacerdotes neste Alto Egito que está sobre a tua supervisão, ao sul desde a Núbia e ao norte desde o nomo do Sistro. Os condos, superintendentes dos sacerdotes, chefes dos governantes das cidades que ali estão, atuarão sob tua supervisão, a fim de substituir teu pai, amado do deus, príncipe herdeiro, superintendente da cidade, vizir, superintendente dos escribas dos

⁴⁵⁵ AEL, p. 91.

⁴⁵⁶ Autobiografia de Djari em DE RODRIGO, *op. cit.*, 1992, p. 137 (documento 11).

⁴⁵⁷ Autobiografia de Djemi em *ibid.*, p. 139 (documento 13).

documentos régios, conde, governador do Alto Egito, superintendente dos sacerdotes, Shemai⁴⁵⁸.

A respeito do nomarcato, é interessante observar como o título de “grande chefe do nomo” desaparece da titulação referente aos nomos meridionais e os chefes da cidade parecem ter assumido um papel mais preponderante. Já no final do Reino Antigo é possível observar, em muitas autobiografias da região, que a referência à cidade se torna mais evidente. É o caso de Djemi, anteriormente mencionado, que executa funções no nível da cidade (“atuei como chefe de exército nessa cidade”) e mostra uma provável substituição dos nomarcas por outros tipos de governantes, já que as funções outrora pertencentes aos “grandes chefes do nomo” parecem ser, agora, realizadas por esses outros indivíduos (“estabeleci impostos em Wawat para todo o chefe deste nomo e recolhi impostos do nomo Tinita”⁴⁵⁹).

Ao mesmo tempo em que desaparecem as menções aos nomarcas nos nomos mais ao sul, encontram-se os primeiros registros da necrópole tebana de el-Tarif, onde foram enterrados alguns nobres. A existência dessa necrópole nos leva a supor acerca da existência de uma nova política implantada pelos tebanos no que toca a administração regional, cuja tendência parece ser mais centralizadora.

Essa tendência pode ser explicada pelo fato de que, com o enfraquecimento do poder das elites menfitas e da retração da capacidade centralizadora do Estado, os nomarcas e outros chefes locais do sul passam a exercer papel fundamental no controle da situação que, nesses nomos, era de bastante instabilidade. Segundo Finnestad, o faraó servia como uma categoria social identitária em torno da qual a população egípcia se articulava⁴⁶⁰. Por razões desconhecidas, as elites articuladas em torno da monarquia menfita se enfraquecem e perdem hegemonia, reduzindo sua capacidade de penetração nas províncias. O resultado é o reforço de outra forma de organização coletiva, personificada na figura do patrono, através da qual

⁴⁵⁸ Decreto de Coptos O. TPA, p. 122.

⁴⁵⁹ Anteriormente a atuação de Wawat era responsabilidade dos nomarcas de Elefantina, conforme visto na autobiografia de Harkhuf.

⁴⁶⁰ FINNESTAD, Ragnhild Bjerre. The pharaoh and the “democratization” of post-mortem life. In: ENGLUND, *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive structures and popular expressions. Uppsala: 1989.

os nomarcas fortalecem sua posição enquanto grupo dominante nas regiões que estavam sob o seu controle. Seidlmayer demonstra que muitos indivíduos foram inumados ao redor de chefes locais, demonstrando a importância de redes de clientelismo em um momento em que o faraó perde espaço como categoria identitária. Essa situação abre espaço para o fortalecimento desses indivíduos e seus grupos, que conquistam influência supralocal. Essa influência pode ser atestada na autobiografia de Ankhtifi, a qual mostra de que forma esse nomarca empreendeu conquistas em direção a outros nomos.

A abolição do nomarcato das regiões controlados pelos tebanos pode, portanto, ser encarada como uma estratégia dos monarcas de Tebas afim de controlar o poder desses chefes locais e submetê-los ao poder do rei, concedendo aos chefes da cidade a posição de maiores autoridades locais. Alguns funcionários com funções supraregionais, como Henenu e Hetepi, também aparecem no final do Primeiro Período Intermediário e é interessante observar como essas tendências permanecem no Reino Médio, após a reunificação do país.

Isso nos ajuda a embasar a perspectiva de que o Primeiro Período intermediário deve ser visto como parte integrante do conjunto de transformações concernentes à dinâmica estatal no Egito Antigo e, que longe de representar o colapso do Estado, representa antes uma rearticulação de suas bases e abre espaço para que um novo grupo assuma, no lugar de Mênfis, o controle das instituições.

Como, nos nomos mais setentrionais, controlados pelos heracleopolitanos, a situação não era tão calamitosa e estes, por terem ficado sob o controle dos heracleopolitanos, a instituição do nomarcato permaneceu praticamente inalterada. Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar as diferentes situações vividas no território egípcio. Alguns estudos apontam para a existência de um período de cheias insuficientes do Nilo durante o fim do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário⁴⁶¹ e é compreensível que isto possa ter afetado com mais

⁴⁶¹ Para Barbara Bell, períodos de seca prolongados, que afetaram a porção oriental do Mediterrâneo, teriam sido os responsáveis pelas mudanças políticas que ocorreram no Antigo Oriente Próximo nas épocas « obscuras » de suas histórias (BELL, *op. cit.*, 1971). Não há, contudo, nenhum suporte na documentação que comprove a generalização proposta por Bell. Seidlmayer mostra, nesse sentido, que escavações na região de Elefantina apontam na realidade para cheias um pouco acima do normal e não há evidências de mudanças climática durante o Primeiro Período Intermediário (SEIDLMAYER, *op. cit.*, 2000, p. 119).

severidade os nomos mais ao sul do que os do Médio Egito. Retomando o estudo de Kanawati sobre a produtividade de terras, é possível observar que os nomos mais meridionais contavam com as terras menos férteis e, portanto, estavam mais suscetíveis a serem acometidos por escassez quando as cheias no Nilo vinham abaixo do esperado. A proximidade com a Núbia, como demonstram as autobiografias analisadas anteriormente, também eram fator de instabilidade na região, deixando-a mais vulnerável a ataques estrangeiros que o nomos localizados mais ao norte.

Mesmo na porção sul do Alto Egito, os nomos de Coptos e Nag-ed Der demonstram prosperidade durante o Primeiro Período Intermediário. Especialmente através dos Decretos de Coptos, a serem analisados de forma mais aprofundada no próximo capítulo, é possível atestar a grande prosperidade do maior templo local, dedicado ao deus Min.

A situação do nomos do Médio Egito mostra, com mais clareza, como a inexistência de uma monarquia unificada não representa a absorção do Egito pelo caos, e que o Estado se rearticula sob novas formas, uma vez que a monarquia unificada é apenas uma dentre as muitas possibilidades através das quais os grupos dominantes exerciam o seu poder. Os retratos calamitosos que normalmente descrevem o Primeiro Período Intermediário devem ser analisados com mais cautela pois, certamente, não espelham a situação de todo o Egito nesse momento.

Em Balat, o palácio dos governadores é destruído e não se encontram traços de presença régia⁴⁶², indicando a perda de controle da região por parte de Mênfis. O mais interessante é que, ao mesmo tempo em que desaparecem os monumentos régios na região, desaparecem também os traços de governadores locais, o que nos indica que o poder desses governadores estava totalmente assentado nas relações estabelecidas com Mênfis. Da mesma maneira que nas províncias egípcias, os governadores de Balat recebiam toda sorte de benesses em virtude da função exercida, acumulando as atribuições de chefes locais com a de chefe dos cultos. Se a teoria de que os benefícios concedidos aos governadores locais foi um fator de enriquecimento das elites e, com isso, levou-as a concorrer com o poder do rei, como explicar, então, o desaparecimento dos governadores na região de Balat ao mesmo tempo em que a monarquia menfita se enfraquece? A explicação mais lógica

⁴⁶² SOUKIASSIAN; WUTTMANN; PANTALACCI. *op. cit.*, 2002.

é a de que a teoria está errada, sustentando a nossa interpretação de que o poder material e ascensão social das elites locais era possibilitado somente dentro de um quadro institucional. No caso de Balat, a dependência de Mênfis parecia ser o elemento chave da organização política e econômica da região. Em resumo, “mesmo, se na prática, sua autonomia era certa, eles agiam como executantes nos quadros sociais e econômicos estabelecidos pela administração menfita”⁴⁶³.

3.5.1 A AUTOBIOGRAFIA DE ANKHTIFI

O documento de Ankhtifi é uma das mais importantes fontes a respeito do Primeiro Período Intermediário e nos ajuda a compreender melhor a reorganização territorial e administrativa empreendida no Egito durante o Primeiro Período Intermediário, especialmente no tocante aos nomos dos sul, no qual se encontram a maioria das tendências transformadoras.

Ankhitifi era nomarca do terceiro nomo egípcio, o de Mo’alla, e sua tumba data da IX^a dinastia heracleopolitana. Esse nomarca exerceu o controle também sobre o nomo de Edfu e sobre o nomo de Elefantina e, apesar de não haver nenhuma menção a ordens régias em sua autobiografia, há evidências de que ele tenha apoiado os heracleopolitanos. Logo no início de sua autobiografia aparece a menção de como Hórus o enviou para restaurar o nomo de Edfu.

Hórus me trouxe a este nomo de Edfu para vida, prosperidade, saúde, para restabelecê-lo, e eu o fiz. Hórus desejou que o nomo fosse restabelecido, porque ele me trouxe até ele para restabelecê-lo⁴⁶⁴

É interessante observar, aqui, a substituição do monarca como fonte de autoridade pela figura do deus, indicando seja uma independência por parte de Ankhtifi, que busca construir uma alternativa de poder à existente, seja uma reconfiguração do papel do rei como único intermediário entre deuses e humanidade.

⁴⁶³ PANTALACCI, *op. cit.*, 1997, p. 345.

⁴⁶⁴ AEL, p. 85.

A presença de Ankhitifi como governante na região de Elefantina fica clara na seguinte passagem de sua autobiografia: “fiz viver a casa de Elefantina, e fiz viver lat-negen durante estes anos de escassez”. Além disso, há sinais de sua influência em regiões mais ao norte, como se pode inferir a partir do seguinte trecho:

Fiz viver Hefat, Horner e (...), o céu estava coberto de nuvens e a areia no vento, quando todo homem morria de fome sobre este banco de areia de Apófis. O sul chegava com a sua gente e o norte com seus filhos. Trouxe esta (...) em troca do meu grão do sul. Fiz com que o grão do sul se apressasse; ao sul, alcançou o país de Wawat (Núbia), ao norte alcançou o nomo tinita. O Alto Egito morria de fome a tal ponto que um homem chegou a comer seus filhos. Não permiti que ocorresse morte por fome nesse nomo. Emprestei grãos do Alto Egito ao sul e a também ao norte⁴⁶⁵.

Ankhtifi teve, ainda, que enfrentar uma coalisão formada especialmente pelo nomo de Tebas e pelo nomo de Coptos:

O príncipe, *hsty-ꜥ*, chefe do exército, Ankhtifi, o forte, diz:

O chefe do exército de Armant veio para dizer: “Vem, ó valente, navega para o norte até as fortalezas de Armant!”. Naveguei até o norte, a oeste de Armant e vi que Tebas e Coptos inteiros haviam tomado as fortalezas de Armant na colina de Semekhsen. Tocou a mim a sua causa. Então meus braços se fizeram fortes ali contra eles, como um arpão sobre o nariz de um hipopótamo em fuga. Recorri à corrente para demolir suas fortalezas com a forte tropa de Hefat. Sou um homem sem igual⁴⁶⁶.

Esse trecho permite entrever a aliança entre tebanos e coptitas e um pedido de ajuda advindo de Armant, no quarto nomo egípcio, subjugado por Tebas. Ankhitifi segue com as suas tropas para a região e faz referência a uma cena mitológica, a do triunfo de Hórus, no qual este deus aparece lançando um arpão sobre um hipopótamo, o qual representa a vitória sobre os inimigos.

O relato da batalha contra os tebanos na região de Armant é bastante detalhado e mostra como a sua tropa enfrentou os inimigos. Sabe-se, contudo, que os tebanos conseguiram subjugar o nomo de Mo’alla e este acaba por se desintegrar ao ser incorporado ao nomo tebano.

Além de nos possibilitar conhecer um pouco mais sobre as disputas ocorridas

⁴⁶⁵ Autobiografia de Ankhtifi, DE RODRIGO, *op. cit.*, p. 142 (documento 16).

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 140 (documento 14).

durante o Primeiro Período Intermediário, a autobiografia de Ankhtifi é importante para nos ajudar a entender um pouco melhor o papel das relações de patronato nesse momento da história egípcia. Conforme já apontamos ao longo desta tese, o patronato era uma lógica de organização social que existia, no Egito, junto à estatal e ao parentesco. Não se trata, portanto, de uma novidade do Primeiro Período Intermediário nem de uma lógica concorrente com a do próprio Estado. Vimos que, ao longo do Reino Antigo, há uma submissão dessa lógica à lógica estatal, como se pode atestar, por exemplo, na patronagem régia no tocante à construção de tumbas para funcionários das províncias.

Frente à retração da capacidade de influência de um núcleo de poder estabelecido em Mênfis, alguns potentados locais, como o de Ankhtifi, ganham uma relativa autonomia, e as relações de clientelismo, reforçadas já no contexto da VIª dinastia, aparecem como a solução frente a um período de instabilidade. Ankhtifi, em sua autobiografia, passa a agir de acordo com a sua iniciativa pessoal, como fica claro na ausência a menções a ordens régias, e conta como foi hábil em prover não apenas para o seu nomo, mas também para os nomos vizinhos, o que aumenta seu poder de influência e o leva a empreender conquistas em direção a outras localidades. Como bem observa Marcelo Campagno,

Sua capacidade de subordinar não se manifesta no marco do exercício legítimo da coerção – a saber, sua condição de funcionário – mas no intercâmbio assimétrico que estabelecia com seus subordinados, no qual a proteção equivale à lealdade e no qual o descumprimento do pacto não constitui um ato de rebelião, mas de traição⁴⁶⁷.

Apesar do patronato ser uma importante fonte de legitimação do poder de Ankhtifi, é importante perceber como essa lógica atravessa também a lógica estatal, uma vez que a menção às suas titulaturas pode também ser caracterizada como uma fonte legitimadora do poder que exerce. Sua autobiografia inicia-se, justamente, com inscrições que fazem menção à sua condição de funcionário estatal :

⁴⁶⁷ CAMPAGNO, op. cit. (2011), pp. 90-91.

O *ỉry-pꜣt*, *hꜣty-ꜣ*, tesoureiro do rei do Baixo Egito, companheiro único, sacerdote leitor, chefe do exército, chefe dos intérpretes, chefe das regiões montanhosas, grande chefe dos nomos de Edfu e Hiracômpolis, Ankhtifi⁴⁶⁸.

O título de nomarca nunca foi renegado por Ankhtifi, e isso no ajuda na compreensão de que a atuação desses chefes poderosos, durante o Primeiro Período Intermediário, não é anti-estatal nem anti-monárquica. A ideia do Primeiro Período Intermediário como ruptura, nesse sentido, também não se sustenta, uma vez que a lógica estatal não é desfeita. Permanecem as estruturas que tornam possível a existência de um poder centralizado, mesmo que agora sua capacidade centralizadora esteja reduzida e novos arranjos territoriais e administrativos sejam feitos.

⁴⁶⁸ AEL, p. 85.

Eu remo nos seus canais, eu ganho suas cidades; minha palavra tem relevância, porque eu sou mais prudente que os (outros) bem-aventurados, eles não têm poder sobre mim. Eu equipo estes teus campos, Hetep, tua bem amada, neles eu bebo, neles eu laboro e neles eu ceifo, eu não sucumbo nesse lugar, lá eu copulo; lá, meus encantamentos mágicos são potentes. Eu não tenho críticas, nem inquietude e meu coração é feliz.

(Encantamento 464 dos Textos dos Sarcófagos)

4 OS TEMPLOS, OS *ḥwwt* E A INCORPORAÇÃO DAS ELITES PROVINCIAIS À LÓGICA ESTATAL

Com o intuito de continuar a avaliar as relações entre Estado e elites locais no Egito, este capítulo irá se debruçar sobre o estudo de dois dos mais importantes pilares do Estado nas províncias durante o Reino Antigo: os *ḥwwt* e os templos. Inseridas em um grande sistema econômico e redistributivo, essas duas agências eram essenciais para assegurar a presença e a autoridade da Coroa no mundo provincial, ajudando a cooptar os recursos locais em seu benefício. A presença de instituições do Estado nas províncias, além de garantir maior controle da produção agrícola, garantia igualmente o controle das redes fluviais e, por conseguinte, do transporte de mercadorias, assim como maior acesso a importantes rotas comerciais (como as que passavam pela região de Elefantina) e maior presença nas regiões fronteiriças, garantindo sua hegemonia dentro das relações de produção.

Iremos demonstrar, igualmente, de que forma o controle dos *ḥwwt* e o exercícios de funções administrativas e sacerdotais dentro dos templos constituíam

importantes fontes de poder local, afim de sustentar a hipótese de que Estado e elites provinciais estavam articulados dentro de uma mesma lógica com vistas à preservação das relações de dominação das quais eram beneficiários.

Tendo em vista a estreita relação entre os *hwt* e os templos locais é que resolvemos agrupar essas duas instituições em um só capítulo. Na maioria dos templos locais, os monarcas mandavam construir para si capelas do *ka* (*hwt-ka*), diretamente dependentes da produção de um *hwt*, nas quais colocavam uma estátua dedicada ao culto do faraó em vida. Por isso, muitas vezes a fundação de um *hwt* era concomitante à construção de templos e centros cerimoniais régios, o que demonstra, igualmente, a importância simbólica da presença dessas instituições no âmbito rural como instrumentos de afirmação do poder do faraó. cremos, igualmente, que como ambos estão relacionados ao controle de terras e da força de trabalho, uma análise conjunta dessas duas instituições ajuda a melhor elucidar as estratégias usadas pelo Estado afim de garantir o aproveitamento de recursos econômicos locais em seu favor⁴⁶⁹.

Outro ponto que será analisado ao longo deste capítulo é o chamado processo de “democratização” da imortalidade, através do qual alguns encantamentos, outrora de uso exclusivo do rei, passam a ser incorporados à cultura funerária local, ao serem inscritos nos sarcófagos de membros da elite provincial, notadamente os nomarcas. Crê-se que esse processo está intimamente associado ao aumento da participação as elites locais em atividades templárias, razão pela qual sua análise será feita de forma adjacente à análise das relações entre templos e elites. Sua importância reside no fato de ser uma apropriação de um sistema ideológico régio transmutado em um aparato simbólico que permitia a afirmação do poder das elites locais.

⁴⁶⁹ Muitos títulos sacerdotais aparecem, nas titulaturas dos funcionários, atrelados ao exercício do controle de domínios régios. É o caso de Daumin, do nome de Akhmin, que na VIª dinastia era um sacerdote *wb nswt* e, ao mesmo tempo, *im-r n pr n hwt-3t* e *im-r nwt m3wt*. Uma compilação das titulaturas sacerdotais referentes ao nome de Akhmin pode ser encontrada em KANAWATI, Naguib. Akhmin in the Old Kingdom. Part 1. ACE 2, Sidney, 1992. Outro exemplo é de Nikhaiankh de Tehna, que acumulava as funções de ritualista, controlador das terras e do templo de Hathor, responsável por um grande *hwt* e intendente das explorações agrícolas (cf. TPA, p. 195).

4.1 AGRICULTURA INSTITUCIONAL NO REINO ANTIGO: OS *hwt*.

Conforme já dito, um dos objetivos deste capítulo será o de pormenorizar a participação das elites provinciais em instalações da Coroa, como o *hwt* e as capelas do *ka* que, junto com o exercício de funções nos templos locais, representavam importante fonte de ingresso de poder local ao mesmo tempo em que se inseriam em uma lógica de afirmação do poder do Estado nas províncias, especialmente naquelas mais distantes de Mênfis.

Em relação aos *hwt*, sugere-se que sua existência tenha surgido no reinado de Djoser, da IV^a dinastia, numa tentativa de controlar a produção e o trabalho agrícola em locais determinados, bem como garantir a sua exploração em benefício da Coroa⁴⁷⁰. Na definição de Moreno Garcia, um *hwt* pode ser entendido como uma “espécie de ‘torre’ que cumpria ao mesmo tempo funções de armazém, centro residencial prestigioso, núcleo de um conjunto de campos e instalações anexas, e de centro defensivo e de vigilância”⁴⁷¹.

No que se refere às primeiras dinastias egípcias, é novamente a inscrição de Metjen que nos fornece as informações mais relevantes. Nela é possível atestar que, por volta da III^a e da IV^a dinastias, o Delta era composto por várias pequenas localidades que, para efeitos administrativos e de governo, estavam agrupadas em unidades maiores designadas *pr* (“casa”). Até o reinado de Snefru, cada *pr* possuía um *hkr* (“chefe”) os quais não eram funcionários de carreira, mas chefes locais. Uma das primeiras menções a Metjen atesta ter sido ele um *hkr pr*, o que significa “chefe da casa”. Mais tarde, essa posição é substituída pelo exercício da função *hkr hwt st* (“governador do grande *hwt*”), a qual traz uma ligação específica e formal a uma instituição estatal. Segundo Moreno Garcia, o surgimento dessa nova titulação, *hkr hwt st*, indica a existência de uma nova estrutura administrativa que se sobrepõe à organização até então vigente, marcando a presença e controle dos representantes

⁴⁷⁰ Há menções ao chamado “grande hwt” (*hwt st*) em potes encontrados nas galerias da pirâmide de Djoser. Sua extensão era, provavelmente, maior que a de um *hwt* normal, e englobava o controle de várias aldeias e explorações agrícolas. Sua existência só é atestada no Delta e em alguns poucos nomos do sul – não se atesta a presença de *hwt st* em regiões de alta densidade demográfica.

⁴⁷¹ MORENO GARCIA, *op. cit.* (2003), p. 100.

da monarquia nas províncias⁴⁷². Com a instalação dos *ḥwwt* nas províncias, o sistema de *pr* praticamente desapareceu e os *ḥkꜥ ḥwt*, ao contrário dos *ḥkꜥ pr*, proliferaram dentro do quadro institucional.

O *ḥwt* não era o único domínio agrícola estatal existente nas províncias. Ao longo da história egípcia, é possível notar diversos esforços empreendidos pelo Estado no sentido de institucionalizar o aproveitamento dos recursos agrícolas dos potentados rurais. Os registros existentes na Pedra de Palermo, apesar de fragmentários, oferecem alguma luz nesse sentido. Já no reinado de Snefru é possível perceber a existência de uma política sistemática de construção de *ḥwwt*, através da menção ao « ano em que criamos trinta e cinco *ḥwwt* », domínios que aparecem vinculados também a cento e vinte e dois bois e a trabalhadores⁴⁷³.

Estas instalações agrícola estavam distribuídas irregularmente ao longo de toda a extensão nilótica mas, como as terras mais férteis se situavam no Médio Egito, nota-se maior concentração nessa região. Durante a IV^a a V^a dinastias as principais instalações estatais, além dos *ḥwt*, eram os *nwwt mꜣwt*, *snw*, *ḥwwt-ꜣwt* e os *grgwt*. As mais frequentes eram o *ḥwt* propriamente dito, seguidas do *ḥwt ꜣt* e do *snw*. Este último servia como ponto de vigilância e aparecem sempre associados a uma categoria de trabalhadores definida como *nswtyw*, que significa “do rei” e eram encarregados do cultivo das terras dos templos. A diferença em relação aos trabalhadores *mrt* é que estes atuavam sob regime de corveia. Quanto ao *ḥwt ꜣt*, tratava-se de um grande centro de atividades agrícolas, que incorporava vários domínios, sendo mais frequentes na região do Delta e restritos às primeiras dinastias do Reino Antigo. Por volta da V^a dinastia, nota-se o desaparecimento do *ḥwt ꜣt* e a proliferação dos domínios de tipo *ḥwt*.

Em relação ao papel dos *ḥkꜥ ḥwt ꜣt*, pegue-se o seguinte trecho retirado das inscrições de Metjen, o qual nos permite vislumbrar alguns elementos relativos à administração provincial:

⁴⁷² MORENO GARCIA, Juan Carlos. *Hwt et le milieu rural égyptien du III^e millénaire*. Économie, administration et organization territoriale. Paris: Librairie Honoré Champion, 1999.

⁴⁷³ Para o texto da Pedra de Palermo, cf. TPA, p. 66. Para mais informações sobre o documento, cf. WILKINSON, Toby. *Royal Annals of Ancient Egypt*. New York: Columbia University Press, 2000.

Governador de nomo, administrador territorial, intendente de missões no sexto nomo do Alto Egito, contador (?), governador do grande *hwt* nas terceira, quarta e quinta províncias do Baixo Egito, intendente dos intérpretes na fronteira líbia: ele obteve em troca (destas funções) um campo de 200 aruras com abundantes trabalhadores *nswtjw*⁴⁷⁴.

Nota-se, nesse caso, que além de *hk3 hwt 3t*, Metjen ainda combinava outras funções, como a de governador do nomo (*hk3 sp3t*) e intendente de missões, sendo recompensado por isso com um campo dotado de trabalhadores. Esses indivíduos deveriam, portanto, gozar de certo prestígio no âmbito provincial, tanto pelas funções que desempenhavam, quanto economicamente, visto que a terra era o bem por excelência no Egito.

Com relação aos *grgwt*⁴⁷⁵ e aos *nwwt m3wt*, cabe dizer que estas também eram formas de explorar as terras no Egito e garantir, no Reino Antigo, o controle de Mênfis nas regiões nos quais apareciam. Os primeiros referem-se aos terrenos ribeirinhos cujas terras eram pantanosas e inundáveis. Os segundos são as chamadas “localidades novas”, consistindo de terrenos virgens a serem divididos em parcelas para a realização do cultivo.

Durante a VIª dinastia nota-se uma rápida difusão dos *hwt* e os *hk3 hwt* tornam-se os mais habituais funcionários provinciais a serviço do Estado egípcio. Ao mesmo tempo, verifica-se o desaparecimento de menções aos responsáveis pelos *swnw*, *hwt 3t* e explorações agrícolas do tipo *grgt*. O *hwt*, junto às localidades *n3wt* (“cidades”), passam a ser os elementos característicos da paisagem rural nessa época. Esse movimento faz parte das reformas administrativas empreendidas na mencionada dinastia, na qual o “grande chefe do nomo” parece absorver as funções outrora exercidas por agentes do poder central como os *rh nswt* (“conhecido do rei”) e os *hr3 wdb*, este último responsável pelo controle da distribuição da produção agrícola nas províncias.

A criação da função de “grande chefe do nomo” (*hr.y-tp 3 n sp3t*) na VIª dinastia, indica a criação de um sistema de administração provincial cujo objetivo era aumentar o controle, por parte do Estado, do meio rural. Além dos nomarcas,

⁴⁷⁴ Inscrição de Metjen. TPA, p. 192.

⁴⁷⁵ Sobre o *grgt*, cf. MORENO GARCIA, Juan Carlos. Administration territoriale et organisation de l'espace en Egypte au troisième millénaire avant J.-C. : *grgt* et le titre « (n) d-mr grgt. ZĀS 123, 1996, pp. 116-138.

surgem também os “intendentes do alto Egito” (*imy-r šmꜥw*) a quem, como mostra o documento a seguir, todos deveriam ficar subordinados:

Quanto a todos os magistrados, todos os [...], todos os chefes de escribas, todos os [...], quanto a todos os agentes [...] que estão nesse Alto Egito, eles devem (sempre) agir sobre teu controle⁴⁷⁶.

O trecho supracitado faz parte de um dos decretos pertencente ao conjunto encontrado em Coptos. Nele o rei dirige-se a Idi, superintendente do Alto Egito, colocando todos os agentes de poder local sob o controle desse funcionário, provavelmente com o intuito de equilibrar os poderes e evitar eventuais abusos. O Decreto de Coptos C menciona, ainda, que todos os tributos deveriam ser enviados a esse funcionário, sendo uma das exigência a entrega de ouro e cobre⁴⁷⁷.

Tendo em vista essa expansão da centralidade do Estado, a maioria dos nomarcas desse período também traz associado o título de *hkꜣ hwt*, uma vez que passam a ser os encarregados pelo controle desses domínios régios a partir da VIª dinastia. É interessante observar como regiões nas quais, anteriormente, inexistia esse tipo de instalação (a exemplo dos sete primeiros nomos do Alto Egito, provavelmente em virtude da pouca fertilidade das terras da região) começam também a contar com instalações de tipo *hwt*. As mencionadas regiões são associadas, igualmente, à existência de templos controlados há muitas gerações por famílias poderosas, o que, segundo Moreno Garcia, pode indicar que nas dinastias anteriores elas tenham conseguido limitar a ação das instituições estatais em seus domínios⁴⁷⁸.

Apesar de não ser uma regra, boa parte dos nomarcas no controle dos *hwt* exercia, também, funções como a de *hry hm ntr*, “intendente dos profetas”, a mais alta hierarquia no âmbito da administração templária. O encarregado dessa função dirigia o corpo de ritualistas do templo, dando-lhe o controle sobre o sacerdócio local e também acesso à administração econômica, uma vez que também era

⁴⁷⁶ Decreto de Coptos I. In.: PANTALACCI, Laure. Les décrets de Coptos. *Egypte, Afrique & Orient*. n. 18. Agosto de 2000 (Centre vaclusien d'égyptologie).

⁴⁷⁷ Decretos de Coptos C. TPA, pp. 109-111.

⁴⁷⁸ MORENO GARCIA, Juan Carlos. The state and the organization of rural landscape in 3rd millenium BC. Aridity, change and conflict in Africa. *Colloquium Africanum* 2, Colônia, 2007, p. 323.

responsável pelo gerenciamento dos bens relativos às oferendas divinas⁴⁷⁹. Uma combinação de funções sacerdotais e de controle de domínios agrícolas pode ser observada em Nikaiankh de Tehna, do começo da V^a dinastia, que acumula os títulos de *hꜥꜥ-hwt ꜥt* e de sacerdote de Hathor, a quem era dedicado o mais importante templo da região⁴⁸⁰. Seus sucessores aparecem sendo designados para o trabalho neste templo, indicando um monopólio dessa família nas atividades de culto realizadas no templo de Hathor:

Estes meus filhos são aqueles que deverão prestar serviços sacerdotais para Hathor, senhora de Ra-inet, da maneira como eu mesmo fiz, quando eu tiver ido para o Ocidente como um *imakhu*. (Os campos) estão sob os cuidados destes meus filhos⁴⁸¹

Em retribuição, cada um dos membros da família exercendo a função de sacerdote nesse templo é apontado como tendo recebido do rei Menkaura duas arouras de terra. Aparece, inclusive, uma tabela com o nome dessas pessoas, indicando o período do ano em que deveriam trabalhar nos campos dos templos, ordenados em grupos de cinco arouras cada⁴⁸².

Uma importante função dos *hwt* consistia em fornecer suprimentos aos agentes estatais servindo, portanto, também como armazéns para estocar os produtos agrícolas destinados a essas pessoas. Por isso, um *hwt* estava normalmente associado a um *pr-šn* que, segundo Joyce Swinton, eram “centros de armazenamento e gerenciamento de produtos agrícolas”⁴⁸³. Exemplos dessa função podem ser encontrados nas autobiografias de Harkhuf e de Heqaib, analisadas no capítulo anterior, nas quais há menções de provimento de tropas que se encontravam em missão através de produtos vindos de um *hwt*. Um decreto de Pepi II mostra como essas terras poderiam, igualmente, ser alvo de isenções, ao proibir a

⁴⁷⁹ Enquanto « grande chefe do nomo », esse funcionário também tinha acesso às redes de extração de tributos o que, junto ao gerenciamento econômico do templo, colocavam-no em uma posição estratégica na sociedade.

⁴⁸⁰ Para a autobiografia de Nykaiankh, cf. *TPA*, p. 195.

⁴⁸¹ *TPA*, p. 197. É interessante pensar a respeito do poder dessa família na organização do culto à Hathor, uma vez que é o decreto de Nikaiankh, e não do rei, que estabelece esse arranjo.

⁴⁸² Mais adiante retomaremos esse aspecto do documento.

⁴⁸³ SWINTON, Joyce. The management of estates and their resources in the Old Kingdom. *BAR International Series* 2392, 2012.

retirada de qualquer bem dos domínios pertencentes ao seu complexo mortuário e ao de Merenra:

Tu não possuis autoridade para permitir que homens desta tropa das pirâmides de Neferkara e Merenra e destas capelas avancem e retirem propriedade da mencionada cidade da pirâmide. Minha Majestade ordenou a isenção e proteção desta cidade da pirâmide para que sua propriedade não seja levada por nenhum homem⁴⁸⁴.

Como agências estatais, os *hwt* eram importantes reforços no controle da produção dos campos (tanto agrícola, quanto pecuária) e da força de trabalho existente províncias, além de fortalecer a fiscalidade do Estado. Junto aos templos formavam uma rede que permitia um melhor aproveitamento da força de trabalho e dos meios de produção no âmbito local, facilitando a consolidação de uma rede de extração de tributos da população local em benefício do Estado. Por isso mesmo, os *hwt* também demonstram que, para sua construção, deveria existir uma grande capacidade do Estado em incorporar as elites provinciais à sua lógica, e a concessão de cargos e benefícios eram, certamente, um expediente amplamente utilizado para obter o apoio desses grupos, construindo e fortalecendo alianças convenientes para ambos os lados. Mudanças nesse sistema eram decisivas para garantir maior ou menor capacidade centralizadora do Estado, demonstrando como a integração das elites e sub-elites locais, tanto no nível formal quanto no informal, era fundamental para o equilíbrio do próprio Estado.

A respeito da produção agrícola no Egito, cabe salientar que não era resultado apenas da ação institucional do Estado através da construção de domínios rurais. Há que se levar em consideração, igualmente, o papel de outros atores da vida rural que, no polo doméstico, também eram responsáveis por essa produção e pela organização do trabalho nas terras⁴⁸⁵. A atuação do Estado não se fazia, certamente, sem atravessar as relações estabelecidas nesse âmbito, sobre o qual,

⁴⁸⁴ Decreto de Pepi II referente ao Templo do Vale de Menkhaura, em Gizé, TPA, p. 107.

⁴⁸⁵ A esse respeito, ver as considerações de Zaccagnini e Liverani a respeito do modo de produção palatino e do modo de produção doméstico (ZACCAGNINI, Carlo. Modo di produzione asiatico e Vicino Oriente antico: Appunti per una discussione. *Dialoghi di Archeologia*. 3, 1981, pp. 3-65; LIVERANI, Mario. Il modo di produzione. In: MOSCATI, Sabatino org. *L'alba della civiltà*. Torino: UTET, 1976, 3 vols pp. 2-126).

infelizmente, quase nada se conhece. O *pr*, anteriormente mencionado, é uma organização relacionada a esse pólo doméstico de produção e seu desaparecimento, dando lugar ao *hwt* e *hwt-ꜥt*⁴⁸⁶, mostra uma forma de expropriação das comunidades rurais por parte do Estado, que submete certas práticas e organizações das comunidades locais à sua lógica⁴⁸⁷. Nas autobiografias do fim do Reino Antigo é comum encontrarmos o cruzamento entre o pólo institucional e o pólo doméstico quando os nomarcas mencionam ter suprido a região com “grãos da minha propriedade”, mostrando a existência de uma alternativa à produção que era levada a cabo nos domínios régios e o controle, por particulares, de formas distintas de organização dos processos produtivos.

Essas informações são suficientes, portanto, para rechaçarmos afirmações como a de Christopher Eyre⁴⁸⁸ o qual, ao se referir ao funcionamento da economia rural egípcia, a entende

[...] como tendo funcionado à base de hierarquias, acordos e relações estabelecidas entre indivíduos em função de circunstâncias locais e regionais mutáveis no tempo, mais do que pela ação centralizada, por exemplo, do Estado faraônico e suas grandes organizações (palácios, templos), ou de formulações jurídicas de sentido fixo a respeito da propriedade da terra ou do status das partes envolvidas⁴⁸⁹.

Eyre, que se baseia nas ideias de outro egiptólogo, David Warburton⁴⁹⁰, coloca o controle da paisagem e da economia rural no Egito basicamente nas mãos da iniciativa privada. Há, é claro, vantagem em se compreender a importância de agentes não institucionais na organização econômica e social do Egito, conforme já

⁴⁸⁶ Através da existência do *pr* é possível atestar, igualmente, a existência de potentados locais, uma vez que o *pr* vem sempre precedido de nomes pessoais, como o *pr-hww*, sendo *hww* o nome do governador de Edfu durante parte do Primeiro Período Intermediário (cf. *ibid*, pp. 319-320).

⁴⁸⁷ A partir das considerações de Carlos Zaccagnini, Ciro Cardoso afirma que « o modo de produção palacial só pôde aparecer e se expandir mediante a exploração do modo de produção mais antigo, que foi subordinado, modificado e adaptado aos novos interesses, mesmo sem perder todas as suas características específicas » (CARDOSO, Ciro. *Concepções sobre a economia e a sociedade do antigo Egito*. p. 22. Texto cedido pelo autor). Define-se como modo de produção palacial o sistema através baseado na concentração, transformação e redistribuição dos excedentes extraídos das comunidades aldeãs pelos templos e palácios.

⁴⁸⁸ EYRE, Christopher. How relevant was personal status to the functioning of the rural economy in pharaonic Egypt? In.: MENU, Bernadette (org). *La dépendence rurale dans l'Antiquité égyptienne et proche-orientale*. Cairo: IFAO, 2004.

⁴⁸⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Concepções sobre a economia e a sociedade do antigo Egito*. Texto cedido pelo autor.

⁴⁹⁰ WARBURTON, David. *State and economy in ancient Egypt: Fiscal vocabulary of the New Kingdom*. Orbis Biblicus et Orientalis 151, University Press Fribourg, and Bandenhoeck and Ruprecht Göttingen, 1997.

apontado ao longo dessa tese. Parece-nos, contudo, que ao condenar as interpretações que supervalorizam a ideia de centralidade do Estado, Eyre cai no outro extremo, e erra ao minimizar a sua atuação.

Há que se pensar, no que diz respeito às comunidades rurais, sobre o impacto da construção de instalações régias (aqui incluídos *hwt*, templos e capelas do *ka*), o qual deveria ser enorme. O efeito mais significativo era, provavelmente, na organização da força de trabalho, já que era necessário recrutar diversos tipos de trabalhadores para trabalhar nessas instituições. O título *im-r wpt 3ht mrt*, “chefe da repartição dos campos e dos trabalhadores *mrt*”, comum na VIª dinastia, é indicativo dessa necessidade e da interferência das instituições estatais nesse âmbito. Os Decretos de Coptos mencionam a existência de listas de trabalhadores sujeitos às corveias régias, inscritas nos chamados « registros da terra ». No caso daqueles sujeitos a isenções, alguns decretos ordenam a retirada de seus nomes dessas listas⁴⁹¹.

A instalação de unidades como o *hwt* aumentavam o peso da fiscalidade do Estado em cima dessas comunidades, enquanto aqueles envolvidos na gestão dos bens institucionais ascendiam socialmente. A atuação em uma instalação régia como o *hwt* dava direito à exploração das melhores terras da região e abria espaço para a formação de laços de clientelismo com as comunidades locais, além de propiciar elos com a Coroa e com os administradores dos templos, reforçando o papel desses indivíduos enquanto grupo dominante e contribuindo para o aumento da desigualdade social.

É importante salientar, contudo, que o *hwt* não parece pertencer ao *pr-dt*, sistema pelo qual os funcionários do Estado ganhavam a posse de bens doados pelo rei através da fórmula *htp di nsw*⁴⁹². Uma vinculação estreita entre o *hwt* e o patrimônio desses funcionários só aparece no que se refere a cultos mortuários, pois os *hwt* eram a fonte das oferendas destinadas aos falecidos. O fato dos bens do *hwt* não serem incorporados ao patrimônio desses funcionários não significa, contudo, que eles não usufríssem dos recursos disponíveis nesses domínios.

⁴⁹¹ Cf. Decreto de Coptos C.

⁴⁹² Algumas inscrições, contudo, ligam os *hwt* ao *pr-dt* através da frase *hwt.f niwt.f n (t) pr-dt* (os *hwt* e aldeias deste *pr-dt*), como acontece na autobiografia de Ptahhotep. No caso do *pr dt*, é possível que incluíssem todas as localidades das províncias administradas, o que implicaria na entrega de uma renda para o nomarca.

Isso nos leva a pensar a respeito das retribuições e benefícios disponíveis a um *hk3-hwt* por conta do exercício de sua função. Nesse sentido, o texto mais esclarecedor é o da autobiografia do nomarca Ibi, de Deir el-Gebrawi⁴⁹³. Segundo a análise desse documento realizada por Moreno Garcia, o patrimônio de um funcionário provincial como Ibi é constituído de: aldeias do seu *dt*; rendas vinculadas ao exercício de sacerdote *w3b*; bens recebidos de seu pai como herança; bens adquiridos por si mesmo; um campo de duzentas e três arouras dependente de um *hwt* e adstrito a um *pr-šn*⁴⁹⁴.

Nesse conjunto, distinguem-se, portanto, algumas categorias de bens. Podemos atestar por exemplo, a existência de bens de posse, como aqueles adquiridos por herança; há também bens concedidos em usufruto pelo exercício da função de nomarca (aldeias *dt*), assim como recompensas outorgadas pelo rei a título individual para honrar de forma especial um particular (é o caso do título de sacerdote *w3b* e a concessão de um campo vinculado a um *hwt*, provavelmente atrelado aos domínios funerários desse funcionário). Conforme se observa na autobiografia de Ibi, seu *dt* era composto por rebanhos, sementes e trabalhadores.

É interessante observar que os bens adquiridos como exercício de função são categorizados, na própria autobiografia de Ibi, como separados de seu patrimônio pessoal, adquirido por meio da herança. Isso significa que o conjunto representado pelo *dt* não era uma propriedade pessoal, mas cedido somente enquanto o indivíduo exercesse uma função para o Estado podendo, inclusive, ser retirado de seu controle em virtude de algum ato de desrespeito ou negligência. O desfrute das rendas procedentes de aldeias e terras pertencentes ao seu *pr dt* era, certamente, uma das mais importantes fontes de poder e riqueza, mostrando como a articulação entre Estado e elites provinciais era frutífera para ambos os lados. Note-se que doação de terras parece ter sido um raro privilégio e quase não se atestam registros de aquisição privada desses bens.

No caso de Deir el-Gebrawi, que era um dos nomos mais poderosos do Egito ao final do Reino Antigo, nota-se uma situação particular. O *pr dt* passa, durante o Primeiro Período Intermediário, a ser substituído por ganhos advindo de esforços

⁴⁹³ DAVIES, N. G. *The rock tombs of Deir el-Gebrawi*. Part I – The tomb of Aba and smaller tombs of the southern group. Londres : EEF, 1902.

⁴⁹⁴ MORENO GARCIA, Juan Carlos. *hwt* y la retribución de los funcionarios provinciales en el Imperio Antiguo: el caso de Jbj de Deir el-Gebrawi (Urk. I 144:3 – 145:3). *Aula Orientalis* 12, 1994, pp. 29-50.

peçoais, justamente em um momento de enfraquecimento da capacidade centralizadora do Estado. Isto pode ser sinal de que os nomarcas dessa região, na falta dos recursos providos pelo Estado e que possibilitavam tanto aumentar sua riqueza material quanto reforçar seu *status* perante os outros grupos daquela comunidade, desenvolvem outros meios de expandir a sua riqueza, provavelmente em razão das redes de clientelismo às quais tinham acesso e que se fortalecem após o enfraquecimento da hegemonia das elites menfitas dentro do aparelho estatal. Este processo contribuiu para que as instituições do Estado retraíssem sua capacidade de ação e influência nas províncias, o que abriu espaço para o fortalecimento do poder das famílias locais mais proeminentes.

Outra importante fonte de recursos de um *hkw hwt* era a nomeação para um cargo em um templo (no caso de Ibi, vemos como ele se torna também sacerdote *wb*), já que, como demonstrando, essas duas agências faziam parte de uma mesma rede econômica e redistributiva a serviço do Estado. Funções exercidas tanto nos templos quanto nos complexos mortuários régios eram importantes pois trata-se de duas instituições dotados com importantes rendas de cujo acesso uma pessoa poderia se beneficiar⁴⁹⁵.

Como demonstrado através da autobiografia de Metjen e Ibi, os funcionários envolvidos na administração de um *hwt* eram recompensados com a doação de terras, o que implicava também que fossem recrutados trabalhadores responsáveis por seu cultivo. A autobiografia de Ibi, por exemplo, menciona a existência de servos em seu domínio agrícola:

Fiz isto em todas as cidades do meu domínio, como sacerdote *wb*, com a oferenda que a majestade do meu senhor me deu, para fazer-me (...) com servos do meu domínio, pleno de touros, cabras e asnos, como (...) exceto as possessões de meu pai⁴⁹⁶.

No caso específico do recrutamento dos trabalhadores, eram os chefes locais que tomavam a decisão de deslocar a população a partir do *ddt*, um importante

⁴⁹⁵ Voltaremos, mais tarde, a nos dedicar de forma mais aprofundada na questão do exercício de funções nos templos. Cabe, porém, citar o decreto de Pepi II encontrado no templo de Menkaura, no qual se menciona a existência de cultos privados associados ao culto régio beneficiando três indivíduos: Nentiemsaf, Imapepi e Khnumhotep (TPA, p. 106).

⁴⁹⁶ Autobiografia de Ibi em: DE RODRIGO, *op. cit.*, p. 134 (documento 8).

conselho rural. O papel de outros chefes locais na organização da paisagem rural, atuando junto ao Estado, é bem atestado em um dos decretos de Pepi II de Coptos, conforme se verifica na transcrição a seguir:

Farás a divisão do campo deste *pr-šnꜥ* junto com os chefes, governantes das cidades, o Conselho do Campo, com *mndy* (*sndw*, sacrifício de bois e aves), com toda a maravilhosa festa do deus. O conde, amigo único, superintendente de sacerdotes, *Idy*, será superintendente do *pr-šnꜥ* (...) a gente do rei (*nswtyw*) deste *pr-šnꜥ* atuará sob seu controle⁴⁹⁷.

Além disso, esses funcionários eram agraciados com doações de terras destinadas a manter seu culto funerário, onde muitos mandaram construir para si, da mesma forma que os reis, capelas do *ka*. É o que consta em um decreto de Pepi II referente ao oásis de Dakhla:

Hórus Netjerikhau.

Um decreto régio para o almirante, governador do oásis, supervisor dos sacerdotes (...)

Minha Majestade ordena a construção de uma capela do *ka* no oásis, e o estabelecimento de sacerdotes do *ka* dedicados a tuas provisões. Isto já foi feito anteriormente para o teu pai, o governador do oásis Khentika, filho de Desheru, filho de Iduui e tu deverás de agir de acordo com estas instruções. Eu fiz do supervisor dos *khenty-she* da Grande Casa, o enviado, Ankhunas, responsável por isto.⁴⁹⁸

O fato de uma pessoa possuir uma tumba e um local de culto tinha importância simbólica inegável dentro da comunidade, uma vez que funcionavam como locais de memória. Sua presença, contudo, também implicava outros efeitos sociais e econômicos importantíssimos. Em primeiro lugar, os monumentos funerários eram um lembrete do papel importante que o falecido desempenhava naquela comunidade ao exercer uma função estatal e ao inserir-se na cultura palatina, já que uma tumba só era construída mediante patronagem régia. Tal associação, ao mesmo tempo em que reforçava a presença régia nas províncias, fortalecia a posição social dos descendentes do falecido que contavam com

⁴⁹⁷ Decretos de Coptos G (grifo nosso). TPA, p. 114.

⁴⁹⁸ Decreto de Pepi II do oásis de Dakhla. TPA, p. 115.

existência de um ancestral prestigioso como uma das fontes legitimadoras do seu poder.

O culto funerário exigia, igualmente, um serviço de oferendas diário a ser provido para o *ka* do morto, daí a necessidade de campos adjacentes aos complexos mortuários, doados pelo rei, o que inseria a família num circuito econômico dotado de um fluxo regular de produtos agrícolas e artesanais especialmente importante numa economia não-monetária como a egípcia⁴⁹⁹. Nas palavras de Bernadette Menu,

Para a família, para os clientes, para os dependentes, a tumba é também o lugar concreto da contabilização e da gestão de oferendas atrelas perpetuamente ao culto funerário. O circuito de oferendas contribui para a dinâmica econômica de todo o país. Uma parte dos produtos é destinado à administração central, diretamente ou por intermédio dos templos e às famílias dos grandes desse mundo por intermédio de seus mortos; termos como *oudjeb* (*red*), *pékhéret*, “reversão”, possuem uma importância jurídica capital; os escribas e um funcionário régio, o *héry oudjeb*, eram encarregados dessas operações (...) são os vivos que se beneficiam, em última instância, do circuito de oferendas funerárias⁵⁰⁰.

Ao mesmo tempo, a inscrição de Kaemnefert aponta para o fato de que os envolvidos no serviço funerário (familiares, chefiados pelo filho mais velho, ou sacerdotes do *ka* – *hm kꜣ* -, contratados para essa função) não deveriam se apropriar dos bens destinados a seu culto mortuário:

Os servidores do *ka*, uns após os outros, supervisionarão os campos, as pessoas e todas as coisas que constituí para eles afim de que fizessem a oferenda. Seus servidores e servos, seus irmãos e irmãs, não deverão fazê-lo fora do serviço de oferenda da necrópole, nessa concessão funerária situada no perímetro da pirâmide “Grande é Khefren”. Quanto a seus bens e

⁴⁹⁹ Além de produtos agrícolas e de toda a sorte de gêneros alimentícios, as oferendas funerárias também eram compostas de inúmeros outros bens, como vasos, óleos, unguentos, tecidos, perucas etc. Uma lista de oferendas encontrada no templo de Min em Coptos nos fornece uma boa ideia a respeito dos bens que circulavam nos templos. Mencionam-se, por exemplo, vasos de ouro e cobre, fragmentos de turquesa, tecidos « em grande quantidade », colares de lápis-lazúli, incenso, natrão e mirra. Para a lista de oferendas, cf. TPA, p. 125.

⁵⁰⁰ MENU, Bernadette. Les installations funéraires privées dans l’Ancien Empire égyptien (2700-2200 avant J.C.): aspects idéologiques et socio-juridiques. In.: BARAY, Luc *et al.* (eds.). *Pratiques funéraires et sociétés*. Nouvelles approches en archéologie et en anthropologie sociale. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, 2007, p. 230. O *hry-wdb* era um dos principais representantes do Tesouro nas províncias.

receitas do campos, de pessoas, de toda coisa que eu constituí para fazer oferendas, eu proíbo a todo servidor do *ka* de dotação que disponha de todo campo ou pessoa que eu constituí para fazer oferenda, que seja contra compensação de quem quer que seja ou por transferência global a quem quer que seja, salvo se der ao filho habilitado por sua parte como servidor e servo do *ka*. Se qualquer servidor do *ka* da dotação infringir os campos, as pessoas e todos os bens do serviço de oferendas que o rei me concedeu para ser um *imakhu*, a parte que administra lhe será retirada⁵⁰¹.

Com o Primeiro Período Intermediário e a reunificação da monarquia no Reino Médio, nota-se uma transformação na forma como o Estado passa a garantir a exploração dos recursos produtivos no Egito, especialmente os agrícolas. A julgar pela inexistência de menções aos *hwwt* no Reino Médio, é de se supor que esse modelo tenha desaparecido, assim como os monumentos de seus governadores, tão abundantes ao final do Reino antigo. O que se percebe é que, à medida que as cidades (*nwt*) passam a exercer um papel mais proeminente na administração que os nomos, há um recrudescimento do *pr* enquanto unidade territorial, o que reflete o abandono progressivo de uma forma mais centralizada de administração.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DOS TEMPLOS NO REINO ANTIGO: UMA VISÃO A PARTIR DOS DECRETOS DE COPTOS E DOS PAPIROS DE ABUSIR.

Já foi demonstrado ao longo desse trabalho o relevante papel do Estado, durante o Reino Antigo, na criação e no gerenciamento de instalações agrícolas destinadas à exploração das terras em seu próprio proveito. Passemos, agora, ao estudo acerca do exercício de atividades dentro dos templos, uma vez que eram importantes meios através dos quais as elites provinciais exibiam, reforçavam e legitimavam a sua autoridade perante as comunidades locais⁵⁰².

O templo era, no Egito, não somente uma instituição religiosa, mas também uma instituição econômica. Os templos exerciam o controle de campos de extensões consideráveis e sua exploração supunha um grande impacto nas

⁵⁰¹ PETRIE, William Flinders. *Athribis*. BSAE 14, Londres, 1908. pp. 15-16.

⁵⁰² Falaremos aqui em templos provinciais de forma generalizante, mas as principais fontes de estudo de que dispomos para o período do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário são os decretos de Coptos, que se referem ao templo de Min, principal deus do nomo copta, que datam da Vª à VIIIª dinastias. Sabe-se, contudo, que as características de cada templo e dos cultos locais estavam sujeitos às necessidades específicas de cada comunidade.

sociedades locais as quais, apesar de possuírem formas próprias de organização do espaço e dos processos produtivos⁵⁰³, acabavam sofrendo as consequências da presença desse tipo de instituição. No caso,

(...) o impacto da fiscalidade da Coroa, da criação de instalações e da exploração agrícola dependentes dos templos ou dos centros agrícolas da Coroa (campos de trabalho, armazéns, centros de transformação, grandes domínios agrícolas, etc) alterava, sem dúvida, a organização do espaço rural, dos ritmos de trabalho campestres e a estrutura social e de poder das aldeias dependendo do grau de participação de cada setor da sociedade aldeã (chefes de aldeias, potentados rurais, camponeses etc) na exploração dos recursos agrícolas de tais instalações⁵⁰⁴.

Os templos, junto ao palácio, estavam no centro da vida econômica e social no Antigo Egito, e eram responsáveis diretos pelo armazenamento e redistribuição dos excedentes obtidos com a tributação imposta especialmente às comunidades aldeãs. O corpo de funcionários atuante no templo participava, igualmente, de um complexo sistema de propriedade que incluía benefícios advindos da exploração de terras estatais e pela possibilidade de aquisição privada de certos bens, uma vez que por ali circulavam diversos produtos agrícolas e bens de luxo, além de apropriação privada decorrente de benefícios concedidos pelo exercício de função⁵⁰⁵.

Tradicionalmente, os templos são divididos em vários tipos, sendo os dois principais o “divino” e o “mortuário”. Byron Schafer, contudo, discorda dessa divisão pois:

(...) ‘divino’ e ‘mortuário’ podem induzir ao erro em pelo menos três formas: primeiro, pois sugerem que as práticas de culto nos templos eram limitadas ou ao cuidado com os deuses ou relativas ao rei morto; segundo, por sugerirem que o recipiente do ritual mortuário não era divino; e, terceiro, por

⁵⁰³ As comunidades aldeãs egípcias possuíam formas próprias de organização do espaço e dos processos produtivos distintas daquelas utilizadas no setor institucional. Estavam, contudo, ligadas a esse último por obrigações fiscais e como mão-de-obra necessária à exploração dos territórios, o que significa que as mesmas sofriam os impactos da criação de instalação agrícolas do Estado no meio provincial, a exemplo daquelas geridas pelos templos.

⁵⁰⁴ MORENO GARCIA, Juan Carlos. Elites y agricultura institucional: el papel de los templos provinciales egípcios durante el Imperio Antiguo. *Huelva Arqueologica*. n.19, 2003. p.31.

⁵⁰⁵ Note-se, apenas, que a economia egípcia era articulada em torno de ao menos quatro lógicas: a palacial-aldeã, a da grande economia familiar ou individual, a da pequena economia familiar ou individual, a escravista (Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sete olhares sobre a antiguidade*. pp. 42-47. Brasília : Editora da Unb, 1994).

sugerirem que os antigos egípcios vissem as funções, planos, símbolos e rituais do 'divino' e 'mortuário' como bastante separados e distintos⁵⁰⁶

A construção de um templo começava pela eleição de um terreno inundável (*remen*), o qual era posteriormente dividido em parcelas às quais eram atribuídos trabalhadores procedentes de aldeias próximas⁵⁰⁷. O objetivo dos domínios agrícolas dos templos era a produção de oferendas divinas. O controle da gestão do templo era feito por um conselho (*dyꜥdyꜥt*), formado por dignitários da Coroa (*srw*) e pelos chefes de aldeia (*heḫꜥ nwt*), estes últimos responsáveis pela intermediação necessária à obtenção de trabalhadores⁵⁰⁸. O Decreto de Coptos G permite compreender parte do processo referente à construção de um templo:

Ordem régia para o conde, governador do Alto Egito, superintendente dos sacerdotes (...)

(Ordena estabelecer no templo de) Min em Coptos, no nomo dos Dois falcões, a estátua “Triunfante é o rei do Alto Egito Neferkara” e a oferenda real que lhe é outorgada como sua oferenda divina, que perdura na Casa do Rei (...) como disposição em favor do rei Alto e Baixo Egito, Neferkara, que viva eternamente e para sempre, hoje novamente.

Três arouras de terra no nomo dos Dois Falcões (...) sua fração será separada da propriedade *rmn*, consistente em campos que se inundam anualmente (...). Seu nome será estabelecido como “Min fortalece a Neferirkara” do *pr-šnꜥ* e dos encargos em dez vezes. Serão recrutados *mrt* para este *pr-šnꜥ* dos *mrt* (...) da Casa do Rei. Se o *mrt* não conhece o seu documento (quando) a Residência o controla, ser-lhe-á dado novamente por decisão dos magistrados que vêm (...) esses campos, para fazer a oferenda divina aqui, para Min de Coptos; a oferenda diária além das oferendas de todas as festas (...) aqui oferecida à estátua “Neferkara é triunfante” em dez vezes junto ao campo de trinta arouras, por decisão do conde, amigo único, superintendente dos sacerdotes *ldy*, no nomo dos Dois Falcões (...)

Farás a divisão do campo deste *pr-šnꜥ* junto com os chefes, governantes das cidades, o Conselho do Campo, com *mdy* (*sdw*, sacrifício de bois e aves), com toda a maravilhosa festa do deus⁵⁰⁹.

⁵⁰⁶ SHAFER, Byron. *Temples, priests, and rituals : an overview*. In.: SHAFER, Byron et al (orgs.). *Temples of Ancient Egypt*. Ithaca: Cornell University Press, 1997. p. 2.

⁵⁰⁷ Havia, igualmente, um ritual anterior, destinado a celebrar a fundação do local onde seria erigido o templo. Nesse momento era demarcadas suas fronteiras, seu solo era consagrado a uma divindade e a criação era renovada, uma vez que os templos eram, simbolicamente, um local onde, através dos rituais, o caos (que remetia ao momento da criação) era combatido. Esse ritual, realizado pelo supervisor dos profetas de cada templo em nome do rei, durava de sete a quinze dias.

⁵⁰⁸ Nas províncias havia a família dominante, que controlava o templo e a função de “grande chefe do nomo” e outras famílias de menor importância que controlavam as instalações da Coroa, como os *hwwt* e, por isso, deveriam ser bastantes comuns as disputas entre setores da elite.

⁵⁰⁹ Decreto de Coptos C, TPA.

O decreto supracitado comenta, ainda, a respeito de uma ligação existente entre os domínios agrários do templo de Min e aqueles pertencentes à Coroa, provavelmente em virtude da existência de uma capela do *ka* adjacente a esse templo, onde repousava uma estátua do rei Neferkara, feita de “cobre asiático, pastas coloridas e ouro”⁵¹⁰. O mesmo decreto, ainda, comenta a respeito de trinta arouras de terra concedidas ao supervisor dos templos, Idi, como “sua parte”, indicando que a construção de um templo era dependente da concessão de certos benefícios a importantes membros das comunidades locais.

Essa situação, contudo, é mais característica do Reino Antigo tardio, onde é possível observar com mais clareza a presença do Estado nas províncias e uma política ativa dos monarcas atuando junto aos templos. Pouco se sabe a respeito da importância dos templos locais para momentos mais recuados⁵¹¹, mas a descoberta do santuário de Satet, em Elefantina, datado do início do Período Dinástico, traz alguma luz para que possamos compreender melhor as suas relações com as instituições régias⁵¹². Em primeiro lugar, não foram encontradas nesse santuário inscrições nem outros elementos decorativos que fizessem alusão à patronagem régia ou, mesmo, à própria monarquia, como se vê em períodos posteriores. A dimensão e a estrutura do santuário de Satet são bem mais modestas se as compararmos com os templos do final do Reino Antigo, uma vez que sua estrutura simples, feita de tijolos, em nada se parece com os grandes complexos feitos em pedra que marcaram a arquitetura templária no Egito⁵¹³. Apesar disso, a descoberta de um silo para armazenar grãos no entorno dessa capela indica certa relevância econômica no nível local. Outro ponto importante é que alguns selos foram

⁵¹⁰ Decreto de Coptos G. TPA, p. 114.

⁵¹¹ Cf. GOEDICKE, Hans. Cult-temple and 'State' in Egypt. *Orientalia Lovaniensia Analecta* 5. State and Temple Economy in the Ancient Near East, Leuven, 1979. pp. 113-131.

⁵¹² Cf. DREYER, G. *Elephantine VIII: der Tempel der Satet*. Die Funde der Frühzeit und des Alten Reiches. Mainz: Zabern, 1986.

⁵¹³ Isso não pode, contudo, levar-nos a presumir que os templos dessa época fossem totalmente independentes e que não houvesse nenhum tipo de intervenção da monarquia no que diz respeito ao culto provincial. Barry Kemp, por exemplo, demonstra a existência de centros cultuais dedicados ao rei já em épocas remotas, como os de Nagada e Hieracômpolis (KEMP, Barry. *Anatomy of a civilization*. Routledge: Londres, 2006. p. 81).

encontrados, na mesma época, na região de Elefantina, o que demonstra que, ao lado do templo, funcionava também um centro administrativo⁵¹⁴.

Especialmente a partir da Vª dinastia observa-se uma maior presença do Estado nos templos locais. Essa interferência é bastante clara através da construção de capelas do *ka*, construídas junto aos templos locais e que estavam atreladas aos *hwt*. Sua importância econômica deveria ser bastante grande, uma vez que a reversão das oferendas apresentadas às estátuas régias beneficiava a todos os envolvidos diretamente no culto. É o que vemos, por exemplo, em um Decreto do rei Neferefre, encontrado no conjunto dos Papiros de Abusir:

Um decreto régio para os supervisores dos sacerdotes *wb* e *khenty-she* na pirâmide de Neferefre, (que se relaciona) com Iry, o filho do companheiro do rei Semenptah e Ankhizi, o filho do *khenty-she* Ankhizi:

Dê a ele acesso à invocação de oferendas do rei do Alto e Baixo Egito Neferefre na pirâmide de Neferefre da mesma maneira como os sacerdotes *wb* e *khenty-she* possuem acesso⁵¹⁵.

Nesse decreto nota-se a permissão concedida pelo rei para que certos sacerdotes envolvidos em seu culto funerário usufruíssem das oferendas régias, provavelmente como parte da retribuição referente ao exercício de suas funções.

Além disso, é interessante observar, através do exemplo dos templos, como as províncias passam a ser incorporadas à lógica estatal e às suas representações. No capítulo anterior mencionamos a existência de cenas de procissão que mostravam domínios agrícolas personificados, como aquela encontrada na pirâmide do faraó Snefru, da IVª dinastia. No final do Reino Antigo, além dos domínios régios, os templos locais também aparecem nessas cenas entregando bens para o culto funerário do rei. Isso é indício da incorporação dos templos locais na lógica econômica das províncias e a formalização de sua assimilação a uma lógica estatal institucional.

Segundo Jacquet-Gordon, os templos locais atraíram crescente interesse de outras instituições estatais porque ficaram cada vez mais envolvidos na

⁵¹⁴ SEIDLMAYER, Stephan Johannes. Town and State in the Early Old Kingdom. A view from Elephantine. In.: SPENCER, Jeffrey (ed.). *Aspects of Early Egypt*. Londres: British Museum Press, 1996.

⁵¹⁵ Decreto de Neferefre, TPA, pp. 101-102.

administração dos domínios fundados para ao culto mortuário realizado tanto nas pirâmides quanto para as estátuas régias nos templos, tornando-se uma grande zona de interface entre a administração central e a local⁵¹⁶. Observe-se, igualmente, que o esforço de controle do poder central sobre os cultos provinciais, embora tenha se consolidado e fortalecido na VIª dinastia, é anterior a ela. Há relatos, como a já mencionada inscrição de Niakaiankh de Tehna (IVª dinastia), que atestam uma doação de terras do faraó Miquerinos ao santuário local da deusa Hathor (“duas arouras de terra foram arranjadas pela majestade de Menkaura para esses sacerdotes para que eles possam servir como sacerdotes para ele”⁵¹⁷). Esse trecho, em particular, remete ao estabelecimento de uma política de alianças entre o grupo menfita e uma família local, no caso, a de Nikaiankh, visto que os sacerdotes beneficiados com as duas arouras de terra eram, também, seus filhos.

A construção de novos templos nas províncias, como as capelas do *ka*, tinha por objetivo acentuar o controle da capital sobre essas regiões e, conforme as inscrições do Reino Antigo permitem afirmar, este era um ato que não se fazia dissociado da concessão, por parte do Estado, de grandes extensões de terras aos envolvidos seja no culto, seja na administração dos templos. Junto à concessão de terras ocorria também o direito à exploração dos trabalhadores, provenientes de aldeias próximas e provavelmente escolhidos pelos próprios chefes das comunidades aldeãs. Além disso, os templos eram responsáveis por uma vasta extensão que incluía, junto aos mencionados campos de cultivo, não só trabalhadores, mas aves, poços, canais de irrigação, aldeias e centros administrativos, além do fato de ali circularem bens valiosos como ouro, prata, incenso etc. Em suma,

(...) os templos provinciais eram um núcleo de relações sociais e econômicas que atravessavam toda a sociedade provincial, desde os trabalhadores aos chefes de aldeia, passando pelos potentados rurais e os dignitários provinciais, na medida que comunicavam a sociedade provincial com os membros da Corte e os funcionários enviados às províncias pela Coroa⁵¹⁸.

⁵¹⁶ JACQUET-GORDON, H. *Les noms des domaines funéraires sous l'Ancien Empire égyptien*. Cairo: Institut français d'archéologie orientale, 1962.

⁵¹⁷ No caso, « ele » se refere ao templo de Hathor.

⁵¹⁸ MORENO GARCIA, *op. cit.*, 2003, p. 42.

Para o estudo das atividades templárias no Reino Antigo dispomos, basicamente, dos Decretos de Coptos, além de algumas titulaturas esparsas encontradas nas autobiografias do final do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário. Através dessa documentação é possível esboçar um panorama mais preciso da atuação dos chefes locais, especialmente os nomarcas, no contexto das atividades templárias. Não é possível perder de vista, contudo, o fato de que a delimitação de funções variava de acordo com as características de cada templo⁵¹⁹ e, também, como demonstra Valérie Sèlve, “(...) a cada ato ritual corresponde um título preciso: todos os gestos efetuados pelos nomarcas nos quadros de culto são detalhados por estes títulos e por algumas inscrições que explicitam seu conteúdo”⁵²⁰.

De acordo com os Decretos de Coptos, os principais títulos sacerdotais associados ao nomarcas eram o de *imy-r hm ntr* (“diretor dos profetas”), *smj mn* (“estolista de Min”), *imy-r pr-mn* (“diretor da Casa de Min”), *hry-sštj* (“senhor dos segredos”), *wn knmwt*, “pilar de Kenmout”, *shd wj* (“inspetor da barca uia”) e *hry-hbt* (“sacerdote-leitor”). O que se nota é que, na Vª dinastia, a maioria das funções exercidas pelos chefes locais era de tipo administrativo, situação que se modifica após o reinado de Merenra, da VIª dinastia, que coincide com consolidação da função de “grande chefe do nomo”. Nesse momento, outras titulaturas sacerdotais aparecem associadas aos nomarcas o que, consequentemente, indica um aumento da participação desses indivíduos em atividades de culto. É o caso dos títulos *iry nfr-hjt* (“assistente do diadema”), *hry-tp djt* (“chefe do guarda-roupas”), *shkr-ntr* (“aquele que orna esta ou aquela divindade”), todas indicando relação com o culto à estátua divina provavelmente em virtude do aumento da construções de capelas do *ka* nas províncias.

É possível dividir em dois importantes conjuntos as funções pelas quais os governantes provinciais eram responsáveis no âmbito templário: administrativas e ministeriais⁵²¹, ambas extremamente decisivas para a consolidação do poder dessas

⁵¹⁹ ROCCATI, Alessandro. Concezioni rituali e terminologia sociale nell’ antico Egitto. *Stato, Economia, Lavoro nel Vicino Oriente Antico*. Milano: Franco Angeli, 1988. pp. 73-78.

⁵²⁰ SELVE, Valérie. Les titulatures religieuses des nomarques comme indices de l’évolution des relations entre pouvoir central et pouvoirs locaux avant et au-delà de la Première Période Intermédiaire. *Mediterranée*, Paris : L’Harmattan, n. 24, 2000. p. 72.

⁵²¹ SÈLVE, Valérie. *The nomarchs of the Old and Middle Kingdom and their tombs in Benin-Hassan and Aswan*. Disponível em http://www.osirisnet.net/tombes/assouan/e_nomarques.htm (último acesso em 17/07/2012).

autoridades locais. Era bastante comum as pessoas acumularem funções tanto de sacerdotes, quanto de administradores, como é o caso de Metjen que, além de dirigir um corpo de ritualistas *wꜥb*, também era responsável por administrar alguns nomos e uma instalação de tipo *hwt*.⁵²²

Dentre as funções administrativas tem-se, em primeiro lugar, a direção do corpo clerical, expressa em títulos como o de *imy-r hm-ntr*, traduzido como “diretor dos profetas”. A responsabilidade inerente a esse cargo consistia na administração do exercício do culto realizado diariamente para a divindade no templo. Para tanto, era necessário o gerenciamento dos bens fundamentais para a correta execução de tais cultos, como provisão de oferendas e objetos litúrgicos. Outros títulos, como *imy-r pr-mn* (ou o “diretor da casa de Min”), demonstram o envolvimento de seus portadores na direção dos chamados “lugares sagrados”.

Durante a VIª dinastia surge uma nova titulatura, a de “dirigente de *phylae*”, que concentrava atividades sacerdotais, como a supervisão dos serviços litúrgicos, e outras mais administrativas, como a distribuição de oferendas. No caso específico dos nomarcas, nota-se que a maioria desses indivíduos acumulava junto ao título de “grande chefe do nomo”, o de “intendente dos profetas” e de “governador do *hwt*”, demonstrando o elo articulado pelo Estado entre a administração das províncias, controle dos templos e gerenciamento de instituições agrícolas.

As funções ministeriais encontradas nas titulaturas dos chefes locais demonstram a aquisição de uma espécie de *status* ritualístico e uma participação ativa na realização dos cultos. Vale lembrar que, ideologicamente falando, o faraó era o único autorizado a presidir os cultos mas, na impossibilidade óbvia de se fazer presente em todos os lugares do Egito, delegava essa função a terceiros. O que a presença de títulos como *hry-sšt* (“senhor dos segredos”), *smꜥ mn* (estolista de Min) e *šhd wꜥꜥ* (“inspetor da barca-ua”) permite entrever, para além da organização do culto às divindades, é o fato de que esses particulares passam a gozar de prerrogativas régias, indicando que mesmo o controle das atividades religiosas era realizado, na prática, de forma descentralizada.

⁵²² Essa associação entre o título de nomarca e o de supervisor dos sacerdotes, contudo, há que ser questionada, visto que não são todos os nomarcas que portam esse título. No entanto, só um nomarca poderia ser supervisor dos sacerdotes.

Essa última informação se torna absolutamente relevante se for tomado em consideração o contexto que leva ao fim da VI^a dinastia. Como visto, esse período é sucedido pelo Primeiro Período Intermediário, no qual a descentralização do poder deu margem ao fortalecimento dos governadores provinciais. Inscrições encontradas na necrópole de El-Hawawish, pertencente à nona província egípcia, indicam uma linhagem de governadores provinciais que monopolizou a função de *imy-r hm-ntr* por seis gerações. A hereditariedade das funções dos nomarcas foi um fator que, sem dúvida, contribuiu para o fortalecimento da posição de algumas famílias provinciais. Segundo Moreno Garcia,

Uma leitura atenta das inscrições do Primeiro Período Intermediário revela a existência de novos motivos e expressões, de inovações no estilo e nos gêneros literários, que testemunham mais uma mobilidade social e uma alteração nas relações de força tradicionais no âmbito político (capital/província, elite/sociedade, público/privado, rei/súditos, etc.) e de suas manifestações ideológicas, que transformações no meio natural⁵²³.

A crescente inserção dos chefes locais dentro de uma lógica estatal, marcada nesse momento pelas concepções de mundo próprias de setores da elite menfita, é manifesta também na cultura material, a exemplo das tumbas, como anteriormente mencionado. Além disso, quando as elites locais passam a assumir os valores da cultura palatina, muitos monumentos a exemplo de santuários e estátuas passam a ser erigidos em honra a um ou vários governadores provinciais.

A existência desses monumentos, que passa a ser mais comum a partir do Primeiro Período Intermediário, está intimamente associada ao contexto de enfraquecimento da monarquia unificada e, conseqüentemente, de seu papel ideológico como categoria identitária. A esse respeito, Finnestad aponta que havia duas unidades sociais básicas no Egito antigo ao redor das quais se pretendiam o consenso e a coesão social: a comunidade egípcia, conceitualizada no faraó e a comunidade da família, representada pelo pai, às quais todos os egípcios pertenciam. No caso, o faraó era também uma importante fonte legitimadora de poder uma vez, que segundo o constructo ideológico dessa sociedade, era dele que derivava toda a autoridade (ao menos em teoria). Para Finnestad, o faraó e o pai

⁵²³ MORENO GARCIA, Juan Carlos. Études sur l'administration, le pouvoir et l'idéologie en Égypte, de l'Ancien au Moyen Empire. *Aegyptiaca Leodiensia*, n. 4. Liège, 1997. p. II.

funcionavam como entidades protetoras, capazes de prover a coesão da comunidade ao lhes proporcionar um sentimento de segurança⁵²⁴. Quando a monarquia unificada se enfraquece e, especialmente nos nomos do sul, membros de importantes famílias locais conquistam mais autonomia em função da retração da capacidade de influência das instituições articuladas em torno da monarquia menfita,

Funções outrora destinadas ao monarca, como a de prover a imortalidade a todo o povo egípcio através da sua própria imortalidade, ficam enfraquecidas em razão da sua perda de autoridade e prestígio. Dessa forma, chefes locais (...) passam a funcionar também como entidades aglutinadoras⁵²⁵.

Um exemplo é a existência de enterramentos secundários no entorno das tumbas dessas pessoas, o que traz reforço à hipótese de que houve, ao final do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário, uma expansão das redes de clientelismo no controle de alguns chefes locais. Como salienta Simpson,

[...] a iniciativa pessoal do funcionário para assegurar prosperidade à casa real, amenizando os efeitos da fome, etc., as demandas excessivas por tributos dos governantes, o recrutamento de homens para projetos do rei, bem como o papel do monarca como o governante benevolente que é capaz de perdoar o devedor pagando um empréstimo. Como nos textos dos períodos seguintes, caracteriza-se pelo orgulho dos nomos locais, com uma ausência correspondente de ênfase na casa real⁵²⁶.

Especialmente durante o Primeiro Período Intermediário, portanto, quando as elites locais, em vista da retração da capacidade centralizadora do Estado, do qual dependiam para garantir e legitimar sua posição dentro da sociedade, esses centros ganham maior importância (vide o caso de Heqaib, analisado no capítulo anterior) como novas fontes de legitimação⁵²⁷. O fato de um funcionário mandar construir

⁵²⁴ FINNESTAD, Ragnhild Bjerre. The pharaoh and the "democratization" of post-mortem life. In: ENGLUND, *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive structures and popular expressions. Uppsala: 1989.

⁵²⁵ JOÃO, *op. cit.*, p. 54.

⁵²⁶ SIMPSON, William Kelly (ed.). *The literature of Ancient Egypt*. An anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies, and poetry. Yale: Yale University, 2005. p. 402.

⁵²⁷ O cemitério provincial de Abidos traz outros exemplos, além de Heqaib, de tumbas de dignitários provinciais que se transformaram em locais de culto no Primeiro Período Intermediário e Reino Médio (cf. RICHARDS, Janet. The Abydos Cemeteries in Late Old Kingdom. In . : HAWASS, Zahi (ed.) *Egyptology at the Dawn of the Twenty-first Century: Archaeology*. Vol. 1. Cairo : The American University in Cairo Press, 2003. pp. 400-407).

para si uma capela do *ka*, como no decreto referente ao governador de Balat ou, ainda, como apontado no decreto expedido em favor do nomarca Shemai⁵²⁸, mostram o alto grau de inserção dessas pessoas na cultura palatina, pois a construção desse tipo de capela parte de um processo de emulação referente aos padrões utilizados na Corte.

Para a maioria das pessoas envolvidas em atividades de culto, além da experiência religiosa proporcionada por esse exercício, havia um grande interesse nos benefícios proporcionados pela reversão de oferendas e pela dotação de terras. Tanto que muitos decretos régios, provavelmente a fim de evitar corrupção, proibem expressamente de se retirar qualquer bem ou pessoa pertencente a esses domínios para que fossem usados para outros fins. Como a maioria desses territórios era isento de tributação, muitos reis impunham castigos àqueles que desrespeitassem essa isenção (provavelmente muitos tentavam se aproveitar do acesso que tinham a esses circuitos fiscais em benefício próprio), como se vê no decreto de Coptos C, expedido por Pepi II:

Como rei do Alto e Baixo Egito, Pepi Neferkara, que ele viva para sempre e para a eternidade, vive, permanece, e é saudável, tu não deverás retirá-los para esses propósitos ... para fins de tributação relacionados a eles, à exceção da realização de seus deveres sacerdotais para Min de Coptos (...) qualquer intendente do Alto Egito ou funcionário ou qualquer emissário que não agir de acordo com as palavras deste decreto deverá ser levado ao “salão de Hórus”. Minha Majestade não os permite servir como sacerdotes na pirâmide de Neferkara para sempre⁵²⁹.

Com relação à procedência das oferendas destinadas ao templo, os Papiros de Abusir fornecem algumas importantes informações. Muito embora não se refiram ao funcionamento de um tempo local, por serem um dos poucos registros existentes a respeito do cotidiano das atividades em um templo, são dignos de atenção⁵³⁰.

⁵²⁸ Cf. Decreto de Coptos K.

⁵²⁹ Decreto de Coptos C, TPA, p. 111.

⁵³⁰ Os papiros se referem ao culto mortuário de Neferikara-Kakai, da Vª dinastia. Fragmentários, neles se encontram tabelas de serviços, inventários de bens, registros de contabilidade e informações relativas às provisões de oferendas e gerenciamento do pessoal do templo. Muito embora o funcionamento de um templo mortuário régio devesse ser diverso daquele existente nos templos denominados « divinos », a falta de registros sobre a atividade templária no Reino Antigo acaba nos levando a produzir certas generalizações. Ademais, embora haja essa diferenciação, não se pode deixar de pensar em correlações entre ambos, que é o que mostrou, precisamente, Ciro Cardoso ao

Existe, nos Papiros de Abusir, o registro de que as oferendas destinadas ao culto mortuário do rei possivelmente eram encaminhadas diariamente ao templo, o que pode justificar a existência de registros diários de corveia referentes a atividades de transporte⁵³¹. O templo possuía pouquíssimas reservas e tudo o que era usado nas atividades de culto era trazido a ele todos dias. O transporte de bens e alimentos era feito por barco, o que torna a menção para a construção de um barco para a o “deus dos dois poderes”, junto a uma tripulação, em um decreto do rei Neferkhauhor (VIIIª dinastia), mas inteligível⁵³².

No caso do culto mortuário de Neferkara, a principal fonte de abastecimento era o templo solar do rei (*rj š*), e não seus domínios agrícolas (*hwt*). Também são mencionados bens advindos da Residência os quais, no entanto, vinham em menor quantidade e eram associados a uma localidade chamada “boca do domínio de Kakai”, que provavelmente se refere a um domínio agrícola⁵³³. Sobre os templos solares, comuns especialmente na IVª e Vª dinastia, a hipótese de Winter é a de que não fossem destinados ao culto de Rá mas, sim, atrelados ao culto funerário para que os faraós mortos fossem associados ao culto solar, a fim de acompanhar Rá em sua viagem pelos céus⁵³⁴. Desse domínio vinham, por exemplo, pães, e a reversão de oferendas realizada nos templos solares beneficiava o faraó morto em seu complexo funerário. A julgar pela grande quantidade de carne de animais abatidos constante nas listas de Abusir, é de se supor que nesses templos solares devessem existir também abatedouros, assim como centros de panificação e cervejarias,

falar sobre a unidade básica das representações sociais entre o culto templário e o funerário (cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *A unidade básica das representações sociais relativas ao culto divino e ao culto funerário no Antigo Egito*. Período Raméssida: 1307-1070 a.C. segundo a cronologia convencional, 1295-1069 a.C. segundo a cronologia curta. Cópia cedida pelo autor). Para o historiador, havia uma espécie de princípio unificador que orientava os dois tipos de culto, usando exemplos datados do Período Raméssida. Para o Reino Antigo, é possível verificar essa associação através, por exemplo, do Ritual de Abertura de Boca. Originalmente realizado nas estátuas de culto em templos destinados ao rei e às outras divindades, nota-se um deslocamento dessa prática para o âmbito funerário, no qual passa a ser feito também nas múmias tanto régias quanto de particulares. Essa expansão pode ser inserida no contexto da “democratização” da imortalidade, processo do qual falaremos a seguir.

⁵³¹ POSENER-KRIÉGER, *op. cit.*, p. 144.

⁵³² Decreto de Coptos J. TPA. p. 119.

⁵³³ Domínios agrícolas eram construídos no Médio Egito para prover oferendas ao culto mortuário dos reis, como a pirâmide de Meidum.

⁵³⁴ WINTER, Rich. Zur Deutung der Sonnenheiligtümer der 5. Dynastic. *WZKM* 54, pp. 223-233. Uma análise a respeito dos templos solares da Vª dinastia pode ser encontrada em: NUZZOLLO, Massimiliano. *The Sun Temples of the V Dynasty: a reassessment*. SAK 36, Hamburgo, 2007. Para uma relação entre o surgimento dos templos solares e a influência da ideologia heliopolitana nos chamados Textos das Pirâmides cf. MENU, Bernadette. *Le pouvoir et la gestion des temples en Égypte pharonique*. *Collection Histoire, Gestion, Organisations* 5, Toulouse, 1996, pp. 14-15.

porque todos os itens chegavam prontos para uso e matérias-primas, como grãos e farinha, não chegavam diariamente para que se pudesse supor que sua produção ocorresse no próprio complexo mortuário régio. Como a função dos templos não corresponde àquele de centro produtor, Posener-Krièger pressupõe a existência de três níveis no tocante à produção e distribuição de oferendas: um deles é um centro produtor, do qual o templo solar era intermediário para que os itens chegassem ao templo funerário, passando antes pelo palácio, o qual deveria reter parte da produção como forma de cobrança de tributo⁵³⁵.

Os decretos de Coptos iluminam bem a situação de um importante templo local, o de Min, através do qual podemos perceber que uma das vantagens oferecidas àqueles envolvidos em atividades administrativas e rituais nos templos era a isenção da prestação de corveia. Segundo um decreto de Pepi II, da VIª dinastia, as atividades nas quais uma pessoa poderia ser empregada em caráter compulsório, no Alto Egito, eram:

Minha Majestade não permite que sejam levados para o trabalho compulsório, que é reconhecível nesse nomo, quando for qualquer um desses:

- carregamento ou transporte;
- as exigências do intendente do Alto Egito: ouro ou cobre;
- as necessidades da Casa da Vida: os requerimentos anuais de ração e comida animal, oferendas, cordas e bandagens, peles de animais;
- direitos de aragem, qualquer taxa, qualquer trabalho compulsório que são devidos na água ou na terra, ordenador pelo supramencionado intendente do Alto Egito⁵³⁶.

Com o intuito de possibilitar que os sacerdotes (que também possuíam atribuições civis⁵³⁷) se dedicassem às atividades religiosas de forma mais adequada, diversos decretos concedem a isenção das corveias⁵³⁸. As terras e pessoas

⁵³⁵ POSENER-KRIÈGER, *op. cit.*, p. 140.

⁵³⁶ Decreto de Coptos D, TPA, p. 112.

⁵³⁷ Somente no Reino Novo os sacerdotes passam a exercer a função sacerdotal em tempo integral.

⁵³⁸ O decreto de um sucessor de Pepi II traz, explicitamente, esse objetivo como justificativa para a concessão da isenção da corveia. O decreto se refere a duas rainhas: « Minha Majestade ordenou a isenção e proteção dos sacerdotes e sacerdotas do ka dos domínios, cidades, campos, armazéns e dependentes da mãe do rei, Ankhesenmerira, a velha, e a mãe do rei, Neith, de realizar toda a forma de trabalho e corveia. Isto é feito com o desejo de que eles sejam capazes de realizar os ofícios sacerdotais, os festivais mensais, e apresentar as oferendas divinas no santuário dessas duas mães do rei por toda a eternidade (Decreto de um sucessor de Pepi II de Saqqara. TPA, p. 116).

atreladas aos templos e domínios régios também eram isentas de tributação, conforme se vê no trecho a seguir:

Em relação ao supervisor dos sacerdotes e inspetor dos sacerdotes de Min em Coptos, no nomo coptita; todos os dependentes das possessões do domínio agrário de Min, os funcionários da comitiva e do serviço diário de Min, os trabalhadores e construtores deste templo que estão em serviço. Minha Majestade não permite que eles sejam enviados para a corveia real, em pastos de boi os pastos de burro, com qualquer animal, na administração das guardas, ou em qualquer dever ou imposição de taxa que é conhecida no domínio régio, pela eternidade⁵³⁹.

Um decreto de Neferikara, de Abidos, chega até mesmo a prever punições para aqueles que desrespeitassem a orientação relativa à isenção de corveia:

Em relação a qualquer homem do nomo que levar:

- qualquer sacerdote que está na terra do deus que realiza trabalhos sacerdotais naquele nomo;
- os dependentes que estão em qualquer campo do rei;

Com o propósito de trabalho compulsório e qualquer trabalho nesse nomo, tu deverás enviá-lo para a Grande Casa e ele deverá ser posto para trabalhar nas pedreiras, e para colher cevada e trigo espelta⁵⁴⁰.

Quanto ao trabalho nos templos, tanto os Decretos de Coptos quanto os Papiros de Abusir mostram associação entre chefes de assuntos “civis” (no primeiro, nomarcas e outros chefes locais, como os *hkꜣ hwt*; no segundo, vizires) e a obrigatoriedade de realizar serviços nos templos. O que esses documentos nos mostram é que os sacerdotes trabalhavam sob a forma de rodízio, sendo escalados para o trabalho somente em alguns meses do ano, e não de forma permanente. Posener-Krièger acredita, contudo, na existência de um corpo permanente de sacerdotes, tomando como base os registros do templo mortuário de Neferirkara⁵⁴¹. O mesmo vale para o templo de Hathor, gerenciado pelo *hkꜣ hwt ꜣ* Nikhaiankh,

⁵³⁹ Decreto de Coptos B, TPA, p. 108.

⁵⁴⁰ Cf. TPA, p. 98.

⁵⁴¹ POSENER-KRIÈGER, *op. cit.*, p. 16.

conforme é possível observar através do registro a seguir, encontrado em sua tumba⁵⁴²:

A conhecida do rei Hedjetheknu, imakhu.			Período do ano		Campos
			Primeiro mês	Estação Akhet	5 arouras
O escriba do documento real, Hemhathor		Segundo mês	5 arouras		
Shepseswabhathor		Terceiro mês	5 arouras		
Nysuakhethathor		Quarto mês	5 arouras		
Shepseshathor		Primeiro mês	Estação Peret	5 arouras	
Wabkhauhathor		Segundo mês		5 arouras	
Qasuthathor		Terceiro mês		5 arouras	
Khabauhathor		Quarto mês		5 arouras	
Khentysutkathor		Primeiro mês	Estação Shemu	5 arouras	
Rainet		Segundo mês		5 arouras	
Esta parte é um décimo de tudo o que entra no templo acima e abaixo de pão e cerveja		Terceiro mês		5 arouras	
O sacerdote Hemhathor					
Conhecido do rei	Merrekhkha			Quarto mês	5 arouras
Sacerdote do ka	Keshka				

Tabela 4 - Lista de pessoas a serviço do templo de Hathor segundo a inscrição de Nikhaiankh de Tehna.

Nesse registro é possível observar uma organização sazonal referente ao trabalho no templo que seria realizado pela esposa de Nikhaiankh e seus

⁵⁴² Texto de Nikhaiankh de Tehna, TPA, pp. 196, 197.

descendentes⁵⁴³. Cada estação era dividida em quatro meses e cada um desses meses era destinado ao trabalho de um indivíduo específico, que tomaria conta de cinco arouras de terras referentes ao templo.

Através do exercício de funções estatais, como o eram as atividades nos templos e nos *hwt*, era possibilitado aos envolvidos que erigissem, para si, seus próprios monumentos a serviço de seus próprios interesses. A inserção na cultura palatina permitiu, como dito anteriormente, que essas pessoas pudessem edificar tumbas e, também, capelas do *ka* para sua própria devoção ou santuários para o culto de ancestrais.

Todas essas vantagens garantiam aos envolvidos em atividades templárias participar de um sistema de organização econômica e social de modo fortalecer a sua posição nas comunidades locais. Os benefícios de ordem material, como visto através das fontes, eram inúmeros. Mas havia também uma importante questão simbólica envolvida nesse contexto, uma vez que a atividade em um centro religioso reforçava, ideologicamente, o domínio exercido por essas famílias locais e as permitia criar seus próprios símbolos de dominação ao inserirem-se nas atividades que, segundo os egípcios, permitiam a manutenção do mundo ordenado. Tendo em vista a função da religião como instrumento ideológico no Egito, iremos explorar, a partir de agora, como as elites locais, usavam as ideias religiosas na afirmação de uma identidade própria, reafirmando seu papel como grupo dominante. Nesse sentido, devemos entender, a exemplo de Marx,

as ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação⁵⁴⁴.

4.3 OS TEXTOS DOS SARCÓFAGOS: LEGITIMIDADE IDEOLÓGICA

Conforme mencionamos anteriormente foi necessário que, durante o Primeiro Período Intermediário, as elites provinciais, especialmente as do sul, tivessem que

⁵⁴³ O F e o M na segunda coluna representam a indicação do gênero feminino e do gênero masculino.

⁵⁴⁴ MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 47.

que buscar novas fontes legitimadoras de poder em virtude da retração da capacidade centralizadora das instituições estatais. Uma das formas de garantir essa legitimidade, que também demonstra a inserção desses grupos na cultura palatina, era cercar-se de objetos e símbolos próprios do rei e da Corte.

Um exemplo bastante ilustrativo dessa inserção e dessa apropriação é o caso da “democratização” da imortalidade, processo através do qual encantamentos destinados a prover, com exclusividade, a imortalidade régia, passam a compor – com algumas variantes e novos desenvolvimentos – a decoração dos sarcófagos de membros das elites nomarcais, abrindo-lhes a perspectiva de obtenção do tipo de imortalidade mais almejado pelos egípcios: o convívio junto aos deuses⁵⁴⁵.

O conjunto de encantamentos que outrora davam ao rei acesso à imortalidade era conhecido como Textos das Pirâmides, justamente por serem as paredes desse tipo de edifício o suporte de escrita para tais encantamentos. O principal objetivo desses textos era a ressurreição do rei no outro mundo e sua ascensão ao céu, onde recuperaria seu papel como governante dentro da comunidade divina⁵⁴⁶. Segundo Allen, esses encantamentos podem ser classificados em rituais, pessoais e mágicos⁵⁴⁷, sendo todos eles concernentes com o despertar do faraó na tumba, sua ascensão aos céus e admissão do seu ingresso no círculos dos deuses imortais.

Há vestígios de apropriação dos encantamentos régios por parte de particulares já no Reino Antigo, mas a maioria deles data do Reino Médio. Os Textos dos Sarcófagos, como ficaram conhecidos, preservam a tradição dos Textos das Pirâmides mas, ao mesmo tempo, introduzem novos temas, os quais condizem com aspectos da realidade dos seus beneficiários, os nomarcas. É basicamente nesse ponto que iremos nos deter no decorrer desta análise, com o intuito de verificar de que forma esses indivíduos fazem incorporar aspectos da sua visão de mundo nos cânones religiosos. Entendemos a produção dessas novas ideias religiosas como

⁵⁴⁵ A maioria dos sarcófagos contendo esse tipo de encantamento foi encontrada na região de Tebas, Assiut, Meir, Saqqara e em cemitérios nomarcais como Deir El-Bersha. Para tanto, cf. WILLEMS, Harco. *Les textes des sarcophages et la démocratie*. Éléments d'une histoire culturelle du Moyen Empire Égyptien. Paris: Cybelle, 2008.

⁵⁴⁶ Esses encantamentos garantiam que o morto passasse para o seu estado transfigurado, o *akh*. Como o outro mundo era concebido como uma local cheio de perigos, eram necessários encantamentos que ajudassem o morto a enfrentá-los, oferecendo proteção. O conteúdo dos Textos dos Sarcófagos e dos Textos das Pirâmides foi por mim analisado em minha dissertação de mestrado (cf. JOÃO, *op. cit.*, 2008)

⁵⁴⁷ ALLEN, James P. Funerary texts and their meaning. In: AURIA, S., LACOVARA, P., ROEHRIG, C. *Mummies & Magic*. The funerary arts of Ancient Egypt. Boston: Museum of Fine Arts, 1998.

fruto de relações sociais historicamente circunscritas no contexto final do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário. Esse novo constructo ideológico é usado como um instrumento de identidade e reforço da posição dominante das elites provinciais, no qual são mantidas as hierarquias e estruturas de poder também no outro mundo. Como exemplo, veja-se os encantamentos 432 e 472 dos Textos dos Sarcófagos, nos quais se nota a presença, também no outro mundo, da realização da corveia e, com isso, a posição privilegiada do falecido em posse desse encantamento, através do qual ele pode receber a isenção dessa forma de trabalho compulsório explorando a força de trabalho de outros indivíduos, seus servos:

ENCANTAMENTO PARA FAZER QUE OS SHABITS REALIZEM TRABALHO POR SEUS DONOS NO MUNDO DOS MORTOS. [...] Ó vós, shabits, que foram feitos para N, se N for recrutado para esta tarefa, ou se uma obrigação desagradável for imposta a N, 'Aqui estamos', vós deveis dizer. Se N for recrutado para vigiar aqueles que trabalham revolvendo novos campos, para plantar as terras ribeirinhas ou transportar areia para o ocidente que foi posto no oriente – e vice versa – 'Aqui estamos' vós deveis dizer sobre isto⁵⁴⁸.

PARA NÃO APODRECER E NÃO TRABALHAR NO MUNDO DOS MORTOS. Eu como e eu engulo e eu sento como Hórus; a corda- hms é tecida para mim⁵⁴⁹.

Nesse sentido, vale compreender o papel da ideologia em uma sociedade que, segundo o pensamento marxista (aqui resumido nas palavras de Marilena Chauí) acontece em três etapas:

a) ela se inicia como um conjunto sistemático de ideias que os pensadores de uma classe em ascensão produzem para que essa nova classe apareça como representante dos interesses de toda a sociedade, representando os interesses de todos os não dominantes. Nesse primeiro momento, a ideologia se encarrega de produzir uma universalidade com base real para legitimar a luta da nova classe pelo poder;

b) ela prossegue tornando-se aquilo que Gramsci denomina de senso comum, isto é, ela se populariza, torna-se um conjunto de ideias e de valores concatenados e coerentes, aceitos por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade que realize essas ideias e esses valores (...). Ou seja, o momento essencial de consolidação social da ideologia ocorre quando as ideias e valores da

⁵⁴⁸ TS 472.

⁵⁴⁹ TS 432.

classe emergente são interiorizados pela consciência de todos os membros não dominantes da sociedade;

c) uma vez sedimentada e interiorizada como senso comum, a ideologia se mantém, mesmo após a vitória da classe emergente, que se torna, então, classe dominante. Isto significa que, mesmo quando os interesses anteriores, que eram interesses de todos os não dominantes, são negados pela realidade da nova dominação – isto é, a nova dominação converte os interesses da classe emergente em interesses particulares da classe dominante e, portanto, nega a possibilidade de que se realizem como interesses de toda a sociedade –, tal negação não impede que as ideias e valores anteriores à dominação permaneçam como algo verdadeiro para os dominados. Ou seja, mesmo que a classe dominante seja percebida como tal pelos dominados, mesmo que estes percebam que tal classe defende interesses que são exclusivamente dela, essa percepção não afeta a aceitação das ideias e valores dos dominantes, pois a tarefa da ideologia consiste justamente em separar os indivíduos dominantes e as ideias dominantes, fazendo com que apareçam como independentes uns dos outros.

O primeiro ponto que chama a atenção dentre aqueles que se dedicam ao estudo do tema da “democratização” é, justamente, a nomenclatura utilizada para descrever o processo que levou particulares a adquirirem um privilégio outrora régio. Foi com Alexandre Moret, em 1922, que o tema ganhou luz pela primeira vez⁵⁵⁰. Ao analisar o contexto que levou à queda do Reino Antigo, Moret clama pela existência de uma revolução social que teria ocorrido no período e que teve como uma de suas consequências o acesso, por parte da população mais pobre, a direitos de tipo religioso e político. Nesse quadro, então, teria ocorrido a disseminação dos encantamentos funerários régios que, segundo o autor, passaram a ser desfrutados pela totalidade da população egípcia. Esse autor foi, inclusive, o primeiro a utilizar o termo “democratização”, comparando o processo ocorrido no Egito antigo à realidade greco-romana descrita por Fustel de Coulanges em *A Cidade Antiga*:

Na Grécia e em Roma, a história da conquista do *jus civitatis* pela plebe é aquela do desmembramento dos privilégios religiosos dos reis ou da oligarquia pelo povo: este não pode participar das coisas sagradas (...), ou seja, da vida legal da cidade, que após lutas seculares e de sangrentas revoluções. O que aconteceu no Egito? (...) À medida em que assistimos,

⁵⁵⁰ MORET, Alexandre. L'accession de la plèbe égyptienne aux droits religieux et politiques sous le Moyen Empire. In. : *Recueil d'études égyptologiques dédiées à la mémoire de J.F Champollion*, Paris, 1922.

no Reino Médio, a uma verdadeira democratização dos ritos funerários, é possível concluir que a importância social do povo aumentou?⁵⁵¹

A ideia de uma imortalidade “democratizada” advém da análise de estelas funerárias e de cenotáfios encontrados ao longo da via processional de Osíris em Abidos as quais, segundo Moret, mostram até mesmo o mais humilde camponês clamando pelo acesso aos céus, onde vivem os deuses, e identificando-se como um Osíris. As estelas postas nessa via processional continham olhos que permitiam ao morto “ver” a encenação dos rituais da morte de Osíris e, assim como esse deus, que venceu a morte após uma disputa com seu irmão Seth, também essas pessoas poderiam gozar do mesmo privilégio e obter, assim, a imortalidade como um deus. Moret é categórico ao afirmar que “todos os egípcios, sem distinção de classe, obtiveram então o privilégio da morte régia”⁵⁵².

O pensamento de autores como Moret foi dominante durante muito tempo e, em grande parte, embasado no documento egípcio das *Admoestações de Ipu-Ur*, publicado por Alan Gardiner em 1909. Esse documento, cuja datação é ainda ponto controverso entre os egiptólogos, descreve uma situação na qual o Egito teria sofrido uma inversão na ordem estabelecida anteriormente: enquanto os ricos padecem, os pobres regozijam. Além disso, relata um cenário catastrófico marcado por crise econômica, invasão estrangeira, saques de tumbas, mortes, fome e descentralização do poder. Segundo Ipu-Ur, a situação anterior, considerada ideal, só poderia ser reestabelecida com o retorno da monarquia centralizada. Associou-se o relato de Ipu-Ur, então, à existência de uma revolta social que teria ocorrido no final do Reino Antigo, a qual teria sido responsável pela queda da monarquia e teria mergulhado o Egito em um período anárquico conhecido como Primeiro Período Intermediário. Com isso, os “segredos do Egito foram revelados”, o que levou diversos egiptólogos a crerem, portanto, em uma difusão ampla e irrestrita dos textos régios, chamando esse processo de “democratização”.

Junto a Pirenne, Moret foi responsável pela tese a respeito da “feudalização” no Egito durante o Primeiro Período Intermediário. Esses autores acreditavam que os benefícios e concessões adquiridos por sacerdotes e templos ao longo do Reino

⁵⁵¹ MORET, *ibid*, p. 332.

⁵⁵² *Ibid*.

Antigo (que eram acompanhadas por aquilo a que chamam “carta de imunidade”) levaram esses indivíduos, que também exerciam papéis importantes na administração do reino, a usurpar certos direitos, dando início ao um “feudalismo eclesiástico”⁵⁵³. O exercício de funções « régias », decorrente da pertença a um corpo sacerdotal, dotaria esses indivíduos de benefícios de toda sorte os quais, em virtude da hereditariedade das funções, consolidava gerações de famílias no exercício de um mesmo ofício, formando uma aristocracia sacerdotal que, em última instância, competiu com o rei e se tornou responsável pela crise do Reino Antigo. A « democratização », nesse sentido, seria consequência da fragmentação do reino e da perda de autoridade do rei, sem a qual o Egito não conseguiria se sustentar, mergulhando no caos. Pontuamos, já no primeiro capítulo, acerca das impropriedades decorrentes do uso do conceito de feudalização para o caso do Primeiro Período Período Intermediário. Moret acerta quando percebe que os envolvidos em atividades de culto são beneficiados com uma série de privilégios decorrentes do exercício da função, conforme demonstrado neste capítulo. Sua ideia, contudo, de que os poderes locais estavam em disputa aberta com a monarquia, levando à feudalização do Egito, é absolutamente equivocada, assim como a suposição de que os encantamentos dos Textos das Pirâmides foram disponibilizados a toda a população em virtude de uma grande revolta que teria subvertido as hierarquias nas quais se fundavam o poder do rei e das elites.

Em seu livro *Apologia da História*, Marc Bloch comenta que “todo historiador é um homem de seu tempo”. Partindo de um pressuposto semelhante, o egiptólogo Harco Willems, busca compreender as influências externas que marcaram o pensamento dos primeiros estudiosos do tema da “democratização”, no início do século XX. Com isso, consegue compreender de forma mais detalhada a difusão da ideia de uma “democratização” no Egito, uma vez que o conteúdo de documentos como as já mencionadas *Admoestações de Ipu-Ur* se assemelhariam, em diversos aspectos, à realidade europeia do pós-guerra. No caso de Moret, é notável a influência da preocupação com os movimentos populares que derrubaram, por exemplo, a monarquia russa e a alemã no contexto de transição do século XIX para

⁵⁵³ MORET, Alexander. La “carta de immunità”, ovvero la ratifica del decadere del potere faraonico. *Gli uomini e le loro istituzioni*. Firenze: Casa editrice G. D’Anna. n. 19. p. 68-73.

o XX. Os próprio termos empregados por esse autor para se referir à revolta narrada em Ipu-Ur deixam isso claro. Para o egiptólogo, teria sido implantado um “socialismo monárquico” no Egito em virtude das pressões do “proletariado”.

A ideia de uma difusão generalizada nos encantamentos régios já não encontra mais adeptos, pois estudos realizados com os esquifes contendo os chamados Textos dos Sarcófagos revelaram uma realidade diferente. Os encantamentos funerários em questão eram acessíveis somente a uma parcela muito restrita da população, concentrando-se em sua maioria nos cemitérios nomarcais. Nas palavras de Harco Willems, “aquilo a que chamam ‘democratização’ traduz mais uma maneira de ‘proliferação’⁵⁵⁴”, desses textos, os quais não se estenderam indistintamente a todas as camadas da população como comumente se achava. A mesma posição a respeito do tema pode ser encontrada em Stephen Quirke, quando afirma que « não foram as pessoas que invadiram o poder régio, mas o contrário »⁵⁵⁵ e a inserção dos súditos na ideologia monárquica referente ao pós-morte era restrita a um pequeno grupo de privilegiados com condição de construir e equipar uma tumba .

Alguns autores, como Harold Hays, vão mais além e afirmam a “morte” da “democratização” da imortalidade⁵⁵⁶. Segundo Hays, o acesso a uma imortalidade privilegiada não se relacionava, no Egito, à posse de textos, mas a conhecimento e ritual, epitomizados na recitação. Tais requisitos dependiam de poder econômico e educação, ambos condicionados a concessões e régias, mas para o autor os encantamentos que formam os chamados Textos das Pirâmides na eram de uso exclusivo do rei⁵⁵⁷. Bernard Mathieu é da mesma opinião e postula a ideia de continuidade teológica entre os Textos das Pirâmides e os Textos dos Sarcófagos indicando que, para os egípcios, não havia distinção entre textos exclusivamente régios e textos que poderiam ser usados por particulares. Para tanto, usa como um dos suportes para essa hipótese o fato de textos inicialmente destinados ao rei

⁵⁵⁴ WILLEMS, Harco. *Les textes des sarcophages et la démocratie*. Éléments d'une histoire culturelle du Moyen Empire Égyptien. Paris: Cybelle, 2008. p. 132.

⁵⁵⁵ QUIRKE, Stephen. *Ancient Egyptian Religion*. Londres: British Museum Press, 1982. p. 158.

⁵⁵⁶ HAYS, Harold. The death of the democratization of the afterlife. In.: STRUDWICK, Helen; STRUDWICK, Nigel. *Old Kingdom: new perspectives*. Egyptian Art and Archaeology and 2750-2150 BC. Oxford: Oxbow Books, 2011. pp. 115-130.

⁵⁵⁷ O argumento de Hays se baseia na análise filológica de alguns encantamentos segundo a qual o autor diz ser possível afirmar que vários encantamentos não foram escritos, inicialmente, para os reis, mas abrangeriam toda a elite.

Ouahkarê Khéty III terem sido inscritos na tumba de um particular. Este autor afirma, portanto,

(...) que essa observação leva à reexaminar a teoria tradicional que considera que a presença dos textos na sepultura é um privilégio régio e que supõe, correlativamente, uma “democratização” ou uma “demotização” de concepções funerárias ligadas ao declínio progressivo do poder monárquico durante o Primeiro Período Intermediário⁵⁵⁸

Mathieu nega, portanto, a hipótese democrática, mas explica de modo insuficiente, a meu ver, o motivo da presença de um texto outrora régio na tumba de um particular. O próprio autor reconhece que o texto encontrado na tumba desse particular era antes destinado ao rei. Ora, uma vez que tais textos demarcavam uma distinção fundamental entre o faraó e o resto da humanidade – qual seja, a imortalidade – não é possível naturalizar a sua presença na tumba de um particular sem indagar acerca dos motivos que permitiram tal tipo de inscrição.

Uma questão importante levantada por Mathieu é a de que “(...) o fato dos particulares do Reino Antigo não possuírem os textos funerários em suas sepulturas não significa que não eram beneficiados por eles”, apontando dessa forma para a questão do decoro religioso. Tais encantamentos, provavelmente derivados de uma tradição oral, poderiam ser recitados em benefício do falecido antes mesmo que houvesse permissão para que fossem inscritos⁵⁵⁹. Deve-se indagar, todavia, que tipo de imortalidade era destinada a essas pessoas e de que forma ela era obtida, visto que os encantamentos funerários eram essenciais para que um indivíduo pudesse desfrutar de uma imortalidade na companhia dos deuses.

Sabe-se que os egípcios concebiam a existência de diferentes tipos de imortalidade – resta saber se o convívio junto aos deuses, tal qual se encontra nos Textos das Pirâmides e nos Textos dos Sarcófagos, era autorizado aos particulares em forma de ritual, por exemplo, e que mais tarde acabou por ser inscrito em seus esquifes na forma de encantamentos. Nesse caso há que se perguntar acerca dos limites do decoro religioso e notar, igualmente, que a teoria de Mathieu é meramente hipotética, baseada em exemplos muito pontuais.

⁵⁵⁸ MATHIEU, Bernard. La distinction entre Textes des Pyramides et Textes des Sarcophages est-elle légitime ? in. : MATHIEU, Bernard ; BICKEL, Susanne. *D'un monde à l'autre*. Textes des Pyramides et Textes des Sarcophages. Cairo : IFAO, 2004.

⁵⁵⁹ Essa permissão, além de se ligar a elementos de decoro religioso, relaciona-se também ao desenvolvimento da escrita.

No primeiro trecho supracitado, nota-se que o Mathieu também desconsidera a influência do processo de enfraquecimento monárquico na constituição dos Textos dos Sarcófagos o que, em certa medida, parece acertado. O processo de “democratização” da imortalidade está ligado, sim, às relações entre poder central e poderes locais, mas não num caráter de disputa, de usurpação de prerrogativas régias por parte das elites locais, mas como consequência da participação cada vez maior da elites provinciais no quadro da administração central, estreitamente vinculadas também a atividades de culto. Isso explica o fato de encantamentos dos Textos das Pirâmides terem sido encontrados em tumbas de particulares já na VIª dinastia, a exemplo daquele de Ankhespenpepi II:

A adoção de textos e imagens régias por pessoas que não os reis é denominada “democratização” pela Egiptologia e é usualmente empregada para relatar a degeneração do reino em desunião no terceiro milênio antes de Cristo. Contudo, existem dificuldade com o rótulo, que se distingue do uso anacrônico do conceito grego de *demos*, “os cidadãos (homens)” e “democracia”, “regido por cidadãos”⁵⁶⁰.

A partir da citação de Quirke é possível notar, num primeiro momento, a impropriedade do uso do termo para o caso egípcio e, igualmente, a influência dos estudos clássicos na Egiptologia, o que muitas vezes leva a associações equivocadas entre a realidade da antiguidade ocidental e aquela da antiguidade oriental.

A prerrogativa do “acesso ao divino” obtida por essas elites no outro mundo através do acesso aos encantamentos régios poderia, segundo o escandinavo Sorensen, ser feita ao menos de três formas: a) oficiando em um ritual no templo; b) imitando papéis míticos ou por identificação a um deus; c) por conhecimento religioso⁵⁶¹. A partir da VIª dinastia, alguns dos limites rituais de outrora, que distinguiam – em parte – o *status* régio daquele dos particulares desapareceram, tendo em vista a maior participação dos administradores provinciais em atividades de culto. A gradual erosão da distinção entre a posição do faraó e a de seus súditos

⁵⁶⁰ QUIRKE, Stephen. *Ancient Egyptian Religion*. Londres: British Museum Press, 1982.

⁵⁶¹ SORENSEN, Jorgen Podemann. Divine Access: the so-called democratization of Egyptian funerary literature as a socio-cultural process. In.: ENGLUND, Gertie. *The religion of the ancient Egyptians. Cognitive structures and popular expressions*. Uppsala: 1989.

verificada na esfera funerária (uma vez que o faraó deixa ser o único a obter uma imortalidade de tipo privilegiado) é, na realidade, a confirmação de um privilégio obtido já em vida, o do “acesso ao divino”, garantido através da participação nas atividades templárias de maneira administrativa e ministerial.

Pelo exercício de funções dentro do templo, como oficial em rituais, uma das condições para o “acesso ao divino” já está dada aos nomarcas (...). A possibilidade de ter inscritos em seus esquifes os encantamentos outrora exclusivos do rei é, a meu ver, apenas uma confirmação material de um privilégio já adquirido: o do “acesso ao divino”. A difusão da escrita certamente contribuiu para este quadro, mas o cerne da questão me parece ser a maneira pela qual a descentralização do poder afetou este aspecto da religião funerária⁵⁶².

Muitos títulos fazem referência ao acesso a conhecimento restrito por parte dos governadores locais, como deixa entrever a proliferação de títulos derivados do *hry-šst*, como o *hry-šst n htmt-ntr* (“senhor dos segredos das coisas seladas do deus”), *hry-šst n wpwt htw-ntr* (senhor dos segredos das listas de oferendas divinas), *hry-šst n mdw-ntr*, (senhor dos segredos das palavras divinas), que se refere à recitação de textos sagrados. A ideia de acesso a conhecimento restrito como uma bases na qual se produz o processo de « democratização » é influenciada pelos ensinamentos de John Baines, o qual entende que o maior envolvimento de particulares em atividades de culto levou-os a explorar os privilégios advindos desse exercício, sendo uma das resultante da « democratização » da imortalidade⁵⁶³. Os próprios Textos dos Sarcófagos trazem uma série de encantamentos que mostram a necessidade da aquisição de certo conhecimento para que possam ultrapassar as etapas referentes à obtenção de sua imortalidade. No encantamento 8, por exemplo, o falecido diz: “eu serei julgado de acordo com o que eu sei”. Já o encantamento 1117 mostra o encontro do falecido com os deuses em virtude do conhecimento secreto que possui: “Quanto a qualquer um que saiba o que está selado, ele será

⁵⁶² JOÃO, *op. cit.*, 2008, p. 101

⁵⁶³ BAINES, John. Restricted knowledge, hierarchy and decorum: modern perceptions and ancient institutions. *JARCE* XXVII. 1990. p. 1-23.

mais glorioso, assim, que Osíris. Ele passou por todo os tribunais nos quais está Toth, mas Toth estará no Tribunal de Osíris”⁵⁶⁴.

Quando determinados indivíduos passam a gozar de certo *status* e de certas prerrogativas resultantes do exercício da sua função nos templos, a exemplo do acesso a conhecimento restrito e de uma relação mais íntima com as divindades, ao participarem de seu culto diário, abre-se espaço para que estas pessoas também participem de forma mais ativa na construção das concepções ideológicas que norteavam a organização da sociedade egípcia. Elas também, enquanto grupo dominante com acesso a meios de escrita e dotadas de legitimidade religiosa, passam a produzir seus próprios instrumentos de afirmação de identidade e símbolos característicos do seu poder, especialmente através da inserção de valores próprios de sua visão de mundo à cultura palatina. É o caso dos Textos dos Sarcófagos. As transformações ocorridas na imortalidade régia a partir do Reino Médio são consequência da presença de novos atores no jogo político. Se, antes há uma elite menfita no controle das instituições derivadas de um chamado “poder central”, com a ascensão dos tebanos e as novas alianças que sustentavam essa nova dinastia, essas novas elites passam a construir também para si seus conjuntos próprios de ideias, destinados a reforçar a sua posição no controle do território. Um exemplo é a nova caracterização da monarquia que aparece nos textos do Reino Médio, em que um rei mais “humanizado” é retratado nas fontes.

É possível perceber, na literatura funerária, a inserção de elementos próprios da visão de mundo dessas elites através das várias tradições que se combinam nesses textos⁵⁶⁵ e, também através dos textos que se agregam aos encantamentos régios. Para Regina Hein,

[...] essa literatura funerária não reflete exatamente a totalidade das crenças e práticas funerárias egípcias; antes, revela o olhar das tradições religiosas sobre as ideias e práticas do conjunto da população, reorganizando esse arcabouço e gerando um imaginário religioso que reincide sobre a realidade social, reorientando e modificando suas práticas e crenças funerárias. A

⁵⁶⁴ TS 1117.

⁵⁶⁵ O Livro dos Dois Caminhos, incorporado aos Textos dos Sarcófagos, comporta ao menos três versões distintas, referentes a um destino osiriano, solar e lunar (cf. LESKO, Leonard. Some observations on the composition of the Book of Two Ways. *Journal of the American Oriental Society*. v. 91, n. 1, jan/mar 1971, pp. 30-43). A ascensão aos céus, uma das funções essenciais dos Textos dos Sarcófagos, é relatada de diversas formas, representando a existência de diversas tradições.

análise dos encantamentos funerários egípcios deve sempre levar em conta essa “função” da literatura funerária, enquanto produto cultural de gerar o imaginário religioso e de utilizá-lo para modificar as práticas e crenças sociais que lhe deram origem⁵⁶⁶

Os sistemas simbólicos, como é o caso da religião, reproduziriam, portanto, o campo das posições sociais de forma transfigurada, o que é perceptível nos Textos dos Sarcófagos e Textos das Pirâmides ao vermos que uma série de estruturas e hierarquias sociais características da realidade nilótica estavam presentes, num outro nível, nas representações egípcias acerca da morte⁵⁶⁷.

Um dos temas que se desenvolve de maneira mais acentuada nos Textos dos Sarcófagos é a noção de “paraísos” agrários no outro mundo, chamados de Campos dos Juncos (*sh-t-ḥr.w*) e Campos das Oferendas (*sh-t-htp*)⁵⁶⁸, governados pelo deus Osíris. De forma resumida, a vida esperada nestes paraísos agrários consistia em “governar cidades e aldeias, delegar autoridade aos mais capazes ou aos mais próximos, conhecer os ricos, favorecer os pobres, proteger a todos, ser enobrecido pelos deuses no mundo subterrâneo e ser adorado por pessoas comuns”⁵⁶⁹, sendo uma espécie de continuação da vida terrena, como fica claro no seguinte encantamento:

Eu remo nos seus canais, eu ganho suas cidades; minha palavra tem relevância, porque eu sou mais prudente que os (outros) bem-aventurados, eles não têm poder sobre mim. Eu equipo estes teus campos, Hetep, tua bem amada, neles eu bebo, neles eu laboro e neles eu ceifo, eu não sucumbo nesse lugar, lá eu copulo; lá, meus encantamentos mágicos são potentes. Eu não tenho críticas, nem inquietude e meu coração é feliz⁵⁷⁰

⁵⁶⁶ HEIN, Regina Lucia Martins de S. *O imaginário religioso egípcio acerca da imortalidade nos “Textos dos Sarcófagos”*. Niterói, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2001. p.14.

⁵⁶⁷ O encantamento 712 dos Textos dos Sarcófagos diz, por exemplo: “para aquele que conhecer este encantamento no Campo das Oferendas, **ele fará tudo o que desejar da mesma maneira como quando estava na terra**, tendo ido ao seu duplo” (grifo meu).

⁵⁶⁸ Não há, nos Textos dos Sarcófagos, uma distinção clara entre o Campo dos Juncos e o Campos das Oferendas. Ambos parecem ser localidades nas quais existem campos destinados ao cultivo, mas o Campos dos Juncos aparece normalmente associado à presença de um “escritório” ligado ao armazenamento de bens. O encantamento 1011 dos Textos dos Sarcófagos menciona “eu sento no Campo dos Juncos e minha abundância está no Campos das Oferendas”, significando que o Campo dos Juncos tivesse, talvez, uma função também administrativa.

⁵⁶⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. A literatura funerária como fonte para a história agrária do Egito Antigo. *Separata da Revista de História*, no. 117. São Paulo: 1984. p. 187.

⁵⁷⁰ TS 464.

Apesar de inspirados no mundo terreno, esses paraísos agrários aparecem, também, como locais de proporções bem acima daquelas existentes às margens do Nilo. Poderia esperar, no Campo dos Juncos, cevada de quatro cúbitos de altura e trigo de sete cúbitos⁵⁷¹.

Tendo em vista, de um lado, a percepção de que os “Textos dos Sarcófagos” comportariam expectativas referentes a um grupo social específico (o da elite provincial) e, de outro, a compreensão de que o imaginário após a morte é uma espécie de transfiguração social da própria realidade nilótica, é possível identificar, na literatura funerária, diversos elementos que permitem compreender um pouco mais acerca das formas de organização do meio rural a partir do ponto de vista dos grupos dominantes, tendo em vista que os sistemas simbólicos cumprem uma função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra⁵⁷².

O uso da literatura funerária como fonte para o estudo da história agrária não é novidade na egiptologia. Bernadette Menu realizou um trabalho nesses moldes a partir dos Textos das Pirâmides, o que levou Ciro Cardos a realizar o mesmo tipo de estudo para os Textos dos Sarcófagos⁵⁷³.

Harold Hays realizou um interessante trabalho de comparação entre o significado atribuído aos Campos dos Juncos nos Textos das Pirâmides e aquele existente nos Textos dos Sarcófagos⁵⁷⁴. Em resumo, o autor observa que o contexto imediato que cerca o tema do Campo dos Juncos nos Textos das Pirâmides é a questão da purificação. Aqui, essa localidade é vista como um local de passagem no qual o morto se purificaria antes de se processar a sua ascensão aos céus – ideia esta já defendida anteriormente por Jean Leclant. No caso dos Textos dos Sarcófagos as menções à purificação ligadas ao contexto do Campo dos Juncos são quase inexistentes. O que aparece, agora, é o Campo dos Juncos ligado a questões específicas de obtenção de algum tipo de conhecimento restrito.

⁵⁷¹ Cf., p.e., TS 159.

⁵⁷² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 11.

⁵⁷³ CARDOSO, Ciro Flamarion. A literatura funerária como fonte para a história agrária do Egito antigo. *Separata da Revista de História*. n.117. São Paulo: 1984. pp. 99-119.

⁵⁷⁴ Cf. HAYS, Harold H. Transformation of context: The Field of Rushes in Old and Middle Kingdom mortuary literature. In.: BICKEL, Susanne; MATHIEU, Bernard. *D'un monde à l'autre: Textes des Pyramides et Textes des Sarcophages*. Paris: IFAO. pp. 175-200.

Outro tema que aparece direta e amplamente relacionado ao Campo dos Juncos é o da provisão de oferendas ao morto. Diversos encantamentos escatológicos, como aqueles que livrariam o morto de “beber sua urina e comer suas fezes” aparecem relacionados a essa localidade, sinal da preocupação dos egípcios com a interrupção das oferendas pelos vivos ao seu *ka*, o que os levaria a ter que se alimentar dos próprios excrementos. Pegue-se, também, o exemplo do barqueiro que leva provisões de comida e bebida ao morto. Contrariamente ao Campo das Oferendas, Hays nota que o Campo dos Juncos é mais um local onde se processa o ritual, visto que nele o que se espera do morto é que esteja “sentado”, posição esta típica de quem está a receber oferendas. Leve-se em conta que

(...) o recebimento de provisões por alguém no Campo das Oferendas é manifesto no Reino Médio em temas nos quais alguém possui um lote no Campo das Oferendas, tem porções lá, vive de pão ou onde apenas come pão; no barqueiro do Campo das Oferendas cuja função é trazer gêneros alimentícios, descer até lá e receber comida e bebida, e deuses concedendo comida e bebida nele⁵⁷⁵.

Essas considerações são bastante interessantes para a pesquisa ora desenvolvida. A primeira relação passível de ser observada parte do elo entre âmbito funerário e o econômico existente no Egito, o qual advém da necessidade que os egípcios antigos possuíam de prover oferendas a seus mortos, as quais, acreditavam, alimentariam o *ka*⁵⁷⁶ do falecido permitindo que o mesmo pudesse desfrutar da vida após a morte. O sistema de oferendas dependia de provisões obtidas em estabelecimentos rurais, o que implica na existência de laços econômicos entre as propriedades agrárias e o culto aos mortos. Segundo Ciro Cardoso,

(...) nem sempre é fácil decidir quando os Textos dos Sarcófagos se referem a lotes situados no outro mundo – no Campo dos Juncos ou Campo das Oferendas – ou àqueles que, no mundo dos vivos, estavam reservados à provisão do culto funerário⁵⁷⁷.

Isso demonstra a íntima relação entre instituições divinas e instituições profanas no caso dos Textos dos Sarcófagos e, uma vez que o Campo dos Juncos é

⁵⁷⁵ HAYS, *op. cit.* p. 199.

⁵⁷⁶ Uma das partes que compunham os ser para os egípcios, comumente traduzido como “princípio de sustento”.

⁵⁷⁷ CARDOSO, *op. cit.* p. 108.

visto nestes último como um local de provisão destinado ao ritual de oferendas, há que se analisar a possível semelhança entre esses domínios e as próprias propriedades rurais que forneciam provisões para o culto mortuário no mundo terreno. Através da leitura dos encantamentos de oferendas é possível desvendar, além da organização das propriedades rurais, que tipos de alimentos eram produzidos e consumidos pelos egípcios, bem como os locais de produção mencionados nos encantamentos.

As principais oferendas mencionadas são as de pães e cerveja, mas havia outras mais substanciais. Um encantamento dos Textos dos Sarcófagos fala em uma oferenda de

(...) mil pães e cerveja, um milhar de gado, aves, caça, alabastro, tecidos, o banquete funerário e um milhar de todas as coisas puras e boas as quais os espíritos desejam comer (...)⁵⁷⁸

O encantamento 22 dos Textos dos Sarcófagos vai mais além e chega a mencionar a procedência, no Egito, dos alimentos apresentados em oferenda:

Tefnut, filha de Rá, o alimenta com a aquilo que se pai Rá a deu, o Vale Ihe dá pão do enterro de seu pai Osíris, Rá morde algo doce o qual ele o dará. Seu trio [de comida] está no céu com Rá, eles são de cevada mista do Baixo Egito. Seu quarteto [de pães] está na terra com Geb, eles são da cevada do Baixo Egito (...)⁵⁷⁹

O morto, ao chegar no outro mundo, poderia tomar posse de algumas terras, e os encantamentos relativos a esse aspecto em particular ajudam a compreender quais eram as expectativas dos grupos que produziram esses encantamentos em relação ao outro mundo. As propriedades através das quais o falecido poderia garantir o seu sustento estão, segundo o encantamento 467, localizadas no chamado Campo das Oferendas:

Ver os campos, cidades e canais, arar, ceifar, ver Rá, Osíris e Thot diariamente, ter poder sobre a água e o ar, fazer tudo o que desejar como alguém que está na Ilha do Fogo, com vida em seu nariz, e que nunca irá morrer, como alguém que está nos Campos das Oferendas, onde estão

⁵⁷⁸ TS 399.

⁵⁷⁹ TS 22.

seus campos e suas provisões para todo o sempre⁵⁸⁰

Neles é possível observar, por exemplo, que tipos de terras eram destinadas a quais produtos; como era organizada a propriedade; informações sobre a força de trabalho empregada nesses locais e que tipos de hierarquias ali se estabelecem; organização familiar etc. Pegue-se, por exemplo, o encantamento a seguir:

PARA CONSTRUIR UMA MANSÃO ENTRE AS ÁGUAS. O Nilo está descoberto, aqueles que estão nas margens estão alegremente unidos, os deuses-crocodilos estão felizes, Neith está contente, o deus do vinhedo e Sokar, chefe em pdw-s, estão na distribuição de oferendas, e eles estão felizes e contentes quando vêem a minha mansão construída entre as águas e entre as suas mansões, que os seus rios estão drenados e suas árvores plantadas, enquanto Sokar pertence a Rosetau. Milhares são as suas casas, dezenas de milhares são as suas árvores, centenas de milhares são seus campos. É o deus do Nilo quem traz a cevada, é a deusa do pântano quem traz sua ave, são os deuses crocodilos que pegam peixe para mim, é Sekhmet que está em seu ano que traz seu rebanho para esta minha mansão, é o cara de macaco que está sobre o céu polar que traz navios a esta minha mansão. O deus do vinhedo está em seu jardim, Sokar, chefe em pdw-s é seu tesoureiro, Sokar de Rosetau é meu administrador, e ele reconheceu a propriedade; ele trouxe coisas boas, e ele as acumulou no altar das capelas desta minha mansão⁵⁸¹.

No encantamento 398 temos a indicação de que o falecido pretendia manter a mesma posição prestigiosa que exercia em vida como governantes de uma comunidade também no outro mundo, no qual continua a estabelecer laços de clientelismo: “Eu governarei cidades, eu governarei vilas, eu conhecerei os ricos e os pobres, eu farei pães para você quando for rio abaixo e pães redondos quando for rio acima”⁵⁸². O falecido clama, inclusive, para que sua posição como governante seja restaurada e o faz associando-se a Rá, buscando legitimar sua condição da mesma forma como o faraó o fazia:

Campo, eu vim em ti, minha atrás de mim, minha autoridade defronte a mim. Senhora das Duas Terras, estabeleça meu poder mágico, para que eu me lembre disto que havia esquecido. Eu estou vivo, sem sofrer detrimento nem injúria, alegria me foi dada. Fui propício, fiz minha semente, recebi a brisa!

Eu vim em ti depois de haver descoberto minha cabeça e despedaçado meu corpo. Eu fecho os olhos, pois brilho no dia da Vaca-Hesat.; eu dormi

⁵⁸⁰ TS 467.

⁵⁸¹ TS 571.

⁵⁸² TS 398.

durante a noite, eu restaurei o leite segundo seu nível, eu estou agora, em minha cidade para fazer a vegetação florir. Porque eu sou este touro único. Elevado, em lápis-lazúli, senhor dos campos do touro dos deuses, Sothis me fala a seu tempo.

Eu vim em ti depois de pegar o grisalho no terraço, porque eu sou a lua, eu engoli as trevas.

Eu vim em ti para comer as minhas provisões e ter a minha disposição aves e bovinos, e para quem me seja dada a caça d'água de Shu e daqueles que seguem meu ka.

Eu vim em ti, eu costurei a veste e preendi o tecido, como Rá que está no céu, a quem os deuses que estão no céu servem, porque eu sou Rá a quem aqueles que estão no céu servem⁵⁸³.

Outro exemplo dessa transposição de instituições terrenas ao mundo divino (no caso, aqui representado como o mundo dos mortos) é o dos conselhos de funcionários que dirigem os negócios do reino junto ao faraó e o vizir. Tais conselhos, presentes já desde o Reino Antigo, são formados por altos dignitários cuja relação com o rei é bastante próxima. Segundo Moreno-García, essas pessoas

Eram designadas por títulos imprecisos e variados, salientando a proximidade com a pessoa do faraó, vizinhança, parece, mais importante que o avanço gradual devido ao sucesso profissional, o que não implica, entretanto, ausência de experiência nos assuntos do governo⁵⁸⁴.

Alguns encantamentos dos Textos das Pirâmides, como o de número 577, mencionam a presença da instituição do palácio-*sn(w)t* – no caso, uma espécie de assembleia divina que acolhe fraternalmente o rei nos céus. Da mesma forma que em vida o faraó contava com o apoio de pessoas próximas a ele, as quais faziam parte de um círculo de confiança restrito, no outro mundo existe também um conselho que se reúne em torno de sua pessoa no mesmo clima de confiança e fraternidade.

Nos Textos dos Sarcófagos também é possível encontrar a presença de “Conselhos de Anciãos” responsáveis pela gerência de certas questões relativas à terra, como os que existiam nas cidades e povoados egípcios, a exemplo do *d3d3t* que mencionamos ao comentarmos a respeito do recrutamento de trabalhadores para os domínios régios. Esses Conselhos, na literatura funerária, aparecem como

⁵⁸³ TS 467.

⁵⁸⁴ MORENO-GARCÍA, Juan Carlos. Études sur l'administration, le pouvoir et l'idéologie en Égypte, de l'Ancien au Moyen Empire. *Aegyptiaca Leodiensia*, n.4. Liège, 2007, p. 95.

conselhos de deuses, tal qual o Conselho da Grande Enéade, formado pelas divindades ligadas a Osíris. Em um encantamento dos Textos dos Sarcófagos, por exemplo, aparece o “Tribunal do Deus” presidido por Geb, diante do qual o falecido toma posse de todas as suas propriedades:

Saudações a vós, do Tribunal do Deus, que me julgam em virtude daquilo que fiz ao ser ignorante e descuidado. Ó vós que me rodeiam e permanecem na minha retaguarda, que eu seja julgado na presença de Geb, chefe dos deuses. Os deuses deverão julgar-me de acordo com o que eu sei. Eu surgi com a minha pluma em minha cabeça e minha retidão em minha sobancelha, meus inimigos estão tristes e eu reclamei a posse de todas as minhas propriedades⁵⁸⁵.

O encantamento 405 deixa ainda mais clara a função dos tribunais dos deuses no gerenciamento de propriedades relativas ao outro mundo:

O Grande Tribunal que está no Campo dos Juncos deverá dizer: ‘Dê a ele uma pedaço de terra, com cevada de três cúbitos de altura. Os Seguidores de Hórus deverão cortá-la para ele no primeiro ano, e ele deverá mascá-la e esfregá-la em seu corpo, e seu corpo será curado como os de todos eles’. O Grande Tribunal que está no Campo dos Juncos deverá dizer: ‘Deixe-o cantar e dançar e receber ornamentos, deixe-o jogar damas com aqueles que estão na terra, que sua voz seja ouvida mesmo que ele não possa ser visto; deixe-o ir até a sua casa e inspecionar seus filhos para sempre e sempre’. Este espírito deverá dizer: «Eu vim aqui para que eu possa inspecionar meus filhos e para receber o vestuário, porque eu sou o Mordedor em seu tumulto, eu sou o babuíno com o nome forte; eu sou o ... que luta teimosamente e derruba a confederação de Seth. Eu vim aqui falando e recitando o Livro das Palavras Divinas »⁵⁸⁶.

Avaliando, portanto, a construção de sistemas simbólicos, a exemplo dos Textos dos Sarcófagos, tendo em vista as relações com as suas bases sociais de produção, é possível evidenciar a existência, nesses encantamentos, de uma visão de mundo muito particular, fruto das elites dominantes que, como tal, projeta também para o outro mundo a existência da ordem social e econômica em torno da qual se articula.

⁵⁸⁵ TS 8.

⁵⁸⁶ TS 405.

CONCLUSÃO

Ao longo desta tese procuramos, através da análise do funcionamento da administração egípcia, verificar como se estabeleciam as relações entre elites locais e Estado no final do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário. Este estudo foi realizado com o intuito de rever as tradicionais interpretações acerca do fim do Reino Antigo que, normalmente, atribuem à autonomização dessas elites a desagregação do Estado. Nossa hipótese é a de que as elites locais, uma vez incorporadas à lógica estatal tanto informalmente, quanto através do exercício de funções estatais, estabeleciam laços de solidariedade e reciprocidade que beneficiavam tanto o Estado, de um lado, quanto as elites, de outro, compreendendo-os esses dois pólos como complementares e não antagônicos.

Como ponto de partida do nosso estudo procuramos apresentar algumas discussões envolvendo o próprio conceito de Estado, uma vez que julgamos que a falta de precisão conceitual a esse respeito levou, ao longo do tempo, a uma percepção historiográfica equivocada dos processos ocorridos no fim do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário. Uma ideia a que chamamos liberal a respeito do que é o Estado acabou por se consolidar na Egíptologia como única e natural e, ao ofertarmos uma nova possibilidade de compreensão acerca do que é o Estado, trabalhando por um viés materialista, julgamos ofertar novos subsídios para que fosse possível pensar a problemática para o caso egípcio.

Entendendo o Estado como relação social, e não como uma entidade abstrata que exerce seu papel unilateralmente, procuramos, tanto quanto possível, não reduzi-lo a seu papel institucional e compreender a participação dos múltiplos agentes envolvidos na lógica estatal através de elos tanto formais quanto informais. O caráter das fontes, contudo, nos levou a nos centrarmos mais no aspecto institucional buscando, contudo, colocar em evidência a participação desses outros agentes tanto quanto as fontes nos permitissem enxergar.

Uma das bases que sustentam a nossa argumentação é a de que o Estado egípcio funcionava, na prática, de maneira descentralizada, diferindo substancialmente do discurso ideológico presente nas fontes, nas quais o faraó e um triunfante “poder central” exerciam o controle direto e absoluto de todo o território.

Paradoxalmente, verifica-se que essa descentralização era essencial para o que o Estado expandisse a sua centralidade e sua influência por intermédio de instituições e de outros agentes que, localmente, representavam-no ao serem submetidos à sua lógica. A prática do descentramento foi abordada no segundo capítulo da tese, ao analisarmos elementos referentes à chamada administração central no Egito. Com isso, objetivamos mostrar o seu caráter fragmentário, assim como a inexistência de uma rigidez burocrática e especialização de funções que boa parte da historiografia, considera como a marca de atuação do Estado egípcio. Demonstramos que havia, antes, uma grande mobilidade no que diz respeito à atuação dos funcionários estatais e, por conta dessa fluidez, muitas vezes a administração central e a regional se confundiam. O estudo empreendido no segundo capítulo foi necessário para desfazer a ideia de centralidade absoluta do faraó, a qual nos faz perder de vista a existência de instâncias intermediárias entre o governante e a população, e cuja compreensão se faz absolutamente necessária para que possamos ter uma melhor percepção acerca do alcance da sua autoridade e influência. É importante conceber que havia certos grupos que, mesmo relacionados ao Estado através da fiscalidade, como é o caso das comunidades aldeãs, resguardavam certa autonomia. O mesmo se pode dizer das elites locais, as quais o Estado passou a cooptar tendo em vista a necessidade de estabelecer alianças que garantissem o seu equilíbrio e reforçassem a presença palatina nas regiões mais distantes de Mênfis.

Com o intuito de melhor detalhar a organicidade das relações que ligavam Estado e elites locais, realizamos no terceiro capítulo uma análise dedicada à organização institucional das províncias, buscando averiguar de que forma o Estado incorporava as famílias locais à sua lógica com o intuito de ampliar a fiscalidade e o controle dos recursos sociais e econômicos nelas existentes. Esse estudo nos permitiu verificar que nem todas as províncias egípcias eram governadas da mesma forma, o que ajuda a reforçar o argumento de que prática da administração egípcia não era monolítica e estava condicionada a particularidades locais. A existência de princípios rígidos e fixos que orientavam a atuação dos funcionários ao longo do território não pode ser atestada para o Egito do Reino Antigo, no qual laços pessoais também eram, muitas vezes, mais importantes para o equilíbrio do Estado que rígidas normativas advindas do núcleo menfita. A habilidade em estabelecer alianças e cooptar grupos regionais importantes era essencial à expansão da centralidade da

Coroa e garantir à elite dominante sua hegemonia nos aparelhos de poder que sustentavam as relações de dominação.

No quarto capítulo da tese buscamos averiguar de que maneira as elites locais eram beneficiadas pela atuação em funções estatais, tomando como exemplo o gerenciamento dos *hwt* e dos templos. A análise das relações entre Estado e elites deve ser realizada de forma dialética afim de que possamos entender os benefícios gerados por essas alianças, que geravam laços de dependência mútuos. Como o poder das elites locais se articulava, igualmente, em torno de aspectos ideológicos, selecionamos um desses, relacionado ao âmbito funerário, como objeto de estudo. Ao nos determos na análise do processo de “democratização” da imortalidade conseguimos perceber como as elites locais se apropriavam de símbolos referentes à elite palatina na construção de sistemas simbólicos destinados a expressar a sua visão de mundo e reforçavam a existência de algumas hierarquias sociais como naturais e essenciais à manutenção da ordem cósmica do mundo.

A visão, portanto, de que as elites locais estavam contra o Estado ou, em um última instância, contra a monarquia, provocando seu colapso no Primeiro Período Intermediário, simplesmente não se sustenta. Em primeiro lugar, é necessário perceber, como demonstramos ao longo desta tese, que as elites dependiam das relações estabelecidas com o Estado⁵⁸⁷ (tanto quanto ele delas) para garantir sua posição enquanto grupo dominante. Em segundo lugar, uma vez incorporadas à lógica estatal, as elites locais ajudavam a reforçar as formas de organização social que davam sustento a esse Estado, ao invés de romper com elas. Por fim, a descentralização do poder não pode ser vista como causa do enfraquecimento do Estado pois essa era uma estratégia intrínseca a ele. Podemos pensar em uma diminuição da sua capacidade centralizadora mas, nunca, em seu colapso.

Em virtude disso, a ascensão de grupos locais importantes verificada especialmente no sul do Egito ao longo do Primeiro Período Intermediário não pode ser vista como causa da perda de hegemonia das elites menfitas (interpretadas tradicionalmente como sendo o “colapso do Estado”), posto que é consequência. A menor influência das instituições palatinas nas províncias reforça o papel dos

⁵⁸⁷ Afim de não cairmos no perigo de uma ideia de Estado sujeito, vale a pena salientar que a materialidade dessas relações é dada através dos laços estabelecidos entre os grupos dominantes estabelecidos na capital, e articulados em torno da monarquia, e algumas das mais importantes famílias atuantes no âmbito provincial.

governantes locais através da expansão das redes de clientelismo (a qual chamamos patronato), gerando um aumento do seu poder de influência e a disputa entre frações da elite dominante pelo controle do Estado político.

Entender o Primeiro Período Intermediário como um período generalizado de crise também não condiz com a documentação disponível, uma vez que a situação mais grave só é atestada no sul, enquanto os nomos do Médio Egito parecem gozar de maior estabilidade, mesmo em face das disputas entre tebanos e heracleopolitanos.

As causas que levaram à perda de hegemonia das elites menfitas e ao surgimento de dinastias paralelas são, ainda, insuficientemente explicadas em virtude da escassez documental. Outro problema relativo às fontes a respeito da administração egípcia é que sempre a compreendemos através da perspectiva grupos dominantes, tendo em vista terem sido estes os únicos a nos legarem documentos através dos quais é possível reconstituir o cotidiano dessa administração. As autobiografias e os decretos régios, extensamente analisados nesta tese, fornecem-nos a visão de apenas uma parcela referente às práticas estatais, mormente aquela ligada ao âmbito institucional. O trabalho do historiador do Antigo Egito, nesse sentido, deve ser o de, tanto quanto possível, tentar enxergar nas entrelinhas outros tipos de lógicas submetidas ao Estado e concomitantes a ele, sem esquecer que Estado é relação social para, com isso, abrir uma perspectiva de análise dialética das relações estabelecidas entre os mais diversos grupos sociais inseridos na lógica estatal.

Nesse sentido, compreender a atuação do Estado implica, além de reconhecer sua dinâmica junto às elites, atentar para as relações estabelecidas com os grupos subalternos e avaliar o impacto de sua existência na vida cotidiana dos trabalhadores no Egito Antigo. Esse olhar é ainda mais importante tendo em vista a sua relevância para explicar aspectos relativos ao contexto do final do Reino Antigo sem restringir o período à frágil equação que coloca as elites locais em oposição ao poder central. Infelizmente, por não nos terem legado registros além de algumas poucas evidências arqueológicas e referências pontuais nos documentos produzidos pelo Estado, esses agentes ficam muitas vezes relegados à invisibilidade na História, que passa ser aquela contada pelos vencedores.

O que a história da V^a e da VI^a dinastias nos conta a respeito do funcionamento do Estado e da sua expansão não deve, portanto, ser percebido apenas através da perspectiva das elites, muito embora ela seja extremamente necessária para compreender os mecanismos através dos quais atuavam o Estado e os agentes de poder envolvidos em sua prática, conforme demonstrado ao longo desta pesquisa.

Compreender, portanto, o ganho de poder por parte das elites locais em virtude da formalização das suas relações com o Estado e o enriquecimento de vários setores dessa elite implica, igualmente, reconhecer que a expansão do Estado nas províncias deveria ter um impacto gigantesco sobre as populações locais, que passaram a ficar mais sujeitas à pressão da fiscalidade do Estado. É de se imaginar que, uma vez que o Estado se fez mais presente nas províncias através da construção dos *hwt* e da atuação dos templos locais, que controlavam as atividades produtivas da região e maximizavam a captação de recursos em nome da Coroa, automaticamente os recursos dos quais as populações locais dispunham acabavam por diminuir, o que poderia ser desastroso em um território no qual os camponeses viviam sempre no limite da subsistência. Sobre a condição da maioria da população egípcia, Baines afirma que

(...) vivia em relativas pobreza e simplicidade. A sua cultura material diferia pouco da dos tempos neolíticos e pode não ter sido tão próspera. Tanto a elite quanto os que a ela não pertenciam tinham muitos filhos. Isto era necessário para sua mera reprodução ou para o aumento demográfico, pois só uma minoria sobrevivía até a idade adulta. Os adultos não podiam, com confiança, esperar ter carreiras longas⁵⁸⁸.

As instalações régias nas províncias e a formação de uma elite de administradores na região deve ter sido crucial para a deterioração das condições de vida nas quais viviam essas comunidades, uma vez parte de seus recursos, tanto em trabalho quanto em produção, seriam mais explorados em nome do Estado e dessa elite. A construção de tumbas monumentais para membros das grandes

⁵⁸⁸ BAINES, John. Sociedade, moralidade e práticas religiosas. In: SHAFER, Byron (org.). *As religiões no Egito antigo*. Deuses, mitos e rituais domésticos. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p. 132.

famílias provinciais, por exemplo, é um fator que intensifica a exploração do uso de mão-de-obra no âmbito local, assim como a presença dos *hwt* e demais instalações régias, como os templos, que exigiam um maior número de trabalhadores atuando em regime de corveia. A autobiografia de Henque, da região de Deir el-Gebrawi, menciona um elemento que pode nos ajudar a comprovar a presença de maus tratos relativos aos trabalhadores da região, justamente uma das mais produtivas do Egito, onde se atesta a presença de vários *hwt* e de capelas do *ka*. Henque, nomeado e supervisor do Alto Egito, menciona não ter colocado cordas em ninguém, o que pode nos levar a supor que alguns trabalhadores pudessem ser amarrados.

No caso da construção de tumbas e outros monumentos dedicados à edificação do poder das grandes famílias locais, como os santuários dedicados ao culto de ancestrais⁵⁸⁹, era necessário um grande esforço organizacional por parte do Estado, o qual deveria gerenciar desde o aspecto logístico até a obtenção de mão-de-obra e recursos, como alimentos para a população. Como consequência, podemos imaginar uma maior demanda na produção agrícola egípcia, clara no projeto de expansão de terras cultiváveis, ao mesmo tempo em que as técnicas agrícolas permaneciam as mesmas. A irrigação era baseada em tanques ou bacias como técnica dominante⁵⁹⁰ o que, se somado a um período de cheias insuficientes do Nilo, conforme alguns autores supõem que tenha ocorrido ao final do terceiro milênio, leva-nos a imaginar um cenário de escassez agrícola.

O enriquecimento das elites não era realizado sem a exploração do trabalho dos membros das comunidades locais, especialmente aldeãs, afim de compensar o baixo desenvolvimento do sistema técnico egípcio⁵⁹¹. Isso, com certeza, deve ter agravado as tensões sociais e pode explicar a existência da revolta relatada por Ipu-Ur no documento das *Admoestações*⁵⁹². Além disso, especialmente nos nomos mais setentrionais, como Edfu, onde a presença das instituições monárquicas se expande bastante durante a VIª dinastia, as autobiografias trazem uma inovação, que é a introdução do elemento da fome não mais apresentado de forma genérica, através do uso de formulas canônicas, mas precisando essa realidade em termos regionais e cronológicos.

⁵⁸⁹ Estudamos, nesta tese, o caso de Heqaib.

⁵⁹⁰ CARDOSO, *op. cit.*, 2015, p. 57.

⁵⁹¹ Essa é uma hipótese levantada por Ciro Cardoso em CARDOSO, *op. cit.* (2005), *passim*.

⁵⁹² A situação mais adversa perceptível durante o Primeiro Período Intermediário é justamente nas regiões onde havia maior presença da Coroa no controle das atividades produtivas.

O reforço nas relações de patronato observado através das autobiografias do final do Reino Antigo e Primeiro Período Intermediário pode demonstrar a tentativa de certos grupos de elite, aproveitando-se da fragilidade do poder das elites menfitas frente a essas comunidades, em assumir para si o papel outrora pertencentes a ela. Dessa forma, a elite menfita perde ainda mais sua base de poder e, com isso, seu sistema fiscal entra em colapso. Como funcionários estatais, essas pessoas possuíam recursos suficientes e acesso aos mecanismos institucionais através dos quais poderiam manter as relações de exploração e legitimam sua condição através do papel de benfeitores capazes de salvar essa população da exploração e penúria. Obtendo a lealdade das comunidades locais, o poder de certos grupos proeminentes nas províncias se fortalece, justamente em um momento em que autoridade do grupo dominante se esgarça, abrindo espaço para que frações da elite dominante passem a disputar o controle do Estado aproveitando-se o enfraquecimento da monarquia unificada.

A existência de muitos nomarcas enriquecidos e aptos a substituir o papel do monarca no âmbito local não pode ser encarada como uma disputa contra monarquia em si, mas como uma disputa entre grupos de elite pela institucionalidade do Estado ⁵⁹³ afim de assumir maior controle sobre as comunidades, expandir sua influência e exercer hegemonia, perpetuando as já existentes relações de exploração e de dominação.

No que se refere, portanto, ao Primeiro Período Intermediário, é possível atestar a existência de uma crise, mas não do tipo que mencionam a maioria dos autores quando analisam o período, conforme demonstramos através da apresentação de debates historiográficos sobre o tema. A crise que ocorre, nesse momento, é aquela que Campagno chama de “crise do dispositivo estatal centralizado” e a qual preferimos definir como “diminuição da capacidade centralizadora do Estado”. Os registros de fome, invasões e sublevações sociais não são suficientes para atestar que um caos generalizado tomou conta de todo o Egito, muito embora a situação em algumas províncias tenha sido delicada.

A perda de apoio e de potência de intervenção desse “dispositivo estatal centralizado”, controlado pela elite menfita desde as primeiras dinastias egípcias,

⁵⁹³ Vimos, por exemplo, como o nomarca Ankhtifi não abandona em nenhum momento sua condição enquanto funcionário estatal.

favorece a autonomização política de certos grupos regionais que, a partir daí, conflitam entre si pelo controle desse dispositivo. Durante o Primeiro Período Intermediário estes grupos constituem seu apoio local pela ampliação das redes de clientelismo locais e atuavam, portanto, como substitutos da elite menfita, representada pelo rei, na provisão das necessidades básicas para essa população. A autonomização desses grupos não é fator de descentralização, posto que: 1) o Estado egípcio já atuava de maneira descentralizada; 2) essa autonomização, como já dissemos, é consequência, não causa, do enfraquecimento do poder de intervenção das elites menfitas.

Com a retração da capacidade centralizadora do Estado, os nomarcas passam a arrogar para si direitos de taxaço e de trabalho como extensáo das suas responsabilidades no Reino Antigo e, isso, é prática estatal. O que ocorre, portanto, não é um “colapso” do Estado, mas uma reorganização das políticas regionais na qual os chefes locais reformulam e reestabelecem a monarquia em seu nome. Isso explica, no Reino Médio, o surgimento da Literatura Propagandística, a qual, através do gênero de « ensinamentos » apresenta uma visão a respeito do monarca diversa daquela existente no Reino Antigo. Nessas condições, o Primeiro Período Intermediário, longe de ser um hiato, uma « idade das trevas », foi na realidade fundamental para o desenvolvimento das estruturas políticas no Egito. O retorno de uma monarquia unificada, no Reino Médio, não pode ser interpretado como o retorno de um sistema natural àquela sociedade, fora do qual a vida no Egito não teria sido possível. Tem-se a continuidade desse sistema porque as relações sociais de produção não se alteram, assim como é perceptível, ao longo desse período, a continuidade das demais lógicas que tornavam possível a existência do Estado articulado em torno da monarquia faraônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Matthew Douglas. *Community and Society in Egypt in the First Intermediate Period* : an Archaeological Investigation of the Abydos Settlement Site. Dissertação de Mestrado. Universidade da Pensilvânia, Departamento de Antropologia e Civilizações e Línguas do Antigo Oriente, 2005.

ALEXANIAN, Nicole. Tomb and social status. The textual evidence. In.: BARTA, Miroslav. *The Old Kingdom art and archaeology*. Proceedings of the conference held in Prague, mai 31-june 4, 2004. Praga : Instituto Tcheco de Egiptologia, 2006.

ALLEN, James P. Funerary texts and their meaning. In: AURIA, S., LACOVARA, P., ROEHRIG, C. *Mummies & Magic*. The funerary arts of Ancient Egypt. Boston: Museum of Fine Arts, 1998.

ALLIOT, Maurice. Un nouvel exemple de vizir divinisé dans l'Égypte ancienne. *BIFAO* 37, 1937-38, pp. 93-160.

ARAÚJO, Emanuel. *Escrito para a eternidade*. A literatura no Egito faraônico. Brasília: UnB, 2000

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ARRAIS, Nely Feitoza. O nomo e o controle administrativo no Antigo Egito. In.: CARDOSO, Ciro; OLIVEIRA, Haydée (orgs.). *Tempo e espaço no Antigo Egito*. Niterói: PPGH-UFF, 2011

ASSMANN, Jan. *The mind of Egypt*. History and meaning in the time of the pharaohs. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

_____. Invisible religion and cultural memory. In: _____. *Religion and cultural*

memory. Stanford: Stanford University Press, 2006.

AUFRÉRE, Sydney H. Le nomarque Ânkhtyfy et la situation politique en Haute-Égypte avant le règne d'Antef II. o. N. 18. Agosto de 2000 (Centre vaclusien d'égyptologie).

BAER, Klaus. *Rank and Title in the Old Kingdom*. The Structure of the Egyptian Administration in the Fifth and Sixth Dynasties. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. *O mundo egípcio*. Deuses, templos e faraós. Madrid: Dal Prado, 1996.

BAINES, John. Origins of Egyptian Kingship. In.: O'CONNOR, David; SILVERMANN, David. *Ancient Egyptian Kingship*. Leiden: Brill, 1995.

_____. Restricted knowledge, hierarchy and decorum: modern perceptions and ancient institutions. *JARCE XXVII*. 1990. p. 1-23.

_____. Sociedade, moralidade e práticas religiosas. In. : SHAFER, Byron (org.). *As religiões no Egito antigo*. Deuses, mitos e rituais domésticos. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

BARBAGALLO, Corrado. Apoteosi e decadenza dell'assolutismo monarchico nell'Antico Regno: la prima rivoluzione político-sociale. *Gli uomini e le loro istituzioni*, n. 19. Firenze: Casa Editrice G. D'Anna. pp. 63-68.

BARTA, Miroslav. Filling the chambers, rising the status : sixth dynasty context for the decline of the Old Kingdom. In. : MORENO GARCIA, *op. cit.* (2009-2010), pp. 145-155.

_____. Kings, Viziers, and Courtiers: Executive Power in the Third Millennium B.C. In. : MORENO GARCIA, Juan Carlos. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013.

_____. Tomb complex of the vizier Qar, his sons Qar Junior and Senedjemib and Iykai. *Abusir XIII*. Praga : Czech Institute of Egyptology, 2009. Pp. 87-117.

BASTOS, Mário Jorge da Motta ; DAFLON, Eduardo Cardoso ; FRIZZO, Fábio ; KNUST ; José Ernesto Moura ; MELO, Gabriel da Silva ; PACHÁ, Paulo. *O pré-capitalismo em perspectiva*. Estudos em homenagem ao Prof. Ciro F. S. Cardoso. Rio de Janeiro : Ítaca, 2015.

BELL, Barbara. The Dark Ages in Ancient History. The First Dark Age in Egypt. *AJA* 75, 1971, pp. 1-26.

BENDER, Barbara ; GLEDHILL, John ; LARSEN, Mogens Trolle. *State and Society*. The emergence and development of social hierarchy and political centralization. Londres, Nova York : Routledge, 1995

BIANCHI, Álvaro. *O conceito de Estado em Max Weber*. Lua Nova: São Paulo, 2014.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOORN, G.P.F van den. *The duties of the vizier*. Civil administration in the Early New Kingdom. Londres : Routledge, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. 7a. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

BRESCIANI, Edda. Terminologia amministrativa nell'Egitto faraonico. *Stato, Economia, Lavoro nel Vicino Oriente Antico*. Milano: Franco Angeli, 1988.

BROVARSKY, Edward. Abydos in the Old and Middle Kingdom, part II. In. : SILVERMANN, David (ed.). *For his ka*. Essays offered in memory of Klaus Baer. Studies in Ancient Oriental Civilizations, n. 55. Chicago, 1994.

_____. The Senedjemib Complex at Giza : an interim report. *Colloques Internationaux du C.N.R.S. L'Égyptologie en 1979*. Axes prioritaires de recherche. N. 585, v. II, Paris, 1982.

BUTZER, Karl W. *Early Hydraulic Civilization in Egypt*. A study in cultural ecology. Chicago: The University Chicago Press, 1976.

CAMPAGNO, Marcelo. *Estudios sobre parentesco y Estado en el Antiguo Egipto*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2006.

_____. Lo patronal, lo estatal y lo parental en la autobiografía de Ankhtifi de Mo'allá. Antigo Oriente. *Cuadernos del Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente*, vol. 9, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/patronal-estatal-parental-autobiografia-ankhtifi.pdf> [Último acesso em: 29 de março de 2015].

_____. Patronage and Other Logics of Social Organization in Ancient Egypt during the IIIrd Millennium bce. *Journal of Egyptian History*. V. 7, n.1, Leiden, 2014. pp. 1-33.

CARDOSO, Ciro. *Concepções sobre a economia e a sociedade do antigo Egito*. Texto cedido pelo autor.

_____. A economia e as concepções econômicas no Egito faraônico: síntese de alguns debates. *História econômica & história de empresas*. V. 1, 2003. pp. 151-178.

_____. A falência da « hipótese causal hidráulica ». In. : _____. *O Egito Antigo*. São Paulo : Brasiliense, 2004.

_____. 1993. *Hekanakht*. Pujança passageira do privado no Egito Antigo. Tese (Concurso para Professor Titular) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. La Révolution Sociale de la Première Période Intermédiaire, Eut-elle lieu? *Aegyptus Antiqua* , Buenos Aires: 1984.

_____. A literatura funerária como fonte para a história agrária do Egito Antigo. *Separata da Revista de História*, no. 117. São Paulo: 1984.

_____. *Modo de produção asiático*: nova visita a um velho conceito. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

_____. *Trabalho compulsório na antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *A unidade básica das representações sociais relativas ao culto divino e ao culto funerário no Antigo Egito*. Período Raméssida: 1307-1070 a.C. segundo a cronologia convencional, 1295-1069 a.C. segundo a cronologia curta.

CASTAÑEDA REYES, José Carlos. *Sociedad antigua y respuesta popular*. Movimientos sociales em Egipto antiguo. Iztapalapa: Universidade Autônoma Metropolitana, 2003.

CERINEU, João. *Domínio e exploração sociais na emergência do Estado Moderno Português* (D.Pedro e D. Afonso V - 1438-1481). Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHILDE, Gordon. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CLAESSEN, Henri J. M.; SKALNÍK, Peter. *The Early State*. The Hage: Mouton Publishers, 1978.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

COOPER, Julien. Reconsidering the location of Yam. *JARCE* 48, 2012, pp. 1-22.

COOPER, Louise. *ḥry-tp ʿ n spṣt (great overlord of the nome)*: the office of nomarch during the First Intermediate Period. Dissertação de Mestrado. Universidade de Mênfis, Pensilvânia, 2009.

CRUZ-URIBE, Eugéne. A model for the political structure of Ancient Egypt. In: SILVERMAN, David. (Org.). *For His Ka: Essays Offered in Memory of Klauss Baer*. The Oriental Institute. Chicago University Press, 1998. pp. 45-53.

DAFLON, Eduardo; MAGELA, Thiago. *Aproximações para um modelo das relações de dominação no mundo feudal: os casos visigodo e português*. Atas do X Encontro Internacional de Estudos Medievais (EIEM) da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) – Diálogos Ibero-americanos. Brasília: ABREM/PEM-UnB, 2013.

DAVIES, N. G. *The rock tombs of Deir el-Gebrawi*. Part I – The tomb of Aba and smaller tombs of the southern group. Londres : EEF, 1902.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DE MEYER, Marleen. The tomb of Henu at Deir el-Barsha. *The Bulletin of the Egypt Exploration Society* 31, 2007, pp. 20–24.

DE RODRIGO, Alicia Daneri. Historia e Historiografía: el Primer Período Intermedio en Egipto. *Revista de Estudios de Egiptología* 3. Buenos Aires, 1992, pp. 35-44.

_____. *Las dinastías VII-VIII y el período heracleopolitano en Egipto*: problema de reconstrucción histórica de una época de crisis. Buenos Aires: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, 1992.

DELL'ELICINE, Eleonora ; FRANCISCO, Héctor ; MICELI, Paola ; MORIN, Alejandro. *Pensar el Estado en las sociedades precapitalistas*. Pertinencia, límites e condiciones del concepto de Estado. Universidad Nacional de General Sarmiento : Buenos Aires, 2012.

DREYER, G. *Elephantine VIII: der Tempel der Satet*. Die Funde der Frühzeit und des Alten Reiches. Mainz: Zabern, 1986.

DIAKONOFF, Igor M. Three ways of development of the Ancient Oriental Society. In.: ALLAM, S *et alli*. *Stato, Economia, Lavoro nel Vicino Oriente Antico*. Milão: Francoangeli, 1988. pp. 01-08.

DRIOTON, E.; VANDIER, J. *Historia de Egipto*. Buenos Aires: Eudeba, 1964.

DUNN, Stephen. *The fall and rise of the Asiatic Mode of Production*. Nova York: Routledge, 2001.

EL-KHOULI, A.; KANAWATI, Naguib. The Old Kingdom Tombs of El-Hammamyia. *ACE Report 2*, Sidney, 1990.

EYRE, Christopher. How relevant was personal status to the functioning of the rural economy in pharaonic Egypt? In.: MENU, Bernadette (org). *La dependence rurale dans l'Antiquité égyptienne et proche-orientale*. Cairo: IFAO, 2004.

_____. On the Ineficiency of Bureaucracy. In: PIACENTINI, P. & ORSENIGO, C. *Egyptian Archives*. Milão: Cisalpino, 2009.

_____. Pouvoir central et pouvoir locaux: problèmes historiographiques et méthodologiques. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan. n. 24. 2000.

_____. *The use of documents in pharaonic Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGLUND, Gertie. *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive structures and popular expressions. Uppsala: 1989.

FAULKNER, Raymond. *A concise dictionary of Middle Egyptian*. Oxford: Griffith Institute, 1991.

FAULKNER, Raymond. *The ancient Egyptian Coffin Texts*. 3 vols. Oxford: Aris & Phillips, 1973, 1977, 1978.

FAKHRY, Ahmed. *The Monuments of Sneferu at Dahshur*. v. 1 e 2. Cairo: General Organization for Government, 1959, 1961.

FAVERSANI, Fábio. As relações interpessoais sob o império romano: uma discussão da contribuição teórica da Escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: CARVALHO, Alexandre Galvão (org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004

FAVRY, Natalie. *Le nomarque sous le règne de Sésostris Ier*. Paris: PUF, 2004.

FINLEY, M. I. *Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FINNESTAD, Ragnhild Bjerre. The pharaoh and the “democratization” of post-mortem life. In: ENGLUND, *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive structures and popular expressions. Uppsala: 1989.

FISCHER, Henry. Four provincial administrators at the memphite cemeteries. *Journal of the American Oriental Society* 74. New Haven, 1954.

FRANGIPANE, Marcella. Different models of power structuring at the rise of hierarchical societies in the Near East : primary economy versus luxury and defence management. In. : BOLGER, Diane ; MAGUIRE, Louise. *Development of pre-state communities in the Ancient Near East*. Oxbow Books, 2010

FRANKFORT, Henri. *Kingship and the gods*. A Study of Ancient Near Eastern Religion as the Integration of Society & Nature. Chicago, Londres : The University of Chicago Press, 1942

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 159.

FRIED, Morton. *The tievolution of political society*. Nova York: Random House, 1967.

FRIZZO, Fábio. *Estado, Sociedade e Classe no Egito Faraônico*. Texto cedido pelo autor.

_____. História, atualizações do passado e estilhaços messiânicos de uma revolta popular no III milênio a.C. *História & Luta de Classes*, n.14, setembro de 2012. pp. 11-17.

GARDINER, Alan. *The Wilbour Papyrus*. v. 1, 2 e 3. Oxford : Oxford University Press, 1941.

GENÊT, Jean-Philippe. La genèse de l'État moderne (les enjeux d'un programme de recherche). *Actes de la recherche en sciences sociales*. 1997, vol. 11 8, n. 118

GOEDICKE, Hans. Cult-temple and 'State' in Egypt. *Orientalia Lovaniensia Analecta* 5. State and Temple Economy in the Ancient Near East, Leuven, 1979. pp. 113-131.

_____. Harkhuf's Travel. *Journal of Near Eastern Studies*, v. 40, n.1, janeiro de 1981, pp. 1-20.

_____. The Pepi II decree from Dakhleh. *BIFAO* 89, Cairo, 1989.

GRAJETSKY, Wolfram. *The Middle Kingdom of Ancient Egypt: History, Archeology and Society*. Duckworth: 2006.

GRALHA, Júlio. *Deuses, faraó e o poder*. Legitimidade e imagem do deus dinástico e do monarca no Antigo Egito – 1550 a.C.-1070 a.C. Rio de Janeiro : Barroso Produções Editoriais, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. v.3. Cidade do México: Ediciones Era, 1984.

HALDON, John. Pre-industrial states and the distribution of resources : the nature of the problem. In.: CAMERON, Averil (ed). *The Byzantine and Early Islamic Near East*, vol. III, States, Resources and Armies (Papers of the Third Workshop on Late Antiquity and Early Islam), The Darwin Press, Princeton, NJ, 1993, pp. 1-24.

HAMILTON, Caleb R. I judge between two brothers, to their satisfaction. Biographies and the Legal System in the Old Kingdom. *ASCS 32 Proceedings*. Auckland, 2011.

HAMILTON, Julia Claire Francis. Veneration of Vizier Kagemni at Saqqara. Auckland, 2014. Dissertação (Mestrado em Arte). Departamento de Arte, História Antiga, Universidade de Auckland, 2014.

HARDING, Alan. *Medieval Law and the foundations of the State*. Oxford : Oxford University Press, 2001.

HASSAN, A. ; KANAWATI, N. *The Teti Cemetery at Saqqara*. The tomb of Ankhmahor. *ACE* 9, v. II, 1997.

HAYES, William. *The Scepter of Egypt*. A Background for the Study of the Egyptian Antiquities in The Metropolitan Museum of Art. From the Earliest Times to the End of the Middle Kingdom. v.1. Nova York: MET Publications, 1978.

HAYS, Harold H. The death of the democratization of the afterlife. In. : STRUDWICK, Helen; STRUDWICK, Nigel. *Old Kingdom: new perspectives. Egyptian Art and Archaeology and 2750-2150 BC*. Oxford: Oxbow Books, 2011. pp. 115-130

_____. Transformation of context: The Field of Rushes in Old and Middle Kingdom mortuary literature. In.: BICKEL, Susanne; MATHIEU, Bernard. *D'un monde à l'autre: Textes des Pyramides et Textes des Sarcophages*. Paris: IFAO. pp. 175-200.

HEGEDÜS, András. Burocracia. In.: BOTTOMORE, Tom; OUTWHAITE, William (eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

HELCK, Wolfgang. *Die altägyptischen Gaue*. Wiesbaden : Reichert, 1974.

_____. *Untersuchungen zu den Beamtentiteln des ägyptischen Alten Reiches*. Hamburg, 1954

HILL, Jane A.; JONES, Philip ; MORALES, Antonio J. *Experiencing power, generating authority*. Cosmos, politics and the ideology of kingship in Ancient Egypt and Mesopotamia. Filadélfia : University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2013.

JACQUET-GORDON, H. *Les noms des domaines funéraires sous l'Ancien Empire égyptien*. Cairo: Institut français d'archéologie orientale, 1962.

JANSSEN, J. J. The early state in Ancient Egypt. In.: CLAESSEN, H.J.M; SKALNIK, Peter. *The early state*. The Hage: Mouton Publishers, 1978.

JOÃO, Maria Thereza David. As Admoestações de Ipu-Ur: reflexões sobre a sociedade egípcia do Primeiro Período Intermediário. *NEARCO*, n.1, 2009.

_____. Do templário ao funerário no Egito Antigo: o exemplo do Ritual de Abertura da Boca. In. : *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH*. São Paulo, 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882652_ARQUIVO_Anpuh_SP_2011.pdf (último acesso em 06/04/2015).

_____. *Dos Textos das Pirâmides aos Textos dos Sarcófagos: a “democratização” da imortalidade como um processo sócio-político*. Niterói, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2008.

_____. A economia no Antigo Oriente Próximo. In. : _____. *Tópicos de História Antiga Oriental*. Curitiba : IBPEX, 2010.

KANAWATI, Naguib. Akhmin in the Old Kingdom. Part 1. *ACE* 2, Sidney, 1992.

_____. *Conspiracies in the Egyptian Palace*. Unis to Pepy I. Londres : Routledge, 2003.

_____. Deir el-Gebrawi. The northern cliff. Vol. 1. *ACE Reports* 23, outubro de 2005.

_____. *Governmental Reforms in the Old Kingdom Egypt*. Warminster : Aris & Phillips, 1980.

_____. The Cemetery of Meir. The tomb of Pepyankh the Middle. *ACE Reports* 31, Oxford, 2012.

_____. *The Rock Tombs of El-Hawawish*. The Cemetery of Akhmin. V. III. Sidney : The Ancient History Documentary Research Centre, 1988.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

KEMP, Barry. *Ancient Egypt: anatomy of a civilization*. New York, London: Routledge, 1991.

LACAU, Pierre; CHEVRIER, Henri. *Une chapelle de Sesóstris Ier à Karnak*. Cairo : IFAO, 1956.

LESKO, Leonard. Some observations on the composition of the Book of Two Ways. *Journal of the American Oriental Society*. v. 91, n. 1 (jan/mar 1971), pp. 30-43.

LICHTHEIM, Miriam. *Ancient Egyptian Literature*. A book of readings. v.1. The Old and Middle Kingdoms. Los Angeles: University of California Press, 1975.

LIVERANI, Mario. Il modo di produzione. In: MOSCATI, Sabatino org. *L'alba della civiltà*. Torino: UTET, 1976, 3 vols pp. 2-126.

MÁLEK, Jaromír. The Middle Kingdom, Rise and Fall. In.: _____. Egyptian Art (Art and Ideas). Londres: Phaidon Press, 1999.

_____. The Old Kingdom. In.: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MANASSA, Colleen. The crimes of count Sabni Reconsidered. *ZÄS* 133, 2006.

MAROCCHETTI, Elisa Fiore. Gebelein. In.: WENDRICH, Willeke (ed.). *Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles : UCLA, 2013.

MARTIN-PARDEY, Eva. *Untersuchungen zur ägyptischen Provinzialverwaltung bis zum Ende des Alten Reiches*. Hildesheim, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

_____. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política de 1859. In.: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MATHIEU, Bernard. La distinction entre Textes des Pyramides et Textes des Sarcophages est-elle légitime ? in.: MATHIEU, Bernard ; BICKEL, Susanne. *D'un monde à l'autre*. Textes des Pyramides et Textes des Sarcophages. Cairo : IFAO, 2004.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo : Cosac Naify, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e sociedade. In.: MATTOS, Marcelo Badaró (org) . História: pensar e fazer. Niterói: LDH, 1998. pp. 13-32.

MENU, Bernadette. Les installations funéraires privées dans l'Ancien Empire égyptien (2700-2200 avant J.C.): aspects idéologiques et socio-juridiques. In.: BARAY, Luc et all. (eds.). *Pratiques funéraires et sociétés*. Nouvelles approches en archéologie et en anthropologie sociale. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2007.

_____. La notion de mâat dans l'idéologie pharaonique et dans le droit égyptien. In.: CANAS-ANAGNOSTOU, Barbara (et all). *Dire le droit: normes, juges, jurisconsultes*. Paris: Panthéon Assas, 2006.

_____. La mise en place des structures étatiques dans l'Égypte du IV^e millénaire. *BIFAO* 103, Cairo, 2003, pp. 307-327.

_____. Le pouvoir et la gestion des temples en Égypte pharonique. *Collection Histoire, Gestion, Organisations* 5, Toulouse, 1996, pp. 14-15.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Génesis y desarrollo de la biografía en Grecia*. México: Fondo de Cultura Económica.

MORALES, Fábio. Estado, poder e liberdade: a política como categoria de análise da democracia ateniense clássica. pp. 5-6. *Revista Recôncavos*. 2010, v.4.

MORENO GARCIA, Juan Carlos. Acquisition de serfs durant la Première Période Intermédiaire: une étude de l'histoire sociale dans l'Égypte du III^{ème} millénaire. *RdE* 51, 2000, pp. 123-139.

_____. Administration territoriale et organisation de l'espace en Egypte au troisième millénaire avant J.-C. : *grgt* et le titre *ꜥ (n) ḏ-mr grgt*. *ZÄS* 123, 1996, pp. 116-138.

_____. De l' Ancien Empire à la Première Période Intermédiaire: L'autobiographie de Qar d'Edfou, entre tradition et innovation. *RdE* 49, 1998.

_____. Deux familles de potentats provinciaux et les assises de leur pouvoir : Elkab et El-Hawawish sous la VI^e dynastie. *RdE* 56, 2005.

_____. *El Egipto en el Imperio Antiguo*. Barcelona: Bellaterra, 2004.

_____. Elites y agricultura institucional: el papel de los templos provinciales egipcios durante el Imperio Antiguo. *Huelva Arqueologica*. Actas Del III Congreso Español de Antiguo Oriente Proximo. n. 19. Huelva/ out 2003.

_____. Élités provinciales, transformations sociales et idéologie. In.: PANTALACCI, Laure; BERGER-EL-NAGGAR, Catherine (eds.). Des Néferkarê aux Montouhotep. Travaux archéologiques en cours sur la fin de la VI^e dynastie et la Première Période Intermédiaire. *Actes du Colloque CNRS*, Lyon, 5-7 julho, 2001.

_____. Estates (Old Kingdom). In.: FROOD, Elizabeth ; WENDRICH, Willeke (eds.). *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles, 2008.

_____. Études sur l'administration, le pouvoir et l'idéologie en Égypte, de l'Ancien au Moyen Empire. *Aegyptiaca Leodiensia*, n. 4. Liège, 1997.

_____. *Hwt et le milieu rural égyptien du IIIe millénaire*. Économie, administration et organisation territoriale. Paris: Librairie Honoré Champion, 1999.

_____. *hwt* y la retribución de los funcionarios provinciales en el Imperio Antiguo: el caso de Jbj de Deir el-Gebrawi (Urk. I 144:3 – 145:3). *Aula Orientalis* 12, 1994, pp. 29-50.

_____. Introduction. Élités et états tributaires : le cas de l'Égypte pharaonique. In. : _____ (org.). Élités et pouvoir en Égypte ancienne. *CRIPEL* 28 (2009-2010). Université Charles de Gaulle, Lille 3.

_____. Recent developments in the social and economic history of Ancient Egypt. *Journal of Near Eastern Studies*, 2014.

_____. The cursed discipline ? The peculiarities of Egyptology at the turn of the Twentieth First Century. In : CARRUTHERS, W. *Histories of Egyptology : Interdisciplinary Measures*. London : Routledge, 2014.

_____. The state and the organization of rural landscape in 3rd millenium BC. Aridity, change and conflict in Africa. *Colloquium Africanum* 2, Colônia, 2007.

_____. The study of Ancient Egyptian Administration. In. : _____. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013.

_____. War in Old Kingdom Egypt (2686-2125 BCE). In. : Vidal, J. (ed.). *Studies on War in the Ancient Near East. Collected Essays on Military History* (AOAT, 372), Münster, 2010, pp. 5-41.

MORET, Alexander. La "carta de immunità", ovvero la ratifica del decadere del potere faraonico. *Gli uomini e le loro istituzioni*. Firenze: Casa editrice G. D'Anna. n. 19. p. 68-73.

_____. L'accession de la plèbe égyptienne aux droits religieux et politiques sous le Moyen Empire. In. : *Recueil d'études égyptologiques dédiées à la mémoire de J.F Champollion*, Paris, 1922.

NAUNTON, Christopher. *Regime change and the administration of Thebes during the Twenty-fifth Dynasty*. Swansea : University of Swansea, 2011. Tese (Doutorado em Artes e Humanidades) – Departamento de História e Clássicas, Swansea, 2011.

NUZZOLLO, Massimiliano. *The Sun Temples of the V Dynasty: a reassessment*. SAK 36, Hamburgo, 2007.

O'CONNOR, David. *Abydos. Egypt's First Pharaohs and the Cult of Osiris*. London: Thames and Hudson, 2009.

OPPENHEIMER, Franz. *The state*. Its history and developments viewed sociologically. Nova York: B. W. Huebsch, 1922.

PANTALACCI, Laure. De Memphis à Balat. In.: BERGER, Catherine ; MATHIEU, Bernand. *Études sur l'Ancien Empire et la nécropole de Saqqâra dédiées à Jean-Philippe Lauer*. Orientalia Monspeliensia IX, Montpellier, 1997. pp. 341-347.

_____. *Les décrets de Coptos*. Egypte, Afrique & Orient. n. 18. Agosto de 2000 (Centre vaclusien d'égyptologie).

_____ Pouvoir central, pouvoirs locaux en Égypte à la fin de l'Ancien Empire: le cas du gouvernorat de Balat. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan. n. 24. 2000.

PAPAZIAN, Hratch. The central administration of the resources in the Old Kingdom : Departments, Treasuries, Granaries and work centers. In. : MORENO GARCIA, Juan Carlos. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden : Brill, 2013. pp. 41-84.

PERDU, Olivier. Ancient Egyptian Autobiographies. In.: *Civilizations of the Ancient Near East*, New York. v. 4. 1995.

PETRIE, William Flinders. *Abydos*. Parte II. Londres : Egyptian Exploration Fund, 1903.

_____. *A History of Egypt*: from the earliest kings to the XVIth dynasty. v. 1. Londres : History & Mysteries of Man, 1991.

PIACENTINI, Patricia. *L'Autobiografia di Uni, principe e governatore dell'Alto Egitto*. Pisa : Giardini Editori.

POO, Mu-chao. Egyptology and Comparative Ancient History. In.: HAWASS, Zahi (ed.). *Egyptology at the dawn of the Twenty-First Century*: Proceedings of the Eighth International Congress of Egyptologists. V.2. Cairo: American University Press of Cairo, 2003. pp. 448-454.

PORTER, Bertha; MOSS, Rosalin. *Topographical Bibliography of Ancient Egyptian Hieroglyphic Texts, Reliefs, and Paintings*. vol. V. Upper Egypt Sites. Oxford, 1937.

POSENER-KRIEGER, Paule. Les archives du temple funeraire de Neferirkare-Kakai. *BdE* 65, 2 vols. Cairo, 1976.

POSENER-KRIEGER, Paule; DE CENIVAL, Jean Louis. *Hieratic Papyri in the British Museum*. Fifth Series. The Abu Sir Papyri. Londres: British Museum Press, 1968.

PUETT, Michael. Human and divine kingship in Ancient China: comparative reflections. In.: BRISCH, N. *Religion and Power*: Divine Kingship in the Ancient World and Beyond. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2008. pp. 199-212.

QUIRKE, Stephen. *Ancient Egyptian Religion*. Londres: British Museum Press, 1982.

_____. Provincialising elites: defining regions as social relations. In.: MORENO GARCIA, Juan Carlos (Ed.). *Élites et pouvoir en Égypte Ancienne. CRIPEL 28*. Lille, 2009-2010. Pp. 51-66.

RAUE, Dietrich. Sanctuary of Heqaib. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles, 2014.

REISNER, George A . *A history of the Giza Necropolis*. Vol. I. Cambridge : Harvard University Press, 1942.

RICE, Michael. *Who's who in Ancient Egypt*. London : Routledge, 2001.

RICHARDS, Janet. *Society and Death in Ancient Egypt*. Mortuary Landscapes of the Middle Kingdom. Cambridge : Cambridge University Press, 2009.

_____. The Abydos Cemeteries in Late Old Kingdom. In . : HAWASS, Zahi (ed.) *Egyptology at the Dawn of the Twenty-first Century: Archaeology*. Vol. 1. Cairo : The American University in Cairo Press, 2003. pp. 400-407.

ROCCATI, Alessandro. Concezioni rituali e terminologia sociale nell' antico Egitto. In.: *Stato, Economia, Lavoro nel Vicino Oriente Antico*. Milano: Franco Angeli, 1988.

_____. *La littérature historique sous l'Ancien Empire Égyptien*. Paris : Les éditions du Cerf, 1982.

ROTH, Ann Macy. Egyptian phyles in the Old Kingdom. The evolution of a system of social organization. *Studies in Ancient Oriental Civilization*, n.48, Chicago, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo : Cia. das Letras, 2011.

SAES, Décio. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. *Revista de Sociologia e Política*, nº 3, 1994. pp. 7-19.

SCHLOEN, J. David. The house of the father as fact and symbol. Patrimonialism in Ugarit and the Ancient Near East. *Studies in the archaeology and history of the Levant*, Winona Lake: Eisenbrauns, v.2, 2000.

_____. The First Intermediate Period (c. 2160-2055 BC). In: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SEIDLMAYER, Stephan Johannes. Town and State in the Early Old Kingdom. A view from Elephantine. In.: SPENCER, Jeffrey (ed.). *Aspects of Early Egypt*. Londres: British Museum Press, 1996.

SELVE, Valérie. Les titulatures religieuses des nomarques comme indices de l'évolution des relations entre pouvoir central et pouvoirs locaux avant et au-delà de la Première Période Intermédiaire. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan, n. 24, 2000.

_____. *The nomarchs of the Old and Middle Kingdom and their tombs in Benin-Hassan and Aswan*. Disponível em http://www.osirisnet.net/tombes/assouan/e_nomarques.htm (último acesso em 17/07/2012).

SERRANO, Alejandro Jiménez. Los nobles de la VI dinastía enterrados en Qubbet el-Hawa. *Estudios Filológicos*, 337. Salamanca, 2012. pp. 29-38.

SETHE, K. *Urgeschichte und älteste Religion*. Leipzig, 1930.

SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2003.

SHAFFER, Byron. *Temples, priests, and rituals: an overview*. In.: SHAFFER, Byron et al (orgs.). *Temples of Ancient Egypt*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

SIMPSON, William Kelly. *Giza Mastabas III: The Mastabas of Kawab, Khafkhufu I and II*. Boston: Museu de Belas Artes, 1978.

_____ (ed.). *The literature of Ancient Egypt*. An anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies, and poetry. Yale: Yale University, 2005.

SMITH, W. Stevenson. The Old Kingdom in Egypt and the beginning of the First Intermediate Period. In. : EDWARDS, I.E.S et al (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge : Cambridge University Press, 1971.

SMITHER, Paul C. An Old Kingdom letter concerning the crimes of count Sabni. *JEA* 28 (dez., 1942), p. 16.

SNAPE, Steven. *Ancient Egyptian Tombs: The Culture of Life and Death*. Oxford : Blackwell, 2011.

SORENSEN, Jorgen Podemann. Divine Access: the so-called democratization of egyptian funerary literature as a social-cultural process. In.: ENGLUND, Gertie. *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive Structures and popular expressions. Uppsala: 1989.

SOUZA, Almir Marques de. O Estado como um conceito viável para estudar a Idade Média. *Atas do X Encontro Internacional de Estudos Medievais* (EIEM) da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) – Diálogos Ibero-americanos. Brasília: ABREM/PEM-UnB, 2013.

SOUKIASIAN, Georges ; WUTTMANN, PANTALACCI, Laure. Le palais des gouverneurs de l'époque de Pépy II. Les sanctuaires de ka et leurs dépendances. Balat IV. *FIFAO* 46, 2002.

SOUTHALL, Aidan. The Segmentary State in Africa And Asia. *Comparative Studies in Society and History*. v. 30, n. 1, janeiro de 2008. pp. 52-82.

STOCK, Hans. Die erste Zwischenzeit Ägyptens. *Studia Aegyptiaca* II, 1949.

STRUDWICK, Nigel. *Texts from the Pyramid Age*. Atlanta : Society of Biblical Literature, 2005.

_____. *The administration of Egypt in the Old Kingdom*. The highest titles and their holders. KPI: Londres, 1985.

STUCHEVSKI, S ; VASÍLIEV, L. Três modelos de aparecimento e da evolução das sociedades pré-capitalistas. In. : FIORAVANTE *et al. Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. p. 109-130.

SWINTON, Joyce. The management of estates and their resources in the Old Kingdom. *BAR International Series* 2392, 2012.

TANTALEÁN, Henry. *Arqueología de la formación del Estado*. El caso de la Cuenca norte del Titicaca. Lima: AFINED, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas : Editora da UNICAMP, 2001.

TRAUNECKER, Claude. *Os deuses do Egito*. Brasília: UnB, 1995.

TRIGGER, Bruce ; KEMP, Barry ; O'CONNOR, David ; LLOYD, Allan. *Ancient Egypt : a social history*. Cambridge : Cambridge University Press, 2003

TRIGGER, Bruce G; O'CONNOR, David; Lloyd, A. B. *Ancient Egypt. A Social History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006; TRIGGER, Bruce. *Understanding Early Civilizations. A comparative study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

VALBELLE, Dominique. *Histoire de l'État pharaonique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

VASCONCELOS, Kathleen E. Leal; SILVA, Mauricelia, Cordeira da; SCHMALLER, Valdilene P. Viana. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. R. *Katál*. Florianópolis, v.16, n.1, p. 82-90, jan/jun 2013.

VERCOUTTER, Jean. *L 'Égypte ancienne*. Paris : Presses Universitaires de France, 1968.

VERNER, Miroslav. *The Mastaba of Ptahshepses: reliefs*. Praga: Charles University, 1977.

VISCHAK, Debora. *Community and identity in Ancient Egypt*. The Old Kingdom Cemetery at Qubbet el-Hawa. Cambridge : Cambridge University Press, 2014.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis*. Ancient Greek History beyond Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VOSS, Susanne, « La représentation égyptologique allemande en Égypte et sa perception par les égyptologues français du xix^e au milieu du xx^e siècle », *Revue germanique internationale* [En ligne], 16 | 2012, mis en ligne le 15 novembre 2015, consulté le 15 octobre 2014. URL : <http://rgi.revues.org/1351>)

WARBURTON, David. *State and Economy in Ancient Egypt*. Fiscal vocabulary of the New Kingdom. OBO 151, Friburgo.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. v.1, v. 2. Brasília: UnB, 2012.

_____. Egypt. In: _____. *The agrarian sociology of ancient civilizations*. Verso: Londres, 1998. cap. 2

WILDER, Gary. From Optic to Topic: The Foreclosure Effect of Historiographic Turns. *The American Historical Review*, vol. 117, no. 3 (junho 2012), pp. 723-745.

WILKINSON, Toby. *Early Dynastic Egypt*. Londres: Routledge, 1999.

_____. *Royal Annals of Ancient Egypt*. New York: Columbia University Press, 2000.

_____. State. In.: REDFORD, Donald. *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

WILLEMS, Harco. *Historical and Archaeological Aspects of Egyptian Funerary Culture*. Religious Ideas and Ritual Practice in Middle Kingdom Elite Cemeteries. Leiden : Brill, 2014.

_____. *Les Textes des Sarcophages et la démocratie* : Éléments d'une histoire culturelle du Moyen Empire Égyptien. Paris : Cybelle, 2008.

WITTFOGEL, Karl A. *Oriental Despotism*. A comparative study of total power. Yale University Press, 1957.

WOODS, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo : Boitempo, 2011.

YOFFEE, Norman. *Mitos do Estado Arcaico*. São Paulo : EDUSP, 2013

YOFFEE, Norman ; BAINES, John. Order, legitimacy and wealth in Ancient Egypt and Mesopotamia. In. : FEINMAN, Gary M. ; MARCUS, Joyce. *Archaic States*. Santa Fe : School of American Research Press, 1998.

ZACCAGNINI, Carlo. Modo di produzione asiatico e Vicino Oriente antico: Appunti per una discussione. *Dialoghi di Archeologia*. 3, 1981, pp. 3-65.

ZINGARELLI, Andrea. *Asiatic mode of production*: considerations on Ancient Egypt. Texto cedido pela autora.